

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

FERNANDO LOPES MAZZER

ECONOMIA DO DESEJO E DESEJO DE ECONOMIA:
retroalimentação e troca em coletivos da *rede* Fora do Eixo no interior de São
Paulo

2016

ECONOMIA DO DESEJO E DESEJO DE ECONOMIA:

retroalimentação e troca em coletivos da *rede* Fora do Eixo no interior de São Paulo

FERNANDO LOPES MAZZER

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), sob orientação da Profa. Dra. Anna Catarina Morawska Vianna, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Anna Catarina Morawska Vianna (orientadora – UFSCar)

Prof. Dr. Jorge Luiz Mattar Villela (UFSCar)

Profa. Dra. Magda dos Santos Ribeiro (USP)

Suplentes:

Prof. Dr. Luiz Henrique Toledo (UFSCar)

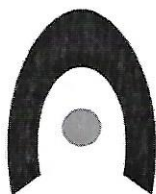
Prof. Dr. Gustavo Onto (UFRJ)

Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da Biblioteca Comunitária UFSCar
Processamento Técnico
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M477e Mazzer, Fernando Lopes
Economia do desejo e desejo de economia :
retroalimentação e troca em coletivos da rede Fora do
Eixo no interior de São Paulo / Fernando Lopes
Mazzer. -- São Carlos : UFSCar, 2017.
157 p.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de
São Carlos, 2016.

1. Fora do Eixo. 2. Relações econômicas. 3. Moeda.
4. Trocas. 5. Antropologia da economia. I. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL
Via Washington Luís, Km 235 - Caixa Postal 676
CEP 13565-905 - São Carlos - SP - Brasil
Fone: (16) 3351-8371 - ppgas.coordenacao@ufscar.br



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE

Fernando Lopes Mazzer

21/10/2016

Profa. Dra. Anna Catarina Morawska Vianna
Orientadora e Presidente
Universidade Federal de São Carlos / UFSCar

Prof. Dr. Jorge Luiz Mattar Villela
Universidade Federal de São Carlos/ UFSCar

Profa. Dra. Magda dos Santos Ribeiro
Universidade de São Paulo / USP

Submetida à defesa em sessão pública
Realizada às 14:00h no dia 21/10/2016.

Banca Examinadora:
Profa. Dra. Anna Catarina Morawska Vianna
Prof. Dr. Jorge Luiz Mattar Villela
Profa. Dra. Magda dos Santos Ribeiro

Homologado na CPG-PPGAS na
_____ª Reunião no dia ___/___/____.

Prof. Dr. Geraldo Luciano Andrello
Coordenador do PPGAS

AGRADECIMENTOS

Ao longo desses quase três anos, desde a redação de um projeto de mestrado até o processo de finalização desta dissertação, muitos foram os períodos de incerteza. Desejos misturados com dúvidas, sonhos mesclados com dificuldades e sucessivas superações acopladas a penosos desafios. Por isso, a tarefa de agradecer às inúmeras pessoas que contribuíram com a realização desta etapa é fundamental. É impossível escrever palavras suficientes que contemplem esses agradecimentos, bem como citar todas as pessoas que merecem tal destaque. Dito isso, certamente cometerei a heresia de não mencionar alguns nomes, portanto, desde já peço desculpas.

Não há dimensões para agradecer à minha família por todo o apoio e compreensão. Meus pais, Moacir e Izilda, que a cada ano que passa se tornam pessoas mais admiráveis e cada vez mais conseguem surpreender com lições de amor, humildade e caridade. Obrigado por conseguirem me educar com um equilíbrio quase perfeito entre disciplina e liberdade, entre ambição e simplicidade. Sou eternamente grato por todo o exemplo que continuam dando e devo muito a vocês por ter me tornado a pessoa que sou hoje. Meu irmão, Pedro Augusto, sinceramente te digo que, mesmo sem perceber, você me ensina muitas coisas e me passa aprendizados que gradativamente contribuem para meu caráter. Você é um cara com um tremendo potencial e que tem absolutas condições de conseguir qualquer coisa que queira na vida. Ao meu “primo-irmão”, João Henrique, digo que foi um imenso prazer ter desfrutado de sua presença em nossa casa durante esse período, pois além de ter tornado meus dias de escrita mais leves, nos propiciou uma alegria inenarrável ao presenciarmos o início de sua trajetória de sucesso. Não posso deixar de mencionar minha avó Maria (*in memoriam*), mulher fenomenal que deixou encrustadas em cada um de nós preciosas lições de altruísmo, fé e bondade que levaremos conosco pelo resto de nossa passagem.

À minha orientadora, Catarina Morawska Vianna, muito obrigado não só por toda a imensurável competência, dedicação e paciência, como também por ter possibilitado uma confluência de liberdade e respeito ao longo desta trajetória. Agradeço pela oportunidade de ter partilhado de suas admiráveis e inspiradoras leituras e suas poderosas visões sobre o fazer etnográfico. Além de uma excepcional professora e intelectual, também se mostrou uma pessoa de caráter ímpar.

Deixo meus agradecimentos ao Prof. Jorge Mattar Villela pelos preciosos comentários sobre meu trabalho que começaram em um debate no III Seminário de Antropologia da UFSCar, continuaram em meu exame de qualificação e culminaram na defesa de Mestrado. Agradeço à Profa. Magda dos Santos Ribeiro por ter aceitado o convite de integrar a banca. Sua competência eu já conhecia do Laboratório de Experimentações Etnográficas (LE-E), o que me deu a segurança do imenso valor que sua leitura e comentários agregaram a meu trabalho.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da UFSCar pelas inspiradoras discussões e pelo pesado conhecimento transmitido ao longo desta trajetória. Vocês foram essenciais em minha formação intelectual. Aos funcionários do PPGAS, muito obrigado por toda a disposição e competência demonstrada durante todos esses anos, desde o processo de matrícula até a defesa.

Agradeço também à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo pelo apoio financeiro¹, que foi fundamental para minha total dedicação, imersão e intensidade de trabalho durante os anos de pesquisa.

Aos estimados colegas do LE-E, foi um imenso prazer conhecer pesquisadores maravilhosos. Obrigado pelas discussões que inspiraram fortemente minha formação intelectual e atuação como antropólogo. Sou muito grato por propiciarem em cada encontro, cada um com sua peculiaridade, reflexões honestas e potentes, contribuindo para mostrar surpreendentes possibilidades que o fazer antropológico pode propiciar. Todas as discussões com certeza inspiraram e foram valorosamente aproveitadas nesta dissertação.

Às inúmeras amizades que a vida universitária me presenteou deixo com imensa alegria meus agradecimentos. Àquelas amizades oriundas dos anos de graduação, foi um privilégio ter a oportunidade de retomar uma convivência com vocês e de ter consolidada a certeza de que esse contato não será efêmero como foram aqueles anos, mas sim sólido e perene. Daniel Manfré, obrigado por nossa fantástica parceria e por todas as risadas espontâneas que cada encontro nos propicia. Filipe Horta, sou muito grato por nossa grande amizade que começou lá nos longínquos vestibulares e foi se intensificando ao longo de todos esses anos. Vinícius Furlan e Marcos Roberto Pina, muito obrigado pelos encontros e conversas sempre descontraídos e memoráveis e que, mesmo tendo passados os anos, nunca perdem o brío. Giovanna Mariano, sou eternamente grato a você por conseguir tornar meus dias mais agradáveis. Acredito piamente que o fato de termos nos aproximado foi um acaso inevitável.

Não posso deixar de agradecer às melhores amizades que um pós-graduando poderia ter, pois além de contribuírem para meus dias ficarem mais amenos, mostraram uma preciosa capacidade de partilharem cotidianamente suas visões de mundo, suas vivências e qualidades, propiciando uma troca de conhecimentos poderosíssima. Renan “Zinho” Martins, foi sensacional conviver com você novamente e ter a certeza de que nossa amizade que começou na falecida república *Tocaia* foi renovada e intensificada nessa nova etapa de nossas vidas. Marina Defalque, obrigado pela incrível capacidade de tornar mais leve e descontraído qualquer ambiente ao mesmo tempo em que contribui com suas dignas e potentes visões sobre o mundo. Jacqueline Lima, obrigado por todo o empenho, ânimo e dedicação ao ter me ajudado com suas leituras, sugestões e com sua preciosa companhia desde a redação de um projeto de pesquisa até os instantes finais de minha trajetória como mestrando. Agradeço também as companhias de Thaís Mantovanelli, Vanessa Perin, Ion Fernández, Pedro Mourthé, Samuel Costa, Ana Cecília Campos, Clarissa Martins, Josué Bila, Márcio Coelho, Raphael Ziviani. Vocês foram fundamentais nessa trajetória e contribuíram dignamente com meu trabalho, cada um a seu modo, seja colaborando com preciosas leituras e sugestões ou simplesmente tornando mais leves e fluidos meus dias de trabalho.

Deixo meus agradecimentos ao querido amigo Reinaldo Tronto, pelas conversas sempre poderosas e parcerias frutíferas. É incrível ter uma amizade inspiradora como a sua que, mesmo em tempos sombrios, consegue exalar de forma ímpar um otimismo e um ânimo transformador. A Camila Amorim, agradeço à incrível oportunidade que tive de conhecer uma

¹ Processo Fapesp 2014/15092-0.

pessoa tão cheia de luz durante os reclusos dias de escrita. Muito obrigado por compartilhar comigo sua valiosa alegria de viver. À minha parceira Marina Urizzi deixo especiais agradecimentos. Uma pessoa com a qual tenho uma preciosa e carinhosa conexão e que, mesmo sem perceber, consegue me fazer olhar para dentro de mim e aprender muita coisa comigo mesmo. Muito obrigado por ser essa pessoa humilde, de uma complexa simplicidade e com uma contagiante sensibilidade para com o mundo, esta que sempre inspira e contagia todos ao redor. Sou eternamente grato a seus gradativos ensinamentos e ansioso pelos resultados vindouros.

Por último, e não menos importante, muito obrigado a todos os integrantes do Fora do Eixo. Em todos os coletivos e *casas coletivas* em que convivi me deparei com uma atmosfera sonhadora, carregada de positividade e de um desejo capaz de mover montanhas. Sinto-me privilegiado por ter optado realizar uma etnografia em um ambiente no qual podemos respirar uma energia transformadora, carregada de diversidade e de respeito. Obrigado a cada um de vocês pela disposição e entusiasmo com minha pesquisa, por compartilharem comigo suas potentes visões de mundo e por me fazer enxergar que, mesmo em condições adversas e sombrias, é nelas que nascem poderosos pontos luminosos.

*Modernizar o passado é uma evolução musical.
Cadê as notas que estavam aqui?
Não preciso delas.
Basta deixar tudo soando bem aos ouvidos.
O medo dá origem ao mal.
O homem coletivo sente a necessidade de lutar.
O orgulho, a arrogância, a glória.
Enche a imaginação de domínio.
São demônios, os que destroem o poder bravio da
humanidade.*

(Chico Science)

RESUMO

Esta pesquisa discute dados coletados em uma etnografia realizada em coletivos culturais da *rede* Fora do Eixo no interior de São Paulo, sendo eles intitulados Fuligem (cidade de Ribeirão Preto), CECAC (Serrana) e Usiarte (Sertãozinho). O objetivo principal da abordagem é descrever e apontar reflexões sobre as dimensões econômicas trazidas pelas relações desses coletivos entre si e com agentes que não fazem parte da *rede* Fora do Eixo, estes conhecidos como *colaboradores* e *parceiros*. Para a descrição dessas práticas tidas como econômicas, é fundamental a análise de um conceito nativo chamado *economia colaborativa*, sendo ele elaborado, acionado e operado por esses coletivos sob diferentes intensidades, tonalidades e alcances. Por um lado, descrevo como os códigos referentes à *economia colaborativa* são operados e estimulados pelas trocas entre os coletivos abordados e, por outro, exponho como são teorizados na instância da *rede* ao etnografar reuniões, encontros e congressos do Fora do Eixo. Dessa forma, a pesquisa opta por descrever etnograficamente os coletivos atuando como centros de ressonância de códigos referentes à *economia colaborativa*, estes propagados e operados pelos coletivos com base nas chamadas *ferramentas* e *simulacros*. Com base na análise do *simulacro Banco Fora do Eixo* e da *casa coletiva*, *caixa coletivo* e uma moeda própria do Fora do Eixo denominada *card*, a pesquisa busca averiguar como a *economia colaborativa* é propagada e operada pelos coletivos abordados.

Palavras-chave: Fora do Eixo. Relações econômicas. Moeda. Trocas. Antropologia da Economia.

ABSTRACT

This research discusses data that was collected at a ethnography in cultural collectives of the Fora do Eixo *network* situated in cities of the heartland of São Paulo. These collectives are called Fuligem (city of Ribeirão Preto), CECAC (Serrana) and Usiarte (Sertãozinho). The main objective of the research is to describe and to point reflections about the economic dimensions that are brought about by the relations of these collectives between themselves and with agentes who does not belong to the Fora do Eixo *network*. These agents are know as *partners* and *contributors*. For the description of these practices considered as economics, is essential the analysis of a native concept know as *collaborative economy*. This concept is elaborated and operated by these collectives with different intensities, shades and reaches. On the one hand, I describe how the codes that refer to the *collaborative economy* are operated and stimulated by the exchanges between the collectives, and on the other hand, I expose how the are theorized in the *network* instance. I seek to do this with the data collected in reunions, meetings and congresses of collectives that are part of Fora do Eixo *network*. In this way, the research chooses to ethnographically describe the collectives working as resonance centers of related codes of *collaborative economy*. These codes are propagated and operated by the collectives throught the so-called *tolls* and *simulacra*. Based on the analysis of a *simulacra* called *Fora do Eixo Bank* and the *tolls* called *collective house*, the *collective register* and a own currency of Fora do Eixo called *card*, the research seeks to investigate how the *collaborative economy* is propagated and operated by the collectives.

Keywords: Fora do Eixo. Economic relations. Currency. Exchanges. Anthropology of the Economics.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** – fala de Pablo Capilé no 5º Congresso do Fora do Eixo
- Figura 2** – organograma geral do Fora do Eixo
- Figura 3** – modo de organização política do Fora do Eixo
- Figura 4** – cartaz indicando os coletivos presentes em *imersão* na Casa FdE São Paulo
- Figura 5** – quarto para hospedagem solidária na Casa FdE São Paulo
- Figura 6** – pintura do Coletivo Fuligem
- Figura 7** – caixa de doação para *caixa coletivo* do Coletivo Fuligem
- Figura 8** – *caixa coletivo* físico do Coletivo Fuligem
- Figura 9** – planilhas com gastos individuais dos integrantes do Coletivo Fuligem
- Figura 10** – gráfico indicando porcentagens de consumo do Coletivo Fuligem
- Figura 11** – aba referentes ao *Banco de Editais* do Fora do Eixo
- Figura 12** – aba referente ao *Conta Comum*
- Figura 13** – reunião de *Banco* no 5º Congresso Fora do Eixo
- Figura 14** – aba de TEC de festival SEDA
- Figura 15** – aba de TEC de festival SEDA
- Figura 16** – aba de TEC de festival Grito Rock
- Figura 17** – aba de TEC de festival Grito Rock
- Figura 18** – abas de TEC com total de *cards* de festival SEDA
- Figura 19** – representação gráfica da “Matriz 4D”

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

Abrafin – Associação Brasileira de Festivais Independentes

CECAC – Centro de Cultura e Ativismo Caipira

CEU – Centros de Artes e Esportes Unificados

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas

FdE – Fora do Eixo

FUNARTE – Fundação Nacional de Artes

MinC – Ministério da Cultura

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NINJA – Narrativas Independentes de Jornalismo e Ação

ONG – Organização Não Governamental

PAN – Ponto de Articulação Nacional

PCULT – Partido das Culturas

PRoAC – Programa de Ação Cultural

SEDA – Semana do Audiovisual

SESC – Serviço Social do Comércio

TEC – Tecnologia Social

TNB – Toque no Brasil

UFSCar – Universidade Federal de São Carlos

Uni – Universidade Fora do Eixo

UNIPAZ – Universidade de Paz

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
O cenário cultural brasileiro e a <i>rede</i> Fora do Eixo	19
<i>Ferramentas e simulacros: operando uma narrativa</i>	21
Questões metodológicas: etnografando um campo que está <i>em rede</i>	30
O trabalho de campo: entre os coletivos e os encontro	36
Estrutura da dissertação	39
CAPÍTULO 1 – O FORA DO EIXO: APONTAMENTOS GERAIS	
1.1. Circuito, rede, movimento social ou um experimento? – uma breve retrospectiva da trajetória do Fora do Eixo	41
1.2. A relação entre <i>pontos</i> e <i>rede</i>: centros de ressonância	47
1.3. A <i>casa coletiva</i> e o <i>rolê orgânico</i>	53
CAPÍTULO 2 – Coletivos atuando no <i>coletivo</i>	
2.1. “Aqui não tem Deus, nem pai e nem mãe. Tá todo mundo junto” – considerações sobre a ideia de <i>coletivo</i>	61
2.2. “Onde falta grana, sobra braço” – sobre a <i>economia colaborativa, coletividade</i> ou <i>colaborativismo</i>	64
2.3. <i>Ferramentas do comum</i> – a <i>coletividade</i> sendo operada	78
2.3.1. – <i>Casa coletiva</i> e <i>caixa coletivo</i>	78
2.3.2. – <i>Casa coletiva</i> e <i>caixa coletivo</i> como ferramentas adaptáveis	91
CAPÍTULO 3 – SOBRE O <i>BANCO FDE</i> E O <i>CARD</i>	
3.1. Banco FdE	96
3.2. O <i>card</i> como impulso à <i>economia colaborativa</i>	115
3.3. <i>Economia colaborativa</i> manifestada nas duas moedas	128

CONSIDERAÇÕES FINAIS: DESEJO DE ECONOMIA	133
4.1. <i>Narrativas</i> de economia do desejo	137
4.2. <i>Narrativas</i> de Economia Criativa e Solidária	142
4.3. Antropologia Econômica Clássica e Antropologia da Economia	146
Referências Bibliográficas	152

Nota do autor

Os depoimentos aqui citados foram coletados por meio de entrevistas diretas e alguns são oriundos de interações de meus interlocutores entre si, nas quais minha presença era apenas como observador. Nesta dissertação, o uso de palavras em itálico evidencia palavras, termos ou expressões enunciadas diretamente por meus interlocutores. Aspas duplas são referentes a citações de meus interlocutores inseridas no corpo do texto e também a teorizações dos autores que serviram de inspiração para as reflexões desenvolvidas aqui. Os nomes e apelidos das pessoas que contribuíram para os dados coletados na pesquisa foram mantidos. Para os relatos de situações que assumo prudente preservar as identidades, opto por não mencionar nomes. Por fim, as fotos, documentos e imagens inseridas aqui, ou foram tiradas por mim ou foram disponibilizadas em sites e redes sociais diretamente pelos meus interlocutores.

INTRODUÇÃO

O Fora do Eixo é formado de organizadores natos. São Artistas autônomos que se auto organizam e organizam circuitos e roteiros e organizam a música autônoma de suas cidades. Além de organizarem e criarem, são também empacotadores de solução. Fazem nascer iniciativas de fomentar novos e diversos eventos culturais e um aprendizado da cultura autônoma se aproximar do poder público, de editais, etc. Isso tudo reflete em uma consequência de uma lógica cooperativa e solidária. (Jefferson Assunção, escritor e crítico de cinema, Dezembro, 2013).

Na fala acima, pronunciada durante o 5º Congresso Fora do Eixo realizado na cidade de Brasília no ano de 2013, o escritor e crítico cinematográfico Jefferson Assunção buscou definir em poucas palavras as formas de atuação com as quais os integrantes da *rede* Fora do Eixo se baseiam para compor suas práticas. A ocasião era um seminário intitulado “Cultura viva, participativa, livre e em rede”, ocorrido na Câmara dos Deputados em pleno Congresso Nacional. Durante o evento, o deputado Paulo Pimenta ressaltou em tom jocoso “o Fora do Eixo está entrando cada vez mais no eixo, porque eles não saem mais daqui desta Casa.” Com as participações de nomes como os deputados Jean Wyllys e Jandira Feghali, o ativista Claudio Prado, o produtor musical Pena Schimdt, além da presença de vários artistas, ativistas e integrantes dos coletivos culturais que compõem o Fora do Eixo, tal seminário era parte da programação do Congresso Fora do Eixo e visava estimular um debate acerca de temas referentes ao setor cultural brasileiro, tais como políticas públicas até a acentuada atuação do Fora do Eixo na área.

Em uma das falas iniciais de apresentação, o microfone foi passado a Pablo Capilé, um dos fundadores e principal liderança da *rede*¹, que fez algumas saudações e provocações gerais, evidenciando o potencial de organização e solidez do Fora do Eixo ao agregar em um único encontro representantes de 25 estados, dois meses após terem sofrido inúmeras e severas críticas nas redes sociais, críticas essas que Capilé definiu como “criminalização”².

¹ O termo *rede* está em itálico pelo fato de eu optar por uma noção nativa do termo ao invés de mobilizá-lo como um conceito analítico. Dessa forma, procuro dar voz ao discurso e à maneira com que meus interlocutores enxergam, conceituam e teorizam aquilo que os envolve e que é chamado de *rede*. Essa discussão será desenvolvida no final desta introdução.

² Tais críticas consistem em diversos e severos ataques feitos ao Fora do Eixo em forma de texto ao longo de blogs e redes sociais. Elas tiveram início no mês de agosto de 2013, dias após a participação de Pablo Capilé no programa Roda Viva da TV Cultura (disponível na íntegra em <http://youtube.com/watch?v=kmvgDn-lpNQ>). De modo sucinto, ex-integrantes e artistas acusavam o Fora do Eixo de práticas como apropriação do trabalho do

Ele ressaltou que o congresso foi feito sem dinheiro e sem patrocínio, sendo fruto de dois meses de articulação com diversos movimentos sociais e agentes culturais, dialogando com o Congresso Nacional e com o poder público. Dito isso, Capilé acrescenta:

A gente criou uma nova economia. A gente criou uma economia colaborativa. A gente criou uma economia do equilíbrio zero que não falta muita coisa, saca? Mas também não sobra, mas também não falta. O tempo inteiro ali tá colocado, então tem um equilíbrio a partir da economia solidária que é essa economia colaborativa, que em cima do tesão, do ânimo e do estado de utopia permanente faz com que a gente esteja aqui enfrentando o que é essa criminalização proveniente do capital e essa criminalização proveniente de segmentos econômicos que não conseguem compreender a inventividade e a criatividade desses novos movimentos sociais.

Tanto na epígrafe quanto nas falas elencadas acima, podemos notar algumas expressões que sugerem as principais preocupações desta dissertação. Capilé, ao se referir a termos como “tesão”, “ânimo”, “estado de utopia permanente” e “criatividade dos novos movimentos sociais”, deixa clara a existência de práticas e disposições particulares que estabelecem a chamada *economia colaborativa*, marcada por uma série de preceitos, códigos e teorizações que serão objeto de análise desta dissertação. Veremos que a *economia colaborativa* é tanto um meio quanto um fim a ser atingido, sendo a sua análise um caminho para compreendermos o que os integrantes do Fora do Eixo mobilizam para a composição de um cenário tido como alternativo a um sistema hegemônico.

A presente dissertação explora como a *economia colaborativa* é elaborada e acionada pelos integrantes o Fora do Eixo. É a partir de diversas estratégias elaboradas pelo Fora do Eixo que seus agentes mobilizam e adaptam determinados recursos e saberes para que tal *economia colaborativa* tome existência. Assim, ao longo desta dissertação, esta *economia* particular será abordada por meio da descrição das estratégias, códigos e teorizações que são adaptados e operados dentro de cada coletivo cultural associado à *rede* Fora do Eixo.



Figura 1 - 5º Congresso Fora do Eixo – Fala de abertura de Pablo Capilé em seminário ocorrido na Câmara dos Deputados, no Congresso Nacional – DF (Fonte: página no Facebook do 5º Congresso Fora do Eixo)

Sendo assim, esta dissertação busca apresentar um contexto etnográfico a partir do qual possam ser analisados esforços dos sujeitos em acionar e operar diversas noções emanadas de uma outra instância chamada Fora do Eixo. Partindo da observação das práticas de integrantes de coletivos culturais localizados no interior de São Paulo – Fuligem (Ribeirão Preto), Usiarte (Sertãozinho) e CECAC (Serrana) –, o intuito aqui é descrever como tais recursos e saberes são teorizados, acionados e adaptados dentro desses coletivos. A partir da análise dessas práticas inspiradas nos preceitos *colaborativos* elaborados pelo Fora do Eixo, pode-se perceber como seus integrantes elaboram visões de mundo a respeito de relações econômicas e até mesmo como se posicionam frente ao modelo tido por eles como hegemônico.

Esta pesquisa opta, portanto, por iluminar dimensões econômicas tais como transações monetárias, manuseio de dinheiro e relações de prestação e contraprestação entre os integrantes desses coletivos. Mesmo que em determinados momentos a discussão leve a pesquisa a considerar temas caros à Antropologia Econômica como dádiva, mercadoria, valor e a própria troca, não serão esses os norteadores da análise. Sendo privilegiada a perspectiva nativa, o foco recairá nos conceitos mobilizados e significados pelos atores dentro da chamada *economia colaborativa*.

O cenário cultural brasileiro e a *rede* Fora do Eixo

Como bem notado por Barcellos (2012), uma das primeiras pesquisadoras a apresentar uma minuciosa tese sobre a *rede*³, é tarefa difícil definir o Fora do Eixo:

Organização, Circuito, movimento, rede... Definir o Circuito Fora do Eixo é um grande desafio. Estas palavras são usadas por seus próprios membros, em diversos momentos durante as entrevistas que realizamos e de uma série de documentos, vídeos, documentários que analisamos. Nas definições tradicionais, o Fora do Eixo é uma “coisa” que não se enquadra em nenhuma destas palavras, se aplicarmos o sentido conferido a elas pelas teorias organizacionais dominantes em cada um destes campos. Talvez porque seja ora uma coisa, ora outra, ora mais de uma, numa fluidez difícil de apreender e acompanhar. Vivo demais para as nossas teorias, o que acontece no Circuito Fora do Eixo remonta à metáfora do organismo vivo. Mas, diferentemente do positivismo das ciências naturais, não supomos que matando-o, podemos separá-lo em partes para então conhecê-lo. Isso nos levaria à caricatura da qual falamos no início. Isso nos levaria a um amontoado de práticas e procedimentos que, embora seja parte do FDE, está distante de poder representar o que ele efetivamente significa.” (Barcellos, 2012, p.172)

Ainda que “vivo demais para as nossas teorias”, chama a atenção a enorme recorrência da metáfora da *rede*, utilizada tanto pelos atores envolvidos com os coletivos Fora do Eixo quanto por analistas que buscaram defini-lo. Savazoni (2014), por exemplo, afirma tratar-se de uma “rede de coletivos culturais e de ativismo político-cultural” (ibid .: 14) voltada para a contribuição na construção de políticas públicas notadamente para o campo cultural. Assim, quando se faz referência ao Fora do Eixo como uma *rede*, enfatiza-se a existência de diversos coletivos espalhados por *pontos* em praticamente todos os estados brasileiros. Tais coletivos sob a alcunha do Fora do Eixo, em geral, lidam com produção musical e circulação de bandas e artistas, elaboração de projetos culturais a concorrer em editais públicos, criação de festivais de música independente em suas respectivas cidades, além de uma acentuada participação no que tange ao cenário de políticas públicas para a cultura.

Cabe aqui uma contextualização sobre a importância da mudança de panorama para o setor cultural advindo das gestões de Juca Ferreira e Gilberto Gil no Ministério da Cultura, marcadas pela implantação do Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva, cuja principal ação foi a implementação dos Pontos de Cultura. A valorização

³ Poucos são os trabalhos abordando o Fora do Eixo na área da Antropologia. Além da referida Barcellos, cuja pesquisa foi desenvolvida na área de Administração, consulte também trabalhos na Economia Solidária, nas Ciências Humanas e Sociais e também na área de Comunicação.

desta política pública está no fato de que, embora seja o Estado conduza os programas e diretrizes políticas para o setor cultural, não é ele que as executa. Cabe aos Pontos de Cultura concorrer aos editais públicos, articular com movimentos culturais locais e promover ações culturais⁴.

Sobre esse cenário, os dados de Barcellos (2012) apontam que poucos coletivos do Fora do Eixo são reconhecidos oficialmente como pontos dentro do Programa Cultura Viva, o que indica que os coletivos da *rede* não dependem do governo em termos financeiros. O que essa nova postura do governo em relação às gestões presidenciais anteriores tornou provável foi uma maior possibilidade de diálogo e trocas com outros agentes ligados às manifestações e projetos culturais. Dessa forma, o que essas políticas criaram foi um contexto mais favorável para as possibilidades de conjunção e atuação da chamada sociedade civil, especialmente entre agentes aptos a elaborar projetos culturais.

No congresso Fora do Eixo em que estive presente, Capilé enfatizou, em um debate com a presença do então ex-ministro Juca Ferreira, o fato de diversas *redes* terem surgido no Brasil nos últimos 8 anos devido às políticas culturais proporcionadas pelas gestões Gil/Juca. Segundo ele, elas tornaram possível uma descentralização quanto ao modo de se fazer cultura, facilitando direcionamentos de recursos e capacitação de agentes autônomos, situação até então inédita no cenário cultural brasileiro⁵.

Em suma, esse cenário político possibilitou uma comunicação mais intensiva e frequente entre agentes culturais, além de um acréscimo da circulação de pessoas, saberes e tecnologias. Assim, algumas das principais práticas dos coletivos ligados ao Fora do Eixo

⁴ A expectativa para tal programa, na época de sua implementação, era de uma renovação da forma de pensar políticas públicas para a cultura no Brasil por meio de uma ressignificação de temas como identidade nacional e diversidade cultural. Gilberto Gil, em seu discurso de posse, aponta para a necessidade de “avivar o velho e atizar o novo”, fazendo-o por meio de “uma espécie de do-in antropológico”. Ou seja, a proposta do Programa Cultura Viva seria uma saída da ótica de uma identidade nacional arcaica advinda do século passado, procurar estimular uma “diversidade cultural” e estimular um diálogo direto com a sociedade civil, sendo potencializadas as produções culturais dos grupos que lidam diretamente com o desenvolvimento cultural local. Sobre tal cenário, ver Nunes (2011; 2012) sobre a atuação de Pontos de Cultura no Programa Cultura Viva.

⁵ Sobre esse cenário, não se trata de afirmar que os vetores dos coletivos do Fora do Eixo vão agora em direção a uma máquina estatal ou estão direcionados paralelamente a ela. Como coloca Lazzarato (2011), mesmo que haja uma política governamental oficial que estipule instruções e modelos para aqueles que são governados, estes arranjam processos de subjetivação que trarão possibilidades de autonomia em seu modo de governarem. Segundo o autor, “mas o governo é também e primeiramente uma relação estratégica entre governantes e governados em que os primeiros tentam determinar as condutas dos segundos, e em que os últimos desenvolvem práticas “para não serem governados”, para serem governados o menos possível, para serem governados de uma outra maneira, segundo outros procedimentos, segundo outros princípios, segundo outras terminologias e saberes, ou ainda para se autogovernarem.” (*ibid* .: 92)

acabaram sendo potencializadas, como a fiscalização, desenvolvimento e propostas de viabilizar espaços e condições para artistas apresentarem e desenvolverem seus trabalhos, bem como fornecerem uma formação específica para artistas, produtores e para a população em geral⁶. Com esse cenário se consolidando, os coletivos vão se tornando plataformas para os agentes se capacitarem usando os códigos e *tecnologias* implantadas pelo Fora do Eixo e impulsionarem seus trabalhos e projetos culturais.

É válido advertir, então, que sempre que me refiro ao Fora do Eixo em si, indico um movimento mais amplo e abstrato, e não uma organização no sentido estrito do termo, com um centro axial que coordenaria todos os coletivos. Sendo assim, o Fora do Eixo opera como uma imagem fluida – “ora uma coisa, ora outra, ora mais de uma” – que fornece determinados códigos de informação e que estão disponíveis para os coletivos adaptarem, sendo estimulado que os agentes circulem, troquem, interajam e se encontrem visando convergir essas codificações.

Ferramentas e simulacros: operando uma narrativa

O congresso do Fora do Eixo que dá início a esta dissertação consiste em um evento adequado para esclarecer certos pontos definidores sobre a *rede* Fora do Eixo e iluminar também os pontos principais a serem abordados nesta dissertação, já que é um encontro no qual representantes de todos os coletivos da *rede* se reúnem para debater e direcionar determinadas deliberações. Assim, ao acompanhar as inúmeras reuniões ocorridas dentro do evento, pude visualizar dois aspectos que são fundamentais para a minha abordagem etnográfica: o modo com que esses coletivos se enxergam como parte de algo maior tido por eles como uma *rede* e como certas práticas e saberes são entendidas, afinadas e operadas por esses coletivos. Há várias denominações referentes a essas práticas e saberes, dentre elas, *ferramentas*, *tecnologias* e *aplicativos do comum*⁷. Como será visto ao longo da dissertação, tais *ferramentas* são estratégias que direcionam a ação das pessoas que compõem esses coletivos para uma *economia colaborativa*.

⁶ Geralmente essas práticas formativas são as chamadas *vivências*, que é uma prática em que agentes ligados à *cena* cultural independente passam um tempo residindo nos coletivos com o intuito de aprender a lidar com áreas como audiovisual, mídia, produção, gravação, gestão cooperativa, etc.

⁷ Como meus interlocutores acabam não utilizando uma denominação em específico como preferência para quando se referem a esses recursos, ao longo da escrita não me prenderei a uma dessas denominações, e sim as intercalarei quando for mencioná-las.

Há diversas *ferramentas* que costumeiramente são elaboradas pelos coletivos, e eventualmente muitas delas entrarão na descrição etnográfica. Porém, as mais relevantes para as preocupações desta pesquisa são a *casa coletiva*, o *caixa coletivo* e o *card*. Como o intuito aqui é considerar as dimensões econômicas que são operadas pelos coletivos abordados, essas respectivas *ferramentas* são as que melhor representam os modos com que essa *economia colaborativa* é acionada. Assim, antes de presenciar tal congresso, já era de meu conhecimento o fato de grande parte dos coletivos serem também *casas coletivas*, ou seja, além de sede de atuação, também servem como moradia para os integrantes. Já sabia também da utilização de um *caixa coletivo* dentro das casas no qual os integrantes compartilham seus rendimentos econômicos entre si, havendo um discurso de desapego com questões individuais e materiais. Além disso, sabia também que é utilizada uma moeda própria do Fora do Eixo denominada *card*, utilizada para mensurar as práticas de trocas de serviços e materiais técnicos entre os coletivos. Foi no congresso que pude ver de modo bastante enfático inúmeras falas e diálogos que propusessem uma sintonia nas experiências e expectativas dos agentes em morarem em uma *casa coletiva*, se arranjam em torno de um *caixa coletivo* e utilizarem as *parcerias* implícitas no uso do *card* para impulsionar projetos culturais. Além disso, tais reuniões também serviam para reforçar nos coletivos mais recentes um entendimento de como tais *ferramentas* são operadas, notadamente dentro de uma *coletividade*⁸.

A maioria das enunciações partidas dessas reuniões remete a uma imagem da colaboração e compartilhamento que busca abarcar todos os agentes envolvidos. Muitas falas indicam uma mescla de abundância no que é circulado e desapego dentro das *casas coletivas*. Quando falam em experiências de morar em uma *casa coletiva* gerida com base em um *caixa coletivo*, novos sentidos para o convívio são discutidos. Para a convivência em uma “economia do afeto” defende-se o corolário “valorizar mais o upload do que o download”, mais aquilo que é disponibilizado para ser aproveitado e circulado do que o que é retirado. Assim, expressões como “falta dinheiro, sobra braço”, “se um tá botando e o outro também, os dois estão garantidos”, “o trabalho dá resultado porque está todo mundo pensando igual”, indicam motivações e esforços dos agentes em enunciarem um cenário de igualdade e potencialidade.

⁸ É preciso dizer que não há um termo oficial para caracterizar os incentivos a uma iniciativa econômica que privilegie o recurso das *parcerias*. Além do termo *economia colaborativa*, também é comum durante o campo escutarmos os termos *coletividade*, *coletivismo*, *inteligência coletiva*, *colaborativismo*, dentre outras variações. Para evitar uma escrita repetitiva, irei usar esses termos de forma intercalada ao longo da dissertação.

Dessa forma, as *ferramentas* estipuladas e constantemente reforçadas nas reuniões indicam as tendências nos integrantes dos coletivos em proporem e operarem uma igualdade. Nos coletivos que servem de moradia e onde a convivência é parte do processo colaborativo, o compartilhamento de bens tangíveis e intangíveis, monetários e simbólicos, é peça fundamental para o estabelecimento de um ambiente *coletivo*. Assim, o que as *ferramentas* sugerem é que seja estabelecido um ambiente *colaborativo* pautado em uma igualdade nas relações entre os agentes⁹.

Dito isso, a proposta é discorrer sobre a operação dessas *tecnologias* dentro dos coletivos e observar como as relações entre eles – pautadas com base na chamada *coletividade* – fazem com que sejam manuseadas e atualizadas. Dessa forma, o desafio aqui proposto não é pensar como a atuação desses coletivos é determinada pelo Fora do Eixo como algo que lhes transcende e lhes impõe um modelo de ação, mas sim como eles percebem, adaptam e a todo momento reformulam *ferramentas* que, ao serem disseminadas entre os coletivos, estabelecem elementos comuns a *rede* e conferem ao Fora do Eixo a sua singularidade¹⁰.

Além das *ferramentas*, também são disseminadas na *rede* quatro frentes de trabalho, sendo elas o Banco, Partido, Mídia e Universidade, que compreendem ramos de atuação comuns a todos os coletivos da *rede*. Tais frentes consistem nos chamados *simulacros*, que são simulações de determinadas instituições redesenhadas com outras características para se adaptarem aos princípios que regem o Fora do Eixo. Dos *simulacros* Banco, Partido, Mídia e Universidade derivam práticas referentes a diversos temas da vida cotidiana que buscam propor alternativas a um modelo vigente na sociedade atual. Segundo o Glossário Fora do Eixo, os *simulacros* “têm como objetivo disputar o modelo de sociedade em que vivemos,

⁹ Devo ressaltar que não se trata de encontrar uma igualdade plena estabelecida nesses coletivos, mas sim uma ideia de igualdade que é acionada e operada para nortear as relações dos integrantes entre si, bem como deles com agentes de fora dos coletivos, mas integrados à *cena* cultural de alguma forma. No capítulo 2 essa ideia será apresentada com maiores minúcias.

¹⁰ Nesse ponto, assumo a visão de Strathern (2014), para quem o todo não é uma soma das partes, mas serão sim os pontos que se rearranjarão visando o foco nas relações, podendo diferentes perspectivas coexistirem e, na troca entre elas, poderem transformar-se umas nas outras. Assim, é possível fazer aqui uma analogia com Biondi (2010, 2014) que, em seu trabalho com o PCC, não o olha como uma organização coesa e fechada, como uma força transcendente que molda e soma as partes, mas o pensa a partir das instâncias locais e, com isso, entende como a transcendência é construída e como ela se mostra eficaz aos integrantes do PCC, estando eles *sintonizados* a ele. Assim, a noção do Fora do Eixo como uma organização que transcende os coletivos cai por terra já que o todo não é composto por esses coletivos, mas acionado por eles.

apresentando propostas concretas de reorganização das estruturas econômicas, políticas e sociais”¹¹.

Savazoni (2014) definiu os *simulacros* como “simulações das principais instituições estruturadoras das nossas sociedades, redesenhadas com outras características para se adaptarem aos princípios coletivistas que regem o FdE” (*ibid.*: 24). Dessa forma, todos os coletivos ligados à *rede* precisam ter pessoas destinadas a cada uma dessas frentes de trabalho designadas pelos *simulacros*. Seguindo essa prática, cada coletivo, dentro do que tange a Universidade Fora do Eixo, se torna um centro de *vivências* que estimula práticas formativas para seus membros e também para pessoas de fora, seja de outros coletivos ou eventuais agentes ligados ao âmbito cultural. O Partido Fora do Eixo é referente às articulações e relações tidas como políticas dos coletivos com outros grupos, tais como movimentos culturais, outros coletivos e o poder público, visando alavancar o cenário cultural em termos de políticas públicas, articulações entre grupos e formação de *parcerias*¹². A Mídia consiste em todas as práticas tangentes ao audiovisual, transmissão online, coberturas midiáticas e fotografia. Por último, o Banco concerne todas as práticas de gerenciamento econômico de um coletivo, pautado pela Economia Solidária no esforço de horizontalizar as relações e buscar alcançar uma sustentabilidade econômica dentro da *casa coletiva*. Dessa forma, cada coletivo da *rede* funciona como um campus para a Universidade, um diretório para o Partido, um ponto de Mídia Livre e uma agência para o Banco.

É interessante relacionar a noção de *simulacro* tal como mobilizada pelo Fora do Eixo com o debate filosófico proposto por Deleuze (2000), que parte – e posteriormente reverte – a ideia de simulacro originária de Platão. A visão platônica estipula divisões duais entre essência e aparência, original e cópia, inteligível e sensível e Ideia e imagem, dualidades essas que implicam a chamada ‘dialética dos rivais’, ou seja, uma distinção entre aquilo que seria verdadeiro e aquilo que seria falso, impuro e indigno. Assim, nessa ótica platônica, o simulacro também faria parte dessas divisões, sendo ele oposto a um modelo, o que implicaria em um desvio desse modelo. Nessa linha, o destino de um simulacro seria seu recalçamento, justamente para qualquer perversão ser evitada. Deleuze aponta que o objetivo do Platonismo

¹¹ Glossário Fora do Eixo, disponível em http://universidade.foradoeixo.org.br/?pago_id=64. É interessante notar como o glossário também tem como efeito a disseminação de certas noções e práticas na *rede* Fora do Eixo.

¹² A denominação “Partido Fora do Eixo” é a que mais sofre derivações. Ela é mantida como tal no glossário, no regimento interno do Fora do Eixo e na cartilha direcionada ao Partido, já que são referentes a ele como frente de ação. Porém, em encontros de caráter deliberativo, o Partido Fora do Eixo já foi chamado de Partido das Culturas e, atualmente, por Partido das Utopias (PUTO).

é “fazer triunfar os ícones sobre o simulacro” e, ao cercear essa cópia rebelde, conseguir “encerrá-la numa caverna no fundo do Oceano” (*ibid.*: 6).

Para Deleuze, então, como a cópia é fundada sobre semelhanças com a Ideia, com um modelo supostamente legítimo, o simulacro necessariamente parte de um outro lugar. Não é questão nem mesmo de colocar simulacro e cópia como dualidades. Segundo Deleuze, o simulacro é uma imagem sem semelhanças nítidas e propositais com os modelos, mas sim um efeito estético, criado por meio diferente daqueles que são operados no modelo e que internaliza para si características que são dissimilares.

Sem dúvida, ele produz ainda um *efeito de semelhança*; mas é um efeito de conjunto, exterior, e produzido por meios completamente diferentes daqueles que se acham em ação no modelo. O simulacro é construído sobre uma disparidade, sobre uma diferença, ele interioriza uma dissimilitude. Eis por que não podemos nem mesmo defini-lo com relação ao modelo que se impõe às cópias, modelo do Mesmo do qual deriva a semelhança das cópias. Se o simulacro tem ainda um modelo, trata-se de um outro modelo, um modelo do Outro de onde decorre uma dessemelhança interiorizada. (*ibid.*: 5)

Assim, quando se pensa nas frentes de ação chamadas de *simulacros* que são assumidas pelos coletivos ligados ao Fora do Eixo, obviamente não se trata de uma replicação das características das instituições usuais dos bancos, partidos, meios de comunicação e universidades. Nem mesmo se trata de uma simulação de fato, ou seja, o manuseio dessas frentes com a sensação de estar operando aquele modelo vigente das referidas instituições, mesmo com a ciência de que não são os originais. O viés proposto nessa dissertação é considerar as práticas que derivam dessas frentes de atuação como oriundas de esforços para criar linguagens econômicas, políticas e comunicacionais¹³. Dessa forma, essas frentes que direcionam os trabalhos e atuações dos integrantes dos coletivos do Fora do Eixo chamadas de *simulacros* não visam meramente uma imitação, mas sim o redesenho e até mesmo reformulação da ideia que esses modelos trazem consigo, e uma consequente adaptação dessas ideias para serem assimiladas em contextos específicos.

Para suscitar uma discussão inspirada nos preceitos colocados por Deleuze a respeito do simulacro, devemos considerar contextos etnográficos nos quais podemos perceber diferenças nos tons e nuances com que os coletivos reafirmam seus discursos e práticas.

¹³ Como meu interesse aqui é analisar as práticas tidas como econômicas por meus interlocutores, notadamente irei privilegiar na descrição as práticas oriundas do *simulacro* Banco. Porém, não nego que práticas que partem das outras frentes apareçam na análise e até mesmo resvalam e provoquem reações no que acontece no Banco. As reflexões acerca dessas frentes de trabalho serão melhor abordadas no capítulo 3.

Como veremos ao longo dos capítulos, diversas são as ocasiões em que os coletivos se posicionam perante o capitalismo ou o poder público. Nesse ponto, a referência é feita no tom de “contra-hegemonia” a essas instâncias vigentes, das práticas oriundas dos *simulacros FdE* possibilitarem alternativas e até mesmo críticas às instituições oficiais, mas sem deixar de se aproximarem destas para estabelecer relações, desenvolver projetos e, principalmente, ajudar a compor a *economia colaborativa*. Em outros momentos, veremos ocasiões em que os coletivos se aproximam de agentes e práticas oriundas da Economia Solidária ou Economia Criativa e nelas traçam alusões e homologias e, com isso, buscam referentes para iluminarem suas práticas e teorizarem a *economia colaborativa*.

É importante esclarecer esse ponto para argumentar que os coletivos não são unicamente simulacro ou unicamente cópias, mas sim transitam entre um e outro. Há momentos em que, como fundo, estabelecem identidades primordiais e há momentos em que estabelecem diferenças veementes. O ponto a ser considerado aqui é que independente dos esforços em estabelecerem identidade ou diferença, múltiplas são as iniciativas operadas sob a luz da *economia colaborativa*, sejam aquelas reconhecidas em empreendimentos solidários ou criativos ou até mesmo oriundas de dessemelhança com instâncias ou instituições oficiais¹⁴.

Desse modo, essa discussão referente ao simulacro, tanto a conceituação teórica como a nativa, servirá como gatilho para pensarmos os direcionamentos praticados pelos coletivos. Qualquer imagem ou possibilidade de um fazer político ou econômico oriundo de uma Ideia de partido político ou de banco, por exemplo, é performatizada (Callon, 1998) e operada por esses coletivos¹⁵. Mesmo que radicalmente dessemelhantes ao modelo “oficial”, este é adaptado e implodido em uma linguagem interna, visando aproveitá-lo para as finalidades específicas.

O que o Partido FdE, o Banco FdE, a Universidade FdE e a Mídia FdE fazem é usar a denominação dessas instituições usuais e redesenhar as práticas que delas derivam para as

¹⁴ As situações em que podemos observar uma cópia seriam as práticas de afirmação do *simulacro FdE* e a disseminação deles na escala da *rede*. Nesse ponto, notadamente em reuniões, encontros e congressos, há tentativas de codificar os *simulacros* como recursos a serem alaistrados pela *rede* e adaptados pelos coletivos. No capítulo 3 entraremos com o devido aprofundamento ao descrevermos o *Banco FdE*.

¹⁵ A ideia de performatização de Callon é referente à prática moldando e dando forma à teoria. O autor desenvolve tal noção com base na ideia de agências calculativas, que são estratégias de cálculo e de posicionamento dos agentes em uma rede de relações, sendo percebidos esforços desses agentes em adaptar a teoria econômica às práticas do dia-a-dia. No capítulo 3 e na conclusão, esta ideia será desenvolvida com os devidos cuidados.

finalidades específicas estipuladas pelo Fora do Eixo, que é a ação cultural operada de forma *colaborativa*. Dessa forma, cada coletivo ligado à *rede* assume essas frentes de trabalho como *ferramentas* de trabalho, e as adapta de acordo com sua *narrativa*¹⁶.

Não é de forma cotidiana que os coletivos indagam e refletem sobre a ideia de *simulacro*. E nem é corriqueiro eles compararem essas frentes de atuação com partidos políticos, grandes bancos, universidades ou grandes meios de comunicação. Ainda assim, são notórios, principalmente nos encontros de coletivos do Fora do Eixo, os esforços em pautar e enunciar visões de mundo que tangenciam as referidas instituições, aparecendo críticas à atuação e parcialidade da grande mídia, à falta de proximidade de partidos políticos ou da Academia com movimentos sociais, às altas taxas de lucro bancário devido à cobrança de juros, etc. Ou seja, tudo o que essas instituições fazem que “não representa” a atuação desses coletivos foi redesenhado visando facilitar e nortear a atuação deles. Em uma entrevista para Barcellos (2012), Pablo Capilé afirma:

“Por isso que a gente criou uns simulacros: a gente não concordava com a universidade, criou uma; não concordava com os partidos, criou um partido, não concordava com os bancos, criou um banco; a gente não tinha dinheiro a gente fez dinheiro, criou uma moeda; a gente não tinha uma indústria na música a gente construiu uma, a gente não tem uma no audiovisual, a gente vai construir uma, a gente gosta de esportes mas não tem onde fazer essas interlocuções, a gente vai fazer um clube de esportes e vai discutir o Fora Ricardo Teixeira, vai discutir a lei do passe, vai discutir o clube-empresa, vamos dar visibilidades pro Hugby que é um esporte fora do eixo; então é entender que a partir da união de braços e pernas a gente consegue fazer o que a gente quiser.” (Pablo Capilé, in: Barcellos, 2012, p.192)

Ainda que haja esse viés ideológico forte nos encontros entre meus interlocutores ou nas falas e entrevistas que abordem o caráter de suas práticas, no dia-a-dia a palavra *simulacro* dificilmente é enunciada. O que é privilegiado são as frentes de ação em si. Ao longo da descrição etnográfica veremos que em cada coletivo, cada integrante do chamado Núcleo Duro¹⁷ assume alguma dessas frentes, sendo necessário para seu funcionamento

¹⁶ O termo *narrativa* é bastante corriqueiro entre os coletivos do Fora do Eixo e alude aos contextos nos quais os coletivos estão inseridos, as temáticas e cenários que buscam compor, além das especialidades com as quais conferem significado às suas atuações. As *narrativas* podem ser compostas em várias escalas, tanto por coletivos específicos quanto por eventos e projetos produzidos por eles. Ao longo da descrição aparecerão exemplos sobre *narrativas* ou esforços para criar uma.

¹⁷ A expressão *Núcleo Duro* é usada para indicar um pertencimento pleno de um coletivo à *rede* Fora do Eixo ou de um integrante à gestão *colaborativa* do coletivo do qual faz parte. Assim, faz parte do *Núcleo Duro* aqueles *pontos* que se assumem como representantes do Fora do Eixo na região em que atuam, assumindo as frentes de trabalho referentes aos *simulacros*, participando de reuniões de cunho deliberativo e se arranjando com base nas *ferramentas* que irão promover uma gestão *colaborativa*, tais como a *casa coletiva*, o *caixa coletivo* e o *card*.

enquanto coletivo do Fora do Eixo haver integrantes específicos exercendo as funções do Banco, do Partido, da *Uni* e da Mídia. Dessa forma, a divisão do coletivo em frentes de trabalho revela o *simulacro* em ação, sendo até mesmo comum vermos integrantes jamais considerarem refletir sobre o fato de atuar em um *simulacro* em ação.

Um exemplo que ilustra as concepções nativas acerca dos *simulacros* consta no trabalho de conclusão de curso em Gestão em Economia Solidária de Nathália da Silva, integrante do coletivo Fuligem. Lá, a autora aponta que nos períodos iniciais de formação do Fora do Eixo, a preocupação em produzir conteúdo acadêmico e elaborar compreensões de cunho mais teórico acerca dessa forma de gestão era quase inexistente. Muito se fazia e pouco era refletido ou escrito sobre a *rede* que, até então, ainda estava em estágios iniciais. Inclusive, a própria Nathália chegou a me revelar que, quando ela começou a querer cursar Economia Solidária, ela queria ser “a acadêmica da *rede*”, porém, como “a prática é muito forte, acaba atrapalhando na hora de fazer a teoria certa”. Ela chegou até mesmo a me falar que eles são muito agradecidos pelos pesquisadores que desenvolvem trabalhos acadêmicos sobre o Fora do Eixo. “Eu tenho muita dificuldade com as normas da ABNT, eu quero morrer com isso! Então a gente valoriza muito e agradece o interesse e o esforço de vocês por acompanharem a gente”.

Nathália aponta em sua monografia, que, apesar das lacunas na produção de conteúdo acadêmico, sempre foi notória a preocupação em organizar, planejar e sistematizar ações, resultando em gráficos, planilhas, apostilas e cartilhas. A autora insere a seguinte imagem para ilustrar o “modo organizacional do Fora do Eixo”:

Igualmente é denominado *Núcleo Duro* os atores que se dedicam exclusivamente ao coletivo, utilizando-o como moradia e compartilhando rendimentos no *caixa coletivo*.

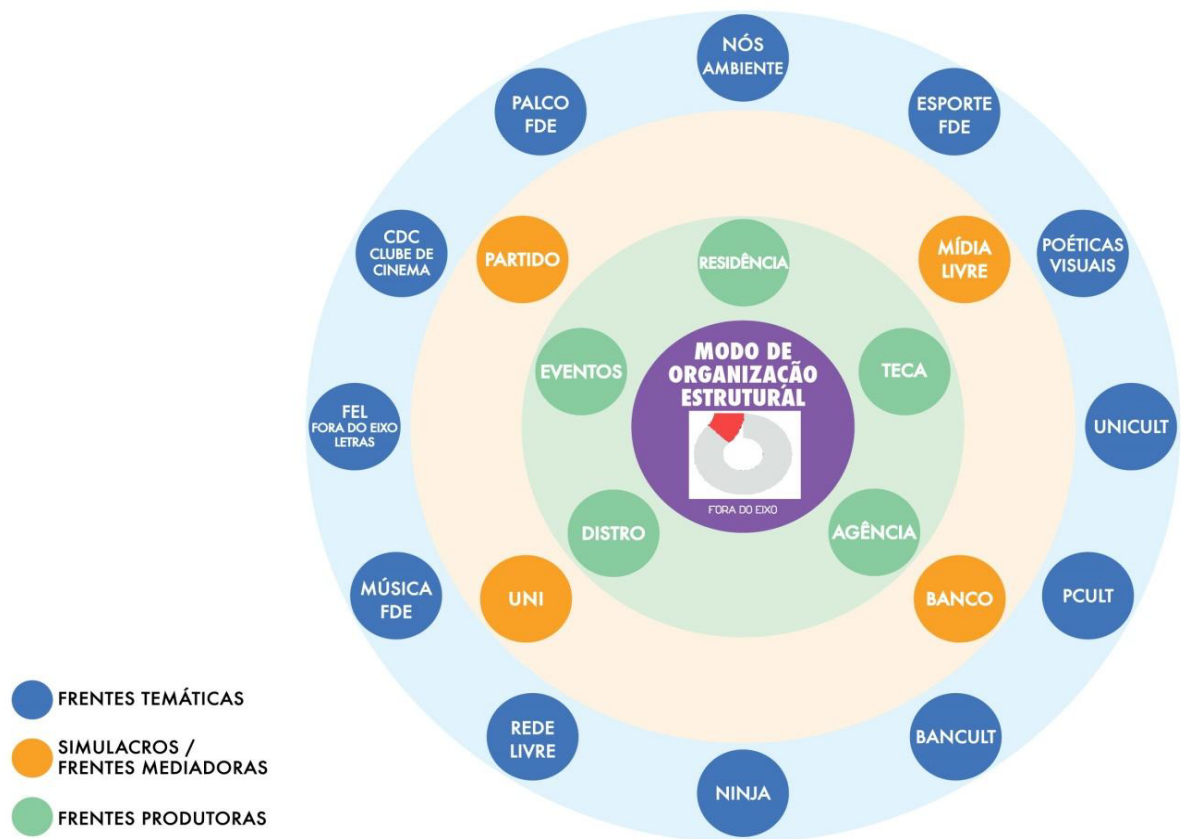


Figura 2 – Organograma geral do Fora do Eixo (Fonte: <http://coletivomundo.org.br>)

Segundo Nathália, é uma junção de “microrredes” que dita a organização, fazendo com que as *frentes temáticas* – que denotam a atuação do Fora do Eixo como movimento social e circuito cultural ao articular com agentes e aplicar projetos –interliguem os *simulacros* e as *frentes produtoras*, sendo estas as incumbências e os direcionamentos práticos que cada membro dos coletivos assumem para projetos específicos. Nathália, então, defende que:

“Os simulacros compõem o sistema solidário Fora do Eixo e têm o papel fundamental de gerar o fluxo entre as duas outras redes, elaborando mecanismos de sistematização, mapeamento, pesquisa, concepção, execução, sustentabilidade, mobilização, comunicação e dinâmica entre os indivíduos e as coordenações institucionais do Fora do Eixo.” (Da Silva, 2015, p.57)

Assim, os *simulacros* se mostram como estratégias de direcionamento das ações dos coletivos. São justamente nos congressos, encontros e reuniões, onde são enunciados entendimentos acerca da performatização desses *simulacros*, em que se busca uma sintonia no modo dos coletivos atuarem nas frentes de trabalho.

Portanto, nota-se que há duas instâncias pelas quais o Fora do Eixo pode ser observado. Nos encontros, onde o atuar *em rede* é acionado e reforçado, e nos *pontos*, a partir dos quais as *ferramentas* da *rede* são operadas. São nas reuniões que as *ferramentas* estipuladas pelo Fora do Eixo são repassadas, discutidas e afinadas para que possam ser adaptadas pelos coletivos. Dessa forma, as *ferramentas* e os *simulacros* estão tanto em curso – circulando em forma de ideia em reuniões, encontros, em cartilhas informativas e em discussões via grupos de e-mail e via redes sociais – quanto estão sendo operadas no cotidiano dos coletivos como estratégias que acabam por aproximar as ações dos coletivos de uma *narrativa* proposta pelo Fora do Eixo. Essa *narrativa* seria a própria *economia colaborativa*, que circula pela *rede* em forma de conceito, é discutida e reforçada em encontros, bem como adaptada por cada coletivo de acordo com sua *narrativa* particular.

Questões metodológicas: etnografando um campo que está *em rede*

Vimos até agora alguns esclarecimentos sobre os diversos recursos que emanam do Fora do Eixo e que são adaptados e operados pelos coletivos. O *caixa coletivo*, *casa coletiva*, o *card*, bem como as práticas referentes aos *simulacros* (principalmente ao Banco FdE) são centrais ao entendimento daquilo que é chamado de *coletividade*.

Outra característica com a qual o Fora do Eixo está arranjado e que também se mostra como uma *ferramenta* componente da *coletividade* é o fato já mencionado dos coletivos se verem como estando dispostos *em rede*. Além deles próprios se denominarem como “*rede* Fora do Eixo”, a palavra é usada por eles como um referente. Dessa forma, os integrantes dos coletivos elaboram para si diversas imagens sobre esse *atuar em rede*, além de estratégias de arranjo e de se relacionarem *em rede*.

Assim, pensando na ideia e na imagem de *rede* como compondo a *economia colaborativa*, defendo que um coletivo do Fora do Eixo não existe isoladamente. Para se inserir e atuar no Fora do Eixo, espera-se que se participe de encontros, reuniões presenciais ou online, congressos regionais ou nacionais, além de *imersões* e *colunas* que ocorrem periodicamente em âmbito regional¹⁸. E isso significa que esses encontros estimulam relações

¹⁸ As *imersões* do Fora do Eixo são instâncias deliberativas presenciais que ocorrem em caráter regional. Na ocasião, diversos representantes dos coletivos das regiões se reúnem, geralmente em uma Casa FdE regional, durante um período de dias para discutirem determinadas pautas de interesse comum. *Colunas* são encontros em que integrantes de coletivos circulam na cidade ou na região onde atuam para convidar, consultar ou

entre coletivos, o que facilitará a troca de experiências e cada vez maior o uso de diversas *ferramentas e simulacros*.

Com isso, o desafio aqui é discutir a postura do pesquisador em um campo que se enxerga como estando *em rede*, tanto no que diz respeito ao trabalho de campo – a ser explorado adiante – quanto à abordagem teórica adotada. Em relação à última, a escolha que faço nessa pesquisa é privilegiar não como um conceito teórico que serviria como parâmetro para pensar a ideia de “rede”, mas sim como uma enunciação nativa, como parte de uma visão que aciona o termo como um indicativo de um modo de se dispor *em rede*.

Antes de entrar nas composições nativas do termo, é válido enfatizar algumas abordagens analíticas quanto à noção de rede. De início, devo ressaltar que até mesmo teóricos estabeleceram reflexões sobre o tema já atentavam para um certo desgaste a respeito dele. Bott (1976) e Barnes (1987), advindos da Escola de Manchester, alertaram para um uso desenfreado da noção de rede, sendo que Bott até mesmo fala de uma “rede-logia” para remeter a esse vício dos diversos autores da época usarem o termo a seu bel prazer. Barnes coloca que cada um deles “apresenta versões mais refinadas à ideia de rede social a fim de adequá-la ao seu problema particular” (ibid.: 174). Mesmo com esses alertas, ainda assim o autor acaba procurando estabelecer modelos e classificações tipológicas para classificar rede social. Ele insere noções de rede social total, parcial, afetiva, finita, infinita, etc, procurando limites típicos e encaixando tipos de grupos com tipos de redes¹⁹.

É prudente mencionar essas abordagens para deixar claro qual é o caminho que esta dissertação não pretende seguir ao etnografar um campo que se vê como uma *rede*. Uma vez que a *rede* é uma concepção nativa usada pelos coletivos do Fora do Eixo como uma *ferramenta* para estabelecerem suas relações, o importante é “seguir os próprios atores” (Latour, 2005) e levar em conta que cada um deles assume uma agência e estabelece associações com outros atores. Seguindo os conselhos de Latour sobre certa postura teórico-metodológica, busca-se aqui não estabilizar um social em nome dos atores – no formato de um campo, um grupo ou uma organização, por exemplo –, e sim em ver como eles próprios

compartilhar experiências com artistas, produtores e ativistas culturais, seja para incentivá-los a entrar para o Fora ou Eixo ou simplesmente para se comunicarem e estabelecerem algumas relações.

¹⁹ Pensando na noção de rede, a Escola de Manchester se contrapunha à sua predecessora Escola Funcionalista britânica, cuja análise do referido termo era mais metafórica, já que atrelava uma noção de rede à ideia de estrutura social. Nesse ponto, a Escola de Manchester apresenta um método mais analítico para o termo e amplamente usado em pesquisas pelos já citados Barnes e Bott, além de Mitchell (1969).

assumem essa tarefa²⁰. Tal sugestão de apreender o significado nativo e se desprender do conceito analítico de rede pode ser relacionada com Goldman (2009) quando este valoriza as multiplicidades nas formas de fazer política e o caráter micropolítico das concepções nativas, mesmo que isso desestabilize noções de “identidade” e “cultura” que são familiares a nós.

(...)essas categorias, devem, ao menos de início, ser apreendidas em seu significado “nativo” e, mais importante do que isso, devem ser apreendidas “em ato”, ou seja, no contexto em que aparecem e segundo as modalidades concretas de sua atualização e utilização (Goldman, 2009, p.17).

Strathern (2014) também contribui para a discussão da rede como uma enunciação nativa. Para ela, da ideia de rede deriva uma imagem de ausência de limites, usada tanto em análises do ator-rede influenciadas por Latour quanto pelos agentes que enunciam o termo. Tal imagem se mostraria adequada para ligar e enumerar diferentes agentes sem supor hierarquias ou diferenças de níveis, além de servir como uma “metáfora nativa da extensão e do entrelaçamento infinito dos fenômenos” (ibid.: 304). A autora aponta que o conceito de rede possui uma vantagem analítica de inserir “rendilhados de elementos heterogêneos” que são unidos pelas relações entre agentes, sendo estipulado um “híbrido imaginado em um estado socialmente estendido.”

Também na tentativa de apreender as categorias em seu significado nativo, Mourthé (2015), em uma pesquisa em que aborda grupos quilombolas em Brejo dos Crioulos em Minas Gerais, analisa o que os atores chamam de “rede de parceiros”. O autor, ao tomar a ideia de “rede” como um conceito nativo e não analítico, defende que pelo entrelaçamento de pessoas, coisas e saberes, são ativadas relações potenciais que possibilitam aos quilombolas “fazerem política”. Em consonância com a análise dos significados nativos do conceito de *rede*, Martinez (2015) apresenta uma etnografia sobre construção de *redes* no Sistema Único de Saúde. Nesta pesquisa, a autora introduz o conceito de ‘aglomerado’, um recurso elaborado para iluminar o modo dos atores arranjarem e mobilizarem recursos para que a *rede* seja composta. Com isso, poderão ser percebidas parcerias e associações entre atores que configurarão imagens de *redes*.

²⁰ Vale ressaltar que seguir a sugestão do autor sobre certa postura metodológica não implica adotar a análise do ator-rede, já que esta depende de uma noção analítica de rede que, se vantajosa para alguns contextos etnográficos, não favorece uma pesquisa que se debruce sobre o Fora do Eixo. A análise do ator-rede neste caso implicaria a sobreposição do que aparentemente assume a mesma forma – a noção analítica de rede e a concepção nativa de *rede* Fora do Eixo –, trazendo como consequência a submissão desta àquela. O interesse nesta pesquisa antropológica permanece sendo as noções nativas de *rede* que aparecem em diferentes amplitudes nos coletivos Fora do Eixo.

Em outra abordagem que estipula a rede como concepção nativa, Morawska Vianna (2014) coloca que, além dos atores vislumbrarem como rede a composição em que estão inseridos, ela é atualizada e assume formas distintas de acordo com a posição desses atores e à medida que novos elementos são inseridos, tais como, novamente, pessoas, coisas e saberes. De acordo com a autora, “essas composições são configuradas distintamente dependendo de onde se está posicionado” (ibid.: 103). No caso dos coletivos do Fora do Eixo, dependendo de qual for o *ponto*, a assimilação e a organicidade da ideia de atuar *em rede* é diferente.

A Casa FdE São Paulo, por exemplo, costumeiramente desenvolve relações de maior solidez com outros coletivos e já possui um conhecimento acerca das competências e potencialidades deles. É inclusive conhecida como Ponto de Articulação Nacional (PAN), servindo de palco para as imersões regionais que, além do caráter deliberativo, também tem como finalidade a disseminação da ideia de trabalhar *em rede* em coletivos menores ou mais recentes. Assim, a Casa FdE São Paulo realiza a função de intermediação com todos os coletivos da região, sabendo quem acionar para suprir determinada lacuna ou resolver qualquer tipo de problema. Por exemplo, um integrante de um dos coletivos da região estava com problemas na convivência cotidiana. Sentia-se injustiçado no *caixa coletivo*, ou seja, não via um acesso adequado a ele e não se sentia contemplado no processo de *viver coletivamente*. Assim, essa pessoa acionou, via e-mail, integrantes de Casa Fde São Paulo, que por sua vez indicaram membros de coletivos da região para irem até lá e realizarem uma *imersão* específica para resolver esse problema. Nessa ocasião, foi aconselhado que os integrantes desse coletivo em especial fizessem *vivências* em outras *casas coletivas* para melhor adaptarem o processo de *viver coletivamente* e foram sugeridos outros coletivos da região para que o integrante que estava com problemas migrasse. Então, nessa situação, vemos *redes* que são acionadas de diversas formas, seja um membro de um coletivo em específico acionando a Casa FdE São Paulo, seja esta fazendo a intermediação e acionando outros coletivos para auxiliarem a resolver os problemas.

Dessa forma, há aspectos acerca do modo de lidar com um campo que se vislumbra como uma *rede* que ressoam em Martinez, Morawska Vianna, Mourthé e em minha pesquisa. Não somente há atualização e diferentes significações da ideia de *rede* de acordo com a posição dos *pontos*, como também há diferentes perspectivas de *rede* de acordo com uma multiplicidade de elementos. Além de pessoas que são procuradas e que costumeiramente circulam pelos coletivos, o atuar *em rede* também é composto por elementos como listas de e-mail, redes sociais, planilhas, aplicativos de celulares, páginas na Internet, documentos e

saberes²¹. Dependendo do ponto em que o observador se situa, a *rede* é acionada e manuseada de formas e intensidades distintas, e de acordo com o aspecto, fluxos e atualizações dos aplicativos tecnológicos, novas composições de *rede* emergem e são até mesmo adaptadas e aplicadas em outros contextos.

Um encontro regional sobre o festival Grito Rock que presenciei na sede do coletivo Brotolândia, na cidade de Franca, ilustra bem essa ideia da *rede* como *ferramenta* a ser usada em diferentes contextos²². Segundo Gabriel Ruiz, morador da Casa Fde São Paulo e pessoa responsável por encabeçar a reunião, colocou que o propósito era estimular um compartilhamento de *tecnologias* e, com isso, fazer um “coletivão” na região de Ribeirão Preto e Franca. O intuito, então, era levantar temas e dúvidas para todos se ajudarem e, assim, “um ocupar o Grito do outro”. Segundo Ruiz, o Grito Rock tem a capacidade de “criar *redes*”, tanto *redes* locais quanto regionais. “O nível local é o evento ocorrendo naquele momento da cidade e regional é a articulação que ele gera, com reuniões, outros movimentos sociais, bandas e produtores usando o evento como plataforma.”

A ideia de *rede* apareceu nos direcionamentos práticos da reunião, notadamente, a circulação e compartilhamento de pessoas, saberes e tecnologias. Uma das sugestões era aproveitar rotas e turnês das bandas que se inscrevessem para tocar nos festivais Grito Rock²³. E assim poderia se criar uma nova *rede*, na medida em que cada coletivo incorporava as rotas das bandas inscritas. Outra sugestão era que os coletivos realizassem o festival em datas próximas, para que bandas aproveitassem para circular em vários festivais. Também assim

²¹ Para ilustrar, há uma lista de e-mail que compila todos os integrantes dos coletivos do Fora do Eixo na qual são compartilhados documentos de comum interesse, listas mais restritas com e-mails de membros de coletivos específicos onde documentos de interesse específico ao coletivo são compartilhados. Além disso, há um chat no Facebook onde os integrantes costumam divulgar seus trabalhos tais como banners e cartazes de eventos, vídeos promocionais, documentários temáticos produzidos por coletivos, além de anúncios, solicitações e notificações. Há também diversos grupos de Facebook direcionados aos *simulacros*, a determinados eventos comuns a todos os coletivos ou restritos a coletivos específicos.

²² O Grito Rock é o festival de maior expressão realizado pelos coletivos do Fora do Eixo, sendo produzido por cada um deles em suas respectivas cidades. Além disso, os coletivos fazem esforços para expandi-lo e leva-lo para cidades vizinhas, articulando e buscando novas *parcerias* com produtores culturais de fora. O festival geralmente é a primeira grande ação dos coletivos da *rede* no ano, costumando inaugurar o calendário do Fora do Eixo.

²³ Geralmente, na maioria dos festivais produzidos pelos coletivos do Fora do Eixo, as bandas se inscrevem na chamada plataforma TNB. Trata-se de um site criado pelo Fora do Eixo no qual as bandas e produtores criam um perfil, estes cadastrando eventos e festivais e as bandas procurando e se inscrevendo para tocar nesses festivais. No TNB, os produtores declaram o que será oferecido para as bandas, no caso, se vai ter cachê, hospedagem, custos de transporte ou alimentação, e estipulam uma data limite para as bandas se inscreverem para, em seguida, avaliarem e selecionarem as bandas a se apresentarem nos festivais.

fortalecia-se a *rede* já existente entre os coletivos Fora do Eixo, na medida em que cada um deles se tornava ponto de passagem para bandas inscritas. Por fim, foi também sugerido que os coletivos da *rede* começassem a pensar em cartilhas com informações sobre as TECs, que são modelos de planilhas de contas, e moedas sociais que os produtores culturais interessados em levar o evento para suas cidades pudessem aproveitar. Com isso, alastrava-se uma *tecnologia* própria da *economia colaborativa* fomentada nos coletivos Fora do Eixo²⁴.

Dessa forma, percebe-se que quando a ideia de *rede* é mencionada, notadamente em encontros envolvendo coletivos do Fora do Eixo, é a prática de circulação e compartilhamento de pessoas, coisas, tecnologias e saberes que é sugerida. Trata-se de práticas que todos os coletivos usam e estimulam outros grupos a usarem, sendo então, uma *ferramenta* aludida para impulsionar e também potencializar a *cena* cultural independente²⁵. Assim, podemos assegurar que, mais do que se basear em um modelo de *rede* que seja estipulado pelo Fora do Eixo de maneira fixa, são os coletivos que fazem a *rede* acontecer. São eles que estipulam os fluxos, amplitudes e delineações ao estimularem as práticas de circulação e compartilhamento. São os integrantes desses coletivos que, ao procurarem um ao outro para prestar auxílios ou simplesmente para prestigiarem os eventos realizados, acabam compondo uma ideia de *rede* que se torna *orgânica* na medida em que os fluxos e circulações vão aumentando²⁶. Dessa forma, além de ser uma *ferramenta* composta para impulsionar a produção desses coletivos, também é acionada quando é vista a necessidade de atuarem como uma *rede*.

²⁴ No caso, as cartilhas se chamam “Monte seu Compacto TEC”, que apresenta instruções sobre como os produtores possam baixar e usar a planilha de prestação de contas específicas para o Grito Rock, e “Monte sua Moeda”, com informações sobre formas de negociação que possam ser estipuladas nos festivais e mediadas com base em uma moeda, seja na troca de horas de trabalho, troca direta entre produtores e agentes culturais ou no uso de uma moeda física criada especificamente para o festival e que possa ser trocada somente na banquinha do evento.

²⁵ Um fato que compõe o argumento central dessa pesquisa a respeito da *coletividade*, é que as próprias práticas que contornam a ideia de *rede* ajudam no direcionamento das circulações, compartilhamento e colaborações que fundamentam a *economia colaborativa*. No capítulo 2 essa ideia aparecerá com mais minúcias. Por ora, adianto que o fato da *rede* ser uma *ferramenta* é no sentido dela ser operada como um recurso para mobilizar e arranjar agentes e saberes *em rede*. Assim, poderão ser proporcionadas facilidades como o acionamento de *parcerias*, a obtenção de uma gama recursos em prol de algum projeto ou até mesmo a redução de custos financeiros.

²⁶ Quando o termo *orgânico* é mencionado por meus interlocutores, significa que as relações ocorrem sem a necessidade do intermédio de quantificações, divisões de tarefas, estipulações de incumbências marcadas em planilhas, tabelas e acordos. No capítulo 2 essa ideia será desenvolvida detalhadamente.

O trabalho de campo: entre os coletivos e os encontros

Agora, tendo apresentadas as referências e os pontos de partida pelos quais foi desenvolvida a abordagem etnográfica é necessário apontar as decisões e caminhos pelos quais optei por orientar o trabalho de campo. Como ressaltai acima, um coletivo não existe por si só. Sabendo desde o princípio que um dos fatores que impulsionam os projetos de um coletivo são as relações dele com outros coletivos da *rede*, bem como com *parceiros* e *colaboradores*, uma de minhas estratégias era transitar entre coletivos e observar essas relações. Além disso, o fato deles se enxergarem como uma *rede*, tornava a necessidade de um campo feito em vários lugares ainda mais premente.

Para tanto, acompanhei a atuação dos coletivos Fuligem, Usiarte e CECAC, sediados respectivamente nas cidades de Ribeirão Preto, Sertãozinho e Serrana. Meu escopo de análise se tornou, portanto, a atuação do Fora do Eixo no interior de São Paulo, sendo a região da cidade de Ribeirão Preto o recorte etnográfico. A escolha ao etnografar as relações entre os coletivos dessas três cidades em específico foi devido à curta distância entre elas, o que faz com que tais coletivos mantenham certa assiduidade nas relações entre si. Tanto Sertãozinho quanto Serrana distam aproximadamente 20 quilômetros de Ribeirão Preto, fazendo com que o fluxo entre os coletivos visando prestação de serviços e colaboração em eventos seja frequente.

É válido mencionar que, apesar de ter especificado lidar com três coletivos, como se trata de uma *rede*, meu campo não pôde se restringir somente a este recorte. Outros coletivos da região apareciam, tais como o Piracema (cidade de Piracicaba), Colmeia (Araraquara), Casa Sanca (São Carlos), Columbina (Taquaritinga), Garrafa Verde (Franca e Pradópolis), Brotolândia (Franca), além da própria Casa FdE São Paulo, que, como já mencionado, é um epicentro para todos os coletivos do país. Além desse fator, resalto que a minha presença em campo também foi de frequente circulação entre algumas dessas cidades ao acompanhar os integrantes dos coletivos em encontros, reuniões e eventos.

Assim, no campo, dependendo do ponto em que eu me encontrava e do modo com que meus interlocutores acionavam suas relações, a *rede* mostrava diferentes amplitudes e formas. Então, era necessário que eu transitasse e tentasse observar como, a partir de práticas, saberes e tecnologias comuns, a *rede* Fora do Eixo se sedimentava e a *economia colaborativa* se disseminava.

Fazendo uma conexão com Biondi (2015), a autora sugere uma etnografia do movimento, onde é o próprio objeto de pesquisa, no caso o PCC, que fornece os caminhos pelos quais o movimento da pesquisa acontecia, sendo ele apresentado de forma não nítida, com ritmos diferentes, o que faz com que a autora encontre diferentes efeitos de PCC por todos os lados. Assim, mesmo o PCC existindo de forma autônoma, sua existência é sustentada por aqueles que o compõem (no caso, os *irmãos*). Portanto, ao se deslocar por diferentes *quebradas*, a autora encontra diferentes “ritmos”, estes indicando mudanças tanto nas *quebradas* quanto na própria pesquisa. Creio que essa seja uma conexão válida porque cada coletivo manuseia as *ferramentas* e as adapta à *coletividade* com intensidades diferentes, sendo até mesmo incentivado encontros para serem mais bem assimilados e aperfeiçoados os efeitos dessas *ferramentas* em cada método de atuação dos coletivos. Isso é notório durante a etnografia, já que cada um dos coletivos abordados apresenta uma *narrativa* que traz certa peculiaridade no manuseio e no atrito de cada *ponto* com a *rede*. Além do mais, não só o pesquisador, ao se deslocar, entra em contato com os diferentes usos que os interlocutores fazem das *tecnologias* da *rede*, como eles próprios devem se deslocar para outros *pontos* justamente para aprofundarem e reafirmarem o contato com a *rede*, além de consolidarem e até aprenderem novos saberes. As *ferramentas* do Fora do Eixo produzem efeitos em seus integrantes, porém a todo o momento eles estão sendo reafirmados pelo contato entre eles. Como afirma uma interlocutora:

A rede pra mim não existe. Ela é um símbolo. O que existe são relações concretas, e eu sou uma pessoa realizada por essas relações. Não é uma sensação de estar trabalhando para os outros. Aquilo também é meu, eu construí. (Renata Torraca, ex-integrante do Fuligem, depoimento pessoal)

Como já foi enfatizado, para meus problemas específicos de pesquisa, o interesse é averiguar como os entendimentos que os integrantes dos coletivos têm sobre a *rede* – principalmente a maneira como eles a acionam e a operam como *ferramenta* – causa efeitos e ajuda a compor a *economia colaborativa*. Assim, acompanhando os eventos culturais produzidos por eles, bem como me fixando neles para etnografar suas relações com *colaboradores* e *parceiros* e averiguar o funcionamento do *caixa coletivo*, pude observar não só o modo com que essa *rede* é acionada por esses coletivos, como principalmente analisar como essas operações são arranjadas tendo como fundo a *economia colaborativa*.

Durante a pesquisa empírica, procurei manter uma postura que me permitia observar relações entre coletivos a partir de determinados pontos. Pois, como já mencionado

anteriormente, havia duas instâncias de observação do Fora do Eixo: os encontros, onde o atuar *em rede* é acionado e reforçado, e nos *pontos*, a partir dos quais as ferramentas da *rede* são operadas. Mesmo que eu transitasse entre os referidos coletivos e me deslocasse junto a meus interlocutores, meu olhar era dirigido às relações que estabelecem entre si e também com agentes externos²⁷. Ainda assim, eu deveria atentar para como as *ferramentas* são operadas, como *casas coletivas* eram arranjadas, como o *caixa coletivo* operava.

Por fim, concluo essa introdução ressaltando que, para um estudo cujo intuito é observar relações entre coletivos que se enxergam como parte de uma *rede*, faz sentido que o antropólogo também transite por diferentes lugares. Portanto, a partir desse trânsito e consequente observação de relações e trocas entre os sujeitos, poderemos observar cenários comuns aos agentes envolvidos dos quais a *economia colaborativa* é um pano de fundo a nortear essas relações. Tal cenário abarca finalidades como alavancar o desenvolvimento do cenário cultural independente local, o estímulo e a busca por capacitação de práticas alternativas ao dito sistema vigente tais como sustentabilidade, economia solidária e retroalimentação das relações. Tais buscas se mostram como panoramas comuns entre os agentes citados.

O leitor poderá perceber, então, duas escalas nessa pesquisa. Em alguns momentos, o escopo será em determinados coletivos, focando nos entendimentos internos de como são operadas as *ferramentas* da *vida coletiva* estipulada pelo Fora do Eixo. Até mesmo um cenário para comparação de diferentes graus de “*organicidade*” entre coletivos poderá ser percebido durante a descrição etnográfica. Já em outros momentos, o escopo será aumentado e, ao invés de privilegiar a análise de coletivos, será buscado um entendimento da *coletividade*. Ela, enquanto componente de códigos partidos do Fora do Eixo e rearranjados pelos coletivos, mostra-se tanto como uma finalidade, um cenário a ser atingido, quanto como um meio, uma estratégia de ação.

²⁷ Dito isso, como a pesquisa me levou a transitar em vários lugares, inevitavelmente faz surgir a questão se esta pesquisa se trata de uma etnografia multissituada (Marcus, 1995). Porém, como sugere Morawska Vianna (2015), cada campo de pesquisa em específico pode causar inovações e readaptações na chamada etnografia multissituada, o que torna desnecessária uma preocupação em delimitar o trabalho de campo a um tipo específico de etnografia. Deste modo, uma alternativa é fazer com que a etnografia aproveite o movimento (Alves, 2014; Biondi, 2015), e levar em consideração não somente lugares físicos, mas configurações de lugares e elementos que transitam e que remetem a outros lugares. Assim, cada coletivo seria multissituado por si só e ajudaria a clarear a visão que se tem de outro.

Estrutura da dissertação

O desafio de organizar em capítulos um estudo que visa descrever transações tangíveis e intangíveis entre e dentro de coletivos do Fora do Eixo – abrangendo pessoas, saberes e experiências e direcionando-as a práticas referentes à *economia colaborativa* – é apresentar os contextos e cenários que pautam as ações e enunciações dos sujeitos de pesquisa. Para tanto, os esforços desenvolvidos em cada capítulo são para apresentar e descrever os termos e concepções nativas que permitam uma melhor compreensão das práticas e códigos que são manuseados pelos coletivos sob a luz da *coletividade*.

O capítulo 1 servirá como uma apresentação geral do Fora do Eixo, partindo de um retrospecto histórico relatando o surgimento e crescimento da *rede*, culminando na disseminação de vários *pontos* ao longo do território brasileiro. Com isso, o leitor poderá perceber o cenário que inspirará a descrição etnográfica a ser feita nos capítulos seguintes. Tal cenário seria a formação de uma horizontalidade e uma verticalidade instrumental pela qual ocorrerão as relações dos *pontos Fora do Eixo* com a *rede*. Dessa forma, os coletivos abordados e apresentados neste primeiro capítulo operam como centros de ressonância a partir dos quais códigos e imagens serão disseminadas na *rede*.

A partir do capítulo 2 serão descritas as dimensões econômicas que pautam as práticas e saberes dos integrantes dos coletivos abordados. Nas primeiras sessões do segundo capítulo será apresentada e desenvolvida a ideia de *coletividade*, bem como a postura tanto dos atores quanto do pesquisador perante ela. Além disso, entrarei também na operação dessa *coletividade* pelo *caixa coletivo*, sendo abordado também o manuseio do dinheiro em um contexto *coletivo*. Nesse ponto, será feito um diálogo com uma literatura que aborda usos múltiplos e específicos do dinheiro em esferas que extrapolam padrões quantitativos (Bloch & Parry, 1989; Neiburg, 2007; Zelizer, 1994).

No terceiro capítulo entrarei nos preceitos, direcionamentos e teorizações acerca do *simulacro Banco FdE* e da moeda social *card*. Partindo da observação das frentes de trabalho para práticas econômicas do *Banco* e dos sentidos dados ao *card*, serão feitas considerações sobre como meus interlocutores consideram e dispõem no cenário em que atuam os preceitos e imagens advindos do *simulacro Banco* e da moeda social *card*.

Nesse capítulo também constarão descrições a respeito dos eventos e festivais de artes integradas produzidos pelos coletivos nos quais acompanhei a produção, situações nas

quais a *colaboratividade* é assiduamente incentivada. Nessas descrições mostrarei com mais detalhes o modo com que ocorrem as movimentações financeiras e os fluxos de dinheiro operados nesses eventos e como a *coletividade* é operada como pano de fundo para tal, além das *colaborações* e *parcerias* acionadas pelos coletivos, seja envolvendo uso direto do *card* ou não. Em uma última sessão, farei uma discussão sobre o manuseio de duas moedas por parte dos coletivos, Real e *card*, notadamente sobre como esferas de valor advindas dessas moedas são dispostas no cenário *colaborativo*.

Ao longo da descrição etnográfica presente no terceiro capítulo, deixarei sugeridas tanto no discurso de meus interlocutores quanto na análise as motivações políticas e teorizações nativas por trás da *economia colaborativa*. Tanto no terceiro quanto na conclusão será priorizada a economia praticada nos coletivos, porém deixarei para as considerações finais uma ponte para as dimensões políticas e tentativas de aprofundar uma compreensão nativa acerca do que fazem.

Por fim, na sessão referente às considerações finais será feita uma discussão na qual, a partir da denominação “economia do desejo”, a *economia colaborativa* será arranjada de acordo com as disposições, *narrativas* e desejos dos coletivos que a operam. Nas primeiras sessões apresentarei algumas situações nas quais são visíveis códigos e instâncias de saberes a partir dos quais os coletivos compõem suas condutas. Serão apresentados tanto contextos econômicos e políticos oficiais quanto instâncias de saberes às quais os coletivos se identificam, no caso, a Economia Solidária e a Economia Criativa. Dessa forma, tentarei estipular a *economia colaborativa* como um compilado de códigos que buscam abarcar as motivações e disposições dos integrantes dos coletivos abordados. Em uma última sessão, será feito um exercício de posicionar esse contexto etnográfico em um debate antropológico sobre economia. Será indagado como conceitos caros e clássicos da Antropologia Econômica devem ser posicionados perante meus dados etnográficos e como os aparatos técnicos e saberes econômicos ajudam a compor uma economia alternativa.

CAPÍTULO 1 – O FORA DO EIXO: APONTAMENTOS GERAIS

1.1. – Circuito, rede, movimento social ou um experimento? – uma breve retrospectiva da trajetória do Fora do Eixo

*Essa nave já vai partir e carrega uma multidão.
Pra cada toco dentro do eixo quebra queixo dessa questão.
Pra cada louco fora do eixo quebra queixo dessa questão.
Toda indústria tem no comércio seu ponto de reprodução.
Então, se pra cada ponto, processo e pra cada processo uma
ação.
(Criolo)*

Para qualquer entendimento mais aprofundado sobre o Fora do Eixo, é necessário um retrospecto de sua formação e consolidação ao atuar intensamente no cenário cultural brasileiro. Desde a presença de coletivos isolados em várias regiões não hegemônicas em termos de produção cultural até os esforços visando a necessidade de atuação *em rede*, o Fora do Eixo hoje assume um relevante papel na convergência de múltiplos agentes atuantes no cenário independente de cultura e arte. Produtores musicais, músicos, *midialivristas*, skatistas, grafiteiros, b-boys, agentes ligados à economia solidária, ao meio ambiente, ao desenvolvimento sustentável, movimentos sociais, movimentos das culturas, políticos, ativistas ou simplesmente pessoas casuais e interessadas em atuar em práticas e discursos alternativos aos sistemas hegemônicos. Em minha convivência nos coletivos e reuniões de cunho regional ou nacional, deparei-me com tais agentes citados, que procuram nos coletivos Fora do Eixo uma plataforma para capacitação, articulação e implementação de diversos projetos referentes ao impulso da *cena* independente local. Pessoas que procuram nos *simulacros* Banco, Partido, Universidade e Mídia, alternativas a uma economia capitalista e competitiva, a um sistema político e partidário tradicional que “não os representa”, a uma formação educacional que lhes é restritiva e moldadora e à mídia tradicional tida por retrógrada, parcial, omissa e “desinformativa”.

O surgimento dessa *rede* se deu no ano de 2001, com os produtores musicais Pablo Capilé (Cuiabá/MT), Talles Lopes (Uberlândia/MG), Daniel Zen (Rio Branco/AC) e Marcelo Domingues (Londrina/PR). Tais produtores fundaram nessas respectivas cidades os coletivos Cubo, Goma, Catraia e Alona, onde atuavam com o intuito de catalisar a *cena* musical independente local. Com vistas a formar espaços de produção musical, estímulo à circulação

de artistas e bandas, além de incentivos a novas iniciativas nesse ramo, esses produtores se juntaram e fundaram, no ano de 2002, o Espaço Cubo. Este local é tido como um embrião para a experiência da *rede*, já que foi nele que as estratégias, objetivos e experimentos para uma ação *coletiva* foram, não de outra forma, pensados *coletivamente* e postos em prática de forma *colaborativa*. O mote principal que referencia as práticas é o fato dos próprios produtores e artistas independentes serem capazes deles próprios se gerirem, detendo os recursos e saberes necessários para a gravação e distribuição de material, gerenciamento financeiro e circulação.

A proposta de abarcar todos esses esforços visava desenvolver um cenário musical que se distanciasse do “tradicional” eixo Rio-São Paulo de produção musical, este que, segundo o discurso do Fora do Eixo, impõe restrições na divulgação do trabalho de artistas locais, na verba disponível e no desenvolvimento da produção musical independente. Da Silva (2015) aponta que o próprio nome “Fora do Eixo” busca se referir às diferentes possibilidades existentes fora do eixo Rio-São Paulo. Além disso, o foco é na música autoral. Segundo as falas de vários integrantes de coletivos, a cena musical das cidades daquela época era dominada por bandas *cover*, que interpretam músicas de outros artistas. Em algumas entrevistas, vários falam da dificuldade de consolidação de um cenário autoral devido à preferência do público e de casas de shows por bandas *cover*. A produção autoral era baixa devido ao pouco incentivo dado ao trabalho do artista, fazendo com que novas alternativas de apropriação e ocupação da movimentação artístico-cultural viesse à tona, bem como o fomento ao desejo dos artistas e à capacitação deles para buscarem criar sua arte.

Poderíamos ter muito mais bandas independentes e boas de verdade. São poucas bandas que investem na auto-carreira. O que mata são bares e a cultura do cover. Isso só fomenta a mesmice e mata a criatividade, diversidade. O público mais fresco do mundo não ficaria indiferente a uma banda autoral boa, e elas estão espalhadas por aí. Mas não tocam e não chegam ao público por conta desse ciclo horrível dos covers. Enquanto não houver a ruptura com a cultura dos covers que gera esse comodismo geral, teremos sempre menos artistas, público e circulação criativa rolando. (Ricardo Brasileiro, integrante do coletivo CECAC, entrevista para o blog soulrockblog.com.br)²⁸

É preciso mencionar a crescente profusão de grandes festivais de música independente ocorrendo em estados até então menos proeminentes no cenário musical. Na década de 90, vários festivais começaram a apontar como grandes plataformas de expressão e

²⁸ Fonte: <http://soulrockblog.com.br/2015/06/entrevista-com-ricardo-brasileiro-festival-caipiro-rock-2015>

circulação para a música independente, se mostrando como grandes vitrines para a *cena* musical local. O de maior expressão foi o Abril Pro-Rock, de onde despontaram bandas como Chico Science & Nação Zumbi e Mundo Livre S/A, pioneiras para o aparecimento da *cena* Manguebeat no cenário musical brasileiro. Nos anos seguintes, diversos festivais foram introduzidos em cidades brasileiras como o Bananada (Goiânia), Calango (Cuiabá), Jambolada (Uberlândia), sendo eles iniciativas cuja referência era o Abril Pro-Rock. Esses novos festivais de música independente, conforme apontam os dados de Barcellos (2012) junto aos fundadores do Fora do Eixo, implicam que além do poder de circulação e divulgação dos artistas fora da ótica das grandes gravadoras, há um grande estímulo local à produção autoral, além de maiores possibilidades de diálogo com o poder público e com a iniciativa privada, visando fomento e patrocínio.

Em meio a esse impulso, no ano de 2005, dezesseis desses festivais se juntaram e criaram a Abrafin, associação responsável por articular e produzir festivais independentes ao longo do território nacional, sendo que atualmente conta com mais de 30 festivais credenciados, concorrendo a editais públicos estipulados pelo Ministério da Cultura e pela Petrobrás com o intuito de financiar festivais independentes²⁹.

Até a década de 80, a perspectiva das bandas era serem descobertas por grandes gravadoras. Com os festivais locais, os produtores passam a articular com as bandas de menor expressão, e isso dá um intercâmbio e uma circulação entre bandas de diferentes cidades. Novos espaços vão sendo criados para as bandas tocarem para novos públicos. Então essas bandas começaram a ver que o que elas sonhavam quando começaram a tocar, que é tocar em estádio lotado e essas coisas todas, agora cabe a elas entender onde elas estão tocando é em cenário independente. Se elas quiserem crescer, elas precisam circular e ir ganhando pedaços de público nos lugares que elas podem tocar. A gente aqui e qualquer coletivo do Fora do Eixo deixa claro pras bandas que estão começando, que elas têm que desapegar das gravadoras e fugir desse monopólio que elas impõem. Então até hoje o desafio do Fora do Eixo é capacitar as bandas e os produtores para eles mesmos irem se autogerindo e se autoproduzirem. (Paulinho, integrante do CECAC, depoimento pessoal)

Dessa ideia de bandas e produtores serem incentivados a se autogerirem, o caso que mais bem exemplifica a declarada necessidade do artista independente buscar se capacitar e se preparar para uma *cena* longínqua e uma carreira artística gradativamente consolidada é o da

²⁹ É preciso também mencionar que, com desentendimentos acerca da participação e de uma suposta monopolização do Fora do Eixo na Abrafin, a *rede* se dissociou e criou a Rede Brasil de Festivais, responsável por promover e articular festivais e circuitos regionais tais como o Circuito Paulista de Festivais, Circuito Mineiro de Festivais Independentes, Circuito Nordeste de Festivais, Circuito Centro-Oeste de Festivais, Circuito Amazônico de Festivais e Circuito Sul de Festivais.

banda mato-grossense Macaco Bong. Trata-se de uma banda de música instrumental que foi fundada no ano de 2004 pelo guitarrista, compositor e produtor musical Bruno Kayapy. Quando a banda estava incluída em algum festival de música pelo Brasil, certamente estavam inseridas na programação oficinas de lutheria, produção musical ou gestão de carreira ministradas por Kayapy como forma de, em seus termos, estimular artistas locais a se capacitarem visando gerenciar suas próprias carreiras.

A formação mais consagrada do Macaco Bong foi um *power trio* (grupo musical com três integrantes tocando guitarra, baixo e bateria), cujo álbum de maior destaque foi intitulado de “Artista Igual Pedreiro”, lançado no ano de 2008 de forma independente com íntima colaboração do Espaço Cubo e disponibilizado gratuitamente para download. Inclusive, o álbum foi escalado pela revista Rolling Stones entre os 25 melhores álbuns nacionais do ano de 2008, notoriamente um feito marcante, visto que se trata de um disco de música instrumental e gravado de forma independente que foi reverenciado por uma revista tida como “mainstream”. Até mesmo nos dias de hoje escuta-se a expressão “artista igual pedreiro” quando algum integrante do Fora do Eixo fala sobre a necessidade do artista buscar capacitações para se autogerir.

Nesse processo de “incentivo a uma capacitação” e “necessidade do artista” de buscar aprender a gerenciar sua carreira e dominar o trabalho musical no sentido de gravar um disco, equalizar, mixar e remasterizar músicas e aprender serviços de montagem e sonorização de palco, o mote é estimular bandas autorais a procurar não precisar de uma grande gravadora para tal. Eles próprios saberão os procedimentos para uma carreira musical. Além disso, o incentivo é bandas autorais capacitadas e consolidadas poderem circular e integrar o cenário musical independente. Segundo Pablo Capilé:

A grande musa do Brasil é a música brasileira e com isso em mente a gente tem uma função de lançar essas bandas e impulsionar a visibilidade dessas bandas no cenário musical. Só que ao invés de um cachê, eles ganham experiência. A gente procura dar toda a estrutura pro artista poder aprender a fazer a carreira dele, saca? Ele só precisa do tesão pra dar o start, além de saber enxergar a visibilidade e a oportunidade de que ele pode sair pra tocar no Brasil inteiro. Claro que tem muito músico por aí que quer é ganhar dinheiro, e o artista tem que saber que na imensa maioria das bandas que tem, a realidade da vontade de tocar e do amor à música é maior que a vontade do produtor de ganhar dinheiro. Tem muita gravadora e muitos bares que não aceitam de jeito nenhum artista sem recurso material, sem equipamento e o que acontece é os próprios músicos se ajudando, se doando um pro outro sem nem perceber que tão fazendo isso pra conseguirem sobreviver na cena musical. É comum baterista emprestar prato, banda emprestar ampli e mesa de som pra outras bandas mostrarem seu som,

sacou? O nosso maior objetivo aqui é escancarar o que acontece no Brasil profundo, e tem muita coisa acontecendo lá que a indústria cultural tradicional impede de enxergar. E pode ter certeza que lá também tem muito potencial pra sair o que saiu de Cuiabá, pra te dar um exemplo. A gente pode olhar hoje pro Macaco Bong e falar que o Bruno Kayapy é o Jimi Hendrix brasileiro, e não deixa de ser um artista que veio da cena independente, que veio do Brasil profundo e que abraça forte a ideia do artista mesmo ter que se fazer. (Pablo Capilé, depoimento pessoal)

Sobre esse contexto, Barcellos (2012) aponta que, diferente do contexto da indústria fonográfica dos anos 70 e 80 no qual o acesso e o protagonismo de músicos independentes era restrito às seletivas de grandes gravadoras, essa reorganização do cenário independente com vistas à integração de festivais de música, e consequente abertura de espaços que antes eram restritos à produção cultural hegemônica, foi fundamental para a consolidação e ampliação do Fora do Eixo.

Além dessa virada de chave oferecida pelo fortalecimento da *cena* musical independente, outro fator que impulsionou o alastramento do Fora do Eixo em vários coletivos foi a popularização da Internet e barateamento de tecnologias ocorridos em meados dos anos 2000. Assim, além do compartilhamento de música por mp3 que catalisa a divulgação de material das bandas, a comunicação digital é o principal fator que determina o crescimento na atuação do Fora do Eixo pelo país. É evidente a dependência que os coletivos têm das tecnologias digitais para o atuar *em rede*. Em qualquer ocasião, seja em encontros de coletivos ou no dia-a-dia, os integrantes estão praticamente em tempo integral conectados com alguém. A todo o momento com aparelhos celulares na mão comunicando-se entre si, em cada canto de um coletivo ou *casa coletiva* é certo encontrarmos os membros com um computador conectados à Internet provavelmente comunicando-se com outros coletivos via e-mail, Facebook ou Skype. Assim, a própria *rede* está sendo acionada por meio de reuniões online, compartilhamento de materiais e troca de saberes via e-mail e redes sociais³⁰.

Uma fala de Pablo Capilé que ilustra bem as potencialidades geradas pela Internet nas ações dos coletivos culturais foi coletada por Barcellos (2012):

“A Internet ressignifica a “imagem de Deus” para os envolvidos com o setor cultural. Não tem mais os setores que são próximos dele, a Internet vem e fala: tá todo mundo na mesma. Você sai daquela perspectiva do tronco, que antes as pessoas eram só galinhos em meio aos troncos da Academia, da

³⁰ Sobre isso, Biondi (2014) aponta para a importância de considerar telefones celulares e cartas para a composição do *movimento* que está sendo abordado. Ao se inspirar nessa ideia, Mourthé (2015) coloca os celulares como peças importantes para compreensão etnográfica sobre a significação nativa de uma *rede*. No caso, ela seria acionada e mobilizada por meio de telefonemas e documentos.

grande indústria, etc., e entram numa perspectiva de grama, e esta perspectiva de grama te faz do mesmo tamanho.” (Pablo Capilé, in. Barcellos, 2012)

Como foi mostrado acima, nos primeiros anos da experiência do Fora do Eixo, o foco da atuação desses coletivos era somente na produção musical, sendo estipuladas práticas de divulgação de bandas e incentivo dado à sua circulação, além da produção e gestão de espaços culturais e festivais ligados à música. Da Silva (2015) aponta que esses incentivos foram impulsionados pelo advento das ferramentas digitais construídas com a democratização da Internet, o que colaborou não só para os integrantes dos coletivos conseguirem se comunicar firmemente, como também para avançarem e alastrarem sua atuação para outros pontos. A autora ainda lembra que essas experiências foram acontecendo de forma pouco refletida ou teorizada, mas avançadas incisivamente na prática. A partir desse processo, Da Silva também aponta que o Fora do Eixo começa a diversificar o foco de sua atuação, não ficando majoritariamente direcionado à produção musical, como também fomentando novas iniciativas como teatro, audiovisual, fotografia, etc. Segundo a autora, a partir do ano de 2011, a *rede* começa a se envolver com pautas referentes a políticas públicas e passa a militar e a desenvolver relações de *parceria* com outros movimentos sociais, participando de conselhos e congressos voltados para políticas públicas para o setor cultural.

A gente está indo muito bem nas pontas, mas tem todo um meio que precisa ser melhor trabalhado e que precisa ser melhor discutido pra gente compreender o momento que a gente vive e pra onde a gente tem que ir (...) Tudo isso vem do tropicalismo, vem da semana de arte moderna, vem da eleição de um torneiro mecânico para presidente. Articular com outros movimentos sociais ajuda a sintetizar esse equilíbrio zero e abranger todos os objetivos que, no fundo, são comuns, coloca todo mundo como parte de um mesmo conjunto. (Pablo Capilé, depoimento pessoal)

Assim, nessa sucinta retrospectiva histórica da formação e crescimento do Fora do Eixo, não só os *simulacros* foram formulados e desdobrados em vários pontos, como também várias das chamadas *redes temáticas* foram estipuladas. Segundo Da Silva, além de servirem para interligar os *simulacros* e os agentes que produzem essas frentes, as *redes temáticas* também consolidam a atuação do Fora do Eixo como movimento e circuito cultural, já que o corolário é a articulação com diversos agentes externos. Além da já mencionada *Música*, as diversas *frentes temáticas* que indicam os direcionamentos práticos de cada coletivo podem ser conferidas no organograma da figura 2 desta dissertação.

É bastante pertinente trazer o texto de Silva, sendo que a autora é integrante do coletivo Fuligem. Além de ter acompanhado a atuação de seu coletivo no interior de São

Paulo, ela também vivenciou um período de efervescência do Fora do Eixo em 2013. Segundo ela, esse ano ficou muito marcado pela proximidade constante dos coletivos nas ruas para acompanhar e registrar as diversas manifestações ocorridas no período de junho, conhecidas como “Jornadas de Junho”. A autora aponta que a atuação de integrantes dos coletivos nas ruas e nas redes sociais consolidou a ligação do Fora do Eixo com o ativismo digital. A *rede*, que participou do processo de formação da Mídia NINJA³¹, se mostra um potente difusor do jornalismo livre e independente praticado e incentivado em praticamente todos os coletivos que a compõem.

Uma das *frentes* que mais bem sugerem os códigos que foram elaborados ao longo dos anos experimentais e, posteriormente, transmitidos aos coletivos é o Banco das Culturas, ou seja, aquele que articula os projetos dos coletivos com agentes ligados à Economia Solidária. Assim, cada coletivo, ao utilizar as *ferramentas* do Fora do Eixo, se enxerga como um ponto que trabalha e dialoga com práticas de Economia Solidária, assumindo para si iniciativas de incentivar o uso do *card* como moeda social ao incentivar *parcerias*, além de procurar pautar as vivências do dia-a-dia em princípios solidários da *coletividade*.

1.2. A relação entre *pontos* e *rede*: centros de ressonância

A influência da Economia Solidária nos coletivos, que passaram a utilizar seus princípios como forma de auto compreensão e direcionamento econômico e político, começou a se consolidar nos primeiros congressos nacionais do Fora do Eixo. Inclusive, no Segundo Congresso Fora do Eixo, o professor Ioshiaqui Shimbo, do Núcleo de Economia Solidária da UFSCar, foi convidado para auxiliar na condução do evento visando oficializar práticas que até então ocorriam sob caráter informal entre os coletivos. Dessa forma, o prof. Shimbo, além de apontar elementos das ações dos coletivos do Fora do Eixo que adotavam princípios da Economia Solidária, também ajudou na elaboração de documentos que hoje são referências para o entendimento dos valores, ações e modo dos coletivos organizarem seus projetos. Tais

³¹ A Mídia NINJA é composta por jornalistas independentes que são conhecidos por transmitirem em tempo real manifestações populares ocorridas em grandes cidades brasileiras e também práticas como reintegrações de posse e remoções forçadas de grupos populares em situações de vulnerabilidade social, geralmente feitas pela Polícia Militar. A Mídia NINJA surgiu do Fora do Eixo, porém hoje se desdobrou e atua de forma independente. Ela ficou nacionalmente conhecida após as “Jornadas de Junho”, período de intensa mobilização e divulgação nas redes sociais dos protestos e passeatas, em seguida, após a participação de Bruno Torturra – um dos criadores da Mídia NINJA – juntamente com Pablo Capilé no programa Roda Viva da TV Cultura.

documentos, chamados por Silva (2015) de “princípios macro”, são o Regimento Interno³² e a Carta de Princípios do Fora do Eixo³³, além do organograma geral (Figura 2).

Para ilustrar esse ponto, na Carta de Princípios consta:

1. O Fora do Eixo é uma rede colaborativa e descentralizada de trabalho constituída por coletivos de cultura pautados nos princípios da economia solidária, do associativismo e do cooperativismo, da divulgação, da formação e intercâmbio entre redes sociais (...) do empoderamento dos sujeitos e alcance da autonomia quanto às formas de gestão e participação em processos socioculturais, do estímulo à autoralidade, à criatividade (...)
2. São ainda valores do Fora do Eixo a substituição da noção de interesse pela de valores no cotidiano do trabalho dos artistas, produtores e bandas, a substituição do foco nos produtos pelo foco nos processos, a substituição da racionalidade instrumental pela racionalidade comunicativa (dialógica) nas relações de trabalho e produção artístico-cultural (...)

Dessa forma, a aproximação do Fora do Eixo com a Economia Solidária pode ser vista como um esforço para teorizar e oficializar práticas já existentes dos coletivos na forma de documentos. Riles (2006) argumenta que, ao olhar etnograficamente para os documentos, eles devem ser vistos como artefatos de conhecimento, podendo estar presentes e levar esse conhecimento para vários lugares. Assim, os documentos forneceriam uma forma assimilável e manuseável às coletividades, podendo elas e suas reivindicações serem levadas a outras instâncias e ambientes. Nessa ideia, documentos como a Carta de Princípios e o Regimento Interno, se pensados como “artefatos”, podem ser vistos como referenciais e organizadores de códigos para os coletivos que se associarão ao Fora do Eixo.

É importante notar, contudo, que não são esses códigos que ditam os rumos e motivações dos agentes ligados aos coletivos Fora do Eixo. Entre os atores, subentende-se que os coletivos desde sempre exerceram ações que seriam caracterizadas por princípios da Economia Solidária sem necessariamente se reconhecerem como empreendimentos desse tipo. Assim, conceitos, teorizações e as informações arranjadas pelo Fora do Eixo em forma de codificações surgiriam como possibilidades dos coletivos compreenderem o que fazem e reconhecerem suas práticas como parte de um mesmo cenário. Dessa forma, o diálogo entre eles e o trabalhar *em rede* abriria possibilidades para uma atuação uníssona desses grupos que trabalham usando a alçada do Fora do Eixo.

³² Disponível em: foradoeixo.org.br/histórico/regimento-interno/ (acesso em: 11/06/2016)

³³ Disponível em: foradoeixo.org.br/histórico/carta-de-principios/ (acesso em: 11/06/2016)

Por fim, ressalto que a consolidação do Fora do Eixo tal como se encontra hoje foi sendo feita com base em experimentações e em deliberações realizadas nos congressos Fora do Eixo que ocorrem desde o ano de 2008. No regimento contam de maneira detalhada os direitos e deveres de cada pessoa que se vincula à rede por meio de algum coletivo, além de estar estipulado o modo de funcionamento interno da *rede*. É na carta de princípios que as aspirações que servem como motes de atuação dos integrantes do Fora do Eixo estão presentes, valorizando práticas colaborativas e descentralizadas. Savazoni (2014) aponta para a coexistência de uma horizontalidade e verticalidade nas relações entre os integrantes

Ainda que proponha ser “colaborativa e descentralizada”, a rede é baseada em um conjunto de regras e pactos que conformam o que poderíamos chamar de uma verticalidade instrumental. Ou seja, se nas pontas, dentro dos coletivos pertencentes à rede, há um convívio mais fluido e horizontal, na composição das relações internas existem instâncias de decisão que conformam um modelo piramidal, o qual serve de instrumento de governança da rede. Há responsabilidades, deveres e direitos dos membros que são fiscalizados e acompanhados pelas instâncias de gestão. (Savazoni, 2014, p.23)

Portanto, juntamente com a expansão do Fora do Eixo por diversos pontos ao longo do país, houve uma necessidade de se organizar regionalmente, criando o que Savazoni chama de “verticalidade instrumental”. O Espaço Cubo, até então o ponto mais atuante, passou para a cidade de São Paulo cuja sede é a Casa FdE São Paulo, se tornando o chamado PAN. Várias casas regionais foram fundadas, assumindo-se como pontos de articulação regionais com o intuito de convergirem os coletivos da região e sendo locais de reuniões presenciais, *imersões* e *vivências*. Dessa forma, tais casas regionais acabam sendo responsáveis por fornecerem coordenadas de ação para outros coletivos de ação mais local (digamos em um âmbito municipal). Essas casas, além de articularem e serem responsáveis por lançarem novos coletivos, também servem como *campi* de vivência que alastrarão a imagem do Fora do Eixo, bem como os códigos replicados na forma dos *aplicativos do comum* que serão explorados adiante.

Há, portanto, várias instâncias do Fora do Eixo que formam a verticalidade instrumental mencionada: o PAN, as casas regionais e os coletivos. Essa divisão, contudo, não é a única possível para retratar o Fora do Eixo. Segundo diagrama oficial³⁴, o modo de organização política do Fora do Eixo, visualizado a partir da escala da chamada “verticalidade

³⁴ Fonte: <http://foradoeixo.org.br>

instrumental”, pode ser dividido em três categorias: organizações e pessoas; instâncias representativas e executivas; e ponto de articulação nacional e internacional.

O PAN seria uma categoria mais abrangente visando ações de âmbito nacional e mediação de conflitos entre os *pontos*. Há os colegiados que são divididos regionalmente e por frentes temáticas, sendo que as funções exercidas por cada colegiado vão de acordo com as especialidades e demandas de cada um. Os chamados colegiados são as categorias estimuladoras de práticas formativas para novos *pontos*, de incentivo a trocas e circulações de direcionamento dos *simulacros* para demais *pontos* e *parceiros*. Já a categoria “organizações e pessoas” seria de âmbito prático, sendo os *pontos Fora do Eixo* responsáveis por mediar a linguagem e *tecnologias* do Fora do Eixo em suas respectivas cidades, além das *Casas* Fora do Eixo que são caracterizadas como *residência cultural* e geridas com base no *caixa coletivo*. Os chamados *pontos parceiros* são reconhecidos por trabalhar conjuntamente em projetos com os *pontos Fora do Eixo*, mas sem assumir para si as responsabilidades deliberativas da *rede*. Tais divisões e classificações são observadas na figura seguinte:

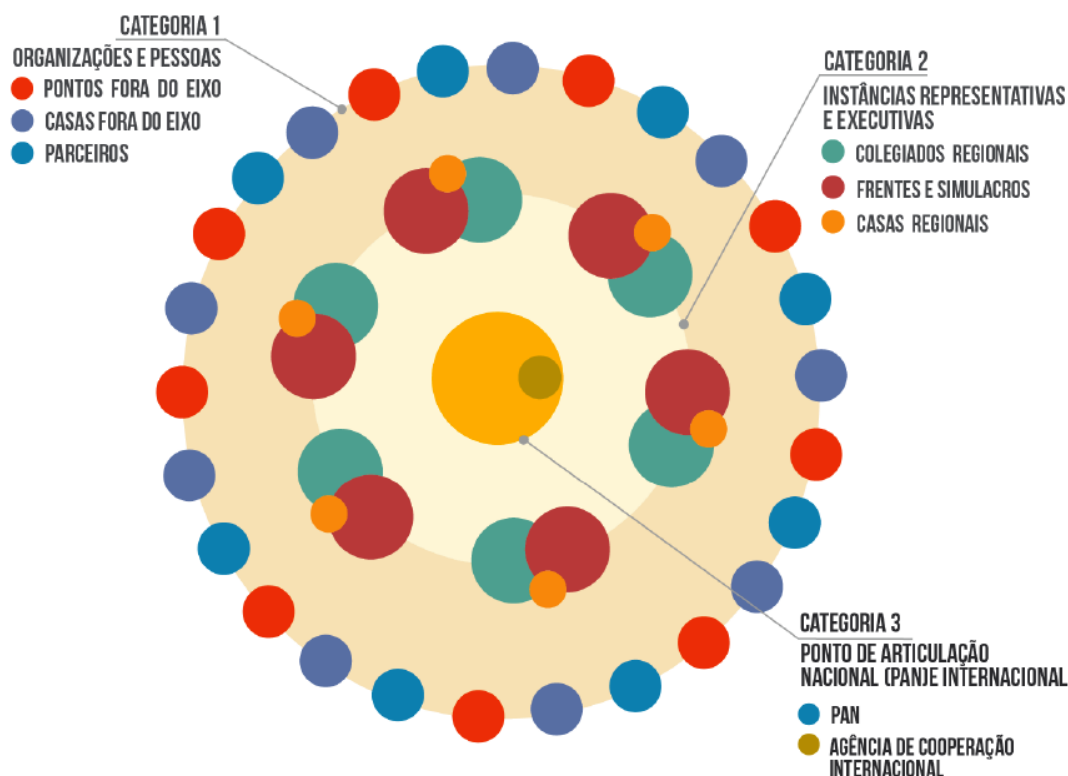


Figura 3 – Modo de organização política do Fora do Eixo (Fonte: foradoeixo.org.br)

Dessa forma, os coletivos abordados para esta pesquisa se consolidaram como *pontos Fora do Eixo*, sendo que esta pesquisa acompanha a relação deles com o PAN, com pontos *parceiros* e demais coletivos. Com isso, o que se mostra relevante para esta análise é a

disponibilidade das diversas *ferramentas* do Fora do Eixo e a potencialidade que o *atuar em rede* proporciona para esses agentes, podendo eles acionarem demais coletivos da região para auxiliar em eventos e para realizar trocas e empréstimos de diversos tipos. Cada um está disponível para acionar e ser acionado e apto a *hackear* e ser *hackeado*³⁵. Assim, dentro da incumbência de cada coletivo inserido na *rede*, são assumidas *narrativas* disponíveis tanto para ser usadas em projetos e eventos que realizam, quanto para usá-la como empréstimo ou *colaboração* nos projetos e eventos realizados por outros agentes, como forma de levar essas *tecnologias* em formas de código para outras instâncias.

Como já foi dito, os coletivos focos da pesquisa – Fuligem, CECAC e Usiarte – são geograficamente próximos, o que faz com que frequentemente desenvolvam relações entre si na prestação de serviços e na circulação de bens, pessoas e saberes. Tanto o Usiarte quanto o CECAC são situados em cidades que distam 20km de Ribeirão Preto, cidade onde atua o Fuligem, sendo este uma referência na área de audiovisual. Frequentemente ele é chamado para exercer trabalhos de filmagem em shows de bandas *parceiras* e para gravar e produzir documentários sobre festivais feitos por outros coletivos. Além disso, sedia *vivências* na parte de mídia e audiovisual e frequentemente ministram oficinas e workshops, podendo usá-los como serviços a serem prestados para outros coletivos. O Fuligem passou a usar as *ferramentas* do Fora do Eixo gradativamente nos eventos que produziam e, após períodos de atuação formativa em casas Fora do Eixo, passou a ser um *ponto* Núcleo Duro da *rede*, podendo promover atividades formativas e assumir para seu cotidiano as *tecnologias* do Fora do Eixo.

O CECAC, localizado na cidade de Serrana, começou sua atuação enquanto coletivo cultural no final da década de 90, tendo começado a estabelecer contato com o Fora do Eixo no ano de 2009. A grande atuação do CECAC é a circulação de bandas independentes, sendo um *ponto* pelo qual passam bandas de diversas regiões do país, da América Latina e da Europa. Uma característica marcante da *narrativa* do CECAC é o *punk rock*, fruto dos contatos que Ricardo Brasileiro, um dos fundadores do coletivo, exerce com o movimento *punk* da região de São Paulo e do ABC paulista desde a década de 80. Várias bandas consagradas do cenário *punk* nacional já passaram pelo CECAC como Cólera, Ratos de

³⁵ A ideia de *hackear* que aparece nas falas de meus interlocutores é quando um coletivo se utiliza de qualquer *ferramenta*, tecnologia ou prática estipulada ou desenvolvida por outro coletivo. O motivo de usar um termo advindo da informática é pelo fato de ser estimulado o compartilhamento não só de tecnologias digitais, como também qualquer *ferramenta* circulada *em rede*, disponibilizada para os coletivos adaptarem livremente de acordo com suas necessidades.

Porão, Garotos Podres, Dead Fish e Dance of Days como fruto desse contato. Assim, essa experiência com circulação e produção de bandas é um recurso com o qual o CECAC produz seus eventos e *colabora* com eventos de outros coletivos.

Outro fator importante a ser considerado a respeito da *narrativa* do CECAC é o fato dele ser sediado em uma ocupação. Trata-se de uma antiga escola infantil desativada que foi ocupada pelos integrantes do CECAC para a criação de um espaço cultural, sendo frequente seus integrantes serem convidados para bate-papos e consultorias a respeito de ocupação de espaços públicos. Tudo lá é autogerido, sendo o discurso do “faça você mesmo” um dos impulsionadores das relações. Como disse uma vez Brasileiro se referindo à autogestão do espaço: “o cara levanta o moicano num dia e no mesmo dia vai capinar o mato que tava alto”. Com isso, as *ferramentas* do Fora do Eixo são transpostas para um coletivo que não serve como moradia fixa, mas acopla a ideia de *casa coletiva* e *caixa coletivo* para a gestão do ambiente. São encontrados vários colchões empilhados nos cômodos do CECAC destinados à hospedagem da bandas e agentes *colaboradores* que passam por lá, sendo que o discurso emanado da ideia de *casa coletiva* e *coletividade* é transposto para o espaço.

Assim, tanto o Fuligem quanto o CECAC são representantes regionais da *rede*, com agentes responsáveis por levar as *tecnologias* do Fora do Eixo para potenciais *parceiros* e assumindo para si a tarefa de gerenciá-las, bem como de estarem disponíveis para demais coletivos da *rede* realizarem ações conjuntas. A diferença é que o Fuligem é uma *casa coletiva* de fato e gerenciada integralmente pelo *caixa coletivo*, ao passo que o CECAC assume a linguagem dessas *ferramentas*, porém sem praticá-las integralmente, somente adaptando-as aos projetos que realizam.

Já o Usiarte, nos períodos da pesquisa de campo, passou por um processo de transição de *ponto Fora do Eixo* para *ponto parceiro*. No momento em que dei início ao trabalho etnográfico, o Usiarte havia acabado de se assumir como *Núcleo Duro* da *rede*, fazendo da sede em que atuava uma *casa coletiva*, gerida integralmente pelo *caixa coletivo* e sede de *vivências* e *imersões*. Porém, ao longo dos meses, o coletivo mudou de sede devido a problemas de gestão que serão expostos no capítulo 2, o que fez com que assumissem apenas pontualmente as práticas de *casa coletiva*, *caixa coletivo* e os *simulacros*. Assim, aos poucos, o Usiarte deixou de ser *Núcleo Duro* do Fora do Eixo e passou a ser um *ponto parceiro*, que aciona e é acionado pelos demais coletivos da *rede*, mas sem participar de instâncias deliberativas do Fora do Eixo, tais como congressos, *imersões* e demais reuniões regionais.

Mesmo que tenha diminuído a intensidade no manuseio das *ferramentas* e *simulacros*, trata-se de um caso importante por mostrar as diferenças com que são acionados e operados os códigos e imagens que tais recursos trazem consigo.

Portanto, serão as relações e os cenários de ação envolvendo esses três coletivos que fornecerão os rumos desta pesquisa. Partindo da observação fixa nesses *pontos*, e principalmente deles relacionando-se entre si e expandindo-se para a instância da *rede*, será observado como as *tecnologias* são vislumbradas, operadas e entendidas por esses coletivos. Como estamos falando de ao menos duas instâncias – a da *rede* e a dos *pontos* que operam os códigos receitados pela *rede* – podemos dizer que se trata de diferentes escalas pelas quais o antropólogo deduz seus dados.

Trazendo Strathern (2004) para o debate, quando há uma mudança de escala, emergem diferentes domínios e magnitudes de dados disponíveis para o pesquisador dispor e buscar organizar. Dessa forma, deve-se tomar cuidado em fazer a análise dos coletivos a partir de uma visão sistêmica, tal como o diagrama mencionado acima pode sugerir. No caso, é tentador olharmos os coletivos como representantes diretos da *rede*, e os códigos como impostos por uma instância hierarquicamente superior. Apenas ao assumir diferentes escalas de análise – a *rede* e os coletivos – é possível compreender que, quando os dados de campo remetem a um modo de organização política do Fora do Eixo, o que é implicado seria uma “verticalidade instrumental” que permitiria a disseminação de princípios e procedimentos. A codificação de princípios, o rearranjo de *ferramentas* e *simulacros* e a deliberação de procedimentos que ocorrem em congressos, *imersões*, reuniões presenciais ou online têm como efeito criar referentes que operam como centros de ressonância. Cada coletivo atua na *narrativa* do Fora do Eixo, mas as repetições, invenções e adaptações que ocorrem em torno dos códigos e *ferramentas* dependem das situações com que se deparam.

1.3 A casa coletiva e o rolê orgânico

As *casas coletivas* são geralmente imóveis alugados onde os membros do coletivo residem e se organizam de forma que todos contribuam para o seu andamento, dividindo tarefas e colaborando com o funcionamento do espaço. Os integrantes moram no local de trabalho e trabalham no local onde moram, sendo ele um espaço onde se estimula um

convívio aberto com pessoas de fora e que serve de hospedagem para bandas, artistas e demais *colaboradores* que prestam algum serviço nos eventos implementados pelo coletivo³⁶.

O processo de viver *coletivamente* implica a divisão de tarefas, a colaboração para a organização e limpeza da casa, a participação em reuniões semanais. É comum vermos em cada cômodo das casas, diversas placas e cartazes com instruções para moradores e demais frequentadores da casa colaborarem com a limpeza da cozinha, dos banheiros, etc.

A ideia de *casa coletiva* que percorre a instância da *rede*, ou seja, que é discutida, elaborada e teorizada em congressos, encontros e reuniões e que é transposta para os coletivos, sugere um ambiente onde o compartilhamento é incessante. É até mesmo comum um discurso de desapego a bens materiais, e alguns integrantes defenderem o compartilhamento total de bens materiais tais como roupas, calçados, computadores, guarda-roupas, camas, etc. Embora nem todas as *casas coletivas* exerçam esse compartilhamento total dos bens materiais, é muito comum ouvirmos enunciações que defendam um desapego e um incentivo ao compartilhamento. Alguns exemplos ouvidos em campo são: “quando eu cheguei aqui eu trouxe três malas enormes, eu era muito apegada às minhas coisas, mas hoje eu nem sei direito quais são as minhas roupas”, ou ainda, “essa não é a **minha** roupa, não é o **meu** sapato, o **meu** shampoo, se tá na *casa coletiva* é porque é de todo mundo”. Assim, o espaço de uma *casa coletiva* implica que seja alcançado um cenário de ressignificação de propriedades, pertencimentos e direcionamentos de forma que ele seja arranjado dentro da *inteligência coletiva*, para alcançar e inserir todos os agentes ligados a ele. Em uma reunião de consultoria na qual a ideia de *casa coletiva* estava sendo discutida, Gabriel Ruiz falou:

O espaço da casa coletiva é pra todos os moradores. Vai acontecer uma ressignificação de modo a acolher todo mundo, de entender os hábitos de forma diferente, entender o espaço como se fosse outra coisa. De olhar pra cama e saber que aquela não é a minha cama, é de todo mundo, é um lugar pra dormir. Por exemplo, quando uma banda vai dormir na casa, tem que pensar ela de outra maneira e estimular uma negociação no espaço, justamente visando ressignificar esse espaço pra acolher ainda mais todo mundo. Então é entender que uma casa coletiva tem uma velocidade que muda de acordo com o fluxo que tá no espaço, de acordo com a intensidade das pessoas que estão ali. Pra qualquer elemento que entra, vai fazer com que as pessoas se mobilizem a pensarem o espaço da casa de uma forma diferente, porque precisa acolher todo mundo.

³⁶ Sobre o trabalho vinculado à relações de comunidade, ver Overing (1991) sobre o trabalho como mantenedor da comunidade e vínculos entre membros da aldeia dos Piaroa e Cubeo, sendo qualificado pela autora como produto do desejo.

Dentre os coletivos enfatizados, o Fuligem é um dos que assume com mais realce a disposição em *casa coletiva* e pratica de forma assídua o *caixa coletivo*. Dessa forma, pelo fato dos residentes assumirem o caráter *coletivo* para a moradia, compartilhando os aparelhos, tecnologias e itens de consumo da casa entre si e compartilhando os rendimentos econômicos que entram na casa, são considerados *Núcleo Duro* da Rede Fora do Eixo.

Durante o momento da pesquisa, o coletivo Fuligem era composto por nove integrantes, sendo quatro deles moradores fixos e os demais não residentes, que utilizam o local como ambiente de trabalho, seja para projetos particulares ou para projetos de incumbência do coletivo. Para entender a miscelânea do Fuligem enquanto coletivo cultural, *casa coletiva* e regido com base em um *caixa coletivo*, é importante mencionar que ele serve de sede não somente do coletivo em si, como também para uma empresa de audiovisual chamada Mandala Filmes, gerenciada por Victor e Raíza, casal que não mora no Fuligem, mas ainda assim fazem parte do coletivo. Dessa forma, o Fuligem serve como espaço para articulação com artistas, coletivos e demais movimentos culturais da região e como sede para a Mandala Filmes realizar os trabalhos de audiovisual particulares. O Coletivo Fuligem de Comunicação e Arte e a Mandala Filmes e Projeções Artísticas assumem papéis jurídicos distintos, cada um com um CNPJ próprio, porém é fundamental esclarecer que, na prática, ambos acabam convergindo na sustentabilidade quando inseridos na lógica *coletiva*. O *caixa coletivo*, a ser abordado no capítulo 2, integra ambos os empreendimentos. Para as somas em dinheiro levantadas pelos integrantes do espaço do Fuligem – seja oriundo de editais públicos, da arrecadação em eventos ou serviços particulares de integrantes, seja por meio do rendimento da Mandala Filmes – a maior parte desse dinheiro é compartilhada entre todos os integrantes, não somente para suprir as contas da casa como também para as necessidades individuais dos integrantes.

Segundo o que me foi dito, na prática, o Fuligem e a Mandala Filmes “acabam sendo a mesma coisa” por diversos fatores. Além de Victor e Raíza estarem incluídos no Fuligem como coletivo, fazendo parte de seus projetos e frequentarem a casa assiduamente, a *narrativa* da Mandala Filmes caminha junto com a do Fuligem. Apesar de a empresa prestar serviços de audiovisual em formaturas e casamentos, especialmente como forma de gerar renda, também realizam trabalhos de vídeo com músicos, b-boys e skatistas. Inclusive, mesmo que não seja residente fixa da *casa coletiva*, Raíza faz parte do Núcleo Duro. Além de “estar no *caixa coletivo*”, compartilhando parte do rendimento da Mandala Filmes, ela também exerce voz ativa representando o coletivo na *rede*, encabeçando reuniões, *vivências*, assumindo frentes e

participando de encontros do Fora do Eixo. Mesmo que seu parceiro Victor não faça parte do Núcleo Duro, o que não o torna responsável direto pela representação do coletivo perante a *rede*, ele é um *colaborador* ativo, frequentando a *casa* como local de trabalho, auxiliando em projetos do coletivo e contribuindo e opinando no encabeçar dos projetos.

Vemos então, que o Fuligem, por ser constituído de uma *casa coletiva* e gerido por um *caixa coletivo* integral, é considerado um *Núcleo Duro* da Rede Fora do Eixo. Com isso, ele é um representante regional adaptado ao modelo de se gerir *coletivamente* sugerido pelo Fora do Eixo, prestando auxílios, consultorias, visitas e reuniões para auxiliar coletivos mais recentes no processo de adaptação à *casa coletiva*, ao *caixa coletivo*, lidar com o *card* e manusear demais tecnologias da *rede*. Ao participar do dia-a-dia do Fuligem, já é digno de nota o caráter *orgânico* da casa. Segundo os moradores e integrantes que frequentam a casa quase que diariamente, o fato de ser *orgânico* inutiliza um esquema de divisão de tarefas.

Hoje a gente já está num estágio orgânico de moradia. Não tem mais a necessidade de dividir tarefas entre os moradores, de definir um dia e uma tarefa pra cada um fazer. Se alguém tá mais ou menos desocupado e vê que precisa fazer a comida, vai lá e faz. Se você passa do lado do banheiro e vê que precisa limpar, vai lá e limpa. (Raíza, integrante do Fuligem, depoimento pessoal)

O caráter *orgânico* das relações seria um ideal a ser buscado justamente por indicar situações nas quais os trabalhos, prestações e direcionamentos são feitos de forma direta e fluida. A “*organicidade*” das relações é dada quando não é necessária uma estipulação prévia sobre quando ou por quem determinada tarefa deverá ser realizada, quando não são necessárias reuniões para discutir incumbências e determinados apontamentos, já estando implícito quem fará o quê e quais seriam as prioridades do coletivo. Independente de ser serviço doméstico – o qual é obrigatório a todos os que frequentam a casa – ou trabalhos relacionados a projetos e articulações do coletivo com outros grupos, é *orgânico* quando não há mais a necessidade de pré-estabelecer, combinar, estipular ou calcular as relações e prestações de trabalho dentro do círculo de ação do coletivo.

Não só um coletivo desenvolve esses traços *orgânicos* em seu cotidiano. Chega um momento em que própria atuação desses coletivos *em rede* passa a acontecer de forma fluida, sem necessidade eminente de tornar essas relações transparentes ou oficiais e capaz até mesmo de superar formulações. Uma fala que exemplifica essa relação *orgânica* transposta para a *rede* é a de Paulinho, integrante do CECAC.

A gente faz muita articulação, principalmente quando é articulação com bandas. No caso existe a região e a microrregião, que é meio que o nordeste do estado de São Paulo, e a gente é um ponto de articulação dessa região. A gente está inserido nele. Só que hoje a articulação avançou. Não é mais necessário reunião semanal, acompanhar lista de e-mail. Se o cara tá conectado, ele tá vendo as coisas acontecerem a todo momento. Já é orgânico dentro da rede. Ele vê o que tá acontecendo em São Paulo, vê o que tá acontecendo em São Carlos. A gente tá num processo em que não é mais preciso formalizar tudo e fazer antes de fazer a articulação, os próprios coletivos já conseguem fazer por si só.

Pega a relação do Fuligem com o CECAC. A gente tem deficiência na área de mídia e de sonorização. Nisso o Fuligem é forte, eles tem equipamento de ponta e todos sabem fazer os tramos de mídia e sonorização muito bem. Enquanto isso o CECAC trabalha com a questão política, com articulação com artistas e bandas, articulação regional, produção de festivais em rede. A gente faz o festival Caipiro Rock aqui em Serrana, pra dar um exemplo, mas já teve Caipiro Rock em outras cidades vizinhas aqui. Teve Caipiro Rock em Cravinhos, em Monte Azul. O CECAC contribui muito com a articulação. Então acaba sendo natural que um procure o outro pra se ajudar nisso aí. Temos contato com bandas, daí o André lá de Sertãozinho vem pedir bandas pra gente, o Fuligem costuma apresentar bandas pro CECAC, tem bandas daqui que sempre tocam em eventos deles. Cada coletivo tem as suas parcerias com as bandas e conseguem fazer essas bandas circularem entre os coletivos. Os próprios coletivos sabem quais são as bandas com parcerias com outros coletivos e tem o costume de colocar essas bandas pra tocar nos eventos.

Dessa forma, nota-se que pensado tanto na escala do coletivo quanto dele atuando *em rede*, podemos constatar que o estágio ideal a ser buscado é as colaborações entre os coletivos acontecendo sem a necessidade de um modelo pré-estabelecido de acordo. O caráter *orgânico* é dado quando as prestações e relações fluem de forma que é superada a necessidade de qualquer tipo de formalidade. Assim, os coletivos em relação *orgânica* já sabem quais são suas especialidades e suas lacunas, bem como quais as especialidades e lacunas dos coletivos com os quais se relaciona, o que já torna implícito quais serão as colaborações que irão ocorrer nos eventos³⁷. No caso, as funções relacionadas às especialidades de cada coletivo seriam *orgânicas* e a relação de *parceria* viria justamente para garantir uma retroalimentação entre as partes a serem beneficiadas.

Pensado de forma que esteja acoplado à *economia colaborativa*, o caráter *orgânico* pode indicar uma série de situações envolvendo busca por sustentabilidade, notadamente

³⁷ Lembrando que estou apenas definindo como as relações entre coletivos mais próximos são encaradas de forma *orgânica*, sendo que esse caráter foi alcançado após um processo de várias trocas, prestações de serviço, solicitações e consultorias proporcionado pelo fato deles fazerem parte de uma mesma *rede*. No capítulo 3, em sessão dedicada ao *card*, apresentarei com mais minúcias as prestações que necessitam de serem contabilizadas em horas de trabalho para ter um retorno garantido com exatidão e aquelas que já ocorrem de maneira *orgânica*, não havendo a necessidade de serem contabilizadas.

geradas pela opção por procurar trocas e, conseqüentemente, estabelecimento de *parcerias*. Para esse ponto, opto por desenvolvê-lo melhor no capítulo 3, no qual tratarei com mais minúcias a ideia de *parceria* e troca, já que inevitavelmente são temas que devem ser considerados ao discorrer sobre o *card*. Adianto por ora que o *rolê orgânico* ocorre nas *parcerias* entre os coletivos já associados ao Fora do Eixo e que desenvolveram relações frequentes entre si. Sendo assim, pensando em um viés econômico, a autossuficiência financeira é favorecida pela busca de trocas mútuas entre coletivos, bem como de *parcerias* com agentes externos, visto que o dinheiro que poderia ser investido em determinadas demandas é poupado e usado para outras finalidades.

Além de uma autossuficiência econômica na qual os rendimentos são controlados e dispostos em um âmbito *coletivo*, também é necessário enxergar uma autossuficiência nos ânimos e nas relações cotidianas entre os moradores de uma *casa coletiva*. Como já apontado, esforços são feitos em inserir todos os integrantes nesse cenário de forma que todos possam atuar e operar a *coletividade* de forma adequada a seus princípios e motivações individuais.

A gente usa o caixa pra não atrapalhar a coletividade de forma que o rolê de um não atrapalhe o rolê do outro. Quando a gente tinha a casa de Bauru, eu comprava muito queijo, era queijo todo dia. Eu fazia questão de comprar o queijo. Consumia muita grana com isso, só que também não faltava cigarro na casa, e isso também consumia muita grana. Os caras falavam pra não comprar queijo todo dia, mas tinha cigarro todo dia. O caixa coletivo tem que ser isso, o cigarro de um não pode atrapalhar o queijo do outro. Se for pra todo mundo se matar na vida louca, se mata, mas não tira o chocolate de quem faz questão de ter o chocolate. A convivência na casa coletiva é como se fosse uma rotina de trabalho mesmo, e o caixa coletivo é uma estratégia pra valorizar todo mundo. Se um avacalha, acaba atrapalhando alguém. Esses lances são bom que acontecem, a galera amadurece, passa a ver por outros lados. Daí cada um acaba amadurecendo e levando essa experiência pra outro lugar e seguir em frente. (Gabriel Ruiz, morador da Casa FdE São Paulo, depoimento pessoal)

Trata-se, então, do empenho em fazer com que o uso das *ferramentas* possibilite abarcar as diferenças individuais e operá-las em uma mesma sintonia dentro da *coletividade*. No caso, a coabitação em uma *casa coletiva* e a disposição dos bens e rendimentos individuais, tangíveis e intangíveis, dentro do *caixa coletivo* são estratégias para possibilitar uma autossuficiência. Os esforços são em nivelar as relações. Ao mesmo tempo em que se busca diluir os arranjos e disposições individuais para facilitar uma convivência no ambiente *coletivo*, estimula-se que a individualidade e a *coletividade* possam ser manifestadas e coexistam em um mesmo espaço. Assim, o uso das *ferramentas* é incentivado de forma a tornar esse convívio *orgânico*.

Portanto, as *ferramentas* do Fora do Eixo trazem consigo uma série de códigos que são transpassados aos coletivos de forma que a *economia colaborativa* possa ser por eles operada. Para que os agentes consigam entrar em uma sintonia com esses *aplicativos*, são feitos encontros, *imersões* e reuniões para que os saberes componentes da *inteligência coletiva* sejam visualizados e melhor performatizados.

Trata-se de códigos elaborados por determinados agentes que são alastrados em ampla escala e discutidos pelos integrantes de forma que possam ser estipulados entendimentos a pautarem e inspirarem as ações e manuseios das *ferramentas*. Essa abordagem se aproxima do que Tarde (2011) chama de “raios imitativos”, que chegam até os agentes a partir de determinadas pessoas que inventaram os preceitos e códigos que inspiram ação. Tarde chama de “irradiação imitativa” a “totalidade de raios desse gênero, provenientes de um inventor, de um iniciador, de um inovador qualquer cujo exemplo se propagou” (*ibid* .: 63). Em consonância com Tarde, os *pontos* Fora do Eixo assimilam os preceitos referentes às *ferramentas* e *simulacros*, sendo estes invenções partidas das primeiras experiências do Fora do Eixo e que trazem consigo códigos referentes à dita *economia colaborativa*. Assim, os coletivos as repetem de forma adaptada em relação às teorias, saberes e direcionamentos que percorrem a *rede*. Segundo Tarde, “se passou de similitudes e repetições de massa, complexas e difusas, a similitudes e repetições de pormenor, mais difíceis de captar, porém mais precisas, elementares e infinitamente numerosas, bem como infinitesimais” (*ibid* .: 23). Segundo o autor, tudo aquilo que tem o caráter de inovação em determinada esfera faz parte de combinações de exemplos e experiências anteriores. Até mesmo uma originalidade seria feita de um acúmulo de experiências que já se tornaram banais, sendo seu caráter imitativo uma constante a ser considerada na análise social³⁸.

Ao tomar como inspiração essa teoria tardiana do social para pensar a ideia de *coletividade* do Fora do Eixo, é interessante considerarmos duas das três leis sociais

³⁸ É importante recuperar que, com a consolidação dos chamados “sociólogos do social”, a Sociologia de Tarde foi sendo deixada de lado. Latour (2005) aponta que Tarde foi “completamente batido pelos sociólogos do social, a ponto de mergulhar numa existência fantasmagórica durante um século”(*ibid* .: 34). A torsão que uma análise inspirada em Tarde provoca é uma fuga da ideia de que o social é um domínio máximo da realidade, sendo apenas um princípio de conexões que demanda determinados métodos de análise. Assim, Tarde aponta que o erro da Sociologia é olhar os fatos sociais como regulares e possíveis de serem ordenados, ignorando os detalhes, os pormenores e as irregularidades. Nas palavras do autor, “somente o pormenor dos fatos humanos abriga adaptações notáveis, que é ali que reside o princípio das harmonias menores” (Tarde, 2011, p.91)

estipuladas por Tarde, no caso, a repetição e adaptação³⁹. Ao sairmos da escala da *rede* e passarmos a olhar diretamente para os direcionamentos que os *pontos* tomam para manusearem as *ferramentas*, pode-se constatar uma repetição dos códigos elaborados pela instância da *rede*. Com isso, percebe-se as tendências dos coletivos de propagarem, proporcionalmente a suas esferas de ação, os preceitos estipulados nos encontros e deliberações da *rede* Fora do Eixo. Com base em uma repetição imitativa inspirada no que é discutido em reuniões e no que é estipulado via cartilhas, são suscitadas invenções e iniciativas partidas de cada coletivo que gerarão as adaptações. Assim, a adaptação seria um fruto de sucessivas invenções partidas de repetições de determinados preceitos que chegam para os agentes, disponíveis a serem destrinchados, rearranjados e adequados aos cenários nos quais os coletivos estão inseridos.

Por fim, podemos afirmar que quanto mais um coletivo repete os preceitos transmitidos pela instância da *rede*, assimila e manuseia as *ferramentas* e *simulacros* e os propaga para novos *pontos* ou para *colaboradores* e *parceiros*, mais ele é identificado no *rolê* como *orgânico*. Conseqüentemente, assim que um coletivo assume a suas práticas um caráter *orgânico* e é reconhecido na *rede* como tal, mais ele é assimilado com a *coletividade*, podendo exalá-la para sua esfera de atuação e auxiliar outros coletivos no processo de repetição e adaptação.

Dessa forma, quando a *coletividade* é percebida em um caráter de *organicidade*, o manuseio das *ferramentas* e *simulacros* é pleno e acoplado diretamente às práticas cotidianas do coletivo. Isso, então, fará com que ele seja apto a propagar essas práticas e a servir de inspiração para novos agentes, e poderá fazer isso sediando *vivências* e tendo seus membros aptos a encabeçarem reuniões e ditarem pautas em encontros e eventos regionais ou nacionais com demais coletivos do Fora do Eixo. Nos próximos dois capítulos será mostrado como os coletivos assimilam e adaptam a *coletividade* e como ela é operada pelo manuseio das *ferramentas*.

³⁹ Sobre as leis sociais propostas por Tarde, o autor as classifica como repetição, oposição e adaptação. Trata-se de aspectos pelos quais a realidade é considerada em seu caráter infinitesimal, sendo que respectivamente a cada lei, os agentes usam um caráter imitativo de invenções de outrora para compor sua realidade, partem de uma concorrência de desejos e crenças para estimular inventividades e ajustam a si com base no ajustamento ao outro. Com isso, Tarde coloca que os agentes partem da chamada irradiação imitativa com base em determinadas invenções, sendo que a repetição é operada por uma similitude, a oposição por um contraste e a adaptação por uma relação de simetria com invenções de outrem.

CAPÍTULO 2 – COLETIVOS ATUANDO NO *COLETIVO*

Um coletivo é uma célula viva, ele tem uma velocidade. Se colocar um elemento lá dentro, esse elemento vai ficar confuso. Se você chegar aqui e falar que quer entrar pro coletivo e eu abrir as portas pra você e simplesmente ir entrando, é um choque de realidade, o cérebro frita, não vai rolar. (Gabriel Ruiz, morador da Casa Fde São Paulo, depoimento pessoal)

2.1. Considerações sobre a ideia de *coletivo* e sua influência nos rumos da pesquisa

Em uma reunião situada no chamado “Espaço 2” do coletivo Usiarte – um terreno situado ao lado da até então *residência cultural* do Usiarte – estavam presentes integrantes do Fuligem e de um coletivo recém associado ao Fora do Eixo chamado Garrafa Verde, da cidade próxima de Pradópolis. Tratava-se de uma roda de conversas onde estavam sendo debatidas justamente a *vida coletiva* e a maneira de um coletivo se arranjar direcionado à *coletividade*. Além dos integrantes dos coletivos, várias pessoas estavam presentes, tais como artistas locais, estudantes interessados em conhecer a *rede* e integrantes de bandas de rock da cidade. Dessa forma, o mote principal era propagar nas pessoas presentes a ideia de *coletivo* e estimulá-las a formar novas iniciativas. Dessa forma, a presença do Garrafa Verde na reunião era proposital no sentido desses preceitos serem propagados, já que ainda se tratava de um jovem coletivo. Como seus integrantes ressaltaram, em agradecimento à iniciativa do Fuligem e Usiarte: “a gente ainda está no começo, então todas as correrias a gente tá fazendo todo mundo junto”. André, integrante do Usiarte, prontamente respondeu: “É assim mesmo. É um *coletivo*”.

Apesar de singela e aparentemente irrelevante, esta situação sugere algumas considerações acerca dos significados que a noção de *coletivo* traz consigo. Há toda uma ideia de *coletivo* que é atravessada pelos *pontos* Fora do Eixo e constantemente por eles polida. São recorrentes imagens de união, somatória de esforços, igualdade e nivelamento nas relações, todas direcionadas ao *coletivo*⁴⁰. Tanto pensando no espaço físico no qual estão inseridos

⁴⁰ Sempre que a referida expressão aparecer em itálico é quando estão sugeridas confluências com a ideia de *coletividade*, esta a norteadora dos arranjos e composições dos integrantes dos coletivos em questão.

quanto nesse pano de fundo que atrai os recursos e finalidades de seus integrantes, trata-se de uma ideia de coletivo que toma forma e é significada a todo momento pelos próprios agentes.

Percebe-se, assim, que ao se analisar o modo com que um coletivo se arranja, importa pouco delinear-lo com fronteiras definidas ou estabelecer quem faz parte dele e quem não faz. Mais instigante é atentar para a ideia de coletivo formada com base no “estar junto”, no fato de todos aqueles que estão no *rolê* estarem construindo algo que vá de acordo com essa ideia. Assim, não é possível limitar o alcance de um coletivo e definir até que ponto determinada área de atuação faz parte dele. Um coletivo do Fora do Eixo não é simplesmente um espaço onde as pessoas moram e exercem trabalhos. A ideia de coletivo assume tamanha presença que é enunciada não somente por seus integrantes, mas também por seus *colaboradores* e *parceiros* que prestam serviços e frequentemente estão próximos do coletivo em si. Como se trata de uma ideia de coletivo que é composta, havendo dimensões de *coletividade* decretadas por vários agentes e sendo discutidas, repensadas e formuladas em espaços de discussão e de atuação desses coletivos, não é o caso averiguar esse cenário como um mero contexto no qual os agentes estão inseridos, e sim como ele é formado com base em arranjos e associações específicos por parte dos interlocutores⁴¹.

Como a relação entre pesquisador e pesquisado acaba sendo definida pelos interesses e formulações nativas, a própria ideia de *coletividade* estabeleceu os termos da minha presença em campo. Pelo fato de estar inserido em um ambiente *colaborativo* de gestão econômica, acabei assumindo a função que qualquer agente ligado ao Fora do Eixo assumiria, atuando como *colaborador* em festas sediadas em *casas coletivas* e em eventos. Além disso, fui *vivente* em outras ocasiões, residindo e me fixando em *casas coletivas* para observar e aprender o modo de gestão econômica da casa e, conseqüentemente, ver a *coletividade* de perto. Como ensina Wagner (2010), a própria presença do antropólogo em campo faz com que meus interlocutores estabeleçam divagações a respeito da etnografia e,

⁴¹ Para iluminar esse argumento, é válido recuperar Wagner (2010) que critica uma noção de grupo como uma ordenação fechada e coesa e não se preocupa em classificar tipos de “grupos” que melhor descreveriam os arranjos comunais locais. Uma discussão que serviria de base seria sobre a obsolescência do conceito de “sociedade” como sustentáculo de explicações sobre arranjos sociais (Strathern, 2014; Viveiros de Castro, 2002). É válido ainda apontar as críticas feitas por Leach (1995) do método das monografias clássicas da Antropologia como as de Malinowski e Evans-Pritchard que mostram supostos equilíbrios e estabilidades nos grupos abordados. Para Leach, essa estabilidade destoa das realidades vividas pelos agentes que compõem os “grupos” estudados, sendo necessário que o antropólogo considere as instabilidades e desequilíbrios dessas sociedades para melhor compreendê-las. Dessa forma, Leach deixa claro que, ao abordar as populações da colina de Kachim, as descreve “como se” fossem estáveis e coerentes como um recurso para facilitar a descrição de arranjos sociais que estão constantemente em desequilíbrio e mudança.

consequentemente, aproveitem a presença do pesquisador para o contexto em que atuam, no caso, o ambiente *coletivo*. Mesmo sabendo que a finalidade da minha presença lá era a coleta de dados para uma pesquisa acadêmica, os integrantes dos coletivos inevitavelmente me viam como *vivente e colaborador*, já que eu estava inserido em um ambiente *coletivo* e deveria contribuir com algo, visto que estava aproveitando a estadia para fazer a pesquisa. Se eu estava residindo em uma *casa coletiva*, era mandatário que eu colaborasse com a limpeza do ambiente, sendo sugerido que eu preparasse o almoço e auxiliasse nas tarefas do coletivo.

Você vai ficar um tempo residindo aqui, então a gente fala pros viventes ajudarem na casa. Como a ideia de uma casa coletiva é dividir tarefa entre os moradores, um vivente também está incluso. Se algum dia, por exemplo, todo mundo estiver ocupado e você vê que está chegando a hora do almoço, toma a iniciativa de fazer. A gente se organiza assim. Não tem um dia separado pra cada um fazer comida. Cada um aqui assume a tarefa quando vê que precisa. E outra coisa. A gente fala pros viventes não ficarem trabalhando lá nos quartos do fundo. O ideal seria você trancar aqui na frente. Mesmo que estiver fazendo coisas pessoais ou trancando nas coisas da sua pesquisa, fica no ritmo da casa, lá nas salas da frente. (Renata Prato, integrante do Fuligem, depoimento pessoal)

Sendo assim, o próprio trabalho etnográfico foi acoplado ao ritmo *coletivo*, e entrando em uma retroalimentação em que ambas as partes se baseiam em princípios *coletivos* para trocar serviços e saberes e, com isso, buscar aproveitar o *rolê* para alavancar os respectivos projetos⁴². Consequentemente, ao estar em campo, também *investi trabalho* nos eventos e *colaborei* no cotidiano da casa já que era isso que era esperado de mim como pessoa que havia se aproximado do *rolê*. Assim, eu via as práticas *colaborativas* como um objeto de estudo e buscava refletir e conjecturar sobre elas e meus interlocutores viam minha presença não só como um pesquisador em campo, mas também como *colaborador e vivente* que, futuramente, traria a pesquisa como uma somatória ao *rolê*.

A gente se dispõe a ajudar você na sua pesquisa porque vai ser um trabalho que vai mostrar como a gente se organiza. É uma coisa que tem potencial pra circular e que vai ajudar a gente a se entender também, né? E querendo ou não é uma troca também. Você investiu seu tempo ajudando no festival, fazendo a parte de *Banco* como vivente e, além da experiência de aprender como funciona um evento colaborativo. Você aprendeu como funciona e vai levar pra sua pesquisa e também não para aí, né? Quando você terminar essa pesquisa a gente vai ler, vai circular, ter um retorno nosso pra agitar um

⁴² Sempre que aparecer nessa pesquisa a ideia de “retroalimentação”, deve ser considerado o fato dos atores sugerirem para *colaboradores e parceiros* que, ao se aproximarem de um coletivo e investirem trabalho em algum projeto, o próprio *rolê* garantirá a eles algum retorno e somará algum tipo de capital intangível. Dessa forma, o coletivo seria beneficiado com a *colaboração* e a pessoa que investiu trabalho, mesmo que receba um pagamento direto, também terá um retorno intangível, seja em experiência, conhecimento, obtenção de contatos ou novas possibilidades de acionar o coletivo para ajudar em algum projeto futuro.

bate-papo em evento, algum rolê de consultoria, por exemplo. (André, integrante do Usiarte, depoimento pessoal).

Com isso, nota-se que todos os agentes inseridos nesse ambiente *coletivo* incentivam esforços para que haja uma retroalimentação das relações. Cada agente envolvido, incluindo o próprio pesquisador, leva em consideração o fato de que tudo o que é investido no *rolê* deve ser somado ao *coletivo*. Mesmo que haja interesses distintos em cada pessoa que se aproxima do *rolê*, ele próprio acaba abarcando tais interesses no sentido de convergi-los para *coletivo*. Mesmo que interesses particulares sejam evidentes em determinados indivíduos, o coletivo terá influência na construção desses interesses e o indivíduo compartilhará o retorno de seu projeto com o coletivo.

Deste modo, a ideia de *coletivo* que é perseguida pelos agentes envolvidos no *rolê* tem agudas implicações com as práticas de *parceria* e *colaboração* que são incentivadas em qualquer projeto produzido pelos coletivos do Fora do Eixo. Constata-se, então, que qualquer linha tênue que poderia estar situada entre esse ambiente *coletivo* e a ideia de *economia colaborativa* é inexistente.

2.2. “Onde falta grana, sobra braço” – sobre a *economia colaborativa*, *coletividade* ou *colaborativismo*.

Como já ressaltado anteriormente, vários são os termos que sugerem horizontalidade das relações dentro dos coletivos do Fora do Eixo: *economia colaborativa*, *coletividade*, *colaborativismo*, *vida coletiva*, *inteligência coletiva* são as denominações enunciadas por meus interlocutores acerca da ideia de *coletivo* discutida na sessão anterior. Dessa dimensão *colaborativa* saem esforços à já dita retroalimentação das relações, a partir da qual os atores possam *hackear* práticas, saberes e *tecnologias* disponibilizadas, além de possibilidade de potencializar os projetos e até mesmo baratear os custos. No caso, como alternativa ao dinheiro que seria demandado nesses projetos, os coletivos buscariam *parcerias* e *colaborações*.

Quando se acompanha o cotidiano de coletivos do Fora do Eixo, várias são as situações em que se pode presenciar a *parceria* como recurso sendo acionado. No caso, quando os integrantes do coletivo optam por não investir dinheiro em determinadas finalidades, as *parcerias* entram como solução para suprir essas necessidades. Quando se trata de *casas coletivas* essa situação é ainda mais categórica, já que é feito com finalidades

habituais de suprir necessidades básicas do dia-a-dia com base nas *parcerias* e, com isso, buscar garantir uma sustentabilidade.

Trago dois exemplos notórios da *economia colaborativa* acionada para o cotidiano de uma *casa coletiva*. O primeiro deles foi presenciado na Casa FdE São Paulo. Como se tratava de uma *imersão*, a casa estava cheia. Integrantes de vários coletivos estavam presentes com o intuito de passar alguns dias na casa para que fossem refletidos e discutidos conjuntamente preceitos referentes ao uso de *ferramentas* e *simulacros* propostos pelo Fora do Eixo. Logo à primeira vista, percebe-se que a Casa FdE São Paulo é um local onde os códigos elaborados ao longo da experiência do Fora do Eixo são *orgânicos*, ou seja, são operados sem a necessidade de conjecturar sobre eles, sem precisar discutir sobre como operá-los de forma que sejam adequados ao ritmo da casa. Assim, as primeiras impressões que o local nos passa é de um epicentro das práticas e códigos referentes à *coletividade*. Os traços do *colaborativismo* estão presentes nas paredes da casa em forma das inúmeras artes grafitadas em praticamente todo o perímetro externo da casa, nas frases e citações escritas nos azulejos da cozinha, na horta, cisterna e minhocário situados no quintal como frutos de oficinas ministradas por Ongs e demais coletivos.

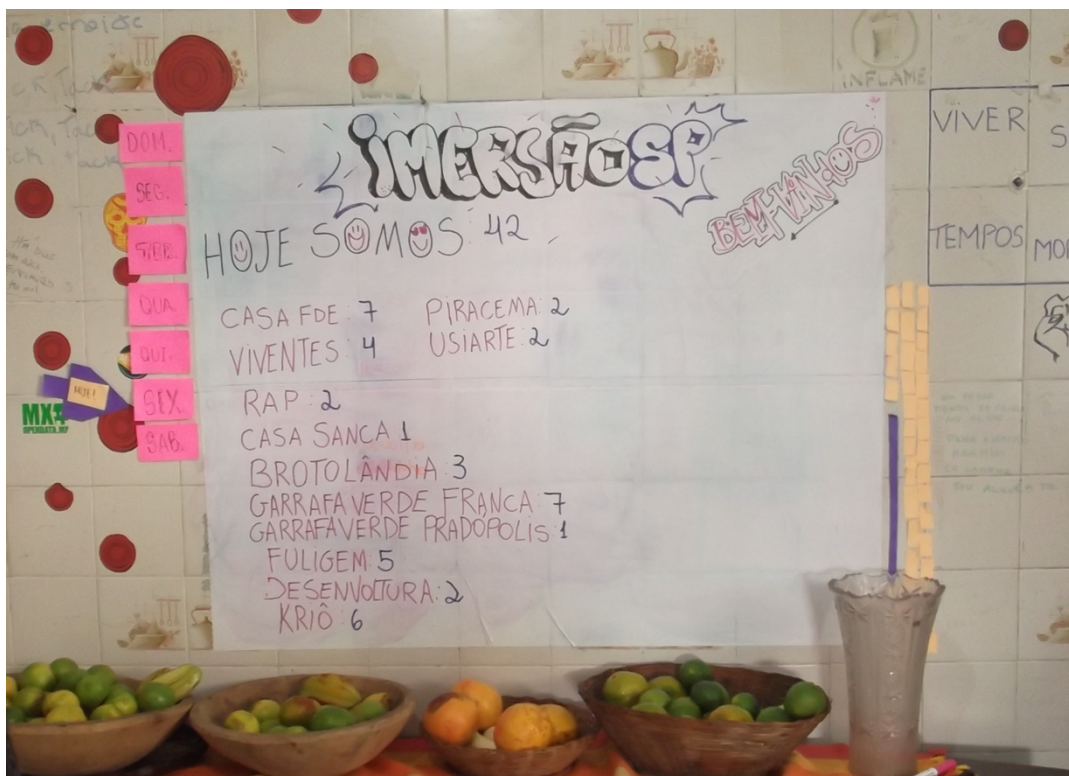


Figura 4 – Cartaz indicando o número de representantes de cada coletivo da *Regional SP* presentes na *imersão* ocorrida na Casa FdE São Paulo (**Fonte:** foto do acervo pessoal do pesquisador)

Até mesmo o quarto em que fiquei hospedado juntamente com integrantes de outros coletivos é fruto de *parceria*. No caso, tratava-se de uma garagem situada no fundo da casa que foi transformada em quarto. Como a casa necessitava de um número maior de leitos e a garagem era pouco usada, os moradores resolveram fazer dela um grande quarto com vários leitos de forma que pudesse acolher um grande número de pessoas em dias de fluxo intenso.

A gente tava precisando ampliar a hospedagem solidária da casa, então tivemos essa ideia de reformar a garagem. Só que pra fazer a reforma, tinha que erguer uma parede com tijolos na frente, fechar as laterais. A gente fez um orçamento com pedreiro e isso ia sair caro, então resolvemos arrumar *parcerias* e fazer outro esquema. (Gabriel Ruiz, morador da Casa FdE São Paulo, depoimento pessoal)

Dessa forma, foi acionada uma ONG que lida com bioconstrução para ministrar uma oficina de construção autossustentável. Assim, foi feito um mutirão, com várias pessoas disponibilizadas a participar da oficina e, literalmente, “aprender fazendo”. Os participantes da oficina ergueram uma parede de barro sustentada com palha, montaram beliches com estrutura de bambu presos com ferro e vários leitos com estrado de pallets. Segundo Ruiz, “os custos acabaram sendo bem pequenos e os ganhos altíssimos” porque houve uma retroalimentação. A ONG ministrou a oficina, a casa ganhou um quarto, houve uma capacitação das pessoas que participaram da oficina, e os moradores da casa ofereceram oficinas de audiovisual e produção de documentários para a ONG aprender a divulgar seu trabalho em forma de audiovisual.



Figura 5 – Beliches de bambu no quarto para hospedagem solidária construído em uma oficina ministrada na Casa FdE São Paulo (**Fonte:** foto do acervo pessoal do pesquisador)

Outra situação ilustrativa acerca da *economia colaborativa* é a captação de alimentos em feiras. Uma prática comum que as *casas coletivas* utilizam é qualquer estratégia para baratear custos de alimentos, seja mapear locais mais baratos, reaproveitar alimentos, cultivá-los em casa ou até mesmo obtê-los a menores custos com base em *parcerias*. A Casa FdE São Paulo costumeiramente faz a prática do “cata na feira”, ou seja, alguns integrantes se dirigem às feiras para pedir doação de alimentos aos feirantes. Geralmente o encarregado das responsabilidades referentes à residência é Stéfano. Na ocasião, fui com ele e mais alguns integrantes de outros coletivos presentes na *imersão* para algumas feiras do bairro Liberdade, não só para todos conseguirmos alimentos, como também para que os demais integrantes aprendessem como captar e levar a prática para seus respectivos coletivos. Quando chegamos à feira, eu estava receoso da reação dos feirantes com jovens desconhecidos os abordando para pedir alimento de graça. Já estava esperando várias represálias e até mesmo algumas manifestações verbais dos feirantes conosco. De início, Stéfano fez os primeiros pedidos para a gente assimilar o modo de abordagem. Ele chegou abordando com o discurso de que “Somos de um coletivo que trabalha com hospedagem solidária, recebemos muitos artistas e produtores culturais que não têm lugar pra ficar”, e logo emendando com “Vocês não teriam nada que vão jogar fora que a gente possa aproveitar? Mesmo que esteja meio passado, a gente aproveita de alguma maneira”. Logo de cara ganhamos algumas mangas, em outras barracas os feirantes deram sacos de limão, tomates, bananas que estavam soltas da penca, várias uvas caídas do cacho e até mesmo caixas de frutas já passadas. Obviamente houve algumas represálias. Uma senhora que abordei chegou a indagar: “É pra artista? Fala pra eles irem trabalhar igual eu, que acordo 5h da manhã todos os dias.” Porém, muitos dos feirantes contribuíram amistosamente com alimentos.

No caminho de volta, Stéfano ia dando explicações sobre essa prática dentro da lógica *colaborativa*.

Vocês viram que tem uma solidariedade. Eles acabam reconhecendo o que a gente faz e acabam contribuindo. A gente até tá querendo ir na feira, levar uns artistas pra lá e tirar umas fotos com os feirantes, gravar uns vídeos e mandar pra eles, pra eles verem que a gente faz o que fala pra eles quando vai pedir alimento.

ou ainda

Olha como funciona a lógica. A gente gastou quanto hoje na feira? 20 reais? Mas olha o tanto de coisa que conseguimos. Se fosse pra colocar tudo na

ponta do lápis, a gente ganhou mais do que gastou. Gastamos 20 reais, mas tudo o que tem aqui valeria uns 50, então acabamos é lucrando.

Destarte, constata-se que a Casa FdE São Paulo, notadamente em *imersões* nas quais há esforços em elaborar e operar *tecnologias da rede*, funciona como um laboratório para coletivos e agentes ligados à *cena* operarem e vislumbrarem aspectos de *economia colaborativa*.

Outro exemplo de buscas por *colaborações* para alavancar projetos e baratear custos em uma *casa coletiva* foi a reforma do coletivo Fuligem. Na ocasião, eles foram contemplados com um edital do ProAc que previa 100mil reais durante dois anos a financiar os projetos culturais do Fuligem. Como era um edital de *residência cultural*, iria bancar as contas da casa, além de uma reforma para deixar a casa mais aberta à hospedagem de artistas e *viventes*. Assim, a casa seria pintada, prateleiras e beliches seriam instalados e equipamentos adquiridos, pois a ideia era “disponibilizar a tecnologia da casa para outras pessoas usarem”.

Com isso, 3mil reais foram previstos no projeto para reforma da casa. Segundo Tomate, “É claro que uma reforma custa mais que 3mil, mas a gente quer baratear o máximo que der, pegando tinta de doação e não pagar mão-de-obra. A gente mesmo vai fazer as coisas”. Dessa forma, todos os integrantes do Fuligem se mobilizaram para conseguir tintas, independente da marca, cor ou data de validade. Eu mesmo doeí algumas latas de tinta que estavam paradas há anos e ajudei na pintura da casa.

Para a pintura, os esforços foram em aproveitar ao máximo as latas doadas. Mesmo que houvesse diferentes cores disponíveis para a pintura, foram misturadas várias tintas gerando diferentes tonalidades. Não houve uma preocupação em pintar os cômodos de cores uniformes, sendo que cada parede de cada cômodo foi destinada uma cor diferente, como forma de aproveitar ao máximo a quantidade de tinta disponível. Até mesmo para o fato da grande maioria das latas de tintas doadas estarem muito tempo fora do prazo de validade, o argumento era: “Se passar o pincel e a tinta grudar na parede, é porque tá boa”.



Figura 6 – Pintura do coletivo Fuligem para o projeto “Casa Multimídia”, financiado via edital público. (Fonte: foto do acervo pessoal do pesquisador)

Além de esforços para *economia colaborativa* observados nas *casas coletivas*, eles também são notórios nos festivais realizados pelos coletivos. É comum vermos os agentes que produzem um festival preferencialmente optarem por possibilidades de *parcerias* e *colaborações* em detrimento do gasto de dinheiro. Como alternativa ao gasto com alimentação, são direcionados esforços para restaurantes disponibilizarem marmitas como patrocínio. O discurso de *economia colaborativa* é utilizado até mesmo para o cachê das bandas.

Duas situações presenciadas em campo ilustram esse ponto. Ambos os casos ocorreram na produção do Grito Rock pelos coletivos CECAC e Usiarte, em que os dois queriam para o festival bandas de destaque no cenário independente e que tivessem a

potencialidade de atrair um bom público. O CECAC queria trazer a banda Dance of Days para tocar no evento, sendo que o cachê pedido por ela era de 2mil reais. Segundo Paulinho

Nisso vai entrar a economia criativa. O que a gente pode fazer pra resolver esse problema? É importante resolver ele? Não temos dinheiro, vamos tirar do bolso? Daí vai depender da pessoa pra achar as soluções. O Dance of Days é uma banda que vai atrair muito público, só que eles pedem um cachê de 2mil reais e pra gente isso é muito caro. O que a gente tem condição de fazer se a gente não quer gastar dinheiro nisso? A gente conversou e os caras aceitaram abaixar pra 1800, mas mesmo assim tem esse cachê e a gente tem que bancar a viagem deles. Então o que a gente vai fazer é acionar o facebook. Jogar lá e sugerir de pedir pra galera ajudar a investir no evento pra trazer os caras pra tocar aqui. Faz o cálculo. Pega 70 pessoas da cena punk daqui de Serrana e cada um dá 25 reais. É esse o investimento, a construção coletiva pra contribuírem com o evento.

O caso do Usiarte é praticamente o mesmo. Queriam trazer a banda Cólera para tocar no Grito Rock e o cachê era de 1800 reais, um valor inviável para o que o coletivo queria gastar para o evento. Segundo André, “Economia colaborativa não é necessariamente trabalho voluntário. Se a banda que cobra 1800 reais aceitar tocar por 1000, isso já é economia colaborativa”.

Com esses exemplos, vemos as diversas finalidades, funcionalidades e sentidos que a ideia de *economia colaborativa* traz consigo. Incentivos a práticas de Economia Solidária e à Economia Criativa, recursos para baratear os custos de determinados projetos, incentivos à retroalimentação de relações, estímulo à circulação de agentes e de saberes. Múltiplos são os vislumbres e resultados acarretados por uma conjunção de agentes, desejos e fluxos visando estabelecer um cenário no qual a *coletividade* possa ser operada.

Constata-se, então, que nas transações e projetos alavancados na *coletividade* estipula-se e incentiva-se que muitos saberes sejam criados e disponibilizados para circular entre os agentes. Além de uma circulação interna, tais agentes podem aproveitar as experiências, aprendizados, contatos, a visibilidade adquirida pela participação nos projetos e, com isso, impulsionar novas circulações. Em outras palavras, a *coletividade* implicaria que para o investimento de trabalho feito pelos agentes envolvidos no *rolê*, ele viria acompanhado de um retorno intangível que potencializaria o valor dessas prestações e projetos. Com isso, pode ser traçado um paralelo com a ideia de “mais-valia de código” (Deleuze, 1972).

A mola de tal economia consiste, ao contrário, numa verdadeira mais-valia de código: cada desligamento de cadeia produz, de um lado ou de outro nos fluxos de produção, fenômenos de excesso e de carência, de falta e de acumulação, que são compensados por elementos não cambiáveis de tipo

prestígio adquirido ou consumo distribuído (‘o chefe converteu os valores percebíveis num prestígio imperecível por meio de festividades espetaculares; desta maneira os consumidores de bens são no fim os produtores do início’). (DELEUZE; GUATTARI, 1972, p.199)

Dessa forma, a chamada mais-valia de código implicaria forças se movimentando e gerando relações entre agentes, bem como impulsionando a circulação de bens materiais e imateriais. Sendo assim, o corolário dessa forma de mais-valia seria o impedimento e a recusa da acumulação de riquezas e de uma troca com um equivalente, isto é, com uma medida que estipula um retorno de uma prestação, como ocorre num mecanismo próprio de um aparato estatal ou de uma economia de mercado.

Nesse ponto, devemos considerar os coletivos do Fora do Eixo atuando e se reconhecendo ao lado de diversos empreendimentos reconhecidos como afins à *colaboratividade*. Agentes de Economia Solidária, de Economia Criativa, bancos comunitários, outras práticas de moeda social – diversas práticas paralelas aos princípios colaborativos – são reconhecidas pelo Fora do Eixo como próximas em *narrativa*. Seguindo a ideia de que “somente as diferenças se parecem” (Deleuze, 2000, p.9), mesmo que diferentes entre si, quando postas em relação a um fundo primordial do capitalismo, tais práticas acabam se assemelhando e desenvolvendo imagens e linguagens consonantes.

Dito isso, tal imagem de uma conjunção de práticas diferentes entre si – porém correspondentes caso estejam dispostas perante um fundo dessemelhante – consegue fazer com que a análise fuja de uma dualidade que desconsidere tal multiplicidade de diferenças. Não é questão de colocar o Fora do Eixo como operador de um mercado primitivo que “procede mais por troca direta do que por fixação de um equivalente, que traria consigo uma descodificação dos fluxos” (Deleuze e Guattari, 1972, p.246) e estipular uma dualidade com um sistema capitalista. O que convém na análise é considerar que, entre esses dois “opostos”, haveria uma gama de práticas tais como bancos comunitários, moedas sociais, agentes de Economia Solidária, coletivos do Fora do Eixo, movimentos sociais, cada um com suas particularidades e que, posicionados perante o fundo dessemelhante do Estado ou do capitalismo, tornam-se semelhantes. Deste modo, considerando os coletivos da *rede*, eles poderiam assumir facetas tanto deste “mercado primitivo” quanto de um fundo primordial do capitalismo.

Então, são várias forças postas nesse meio *coletivo* e dispostas a circular, angariadas com outras forças advindas de outros agentes que são passíveis de acionar a

coletividade. Porém, sempre que ela é acionada, afirma-se que qualquer agente que está inserido nela recebe um valor intangível que seria não somente imensurável, como superaria um valor unicamente econômico. Sempre que integrantes se referem a algum festival produzido pelo coletivo, o caráter *colaborativo* do evento é enunciado como possível de potencializar os valores. A busca por *parcerias* e *colaborações* visando alternativas aos gastos financeiros pode fazer com que o “1 vire 10”, ou seja, para cada prestação de serviço ou saberes postos em projetos realizados por coletivos e dispostos a circularem, haveria mais agentes, disposições, alcances, possibilidades e saberes passíveis de serem acoplados, o que agregaria novas potencialidades de valor. Dessa forma, quando inseridos em uma *inteligência coletiva*, ela teria o potencial de acoplar aos agentes possibilidades intangíveis tais como circulação, reconhecimento e prestígio, fato que torna as relações dentro da *coletividade* impossíveis de serem transpostas em uma realidade mensurável.

Dessa forma, o que o cenário de análise proposto para essa pesquisa mostra é o fato de que a *inteligência coletiva* vislumbrada como abarcando as relações e fluxos, notadamente o discurso do “1 vira 10”, acaba por descartar uma exatidão na troca. Quando a prestação é inserida, ela permanece, ela circula e ela sai diferente de quando entrou. Há uma diversidade de relações e fluxos que transformam as prestações de serviço e praticamente eliminam a possibilidade de um equivalente exato, gerando um cenário passível das relações crescerem e serem potencializadas⁴³.

Podemos dizer, então, seguindo a esteira de Strathern (1998) quanto à ideia de inflação em uma economia da dádiva, que o que é passível de aumentar são as relações que buscam acompanhar a circulação crescente das coisas, além das ocasiões em que essas relações podem ser acionadas. Independente da quantidade de bens disponíveis há um acréscimo da “capacidade de essas relações crescerem e se expandirem em intensidade, variedade e atualização” (*ibid.*: 130). Essa ideia ilustra adequadamente o que busco argumentar sobre a chamada *economia colaborativa*, mais especificamente, sobre a imagem por ela trazida: busca por convergência de agentes e desejos capazes de compor um cenário

⁴³ No capítulo 3 veremos que as tentativas de reduzir os fluxos e deles extrair um equivalente quantitativo que possa mensurar as prestações de serviço aparece quando há uma linguagem monetária. O uso do *card* como moeda aparece justamente quando há a necessidade de estabelecer para o *parceiro* ou *colaborador* um equivalente e gerar uma imagem numérica que traduza um valor monetário ou quantidade de tempo de trabalho que precise ser quitada. Assim, não há uma extração de fluxos de fato, mas há uma tentativa quando se busca enfatizar uma linguagem monetária.

cultural adequado a mostrar força política e econômica, além de fazerem parte de uma linguagem elaborada pelo Fora do Eixo e liberada para coletivos e demais agentes *hackearem*.

Assim, argumento que os termos relativos à *economia colaborativa* indicam esforços para o estabelecimento de uma igualdade entre os agentes e um nivelamento de suas prestações, bem como a possibilidade de baratear, multiplicar e potencializar os valores das prestações. Tais esforços são estimulados e operados tanto no cotidiano das *casas coletivas* quanto nos eventos e projetos culturais estipulados pelos coletivos. Ainda assim, considero prudente salientar o fato de haver hierarquias e assimetrias dentro dos coletivos. Há determinados integrantes com mais voz ativa e maior respaldo na hora de definir os rumos de determinadas frentes de trabalho e de determinar as relações e articulações do coletivo com outros grupos.

Portanto, para compreender esse ambiente *colaborativo* que os atores buscam compor com base na igualdade nas relações e no acesso de todos aos bens tangíveis e intangíveis do coletivo, devemos esclarecer que essa igualdade que é buscada não é dada de forma plena e palpável, mas sim operada e posicionada dentro desse processo *coletivo* que norteia as ações dos agentes envolvidos. Mais do que a *coletividade* ser definidora das condutas tomadas pelos membros dos coletivos, são eles que se mobilizam para acionar e compor um cenário *coletivo*, podendo até mesmo ser cobrados e ressaltados pela *rede* caso essa *coletividade* seja prejudicada. Portanto, dadas as diferentes experiências, funções e comprometimentos com o *rolê*, a igualdade é estipulada de forma que todos possam construir sua trajetória e cada um buscar potencializar a sua particularidade no *rolê*⁴⁴, de forma a aproveitar as relações advindas do *colaborativismo* em adequação a seus projetos particulares.

Assim, um termo importante para compreender o fato de cada integrante direcionar sua experiência para determinada frente de trabalho e, com isso, assumir uma incumbência que lhe garanta novas funcionalidades e importâncias no coletivo é a ideia de *lastro*. Quando algum integrante desenvolve *lastro*, é porque ele adquiriu vivências, experiência e conhecimento em determinada especialidade ou frente de trabalho, e com isso, desenvolveu uma voz ativa dentro dos projetos do coletivo. Assim, uma pessoa com *lastro* geralmente

⁴⁴ Dito isso, percebe-se que a noção de *rolê* é referente tanto ao processo das experiências trazidas pelo Fora do Eixo e pelo *atuar em rede*, abarcando a convivência na *coletividade*, como também pode ser referente às experiências, expectativas e trajetórias individuais de cada agente que se aproxime dos coletivos do Fora do Eixo.

encabeça reuniões de determinadas frentes, coordena e tem a opinião veementemente considerada em discussões e encontros de caráter deliberativo ou formativo.

A ideia de *lastro* é um forte indicador do cenário passível de uma noção de igualdade ser operada, já que todo integrante da *rede* assume para si alguma incumbência e, necessariamente, um esforço para se especializar na frente referente a ela. Consequentemente, cada coletivo teria membros com *lastro* desenvolvido no máximo de frentes componentes dos *simulacros*. Portanto, o *lastro* seria mais um recurso que os agentes buscam para atuarem no coletivo e na *rede* do que uma condição exigida para eles atuarem. Segundo Nathália, integrante do Fuligem, a ideia de *lastro* não é mais rígida tal como era nas primeiras experiências do Fora do Eixo. Nos anos iniciais, quem não havia desenvolvido algum *lastro* não tinha fala garantida em reuniões – inclusive, uma das cláusulas presentes no regimento interno do Fora do Eixo consta “desenvolver *lastro* para garantir a fala”. – Porém, hoje o *lastro* não é definidor de relações. Nathália me disse que a expressão ainda é usada, mas o que irá definir as relações de confiança entre os membros é a convivência. Os encontros, *vivências* nas casas, intercâmbios e ajuda dos coletivos em eventos é o que vai construir as relações de confiança, sendo o *lastro* garantido com base nessa convivência e colaboração dentro da *rede*. Além do mais, ela me disse que quando surge um coletivo novo ou até mesmo um agente de fora que começa a trabalhar com o Fora do Eixo, “o *lastro* é zero”, o que é um cenário propício para as relações de confiança brotarem.

Portanto, dentro desse processo *coletivo*, nota-se que, mesmo com as diferenças de capacitação, respaldo, liderança e influência no coletivo e na *rede*, os esforços são para operar uma igualdade e para compor um cenário no qual haja possibilidades de obtenção dessa igualdade. Visto dessa forma, apesar do *lastro* indicar agentes com maior influência deliberativa – o que à primeira vista indicaria desigualdades dentro de um coletivo e na própria *rede* – ele acaba estabelecendo aberturas e caminhos para os integrantes se capacitarem e se habilitarem a ampliar o escopo das ações em prol do *coletivo*. Deste modo, é criado um cenário para possibilidades de uma ideia de igualdade ser operada, já que postas dentro dessa lógica *coletiva*, as individualidades acabam sendo arranjadas dentro de um processo *coletivo*.

Com isso, dentro de cada coletivo, são feitos esforços para que desejos, necessidades e condutas de agentes em particular, mesmo que sejam de âmbito individual, sejam operados dentro da *coletividade*. O cenário de ação a ser arranjado é que a própria *coletividade* abarque

as diferenças e os desníveis nas demandas e anseios individuais de cada integrante do coletivo.

Quando tem várias pessoas inseridas em uma casa coletiva, é feito um esforço máximo de igualdade. Mas essa noção não é de um igual frio. Ele tá sempre sendo remexido de forma que a desigualdade sirva pra igualar. Por exemplo, não é porque um tira 100 reais do caixa coletivo que eu tenho que tirar 100 também. Se eu conseguir tirar 20, melhor ainda. Se todo mundo conseguir tirar 20, melhor ainda. Mas se eu precisar tirar 1000 pra alguma emergência, pra quando eu precisar operar o joelho, eu também posso. (Rafael Vilela, integrante da Casa FdE São Paulo, depoimento pessoal)

Visto isso, constata-se que a ideia de *coletividade* acaba sendo um para-raios que atrai qualquer conduta individual por parte dos atores. Os traços que sugeriram condutas e desejos que possam vir a ser operados de modo individual por parte das pessoas que compõem os coletivos, quando se manifestam, são posicionados frente a um pano de fundo tido como *coletivo*.

Há, além das próprias pessoas que compõem o *Núcleo Duro* de um coletivo, ou seja, que estão inseridos no *caixa coletivo* e assumem as incumbências das frentes de trabalho dos *simulacros*, outros personagens que também são abarcados pela *inteligência coletiva*. Como já foi alertado em outro momento do texto, um coletivo não existe por si só, necessitando de agentes externos para trocas e circulações de serviço. Assim, é fundamental para a análise da chamada *economia colaborativa* a presença dos *parceiros* e *colaboradores* que se aproximam dos coletivos para alavancarem determinados projetos. Tomando como diferencial a periodicidade de investimento de trabalho, os *parceiros* são agentes externos aos coletivos que, dada uma eventual necessidade, são procurados por um coletivo ou o procuram para negociarem uma troca de serviços ou empréstimos. O *parceiro* pode ser um agente que exerce uma função que possa ser útil para determinadas ações do coletivo, e em troca, o coletivo exerce outra função que possa ser útil em projetos desse *parceiro*. Já os *colaboradores* são agentes que costumeiramente atuam no setor cultural e já desenvolveram uma relação de proximidade com coletivos, investindo frequentemente, mas não necessariamente em todos os projetos e ações desenvolvidos por estes. Em outras palavras, *colaboradores* podem ser classificados como agentes que atuam juntamente com os coletivos em projetos de comum

interesse a ambos, frequentam sua sede e convivem com seus integrantes, porém não fazem parte do Núcleo Duro, não assumindo responsabilidades financeiras com o coletivo⁴⁵.

Para ajudar a elucidar os discursos mobilizados a respeito da ideia de *colaboração*, assim como o desejo de atingir determinado cenário, relato aqui uma conversa que tive com André, Nathália e Gabriel Ruiz, respectivamente integrantes do Usiarte, Fuligem e Casa FdE São Paulo.

Eu: Além dos coletivos em si, vocês têm várias relações próximas com pessoas que não fazem parte diretamente dos coletivos. Essas pessoas podem ter até mesmo um perfil diferente do que a gente encontra nas *casas coletivas* como gente do poder público, etc. Eu queria que vocês me falassem um pouco sobre isso, sobre essa aproximação.

André (se dirigindo a Nathália): Ele quer saber dos *colaboradores*...

Nathália: Bom, a *rede* é complexa mesmo, ela não é superficial, né? Ela é profunda, então todo o processo que é profundo precisa de uma convivência pra saber se vai ser a curto prazo ou a um prazo um pouco mais estendido. Eu não acho que exista uma fórmula ou uma medida de estar no *rolê* ou não, a pessoa vir morar numa *casa coletiva* ou ela vir e ligar o plug ali e compreender que aquele ligar o cabo é importante dentro do processo. São coisas importantes da mesma forma. Os *colaboradores* do Fuligem têm e tiveram uma importância fundamental tanto no contexto do Fuligem porque traziam questionamentos de fora, porque estão de fora e conseguem ver coisas que a gente ali dentro não consegue, tanto no contexto de ajudar nos eventos, ajudar a pautam também, de questionar, ir pra cima do poder público.

André: Existe uma sensibilidade, né? Eu acho que pelos *colaboradores*, o que mais motiva o pessoal a colaborar é saber pelo que estamos lutando e se reconhecer na nossa luta. É mais se reconhecer naquilo que a gente quer construir e chegar junto.

Eu: Mas e quando chega no caso deles quererem algo em troca, isso pode causar algum tipo de atrito?

André: Olha, eu acho que a galera vê e pensa “pô, os caras estão fazendo um *rolê* legal onde não tem porque eu não colaborar”. E às vezes nem tem essa questão de “o que eu vou ganhar em troca?”. Eu acho que essa troca não é palpável, ela parte muito dessa questão de solidariedade, e se ele quiser ganhar alguma coisa em troca, se ele enxergar que o coletivo ou a plataforma onde ele tá colaborando tem potencial de ensinar muita coisa pra ele, ele já vai conseguir ganhar uma troca automaticamente. Os *colaboradores* falam “pô, os caras movimentam a *cena*, eles vão lá e faz, se eu tenho o recurso, por que não apoiar?”

Ruiz: E eu acho que isso não precisa ser palpável, né? Eu acho que automaticamente essa troca existe desde que ele dá o 360 e vê que o que ele pode aprender dentro dessa *colaboratividade*.

André: É, a sensibilidade de colaborar e de estar colaborando por uma *cena* que eles gostariam de poder estar presentes, mas que devido a algumas coisas ainda não estão presentes. Eles se reconhecem na gente e querem fazer parte dessa *cena* que a gente quer construir. É *colaboração* mesmo e conseguir ganhar muita coisa com isso.

⁴⁵ Em grande parte das prestações de serviço e ocasiões de troca envolvendo coletivos e *colaboradores*, a mensuração dessas prestações é tida como *orgânica*. Como ambos já atuam na *cena* e partem dela como interesse comum, não há a necessidade prática e nem uma iminência de quantificar as relações e calcular como serão as retribuições pelos serviços prestados pelo *colaborador*. No capítulo 3 aprofundarei melhor a ideia de relações *orgânicas* com os *colaboradores* a partir da análise do *card*.

Nathália: E outra coisa, é uma quebra de valores mesmo. Quem quer ganhar em cima disso, fugindo da questão da colaboração, não tem o que procurar aqui num coletivo. Ele não vai achar nada que interessa pra ele. Isso aqui é uma revolução pessoal que vai vindo aos poucos, quem estiver nessa onda e se reconhecer nela, vai ganhar muito em troca e vai poder dar muito em troca também.

Ruiz: O processo de um coletivo, de uma *rede*, de uma *casa coletiva*, ela é um acelerador de partículas. Todo mundo está de cabeça nessa *inteligência coletiva*, tanto o *colaborador* quanto quem é da *rede* mesmo. Não dá pra resolver todos os seus problemas na vida real, você tem que compartilhar com as pessoas. É uma confiança mútua e entender que compartilhar resolve melhor, já que tem 3, 4 pessoas pensando igual.

Mesmo que minhas perguntas tenham indagado a relação com pessoas de fora que não fazem parte do coletivo, o teor das falas acabava caindo justamente no incentivo à *colaboração* que emana do processo de viver *coletivamente*. Sendo assim, como se trata de uma incubadora de códigos disponibilizados de forma a serem aproveitados pelos agentes dispostos nesse processo *colaborativo*, esse mesmo processo é tido como uma plataforma aberta para coletivos, *colaboradores* e *parceiros* alavancarem e adaptarem seus projetos a essa “*inteligência coletiva*”.

Por fim, pode-se compreender os conceitos ouvidos em campo – *coletividade*, *colaboratividade* ou *economia colaborativa* – como parte desse estímulo a uma colaboração por parte dos agentes envolvidos na *cena* independente. Nogueira (2014), ao analisar o que ela chama de “redes de produção musical colaborativa” em músicos de Florianópolis e compará-las com os postulados emanados da Casa FdE São Paulo, define a ideia de *colaborativismo* como um aspecto que sustenta a produção dos agentes, sendo a troca direta de serviços a principal “moeda” circulante. Dessa forma, o *colaborativismo* exerce uma considerável influência no compartilhamento da criação artística, sendo ele um fator que sustenta a produção de *redes* e coletivos com constantes intercâmbios de trocas e serviços. A autora ainda coloca que, em termos práticos, o Fora do Eixo é capaz de sistematizar processos feitos através da colaboração no campo da produção artística e cultural, e de criar uma visibilidade de suas ações em diversos locais do país⁴⁶.

No caso de minha pesquisa, em cada localidade, as *ferramentas* do Fora do Eixo são manuseadas e alaistradas de forma distinta. Cada coletivo adapta a ideia de *coletividade* de acordo com a *narrativa* em que está inserido e com a qual norteia suas ações. Dito isso,

⁴⁶ Em um contexto etnográfico diferente, porém passível de conexões, Filadelfo (2008) discorre sobre a ideia de “coletivização” que é construída pelo MSTC (Movimento Sem-Teto do Centro) em movimentos de ocupação na cidade de São Paulo. O autor coloca que os esforços nativos para a “coletivização” fazem com que múltiplas diferenças entre os agentes e grupos ressoem na busca por uma coletividade que seria comum a todos como a “luta por moradia” ou atendimento por programa habitacionais.

ressalto a necessidade de considerar o caráter relacional consideravelmente notável no campo, sendo que cada agrupamento de agentes aciona, enxerga e manuseia o caráter *colaborativo* de maneira dependente do cenário de ação em que estão inseridos.

Na sessão seguinte utilizarei as *ferramentas* para auxiliar no entendimento de como os discursos pautados em uma dimensão econômica, de como esse impulso a agir de forma a compartilhar e angariar relações, estão atrelados a um entendimento de um cenário econômico dentro da *colaboração*. Além disso, seguindo o que foi dito no parágrafo anterior, espera-se iluminar as diferentes maneiras com que o caráter relacional dos coletivos abordados é manifestado no uso que cada coletivo faz das *ferramentas* e *simulacros*.

2.3. Ferramentas do comum – a coletividade sendo operada

O intuito desta sessão é apresentar e descrever algumas das *ferramentas* que embasam a *economia colaborativa*. Assim, a partir da análise do manuseio que os coletivos fazem principalmente do *caixa coletivo*, espera-se compreender como a *coletividade* é entendida por eles. Com isso, almeja-se ampliar o entendimento dessas *ferramentas*, essenciais para um coletivo dispor suas práticas na *narrativa* do Fora do Eixo. Desta maneira, a partir da análise das referidas *ferramentas*, pretende-se vislumbrar como os integrantes dos coletivos abordados conjecturam acerca de uma gestão econômica⁴⁷.

2.3.1. O caixa coletivo e o manuseio do dinheiro

É preciso elucidar que, para compreender o *caixa coletivo*, inevitavelmente devemos considerar o fato dos integrantes comporem uma *casa coletiva*. Há diversas convergências entre essas duas *ferramentas*, o que sugere que elas sejam ramificações de um mesmo esforço de estímulo à *coletividade*. O fato dos integrantes morarem juntos em um mesmo espaço e, conseqüentemente, compartilharem os rendimentos econômicos em um mesmo caixa, acaba por impulsionar a operação da *coletividade*.

⁴⁷ Mesmo que meus interlocutores desenvolvam opiniões agudas e até mesmo contrárias ao cenário político-econômico vigente, o uso de um discurso que incite modos de se direcionar economicamente e de produzir uma *economia colaborativa* indica um posicionamento perante o referido cenário. Assim, o próprio discurso econômico acaba sendo uma estratégia dos coletivos se posicionarem perante à economia e política oficial no sentido de *ocuparem* um espaço dentro de um ambiente de disputa.

Podemos dizer que todas as *ferramentas* implicam a ideia de *coletivo* em si. A finalidade do angariamento e compartilhamento de recursos, tecnologias, saberes e pessoas, atrelado ao compartilhamento desses bens tangíveis e intangíveis é o barateamento, a obtenção de uma sustentabilidade, a potencialização das ações somada à redução de custos em Real. Com base em *parcerias*, a ideia é fazer com que elas sejam alternativas criativas e sustentáveis para qualquer tipo de iniciativa dentro da *economia colaborativa*, seja no dia-a-dia, seja em grandes projetos artístico-culturais que mobilizam a *cena*.

Notadamente, trata-se de uma ideia de *casa coletiva* e de *caixa coletivo* que fazem parte da *narrativa* do Fora do Eixo. Sendo assim, novamente consistem em ideias de *ferramentas* que são transmitidas aos coletivos para que possam ser adaptadas, afinadas e operadas de acordo com os alcances e disposições de cada coletivo frente à *coletividade*. Cada *ponto Fora do Eixo* atua em um cenário de ação que opera tanto a *cena* cultural independente quanto a *coletividade* de acordo com os ritmos e intensidades dos agentes. Para tanto, o uso das *ferramentas* e os aparatos simbólicos que elas trazem consigo são amiúde discutidos pelos coletivos em reuniões, *imersões*, *colunas* e congressos.

Tentativas de estipular teorizações, de estabelecer alguns traços subjetivos que auxiliem os coletivos a manusearem a dita *inteligência coletiva*, bem como os preceitos de operação de tais *ferramentas* conseguem fazer com que sejam visualizados o barateamento dos custos e potencialização dos ganhos que a *inteligência coletiva* prega. Nas reuniões é perceptível esforços para enunciar que as *ferramentas* são estratégias de obter o que a *vida coletiva* pode proporcionar: a otimização, o aproveitamento total dos recursos e a potencialização dos ganhos, valores e relações. A expressão “acelerador de partículas”, citada no capítulo anterior, caracteriza bem esse ambiente *coletivo* catalisado pelas *ferramentas*, já que se considera que cada relação e investimento inseridos em uma *casa* ou *caixa coletivos* podem circular para todo o alcance do coletivo. Assim, a ideia do “1 vira 10” novamente ilustra esse cenário, visto que cada prestação, investimento e colaboração podem ser potencializadas pela *colaboratividade*. Tal como foi apontado veementemente em uma *reunião livre*:

Eu tenho que entender que ao colocar meu cartão de crédito, minha roupa e meu tênis à disposição de todo mundo, eu não estou perdendo, estou ganhando 10 vezes mais porque todos estão colocando o deles na roda. Se um tá botando e o outro também, os dois estão garantidos. Isso não é esquizofrênico como muita gente pensa que é. Esquizofrênica é essa economia onde um põe e o outro não. Onde um, ao invés de por, tira do

outro. A gente tem feito essa colaboração até hoje e até hoje nós só temos crescido. (Marielle Ramires, depoimento pessoal)

Assim, estipula-se que o mote que norteia as ações e discursos de um coletivo do Fora do Eixo são as múltiplas possibilidades de retornos e ganhos advindos de quando os agentes inserem suas prestações nessa *inteligência coletiva*. Não há um retorno exato em forma de uma contraprestação, mas sim um esforço em garantir que a *coletividade* possa garantir retornos intangíveis aos atores que *colaboram* ou que fazem parte dessa *vida coletiva*. As chamadas *ferramentas* ou *aplicativos* aqui relatados sugerem tais buscas por essas garantias, visto que dividir as convivências e relações em uma mesma moradia e compartilhar ganhos, rendas e rendimentos em um mesmo caixa acarreta em estímulos a novos rendimentos advindos dessa partilha, rendimentos estes que são tidos como transbordantes ao aspecto monetário e tangível. O discurso nativo estipula que o próprio *caixa coletivo* está além do recurso financeiro. Ele não seria unicamente referente ao dinheiro inserido e compartilhado. Ele superaria o aspecto tangível e quantificável trazido pelo dinheiro e dele derivaria outras formas de rendimento. Nathália, já mencionada como uma das pessoas ligadas ao Fora do Eixo que anseia por ser uma das incumbidas de teorizar as práticas impulsionadas pela *rede*, escreveu:

Uma síntese do Caixa Coletivo está no ato de cada participante trazer todos os seus recursos disponíveis, tangíveis e intangíveis, à disposição para as decisões e gestão coletiva. Dedicção, estímulo, articulação, mobilização, expertise, paciência, agilidade, dinheiro, cartão, cheque, nome, celular, roupas, bens, produtos, contatos, planos, trabalho, conflitos e sonhos sob gestão integral de cada um, são vistos como recursos do caixa coletivo. Todos devem ser colocados em uma perspectiva coletiva, para serem utilizados, discutidos e debatidos de forma compartilhada, como força motriz e elementares para sustentar qualquer passo decidido pelo grupo. Diante dos muitos e diversos recursos de toda ordem que podem entrar nas decisões e compor o Caixa Coletivo, abre-se um leque imenso de dinâmicas e maneiras específicas e próprias de cada Coletivo para criar e manter este Caixa estimulado e legítimo. (Da Silva, 2014,p.3)

Podemos então notar, que longe de somente definir e pautar as condutas das pessoas que compõem o *caixa coletivo*, como se fosse um arquétipo de compartilhamento de bens e ganhos ao qual todos os coletivos deveriam ser modelados, ele é um código aberto adaptável às realidades internas e às composições e motivações de seus integrantes. No Fuligem, a experiência do *caixa coletivo* é integral, algo mais próximo de uma *inteligência coletiva* plena construída e vivenciada pelas Casas FdE regionais e pelo PAN. Sendo assim, as movimentações financeiras da casa giram em torno desse *caixa*, o que faz com que haja esforços para a *inteligência coletiva* ser adaptável aos fluxos da casa.

No começo, o caixa coletivo era de 50 a 50. A gente colocava metade do que cada um ganhava no caixa pra pagar as contas da casa e metade ficava pra pessoa. Mas esses 50% não pagava nem a breja, então a gente resolveu ser caixa integral. Aí nos primeiros meses uma galera já saiu do caixa por questões individuais mesmo. Cada um tinha o seu motivo e hoje alguns estão no caixa, que são as pessoas do Núcleo Duro e outros não, outros preferem mais se dedicar no coletivo mesmo do que entrar de cabeça no processo colaborativo. O caixa coletivo ele é mais um modelo de vida, mas claro que ele não é unânime. É mais uma experiência do que uma unanimidade, na verdade. Não é uma situação de ir pro caixa coletivo e pegar o dinheiro de todo mundo, jogar no mesmo bolo e ir pegando. Não é assim. Ele foi estratégia que a rede foi desenvolvendo pra pessoas pararem de fritar com a economia do coletivo. Cada um vai tirar uma experiência muito particular, e tem gente que sai do caixa coletivo, mas não sai do coletivo e hoje tem gente aqui que até mesmo sai do coletivo enquanto moradia, da casa coletiva, e continua no caixa coletivo. Aí vai da pessoa mesmo, do que ela espera do caixa e do que ela quer pro rolê dela. Pra determinadas pessoas é melhor mesmo ela sair porque com o processo ela vê que ela não quer se jogar de cabeça na experiência. É uma escolha dela. Só que nesse ponto ela sai pra dentro, né? Ela sai, mas não deixa de colaborar. (Renata Prado, integrante do Fuligem, depoimento pessoal)

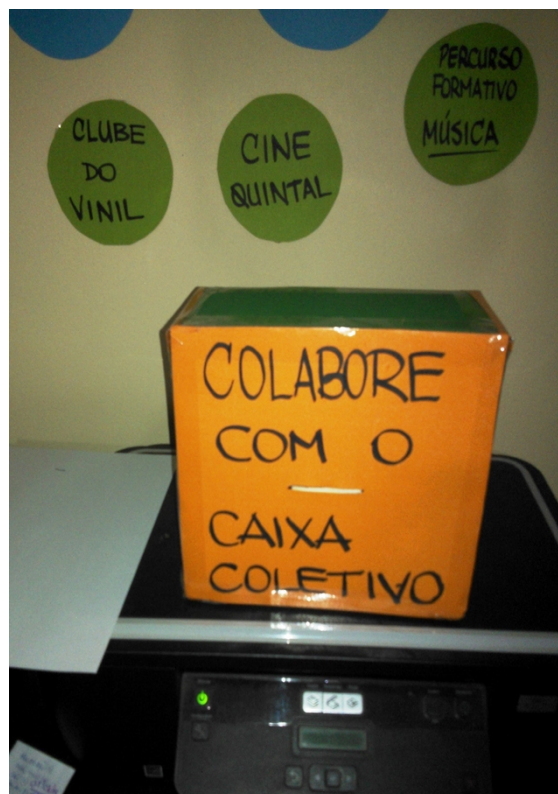


Figura 7 – Caixa de doação para o *caixa coletivo* do coletivo Fuligem (Fonte: foto do acervo pessoal do pesquisador)



Figura 8 – *Caixa coletivo* físico do Fuligem (**Fonte:** foto do acervo pessoal do pesquisador)

Nesse ponto são necessários alguns apontamentos e contextualizações teóricas a respeito do manuseio de dinheiro. O *caixa coletivo* nos leva a ponderar sobre como o manejo do dinheiro pode extrapolar a mera dimensão econômica. Zelizer (1994), ao discorrer sobre esferas sociais e simbólicas e sugerir uma esfera doméstica que caracterizaria usos específicos de dinheiro, argumenta que, mesmo que haja um padrão quantitativo tradicional vindo do Estado ou do comércio, há múltiplos e especializados padrões qualitativos. Dessa forma, a autora estipula diferentes qualidades para quantidades, ou seja, de acordo com as relações que redundaram determinada quantia em dinheiro, tal quantia assume diferentes simbolismos. Com isso, 1000 reais roubados não equivaleriam a 1000 reais doados, tal como 1000 reais investidos em um *caixa coletivo* não equivaleriam a 1000 reais circulando no mercado. Mesmo que as quantias sejam as mesmas, as diferentes significações em torno delas fazem com que os valores sejam discrepantes.

Fazendo um paralelo com outros autores, pode-se chegar à questão da moralidade referente a transações financeiras e aos diferentes usos que se faz do dinheiro. Além da já referida Zelizer, temos no contexto brasileiro Neiburg (2007; 2008), que aponta formas criativas pelas quais as pessoas lidam com períodos de turbulência econômica e monetária, valorizando “as articulações entre as ideias e as práticas monetárias eruditas e as ordinárias” (2007, p.121). Deste modo, o autor deixa claro a necessidade de considerarmos múltiplos sentidos ao dinheiro⁴⁸. A ideia de significados culturais acompanhados das transações

⁴⁸ Neiburg considera a noção de “performatividade” e efeitos das teorias no mundo real como alternativa a buscas na literatura sociológica ou econômica por explicações sobre práticas e manuseios de dinheiro. Dessa forma, seriam alternativas ao risco de reificar a análise e, principalmente, de cair em grandes divisões tais como

financeiras já aparecia também em Bloch & Parry (1989), que apontavam para uma grande variação cultural no modo com o qual o dinheiro é simbolizado. Tais simbolismos são relacionados com noções culturalmente construídas de consumo, produção, circulação e troca. Assim, o dinheiro estaria longe de ser um instrumento de impessoalidade, tal como aponta Simmel (1978), ao qual esta bibliografia citada se contrapõe. Segundo Bloch & Parry, tal como a dádiva, o dinheiro transmitiria as qualidades morais daqueles que trocam⁴⁹.

Quanto à questão da moralidade nas transações financeiras, Gregory (2012) aborda as valorações morais referentes aos transatores. Segundo o autor, uma coisa é considerar sobre a moralidade de uma transação envolvendo dinheiro, e outra é pensar sobre a moralidade dos transatores. Mesmo que haja uma valoração moral advinda de princípios comerciais, é o uso que os agentes fazem das práticas comerciais que interessa à análise de Gregory. Assim, ao passar de uma dimensão semântica para uma pragmática, da transação para o transator, mudam-se os termos do debate, já que as motivações, enunciações e instrumentos pelos quais os transatores são municiados são mais bem visualizados. Ao afunilar o escopo da análise para as práticas e relações particulares dos agentes, podemos perceber as noções específicas acerca do uso do dinheiro, bem como o modo como ele é usado como instrumento para os agentes rotularem e particularizarem suas necessidades⁵⁰.

Sobre isso, é válido usar a contribuição de Zelizer (1998) no que diz respeito à heterogeneidade de estratégias dos agentes em rotular, particularizar e inscrever suas necessidades no dinheiro, além de dar vários significados para as trocas. Assim, a autora

“moedas modernas x outras moedas”. Com isso, ele assume a possibilidade de considerarmos múltiplas não só as “outras” moedas, como também a nossa própria moeda.

⁴⁹ No caso, Simmel vê o dinheiro como o principal catalisador de transformações sociais, sendo esta um aspecto ocidental referente aos contextos econômicos e financeiros. O que Bloch & Parry concordariam é que esse seria o ponto de vista trazido pelo contexto ocidental de mercado e que traria essa maneira particular de pensar o dinheiro, porém não seriam as únicas. Segundo os autores, haveria várias nuances e significações entre a troca de mercado e as trocas internas de dinheiro, negando uma oposição entre ambos os cenários.

⁵⁰ Pensando em termos de cálculo, Hart (2007) aponta que os sistemas monetários fornecem instrumentos aos agentes para considerarem as trocas que fazem, além de calcularem o valor das relações no cenário em que atuam de forma que seja obtido um equilíbrio. Assim, o dinheiro exerce influência tanto nas relações na comunidade como também faz os agentes refletirem sobre si em termos quantitativos. Em Strathern (1998) e Zelizer (1998), a monetarização faz com que o dinheiro transforme o modo dos agentes calcularem. Strathern aponta que na Papua Nova Guiné, o uso do dinheiro fez um sistema que antes assumia um valor específico para contabilização dos objetos passasse a desenvolver outras formas de quantificação, fracionamento e cálculo para os valores desses objetos.

coloca que o dinheiro, ao circular, deixa uma trilha na qual os agentes particularizam as inscrições, fixam trajetórias e imbricam o dinheiro em espaços específicos de circulação⁵¹.

Dessa forma, não estou negando que o dinheiro seja uma finalidade nos eventos e projetos dos coletivos. Realmente há esforços nítidos em fazer com que os eventos produzidos gerem lucro. Mais do que um fim, o dinheiro é um recurso que é usado para os atores remexerem a *coletividade*, e se ele está inserido na esfera abarcada pelo *caixa coletivo*, diversos aspectos relacionais devem ser considerados para compreendermos as dimensões que o manuseio do dinheiro traz consigo. Strathern (1998) afirma que o dinheiro, por ser divisível e apresentar uma multifuncionalidade, “está ligado às divisões dentro das pessoas – suas múltiplas orientações – e entre as pessoas – expectativas das partes quanto a uma relação” (*ibid.*: 117). Sendo assim, segundo a autora, seriam as múltiplas orientações o que fazem as diferentes funções do dinheiro, sendo as relações mais definidoras do uso e do manuseio do dinheiro do que as finalidades para as quais ele é destinado. O dinheiro não falaria por si só, e as finalidades primeiras de suas transações não estabeleceriam definições finais para o seu uso.

Portanto, para compreendermos as dimensões que o *caixa coletivo* implica, devem ser considerados aspectos que extrapolam o econômico. Mesmo que estejam imbricados nas práticas de consumo, troca e produção, há todo um discurso que sugere considerações que remetem a facetas de cunho simbólico, sendo necessário nos atentarmos para o caráter relacional trazido pela *coletividade*.

Como afirmado anteriormente, as ideias de *caixa coletivo* e *casa coletiva* exibem algumas convergências no que se refere ao modo de gestão de um coletivo do Fora do Eixo. Como o caixa é um artifício que faz com que todo o dinheiro que entra seja compartilhado, o valor total de entradas e saídas financeiras acaba sendo incumbência de todos os integrantes que estão inseridos nessa lógica. Destarte, todas as dificuldades, angústias, dívidas e lucros acabam entrando nessa prática de compartilhamento. Se alguém colabora pouco com o caixa e consome muito ou se o tanto que alguém colabora for muito maior que a média da casa, isso

⁵¹ Callon, na introdução do livro no qual consta este artigo de Zelizer, aponta para uma imagem de um enquadramento de uma heterogeneidade excessiva de informações na qual indica uma busca por organizar esse excesso com base em agências calculativas nos atores. Sobre isso, o autor aponta que a contribuição de Zelizer é importante por sugerir que o dinheiro consegue organizar essa heterogeneidade de informações e motivações. Segundo o que a autora coloca, como o dinheiro é proeminente na vida social, as pessoas irão usar rotular e diferenciar essa heterogeneidade de acordo com suas necessidades.

acarreta em certas tensões no ambiente que são intensamente debatidas até que alguma tentativa de solução surja.

O processo de morar em uma casa coletiva estimula um dos principais instrumentos de autoconhecimento que é lidar com pessoas. Um coletivo se trata de um núcleo de pessoas que trabalham, vivem e criam sonhos e expectativas todos juntos. Morar junto nesse processo, cara, expande. Expande tudo. Não dá mais pra separar o trabalho da vida, que as inquietações de todos vão ser as mesmas. A convivência faz isso com que os moradores se descubram dentro do outro, e isso acaba criando uma nova organização. Cria um novo onde tudo é coletivo, seja as angústias que viram angústias coletivas e a própria falta de dinheiro, que vira falta de dinheiro coletiva. (Nathália, integrante do Fuligem, depoimento pessoal)

Uma situação categórica nessa busca por uma convivência que seja transparente e transbordante de mutualidade foi presenciada em um dos coletivos visitados. Na ocasião, foi feita uma reunião como uma tentativa de impulsionar um diálogo para que alguns problemas de convivência envolvendo um dos moradores fossem expostos e debatidos. Um dos integrantes responsáveis pela *frente* do Banco resolveu propor essa reunião com o intuito de esclarecer alguns problemas referentes a determinados moradores da casa que retiravam dinheiro do *caixa coletivo* e não registravam a saída no livro-caixa. Essa pessoa até havia comentado comigo no dia anterior quando estava me mostrando as planilhas de gasto da casa.

A gente tá recebendo dinheiro de edital, então a gente tem que prestar contas de tudo que sai daqui de dinheiro, e como a gente tem CNPJ, tem que lançar as notas na planilha. A nota fiscal é mais que necessária, e como tem gente que acaba esquecendo de pegar a nota, eu que sou do *Banco* tenho que dar puxões de orelha. É fundamental registrar tudo na planilha porque tem mês que tem evento e a circulação de pessoas aqui é maior, mas tem mês que tem menos gente na casa. Diferentes fluxos geram diferentes gastos, então a gente tem que ter o máximo de controle sobre isso.

Na reunião, um dos integrantes acabou apontando alguns constrangimentos com sua participação no processo de viver *coletivamente* dentro da casa. Segundo o que ele colocou, além dele não exercer funções referentes a frentes de trabalho, ele pouco contribuía com o *caixa coletivo*. Além do mais, a própria quantidade retirada destinada a consumo individual era maior do que a quantia inserida por ele, sendo que boa parte dessa quantia era destinada à compra de cigarro. O diálogo abaixo torna claro o constrangimento dessa situação:

- O cigarro é um vício pra mim, eu tento parar, mas não consigo. Tem hora que eu não quero nem pegar dinheiro do caixa porque é meio constrangedor usar uma grana que é da casa pra sustentar meu vício.
- Não, cara. O caixa coletivo existe pra ter um controle sobre os gastos. Tem que ir anotando no livro-caixa porque se um dia faltar grana, a dívida é de todo mundo, e o constrangimento também vai ser de todo mundo.

Foi notório que a reação dos demais presentes foi de deixar claro os esforços de todos os moradores em fazer com que a convivência dentro da casa seja a melhor possível, que a *coletividade* seja fomentada e não prejudicada por problemas de convivência envolvendo um determinado integrante. Um dos presentes na reunião ressaltou:

Quando se mora em uma casa coletiva, a gente tem que ter o direito de ficar mal, de não acordar num dia bom. Mas a gente tem que propor a nós mesmos de ficarmos minimamente abertos. Eu tava na cozinha e eu vi na sua cara a hora que você entrou que você não tava bem. Deu pra perceber pelo clima que ficou lá. Eu acho que nesse processo coletivo que todo mundo propôs pra si aqui dentro, a sua maior dificuldade vai ser fazer um esforço pra se abrir quando você estiver na bad. Você precisa se abrir pelo menos pra falar um “oi, tudo bem?”. O que não pode acontecer é eu ter medo da sua reação e não saber lidar com você quando você estiver num dia ruim.

Outra situação de discordâncias e problemas na convivência no que diz respeito ao processo de compartilhamento de bens, fluxos financeiros e ânimos dentro de um ambiente aspirado a ser *coletivo* é o de Renata Torraca. Na época da pesquisa, ela era atriz e professora de teatro, tendo sido residente fixa do Fuligem alguns anos antes e se desligado do coletivo por problemas de convivência e de adaptação ao *caixa coletivo*.

Segundo ela, o fator que mais pesou em seu processo de desligamento do Fuligem enquanto *casa coletiva* foram os conflitos referentes ao que ela produzia, consumia e desejava em uma escala individual quando transpostos e operados em uma escala *coletiva*. Ela conta que tais atritos começaram a surgir quando foi resolvido que o *caixa coletivo* passaria a ser integral, ou seja, 100% das receitas em dinheiro seriam inseridas em uma única conta bancária e compartilhada com todos os residentes.

No começo o caixa era 50 a 50. Era uma tentativa mesmo, que ele era diferente porque a maioria é de 100%. Só que teve o boom da casa. De 5 passou pra 11 moradores e daí os 50 a 50 não estava dando pra pagar as despesas, não tinha entrada de volta, não tava fluindo. Então a gente definiu que ia ser 100%. Só que aconteceu o seguinte, quando o caixa era pela metade, os 50% era viver pela metade. Não tava fluindo. Com os 100% dava pra viver com uma sustentabilidade a longo prazo. Só que nesse processo tem o problema da coletividade versus individualidade, né? Não que seja mesmo um problema porque é uma coisa que todo mundo passa quando entra nesse processo, que é se ponderar nos gastos, economizar e refletir sobre o autoconsumo. Cada um tinha que fazer sua autoanálise pra consumir e gastar dinheiro com o que realmente precisa e isso sempre era conversado e muito entre a gente. Eu, inclusive tive problemas com isso porque eu gastava mais que os outros, bem mais até. Teve uma época que eu fumava pra caralho e gastava muito dinheiro com cigarro. Tipo, quando você pensa a curto prazo dá pra viver bem com o caixa coletivo, só que a longo prazo não tava dando, e o desafio de um coletivo é justamente esse, viver no longo prazo.

Pra você ter uma ideia o caixa coletivo pagava até o boleto desse meu apartamento. Ele pagava uma coisa que era pra mim. Daí vinha “o apê vai ser a segunda sede?”, “vai colocar o apartamento no rolê?”. Não to falando que é porque eles também pagavam o apartamento que eles achavam que tinham direito sobre ele, jamais. Não tinha pressão da galera, pelo contrário, a gente conversava muito e eles falavam “o apartamento é um sonho seu, você vai usufruir disso pra vida, mas ele é um bem comum”. Só que isso conflitava as coisas, né? O individualismo com o coletivismo. Por isso que eu falo que a longo prazo é mais difícil.

Esse depoimento de Renata acaba por ilustrar o argumento de que o *coletivismo*, além de ser uma estratégia de otimizar uma gestão econômica e de estipular um estilo de vida baseado em princípios solidários, é também um pano de fundo que reflete suas nuances e tonalidades nos atores. Os agentes, atuando de forma posicionada à frente do pano de fundo do *colaborativismo*, demonstram ter suas metas, gerenciamentos, ânimos, desejos, anseios e individualidades manchadas por ele. As relações entre os integrantes e escolhas feitas dentro dos domínios do coletivo são dadas com vetores apontados para um cenário de nivelamento das discrepâncias, de operar as diferenças dentro de um esforço pela igualdade.

No caso de Renata isso é notório, já que ela conta que são acionados traços que sugerem solidariedade e afetividade como recursos para compor as relações. No caso, o esforço de estabelecer uma igualdade é concomitante ao discurso que incentiva e valoriza as relações solidárias no que diz respeito ao convívio, à gestão econômica e à frugalidade no que tange ao compartilhamento de dinheiro.

Eu tinha carteira assinada e salário fixo. Só que eu me propus a passar por aquilo. Eu sempre pensava em até que ponto o dinheiro era importante pra mim. Lá no Fuligem o dinheiro trazia uma questão afetiva, eu olhava pra outro ser humano que tá por trás do dinheiro e não para a questão financeira. Mas mesmo assim somos seres humanos, né? Eu gastava bastante, tinha dívida no cartão de crédito, consumia bastante. Eu tinha uma vida que eu levava pra dentro da casa e colocava ela no convívio de todos. E nesse ponto do convívio que tinha o equilíbrio. Eu tinha mais apoio do que devia, o caixa pagava as minhas dívidas. Nesse ponto o seu problema já é de todos, a sua dívida, a sua conta no vermelho já é de todos.

Dessa forma, ao argumentar que o aspecto relacional deve ser considerado quando se pondera sobre o dinheiro em um ambiente *coletivo*, sugere-se considera-lo não como um mero equivalente para a troca, mas como um propulsor de relações. A partir do momento em que uma quantidade considerável de dinheiro entra em uma *casa coletiva*, são catalisadas novas preocupações, motivações, arranjos e mobilizações. O dinheiro não é apenas conversão da mercadoria como equivalente geral na troca, tal como sugeriria uma visão marxista, e nem

vincularia um aumento do individualismo, rompimento de laços e destruição de comunidades, tal como colocaria uma leitura inspirada em Simmel⁵².

Dito isso, o manuseio de dinheiro em situações em que se aciona a ideia de *coletividade* é com vistas a estimular socialidades e arranjos em relação a esse ambiente *coletivo*. Mesmo que haja discordâncias, dissintonias e eventuais conflitos entre os agentes no que tange ao manuseio de dinheiro, esforços são dispendidos para fazer uso de uma linguagem que se aproxima da *narrativa* dos coletivos do Fora do Eixo para pautar as relações que ocorrem nesse cenário. Menções à Economia Solidária, expressões como “economia do afeto”, “capital do tesão”, “estado de utopia permanente”, “desmonetização das relações”, todas são expressões que sugerem um ambiente *coletivo* que preza por uma busca de igualdade, por um compartilhamento de bens tangíveis e intangíveis e por uma relativa autonomia dos agentes frente às relações monetárias.

Além dos recursos aos apontamentos de “afeto” e “solidariedade” acionados no manuseio das discrepâncias em gastos financeiros de cada morador, do livro-caixa contendo os registros de entrada e saída visando controlar individualmente a movimentação do *caixa coletivo*, também é uma prática comum os integrantes dos coletivos elaborarem planilhas com abas específicas para cada morador e gráficos que indiquem o consumo individual de cada um. Ao direcionar os gastos a cada um dos integrantes do *Núcleo Duro* e analisar as quantias e demandas gastas individualmente, tais condutas são analisadas e debatidas pelo coletivo visando rearranjar a disposição dos integrantes que fazem parte do *Núcleo Duro* e, conseqüentemente, do *caixa coletivo*. Deste modo, os graus de participação de cada integrante no *Núcleo Duro* são repaginados, visando limar qualquer intempérie que possa estar atrapalhando a *coletividade*.

⁵² Zelizer (1994) já atentava para a uma não-homogeneidade do dinheiro e para a necessidade de colocarmos nele outras visões além da de mercado, havendo diferentes construções acerca do uso que agentes fazendo dinheiro que são moldadas pelas esferas em que circula. A autora explora modos alternativos de circulação de dinheiro que incorporam esferas sociais e simbólicas a ele, fazendo distinções qualitativas por tipos de dinheiro no mundo moderno. Tais alternativas são para mostrar novas possibilidades de abordagens à chamada interpretação tradicional que seria o “dinheiro de mercado”. Assim, ela chega ao chamado “dinheiro doméstico”, sendo que este mostra os limites de um mercado puramente instrumental por ser um dinheiro construído socialmente, moldado pela esfera doméstica onde circula.

RENATA TORRACA			NATH			LEO			VICTOR/RAÍZA		
DATA	VALOR	DESCRIÇÃO	DATA	VALOR	DESCRIÇÃO	DATA	VALOR	DESCRIÇÃO	DATA	VALOR	DESCRIÇÃO
7/4/2013	R\$ 10,00	Gasolina	1ª	R\$ 10,00	Gasolina	7/4/2013	R\$ 30,00	Gasolina	1ª	R\$ 100,00	Gasolina
7/22/2013	R\$ 20,00	Gasolina	2ª	R\$ 10,00	Gasolina	7/23/2013	R\$ 30,00	Gasolina	2ª	R\$ 100,00	Gasolina
7/25/2013	R\$ 30,00	Gasolina	3ª	R\$ 10,00	Gasolina	Total Gasolina	R\$ 60,00		7/31/2013	R\$ 100,00	Gasolina
7/25/2013	R\$ 20,00	Gasolina	7/30/2013	R\$ 20,00	Gasolina	7/3/2013	R\$ 260,00	Conta Celular Leo	7/22/2013	R\$ 100,01	Gasolina
7/29/2013	R\$ 20,00	Gasolina	Total Gasolina	R\$ 50,00		Total Celular	R\$ 260,00		Total Gasolina	R\$ 400,01	
7/31/2013	R\$ 20,00	Gasolina	7/8/2013	R\$ 35,38	Cosmeticos	7/15/2013	R\$ 450,00	Contas Léo	7/22/2013	R\$ 99,00	Ração
Total Gasolina	R\$ 120,00		7/11/2013	R\$ 2,00	Unhas	Total Contas pessoais	R\$ 450,00		7/22/2013	R\$ 47,10	Conta de luz
7/11/2013	R\$ 6,50	Cigarro Rê	7/15/2013	R\$ 29,69	Perfumaria	7/19/2013	R\$ 100,00	Viagem Leo	Total Contas	R\$ 146,10	
7/12/2013	R\$ 10,00	Cigarro Rê	7/19/2013	R\$ 197,00	Cabelo, depilação	7/29/2013	R\$ 190,00	Viagem Sampa	Total de despesas	R\$ 546,11	
7/15/2013	R\$ 6,75	Cigarro Rê	Total Estética	R\$ 264,07		Total Viagens	R\$ 290,00				
7/16/2013	R\$ 7,00	Cigarro Rê	7/16/2013	R\$ 13,00	Credito Celular	Total de despesas	R\$ 1.060,00				
7/18/2013	R\$ 7,00	Cigarro Rê	Total Celular	R\$ 13,00							
7/19/2013	R\$ 7,00	Cigarro Rê	7/26/2013	R\$ 200,00	Análise						
7/22/2013	R\$ 14,00	Cigarro Rê	Total Celular	R\$ 200,00							
7/24/2013	R\$ 9,00	Cigarro Rê	7/3/2013	R\$ 25,00	Futebol						
7/24/2013	R\$ 12,00	Cigarro Rê	7/18/2013	R\$ 26,00	Troca de óleo						
7/25/2013	R\$ 10,00	Cigarro Rê	7/19/2013	R\$ 23,00	Viagem Nath						
7/31/2013	R\$ 6,50	Cigarro Rê	Total Estética	R\$ 74,00							
Total Cigarro	R\$ 95,75		Total de despesas	R\$ 601,07							

MARIAH		
DATA	VALOR	DESCRIÇÃO
1ª	R\$ 10,00	Gasolina
2ª	R\$ 10,00	Gasolina
3ª	R\$ 10,00	Gasolina
Total Gasolina	R\$ 30,00	
7/3/2013	R\$ 25,00	Futebol
7/10/2013	R\$ 45,00	Depilação

RENATA PRADO		
DATA	VALOR	DESCRIÇÃO
1ª	R\$ 25,00	Gasolina
2ª	R\$ 25,00	Gasolina
3ª	R\$ 25,00	Gasolina
7/29/2013	R\$ 25,00	Gasolina

Figura 9 – Planilhas com gastos individuais de cada integrante do Fuligem (**Fonte:** retiradas dos arquivos do Coletivo Fuligem)

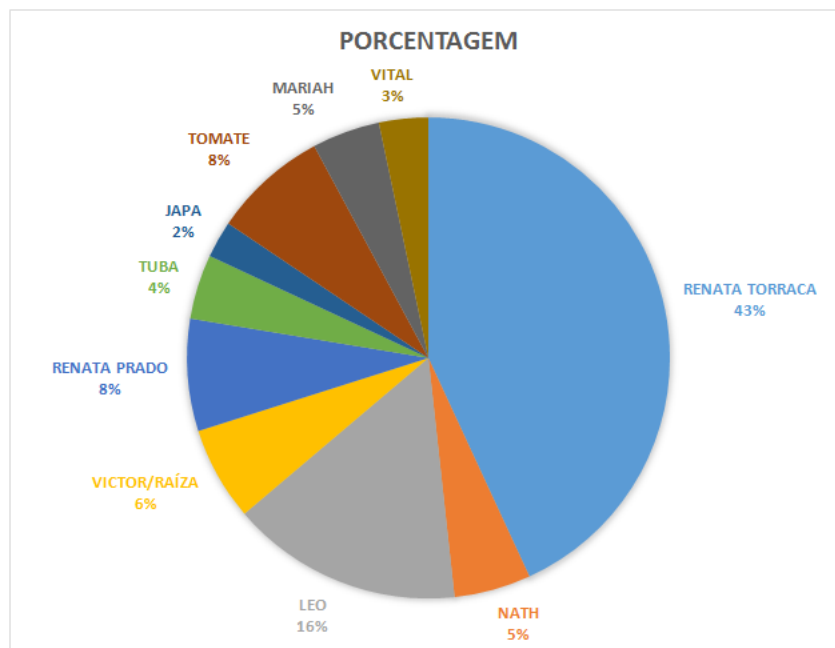


Figura 10 – Gráfico indicando porcentagens de consumo de cada integrante do coletivo Fuligem. (**Fonte:** retirado dos arquivos do Coletivo Fuligem)

Tendo essas operações em vista, vemos que além de operar desigualdades de ganhos, discrepâncias de gastos e diferenças nas funções de cada integrante dentro de uma ótica da igualdade sugerida pelo discurso da *coletividade*, a própria disposição das pessoas que integram o coletivo é rearranjada. Visando atingir um equilíbrio nas contas da casa contempladas pelo *caixa coletivo* e uma integridade nos ânimos e disposições dos agentes ligados a ele, há todo um esforço por posicionar as funções, frequências e fluxos dos atores perante o dia-a-dia do coletivo e a própria *coletividade*. Utilizando como exemplo essa situação envolvendo uma das integrantes, nota-se pelo gráfico que ela sozinha era responsável por 43% do dinheiro que era retirado do *caixa coletivo*, o que apontava grande desequilíbrio referente ao consumo individual. Ela conta que a partir do momento que houve uma exposição do tanto que cada um consumia, houve uma *imersão* específica dentro da casa direcionada especificamente a esse ponto.

Eu não tava no fluxo, a galera via que eu não tava bem. Então a gente foi tentando descobrir alternativas. Quando eu colocava meus conflitos pra eles, todos me ajudaram a perceber que era melhor eu dar um tempo. Olha só, se fosse numa empresa, o gerente ia me chamar e falaria que a empresa não precisa mais dos meus serviços e me demitiria. No coletivo não, eles vieram conversar comigo pra achar alguma conclusão. A gente conversou, todos achamos melhor eu dar um tempo, tirar o tempo que for, dar uma viajada e voltar quando estivesse melhor.

Nesse ponto, pode-se observar como os agentes relacionados nesse processo são recolocados tendo em vista uma melhor fluidez do ambiente *colaborativo*. Além desse desligamento de uma das integrantes do *Núcleo Duro*, conta-se que nesse processo de consolidação do Fuligem como *casa coletiva* e amadurecimento da relação com o *caixa coletivo*, alguns membros não se sentiam satisfeitos com a quantidade de trabalho que investiam e o retorno obtido. A justificativa era de que havia desequilíbrio referente nos retornos daquilo que era investido tanto financeiramente quanto em termos de trabalho. Nisso, houve um rearranjo do chamado *Núcleo Duro*, sendo definido que integrantes poderiam compô-lo mesmo se desligando do *caixa coletivo*. Mesmo que não compartilhassem seus ganhos econômicos com o coletivo, alguns integrantes ainda se dispunham a participar ativamente do núcleo de produção. Com isso, hoje há não-residentes que estão no *caixa coletivo*, outros que atuam fortemente nos trabalhos, exercendo até mesmo funções da *rede* como ministrando e participando de oficinas e acompanhando *vivências*, mas sem compartilhar rendimentos financeiros. Há também o caso de Renata que, apesar de ter se desligado oficialmente do Fuligem enquanto coletivo, ainda atua como *colaboradora* e continua frequentando a casa, usufruindo a tecnologia da casa para projetos particulares.

Eu mantenho a relação. Nunca me afastei deles por causa desses conflitos que aconteceram. Principalmente nos eventos, eu trabalho com eles, que é o momento que eles precisam de galera, precisa de braço pra fazer as coisas. Mas também é o momento que eu encontro a galera, meus amigos. Porque não deixa de ser um processo de afeto, né? Eu não vejo essa troca como algo muito palpável de eu ir lá, tramar e receber tal coisa em troca. Eu nunca sistematizo uma troca antes de fazer o serviço. Eu vou lá, trampo no evento e to lá com as pessoas que eu gosto, com as questões ideológicas que eu tenho afinidade. A troca nesse processo não é palpável, ela é orgânica.

Portanto, podemos concluir esta sessão sintetizando que *caixa coletivo* e *casa coletiva*, além de serem operadas como *ferramentas*, também trazem consigo uma série de códigos que são transpassados aos coletivos, de forma que a *coletividade* possa ser por eles operada. Com isso, para que os agentes consigam entrar em uma sintonia com esses *aplicativos*, são feitos encontros, *imersões* e reuniões para que os saberes componentes da *inteligência coletiva* sejam visualizados e melhor performatizados. Na próxima sessão, será aprofundada a questão dos códigos referentes a essas *ferramentas* serem apropriados e adaptados por cada *ponto Fora do Eixo*.

2.3.2. Casa coletiva e caixa coletivo como ferramentas adaptáveis

Na sessão anterior, o *caixa coletivo* e a *casa coletiva* foram analisados como recursos para impulsionar a *coletividade* nos coletivos do Fora do Eixo. A atenção foi voltada para o pleno funcionamento dessas *ferramentas*, ou seja, para elas sendo operadas integralmente e com os códigos que as acompanham sendo explicitamente manifestados. Para tanto, a análise privilegiou o coletivo Fuligem, bem como falas coletadas em reuniões e pronunciadas por integrantes de Casas FdE regionais. Para esta sessão, a descrição privilegiará a implantação da *casa coletiva* e *caixa coletivo* literalmente como ferramentas, podendo elas ser usadas eventualmente, adaptáveis a determinados períodos ou contextos. Destarte, a implantação de um espaço de hospedagem no qual são valorizadas a autogestão, compartilhamento e colaboração, e de uma prática de angariamento de dinheiro em uma conta bancária ou caixa físico seriam estratégias pontuais para facilitar a produção de determinado evento. Assim, nesses casos, a *casa coletiva* e o *caixa coletivo* seriam operados funcionalmente, sem os agentes necessariamente performatizarem aquela carga ideológica que é divulgada pelo Fora do Eixo.

Um exemplo que se mostrou importante ao longo dessa trajetória etnográfica é o caso do coletivo Usiarte. É válido mencionar que, durante os meses de trabalho de campo, o

Usiarte passou por uma transição de *Núcleo Duro* para *ponto colaborador*, ou seja, de uma potencial sede de *vivências, colunas, imersões* e agentes compondo as frentes referentes aos *simulacros*, para um *ponto* que aciona a *rede* para a realização de projetos sob a alcunha do Fora do Eixo. Isso significa que as práticas de *casa* e *caixa* coletivos passaram a ser literalmente ferramentas a serem usadas eventualmente, para auxiliar na produção dos eventos. Quando dei início à pesquisa empírica, além de funcionar como sede do coletivo e como *casa coletiva*, o Usiarte também era uma escola de música. Além dos moradores, havia um fluxo constante de professores, alunos e músicos frequentando a casa para as aulas de música ou para alugarem o estúdio presente no local para ensaios. Com isso, parte das mensalidades dos alunos e do rendimento do estúdio, quando não ia para o salário dos professores que não participavam das atividades do *Núcleo Duro*, iam para o *caixa coletivo* e sustentava tanto as contas da casa quanto gastos de eventos e projetos encabeçados pelo Usiarte.

Porém, segundo me disseram os integrantes, haviam algumas dificuldades trazidas pelo fato da escola de música ser um empreendimento privado misturado com um coletivo cultural pautado nos princípios solidários, auto gerenciáveis e incentivadores da cooperação e criatividade trazidos pelo Fora do Eixo. Além das diferenças entre os fluxos de uma *casa coletiva* e uma escola de música, bem como entre o modo de gerir um *caixa coletivo* e um empreendimento privado, os integrantes contam que a própria trajetória e dedicação deles como coletivo e com o próprio *rolê*, eram distorcidos pelo duplo gerenciamento de projetos.

Acabava sendo a escola que sustentava todo o rolê, mas chegou num ponto que a gente não se via mais como donos de escola privada e seguindo o rolê ao mesmo tempo. O coletivo mesmo já segue o rolê, e é uma coisa que a gente quer dar 100% pra fazer da forma que a gente quer e a escola acabava atrapalhando, apesar dela bancar o rolê e não deixar a gente no prejuízo (...) E fazia 7 anos também que a gente tava mantendo ela. O tempo vai passando e a gente acaba perdendo o significado. Quando a gente perde o tesão pelo que faz, a gente resolveu abrir mão. (Léo, integrante do Usiarte, depoimento pessoal)

O seguinte depoimento de André também indica alguns conflitos envolvendo tal duplicidade:

A gente está passando a gestão da escola pra outro colaborador nosso porque não tá dando mais. Ao mesmo tempo que eu sou proprietário de uma empresa privada, eu sou auto gestor de um coletivo cultural, e ao mesmo tempo que isso é uma empresa privada, também é uma casa coletiva pautada na autogestão. Eu não consigo conviver com essas duas situações. Eu só vou ficar com as minhas aulas mesmo porque eu tenho que ter um sustento, tem

que manter grana entrando no coletivo. Mas eu não consigo mais ligar pra aluno e pra pai de aluno avisando que a mensalidade tá atrasada. Não consigo mais cobrar multa de aluno. Isso não é mais pra mim. Se eu ficar misturando essas duas coisas vai acabar dando um curto-circuito na minha cabeça.

Na época em que iniciei o trabalho de campo no Usiarte, no primeiro ano da pesquisa, eles ainda eram uma *casa coletiva* associada ao Fora do Eixo, com cinco moradores, sendo uma *vivente* que buscava aprender o processo de viver *coletivamente* com o intuito de montar uma casa de hip-hop na cidade de Sertãozinho. No segundo ano da pesquisa, graças às aproximações que o Usiarte desenvolveu com o poder público municipal, principalmente com o diretor de cultura, sua sede passou a ser em um escritório localizado na Casa da Cultura de Sertãozinho. Assim, além da maior proximidade com o poder público e com os agentes culturais da cidade, a Internet e os computadores do prédio foram disponibilizados ao coletivo, que utilizam a estrutura para realizarem workshops e oficinas formativas, além dos costumeiros eventos realizados pelo Usiarte.

Dessa forma, nesse processo de remanejamento, a *casa coletiva* e o *caixa coletivo* deixam de ser os recursos a partir dos quais é pulsada a *coletividade* e ao redor dos quais as relações são pautadas e passam a ser *ferramentas* usadas eventualmente, como forma de estimular uma *economia colaborativa* de caráter mais pontual que acabe por acoplar suas funcionalidades ao dia-a-dia do festival. Por exemplo, para as bandas de fora que são selecionadas a tocar nos festivais, a Casa da Cultura vira uma espécie de *casa coletiva* eventual⁵³. São estendidos vários colchões ao longo do espaço e são feitas mobilizações para obtenção de alimentação para as bandas e *colaboradores* envolvidos na produção do festival.

Além dessa “*casa coletiva* postiça”, o próprio *caixa* também é usado de forma pontual e acoplável à realidade de cada coletivo, notadamente no que tange o manuseio de dinheiro. Quanto ao *caixa coletivo*, o Usiarte trabalha de forma que há dois *caixas*. Um integral, que compila as pessoas que fazem parte do coletivo e outro parcial, que é destinado a projetos envolvendo *colaboradores*. Segundo André, o caixa parcial é destinado aos agentes que procura o Usiarte pra fazer projetos. “A gente divide a grana e lucro a 50% pro coletivo e 50% pra quem encabeçou o projeto. A vantagem é que a pessoa sai aprendendo a fazer um projeto melhor”.

⁵³ Lembrando que, mesmo com a sede do Usiarte não servindo de moradia e não fazendo mais parte do Núcleo Duro do Fora do Eixo, os integrantes ainda fazem menção ao termo “*casa coletiva*”, manifestando a meta do espaço ser aberto às pessoas e propício para ocupação e intervenção por parte dos agentes.

Pensado, então, na esfera do coletivo, o *caixa* é formado por depósitos de quantias em dinheiro que rendem dos eventos em forma de lucro, bem como por empréstimos feitos pelos integrantes do *Núcleo Duro* do coletivo⁵⁴. Com isso, a finalidade do *caixa* não é garantir uma sustentabilidade no dia-a-dia dos moradores com o custeio de itens básicos de consumo, dívidas e contas, mas sim servir de ajuda de custo para os projetos. No caso do Grito Rock, como o dinheiro advindo da prefeitura iria ser disponibilizado semanas após o evento, os rendimentos obtidos no festival anterior somado aos empréstimos e *parcerias* serviram para custear a produção e pagar artistas e alguns *parceiros*.

No CECAC, outro dos coletivos abordados para a pesquisa, o uso das *tecnologias* também é adaptado à sua esfera de ação e à disposição dos integrantes perante esse cenário. Como mencionado no capítulo 1 desta dissertação, trata-se de um coletivo sediado em uma ocupação, o que, no caso, inviabiliza a implantação da *casa coletiva* como tal. Porém, ainda assim o local serve de hospedagem para as diversas bandas e agentes culturais que passam pelo local. Ao entrar no espaço, são encontrados vários colchões amontoados nos cômodos, destinados aos artistas, produtores e *colaboradores* que participam dos eventos realizados pelo local. Assim, trata-se de um *ponto Fora do Eixo* que não é uma sede-moradia, porém é arranjado de forma que adapta a ideia de *casa coletiva* para disponibilizar a hospedagem solidária, esta que é parte intensamente presente na *narrativa* do Fora do Eixo.

Além disso, a implementação do *caixa coletivo* no CECAC é dada de forma integral pelos rendimentos do próprio coletivo, advindos do estúdio de ensaios montado no local e dos diversos eventos e apresentações de bandas ocorridos nesse local. Como o CECAC é um *ponto* Fora do Eixo, a articulação com bandas independentes é bastante intensa, sendo ele uma rota nacional para várias bandas do cenário independente nacional e internacional. Apesar da cidade de Serrana ser um pequeno município do interior de São Paulo, várias bandas de capitais nacionais de diversas regiões do país passam por lá durante turnês. Frequentemente, atrações internacionais como bandas latino-americanas, dos Estados Unidos, Austrália e de diversos países da Europa, além de bandas brasileiras fortemente reconhecidas no cenário *punk* costumam se apresentar no estúdio presente no CECAC e nos festivais produzidos pelo coletivo. Dessa forma, o fluxo de pessoas de Serrana e de cidades próximas é

⁵⁴ Nesse caso, mesmo que o Usiarte tenha se desligado do *Núcleo Duro* da *rede* Fora do Eixo, para seus integrantes fixos, a denominação ainda persiste. Com isso, faz parte do *Núcleo Duro* do coletivo aqueles membros que são parte do núcleo de produção ativo, contribuindo integralmente com os projetos e participando do *caixa coletivo*.

alto, o que gera renda em bilheteria e em venda de bebidas, alimentos, *banquinha*⁵⁵ e camisetas, fazendo com que os rendimentos do estúdio e dos eventos garanta um *caixa coletivo* assiduamente ativo.

Dessa forma, há um *Núcleo Duro* dedicado exclusivamente à gestão do CECAC. Pessoas que participam ativamente e exclusivamente da gestão do CECAC e que fazem dele seu local de trabalho. Segundo Paulinho,

O *Núcleo Duro* é dedicação exclusiva. A pessoa tem que participar das decisões porque ela vive daquilo, então o *caixa coletivo* é uma forma de sobrevivência pra ela. Hoje a gente já conseguiu essa sustentabilidade com o estúdio e com os eventos, então não tem mais essa preocupação toda de precisar botar dinheiro do bolso no *caixa*. O Brasileiro é professor, e ele sempre coloca dinheiro, mas o que a gente consegue movimentar aqui dentro do estúdio mesmo já dá pra manter o coletivo funcionando. Nisso a Economia Criativa acaba entrando forte porque vem aquela questão: se a gente não tem ou não quer gastar dinheiro, o que a gente pode fazer? O que a gente pode acionar? Daí vai depender da pessoa e das *parcerias* que ela pode criar pra achar as soluções e ir aliviando o *caixa*.

Considerando o Usiarte e o CECAC, trata-se, então, de esferas que permitem novas dimensões das *ferramentas* consideradas aqui. Nota-se que a análise dos dados etnográficos partiu de enunciações e teorizações dos códigos acordados em encontros e deliberações da *rede* Fora do Eixo que são veementemente explanados, discutidos e afinados em reuniões envolvendo integrantes da *rede*. Foi buscado um entendimento acerca dos preceitos que são trazidos pela ideia de *coletivo* e são acionados pelos agentes buscando atingir essa *inteligência coletiva*, esta sendo o componente máximo da *narrativa* do Fora do Eixo. Estipulados os códigos nos quais os coletivos se inspiram para direcionarem suas práticas, afinou-se a análise para as *ferramentas*. Com isso, permitiu-se considera-las como instrumentos pelos quais a *coletividade* é mobilizada.

Em suma, nota-se que as *tecnologias* do Fora do Eixo estão disponíveis para os coletivos *hackearem* de acordo com as esferas de ação em que atuam e que buscam atizar. As *ferramentas* analisadas aqui apontam para aplicações pontuais e remanejamentos dos códigos trazidos pelo Fora do Eixo no que tange à gestão econômica de um coletivo. No próximo capítulo, aproveitarei esse debate para pensar sobre a operação do *simulacro* Banco FdE e para a aplicação da moeda social *card*.

⁵⁵ Geralmente, na maioria dos festivais produzidos por coletivos do Fora do Eixo é instalada uma *banquinha*. Trata-se de uma tenda ou simplesmente uma mesa na qual são vendidos itens referentes às *narrativas* do coletivo. CDs de bandas independentes que circulam pelos festivais, camisetas, canecas e demais itens referentes aos agentes ligados ao *rolê*.

CAPÍTULO 3 – SOBRE O *BANCO FDE* E O *CARD*

“...a troca é conhecida, bem conhecida – mas como aquilo que deve ser esconjurado, embutido, severamente esquadriado, para que não se desenvolva valor algum correspondente como valor de troca que introduziria o pesadelo de uma economia mercantil. (Deleuze & Guattari, 1972, p.246)

3.1. *Banco Fde*

Quando se fala no *Banco Fde*, trata-se de uma frente que direciona as ações para a gestão dos coletivos no que tange às mobilizações econômicas. É, assim mandatório que cada coletivo assumido como *ponto Fora do Eixo* tenha um integrante responsável pelo *Banco*. Portanto, o *Banco Fde* é uma frente de trabalho cujos responsáveis assumem a incumbência de lidar com a movimentação financeira do coletivo. De forma mais clara, a finalidade dessa frente é a sustentabilidade econômica, sendo que as estratégias de obter essa sustentabilidade são os esforços em captar e gerir recursos financeiros e também de estimular um desenvolvimento de *parcerias* visando possibilidades e alternativas a gastos em festivais promovidos pelos coletivos. Tal como consta no Regimento Interno do Fora do Eixo, o *Banco Fora do Eixo* é

“Responsável pelas ações de sustentabilidade da rede, administra e organiza ações como mapeamentos, diagnósticos, pesquisas, planos de trabalho e comerciais, projetos, fundo, caixas coletivos, moedas complementares e fluxo entre diversas Frentes no que tange às decisões acerca dos projetos e atividades a serem executadas.”

Além do Banco ser uma frente de atuação juntamente com o Partido, Mídia e Universidade, dele também emanam outras frentes. A frente Legalize-se é “responsável pela legalização jurídica dos coletivos; emissão de notas, contratos, recibos, declarações, certidões de débitos municipais, estaduais e federais”. A frente Projete-se é “responsável pelo acompanhamento de editais abertos, como também a elaboração de projetos comerciais ou institucionais”. A frente Agencie-se visa a articulação com agentes externos ao coletivo para agenciar projetos, além de montar planilhas de contatos. Por último, há a frente Financie-se, que é referente à:

“(...) organização e acompanhamento do Caixa Coletivo, tendo como principal atuação o fluxo de receitas e despesas, realização de serviços de banco (transferências, pagamentos e recebimentos), sistematização de caixa visando a distribuição de renda, levantamento e negociação de dívidas e o

planejamento de investimentos, implementação de moeda solidária física (sistematização, parcerias, difusão), cardápio de serviços (tabela de serviços e trocas)⁵⁶.

Dessa forma, apesar do coletivo todo ser atuante no estabelecimento de *parcerias*, na articulação com agentes de fora para compor ou auxiliar em projetos, e nos esforços em alavancar receitas para o caixa, a pessoa ou equipe incumbida do Banco deve gerenciar e formalizar as movimentações em forma de notas e planilhas seja em real ou na moeda complementar *card*⁵⁷.

Pensando na ótica da *rede*, há determinadas práticas envolvendo todos os coletivos associados ao Fora do Eixo. São ocasiões nas quais há uma integração desses coletivos na *coletividade*, ou seja, é estipulado um cenário de compartilhamento de dados visando um benefício mútuo, bem como uma esfera de igualdade e transparência. Tais cenários de compartilhamento, igualdade e transparência – catalisados pelo *Banco FdE* – são os *aplicativos* chamados *Banco de Editais* e *Conta Comum*.

Ambos consistem em planilhas de Excel às quais todos os coletivos têm acesso e que funcionam como um meio para acionar a *rede*. O *Banco de Editais* é uma planilha acessível via Google Drive na qual os coletivos disponibilizam e compartilham entre si editais de fomento a projetos referentes ao setor cultural. Com isso, há uma constante pesquisa por editais em aberto com possibilidades dos coletivos da *rede* concorrerem e, conseqüentemente, um frequente compartilhamento desses editais na rede de e-mails na qual os coletivos estão inseridos.

Uma coisa que a *rede* oferece e que eu no começo fiquei meio sem entender é o *Banco de Editais*, que é uma planilha onde a galera tá jogando link de editais. Todo mundo que vê edital que tá aberto joga o link lá. Olha que doido. A galera sabe dos editais, lança, compartilha com todo mundo e eu to tendo acesso a isso. Só que no começo eu via um edital que saía e escondia pra mim. Eu não compartilhava os meus. Eu to sendo bem franca. Eu queria os editais pra eu fazer, pra eu ganhar o edital. Achava que me beneficiaria com uma exclusividade. Só que a partir do momento que você olha para o lado e vê uma *rede* com várias pessoas compartilhando oportunidades, você para e pensa “como eu não vou compartilhar?” Você acaba entrando nessa

⁵⁶ Essas citações são referentes à classificação de cada uma dessas frentes e constam em uma cartilha informativa sobre o Banco FdE. Tal cartilha foi elaborada por uma equipe da Casa FdE São Paulo responsável pela frente do Banco e é repassada para todos os coletivos da *rede*, visando capacitar os integrantes e facilitar sua atuação.

⁵⁷ Esse esforço por transparecer e formalizar as transações monetárias em planilhas e notas, tanto em *card* como em real, vem da necessidade de aproximar a *economia colaborativa* de um aparato institucional paralelo ao do poder público. Morawska Vianna (2014) sugere que a mobilização de saberes técnico-burocráticos por parte dos agentes facilita a sua adaptação nas *parcerias* e também a adequação dos projetos desenvolvidos.

onda, você acaba aprendendo a fazer isso. (Nathália, integrante do Fuligem, depoimento pessoal)

Outro fator importante a ser considerado sobre o *Banco de Editais* é que ele proporciona facilidades na construção de projetos. Sobre isso, Renata destaca:

São vários aprendizados que a *rede* proporciona pra gente. Eu aprendi a fazer projetos, por exemplo. No começo eu tinha muita dificuldade em elaborar os projetos, só que você encontra projetos prontos disponibilizados por outros coletivos da *rede*. Eu aprendi a fazer projetos porque os coletivos jogam os projetos prontos na *rede*. É só olhar e hackear.

BANCO DE EDITAIS E CONCURSOS CULTURAIS					LEGENDAS		
Deadline de Inscrições	Nome do Edital	Organização / órgão realizador	abrangência	Descrição	ENCERRADO		ABERTO
					Link de acesso	edital	Projeto Mapeado
26/04/2013	Funarte e Camões – Instituto de Cooperação e da Língua lançam Prêmio Luso-Brasileiro de Dramaturgia / 2013	Funarte	Brasil e Portugal	A Fundação Nacional de Artes – Funarte e o Camões – Instituto de Cooperação e da Língua, I.P., de Portugal, lançam, no dia 12 de março de 2013, a sétima edição do Prêmio Luso-Brasileiro de Dramaturgia Antônio José da Silva. O edital estabelece premiação no valor de 15 mil euros para o autor da obra vencedora. Podem concorrer cidadãos brasileiros ou estrangeiros naturalizados, com um ou mais textos originais, em língua portuguesa, não editados e não encenados.	http://www.funarte.gov.br/wp-content/		
21/04/2013	Prêmio Empreendedor Social e Prêmio Folha Empreendedor Social de Futuro 2013	Empreender e Folha			http://capta		
15/04/2013	Projeto Salas Verdes	Ministério de Meio Ambiente	Brasil	implementação do projeto Sala Verde relacionado a educação ambiental.		http://www.mma.gov.br/image	
15/04/2013	Edital Sec de Políticas para as Mulheres	Presidência da República - Sec de Políticas para as Mulheres	Brasil	A Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR) publicou, no início de março, dois editais para receber projetos que órgãos públicos e de instituições sem fins lucrativos. As propostas podem variar de 300 mil a 500 mil reais e ter prazo de execução entre 18 (dezoito) e 24 (vinte e quatro) meses, mas as instituições, segundo os editais, têm condições diferente.	http://capta		
15/04/2013	Agência da ONU	ONU		A UN-Habitat está recebendo propostas para financiar projetos de organizações lideradas por jovens de 15 a 32 anos e que sejam baseadas em cidades de países em desenvolvimento. Os projetos, que receberão 25 mil dólares (quase 50 mil reais), devem ter atuar na melhoria das condições de vida em favelas e para criar oportunidades para jovens vivendo na pobreza.	http://capta		
14/04/2013	Programa de Capacitação em Gestão de Projetos e Empreendimentos Criativos	Minc	Brasil	Podem enviar proposta de trabalho as instituições de ensino nacionais, sem fins lucrativos, e incumbidas, regimental ou estatutariamente, da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, desde que detenha de inquestionável reputação ético-profissional.	http://www.cultura.gov.br/docum		Uni FdE

Figura 11 – Aba referente ao *Banco de Editais* do Fora do Eixo, compartilhada com todos os coletivos inseridos na *rede* via *Google Drive*

Ao passo que o *Banco de Editais* é uma plataforma de compartilhamento de oportunidades, o *Conta Comum* consiste em uma na qual são inseridas solicitações diversas, notoriamente empréstimos. No caso, algum coletivo que esteja necessitando de empréstimos, o *Conta Comum* possibilita que a *rede* seja acionada para que tais empréstimos sejam requeridos. Conforme as solicitações vão sendo feitas, a própria *rede* é remexida visando atender os pedidos. É muito comum coletivos de qualquer parte do país que estejam com dificuldades para pagar aluguel acionarem a *rede* para que essa necessidade seja suprida.

Assim, mobilizações são feitas pelos coletivos da *rede*, podendo um emprestar a quantidade de dinheiro solicitada ou até mesmo alguns coletivos dividirem o valor entre si e fazerem empréstimos conjuntos.

Para os coletivos que receberam empréstimo de dinheiro, é acordado que eles paguem como e quando puderem, seja devolvendo o dinheiro emprestado ou até mesmo pagando em *card*, ou seja, com serviços e empréstimos de produtos. Foi-me dito que é muito raro alguém cobrar juros sobre o empréstimo, mas que há casos em que são cobrados juros em *card*⁵⁸.

Em uma reunião da equipe nacional de *Banco* via Skype, estavam sendo discutidos alguns modelos de sistematização do *Conta Comum*⁵⁹. Na ocasião, uma série de estipulações oficiais do Fora do Eixo em forma de texto estavam sendo elaboradas para o *Conta Comum*, tais como explicações, orientações e prazos envolvendo os agentes que solicitam e que disponibilizam os empréstimos. Com isso, foi discutido como seriam estabelecidos os prazos para o solicitante devolver a quantia que recebeu, seja em real ou *card*. Chegou-se ao consenso de três meses contados a partir do recebimento do empréstimo para devolver a prestação, podendo a devolução ser garantida em no mínimo três parcelas. Foi enfatizado que seria desnecessário estipular um prazo máximo, deixando em aberto para os envolvidos qual seria o teto para a devolução.

O máximo depende dos envolvidos, é flexível. O mínimo achamos legal colocar pro cara não pressionar pra quem ele emprestou e não garantir a solidariedade na relação. Mas o máximo não tem porque inserirmos. Quanto mais tempo melhor, mais flexível. (...) E deixando claro que esses três meses não precisam ser cumpridos, desde que ambas as partes concordem com isso. (Lenissa Lenza, integrante da Casa das Redes, depoimento pessoal)

No *aplicativo Conta Comum*, cada coletivo tem a sua própria política de cobrar as porcentagens, mas é consensual que pra quem é da *rede*, a taxa é menor. Porém, segundo

⁵⁸ Nesse caso, podemos constatar que pelo próprio fato dessas solicitações e empréstimos estarem visíveis *em rede*, há uma exposição dos envolvidos. O fato de todos estarem inseridos em uma *rede* que permite uma exposição dos agentes e valores envolvidos nas transações, de certa forma, força uma transparência que acaba influenciando na assiduidade dos fluxos. Quem empresta, sabe que a *rede* exerce algum tipo de influência na relação, e em contrapartida, também em quem recebe. Deste modo, a eficácia do *aplicativo* e a própria noção de “confiança” entre os agentes são determinadas pela exposição que a plataforma impõe.

⁵⁹ É válido deixar claro que, além das pessoas responsáveis por assumirem a parte de *Banco* em cada coletivo, também há uma equipe de *Banco* que representa o modo da *rede* lidar com o *Banco*. Quando operado na escala da *rede*, são estipulados tanto entendimentos sobre como esse *simulacro* é imaginado e compreendido como maneiras de propor sistematizações de forma que todos os agentes ligados a ele possam manuseá-lo. Trocando em miúdos, a equipe nacional de *Banco* estabelece os modelos de informações, normas e estipulações que são tidos como oficiais do Fora do Eixo.

Nathália, “mas a gente não empresta pra qualquer um. Tem que ser pra quem a gente confia porque tem que ficar em cima. Pra quem já for *parceiro* é mais tranquilo”⁶⁰.

Banco - Conta Comum					
Nome	Organização	Cidade	Solicitação	Organização	Status
Louise Akemi	Casa Fora do Eixo	São Paulo	Doação 10,00 - Família Lou, 100,00 - Família		
Andrea Batista	Coletivo	Pindamonhangaba	- Valor Caução de aluguel (R\$ 2.895,00) ou	Conta comum	Resolvido. Andrea conseguiu fiador de
Michelle Andrews	Casa Amazonas	Amazonas	- Pagamento de Aluguel R\$ 1500,00	Everardo Aguiar	Em tramitação - 27/03 não conseguiram
Louise Akemi	Casa Fora do Eixo	São Paulo	- Empréstimo 60,00 Boccaccione	Boccaccione	Empréstimo
Samuel Merighi	Casa da Horta	São José do Rio	Empréstimo 100,00	Coletivo Fuligem	Resolvido
Louise Akemi	Casa Fora do Eixo	São Paulo	- R\$ 150,00 Kátia + R\$ 100,00 Família Pocaia		
Louise Akemi	Casa Fora do Eixo	São Paulo	- R\$ 50,00 Família Evandro		
Louise Akemi	Casa Fora do Eixo	São Paulo	- R\$ 50,00 Família Lou		
Evandro Camargo	Casa Fora do Eixo	São Paulo	Empréstimo 200,00	Coletivo Fuligem	Resolvido
Louise Akemi	Casa Fora do Eixo	São Paulo	- R\$ 100,00	Manaus	
Louise Akemi	Casa Fora do Eixo	São Paulo	R\$ 450,00 FI, R\$ 100,00 Kharem Colméia, R\$		
Gabriel Ruiz	Casa SP	São Paulo	- Restante cachê ATR Festival Fora do Eixo R\$	Casa Minas	Resolvido. Doação ou empréstimo?
Bea Rodrigues	Coletivo Difusão	Manaus	- Primeira solicitação 2500,00	Conta Comum	Conseguiu o valor, mas falta R\$ 1800,00
Felipe Almeida	Programando o	-	Empréstimo 200,00	Conta Comum	Ele ficou de retornar , pós- cadastro
Louise Akemi	Casa Fora do Eixo	São Paulo	- R\$1090,00 (Hainelen + Camera DU)	Boccaccione	Empréstimo
Louise Akemi	Casa Fora do Eixo	São Paulo	- R\$ 150,00	Boccaccione	Empréstimo
Murilo Borges	Espaço 50	São Bernardo do	R\$ 400	Coletivo Fuligem	Resolvido
Léo Santiago	Coletivo Fórceps	Sabará	- R\$ 50,00 Família Lou	Casa Juiz de Fora	R\$ 50,00 Falta o Léo passar a conta
Nathália Fernandes	Casa Fora do Eixo	São Paulo	Solicitação de Qualquer quantia para Caixa	Regional Sp	Somente Rê Prado respondeu
Bea Rodrigues	Coletivo Difusão	Manaus	- Solicitação conta de internet - R\$ 232,81	Michele Andrews	Michele doou 30,00, no dia 24 a bea
Louise Akemi	Casa Fora do Eixo	São Paulo		R\$50 Casa Minas	Doação
Louise Akemi	Casa Fora do Eixo	São Paulo		R\$50 Espaço 50	Doação
Bea Rodrigues	Coletivo Difusão	Manaus	Empréstimo 300,00	Canoa Cultural	Resolvido
Louise Akemi	Casa Fora do Eixo	São Paulo	100,00 CECAC, R\$ 50,00 Casa Juiz de Fora		
Michelle Andrews	Casa Fora do Eixo	Belém	Empréstimo 100,00	Canoa	empréstimo feito

Figura 12 – Aba referente ao Conta Comum, aberta a todos os coletivos do Fora do Eixo e compartilhada via *Google Drive*.

Para uma visualização satisfatória sobre como uma expansão do *Conta Comum* estava sendo cogitada pelos integrantes da *rede*, é válido relatar o 5º Congresso Fora do Eixo, sediado na UNIPAZ (Brasília – DF). Trata-se de uma ocasião propícia para os coletivos discutirem, teorizarem e estimularem compreensões acerca dos *simulacros* do Fora do Eixo. Os integrantes dos coletivos se dispunham nas chamadas *reuniões livres*, que seriam encontros abertos a quem quiser participar e que não estariam necessariamente dentro de uma programação acordada. Aliás, para os congressos FdE, há uma programação pré-definida, entretanto os participantes enunciam uma *não-grade* para o decorrer do evento, podendo surgir reuniões e rodas de conversa aleatoriamente e sem lugar nem horário pré-estipulados e até mesmo com as pautas das reuniões aparecendo espontaneamente. Sendo assim, esta *não-grade* ditaria o andamento do Congresso. Tais situações são conhecidas pelo termo *conversas*

⁶⁰ É digno de nota o fato de muito raramente os integrantes dos coletivos usarem a palavra “dívida” para denotar as prestações de serviço e empréstimos. Como a *narrativa* do Fora do Eixo é pautar as relações sob uma imagem de Economia Solidária, os esforços são em não estipular preceitos que indiquem coerção, imposição, bem como cobrança de juros e desníveis nas relações entre os agentes. Novamente trazendo Gregory (2012) para o debate, há diferentes valorações morais sobre a relação credor x devedor, havendo diversas nuances no que tange à moralidade entre o credor como virtuoso e o devedor como potencial vicioso.

infinitas, já que não há um período de tempo estabelecido para elas serem iniciadas ou finalizadas, podendo ser prolongadas por horas.

Estas reuniões aconteciam em ambientes casuais, com todos os participantes trajados de modo bastante informal, usando bermudas, chinelos e trajes de banho, sentados no chão, seja em um gramado à sombra de uma mangueira, seja nos galhos da árvore, ou na varanda de uma casa localizada ao lado da cachoeira presente no campus da UNIPAZ.



Figura 13 – Reunião de *Banco* ocorrida no 5º Congresso Fora do Eixo (**Fonte:** retirada da página no Facebook do 5º Congresso Fora do Eixo)

Nas reuniões de *Banco* neste congresso, uma das pautas principais era fazer do *Conta Comum* uma espécie de “caixa coletivo integral”, que unisse receitas de todos os coletivos da *rede*. Em praticamente todas as reuniões de *Banco* que presenciei, as pautas e encaminhamentos eram ditados por Marielle Ramirez, uma das fundadoras do Fora do Eixo e atualmente moradora da Casa das Redes⁶¹. Como é uma das integrantes mais antigas, ela

⁶¹ A Casa das Redes é a *casa coletiva* de Brasília, surgida de um projeto financiado pela Fundação Banco do Brasil cujo objetivo é ser uma espécie de embaixada que articule e forneça hospedagem e recursos técnicos para coletivos e demais agentes culturais se conectarem e potencializarem suas relações entre si e com o poder público. Pela localização estratégica, praticamente no centro geográfico e político do Brasil, a Casa das Redes

desenvolveu *lastro* para conduzir a discussão em reuniões que visam deliberar metas para os meses vindouros pensando nas esferas abarcadas pelo *Banco*. O mote principal das reuniões ocorrendo no referido congresso era um projeto de expansão do *Conta Comum*, sendo cogitada a criação de um fundo comum para os coletivos Fora do Eixo, integrando as receitas geradas por eles e, com isso, buscar unifica-los em um único caixa. Ao estreitar as relações econômicas entre eles e borrar seus ganhos individuais, a ideia era buscar uma sustentabilidade para a *rede* Fora do Eixo como um todo. Como era um início de elaboração dessa meta como um projeto futuro, as reuniões foram longas e se arrastaram por várias horas, com inúmeros apontamentos, sugestões e divagações por parte dos presentes.

Em qualquer reunião, roda de conversa ou consultoria envolvendo representantes de coletivos que aborde temas como gestão econômica e o processo de viver coletivamente, são desenvolvidos entendimentos sobre *coletivo*, *caixa coletivo*, *casa coletiva*, a moeda social *card* e os vários sentidos de termos como *capital do tesão*, *economia do afeto*, *capital da confiança*, etc. Porém, são nas reuniões de *Banco* que tais entendimentos são esmiuçados e direcionados para uma dimensão econômica pautada pelos princípios *colaborativos* que regem o Fora do Eixo. Preceitos e caminhos da Economia Solidária e da Economia Criativa, visões nativas acerca do capitalismo, modos de lidar com o dinheiro, ou seja, facetas de cenários econômicos são consideradas e formuladas visando entendimentos de um modo de operar economicamente, moderado pela *narrativa* do Fora do Eixo.

Destarte, a observação das reuniões ocorridas no congresso discutindo possibilidades de implantação do fundo coletivo permitiu vislumbrar os preceitos, esforços e entendimentos dos integrantes do Fora do Eixo ao comporem um cenário tido por econômico. O tom usado por Marielle e pelos demais integrantes foi praticamente de evidenciar as possibilidades de compartilhamento de bens e recursos na *rede*, bem como a disposição das relações em um contexto de horizontalidade⁶². Ao discorrerem sobre o tema do *Conta Comum*, também eram traçadas enunciações a respeito do *caixa coletivo*, do *card*, *parcerias* e da prática de compartilhamentos incentivada pela *rede*, como se essas práticas já indicassem possibilidades de alcançarem um caixa que integrasse todos os coletivos. Marielle dizia: “estamos sempre no

tem a função de fazer mapeamentos dos coletivos de todo o Brasil. Logo na sala há um grande painel na parede com os nomes de todos os coletivos Fora do Eixo do país, separados por regiões e municípios.

⁶² Vemos aqui um exemplo notório da chamada “verticalidade instrumental” em centros de ressonância na qual se percebe esforços por codificar e padronizar práticas, tal como foi explicitado no capítulo 1. Seriam em reuniões ocorridas em eventos como esse Congresso em que os agentes buscam estabelecer entendimentos concordantes sobre as práticas e, conseqüentemente, entrarem em uma sintonia na *narrativa* do Fora do Eixo.

vermelho, mas estamos estáveis. A gente faz novas dívidas, mas pagamos as antigas. Então hoje temos condição de dar suporte pra ajudar os pequenos, pra quem tem desejo de realizar projetos, mas não tem recursos”. Além disso, era dito que a preocupação desse fundo que unisse todos os coletivos é alavancar projetos, sendo o dinheiro não um objetivo final, mas sim um recurso a mais para incentivar crescimento de projetos.

Um festival dá muito gasto, o que faz com que sempre estejamos no vermelho. Por isso criamos essa economia, pra garantir nossa sustentabilidade. Nisso o fundo coletivo entra como uma das principais válvulas de escape, pois nos faz olhar pros lados e ver que temos ajuda, faz com que saibamos que aquele pode me ajudar e aquele também. (Marielle Ramirez, depoimento pessoal)

Diversos apontamentos foram tomados nessas reuniões de *Banco* a respeito do *caixa coletivo*, do fato dos residentes de uma *casa coletiva* incentivarem uma vivência colaborativa nesse convívio, além de procurarem *parcerias* para reduzir custos. Um dos participantes comentou que o coletivo em que mora estava a vários meses sem ter despesas com alimentação devido ao estabelecimento de *parcerias* com um mercado. “Junto sai mais barato, mas pode sair de graça. A gente não precisava gastar dinheiro com mercado porque um de nós prestava serviços no mercado em troca de produtos básicos”. Em suma, ao enunciarem o fato dos integrantes residirem em *casas coletivas*, partilharem as receitas em um *caixa coletivo* e incentivarem *parcerias* como alternativa a gastos econômicos, nessas reuniões de *Banco* foram presenciados depoimentos de como a *economia colaborativa* é operada. Propõe-se uma visão de gestão econômica que dilui as responsabilidades entre todos os integrantes e, ao propor alternativas a gastos financeiros, acaba por “desmonetarizar as relações”⁶³.

Outra dimensão propulsionada pela ótica do *Banco* é a questão do tempo. Um dos presentes apontou que o *Banco* FdE não faz transferência de renda, e sim de disponibilidade. Nisso, Marielle enunciou que o Fora do Eixo faz uma “economia do tempo”.

O tempo do Fora do Eixo serve pra acelerar o desacelerado, é um banco de transferência desse tempo. Enquanto o mundo capitalista é regido pela matemática da emergência, pela emergência do capital especulativo, emergência da Terra arrebitada, etc, a gente propõe uma economia que dê uma nova noção de tempo para as gerações vindouras. Se o capital tira o

⁶³ Uma observação a ser feita sobre essa expressão recorrente de “desmonetização das relações” é que ela não sugere os agentes se desvencilharem do dinheiro. Pelo contrário, a ideia acaba sendo fazer com que o dinheiro permaneça por meio da *colaboratividade*. Dessa forma, há uma “desmonetização” a partir de uma negação de reter dinheiro destinado a fins individuais, sendo que o discurso defende um esforço máximo à *coletivização* e propagação do dinheiro para diversos fins. Como foi dito em uma dessas reuniões, “todo dinheiro que entra é recebido de forma colaborativa. É um sistema que consegue transformar 1 real em 10 reais”.

tempo, o Fora do Eixo dá. Com a nossa moeda, a gente investe em tempo e ajuda nossos parceiros. Se a gente, por exemplo, resolve abandonar o card e resolver cobrar a galera, nossos princípios vão se perder, todo esse ideal de caixa coletivo vai se perder.

Tendo em vista tais aspectos, vemos que quando são enunciadas práticas relativas a uma frente de trabalho imaginada como um “banco”, toda *ferramenta* ou traços que remetam a alguma forma de gestão ou consideração sobre economia, são abrangidas pelo *Banco*. Assim, fica a cargo da frente do *Banco* a circulação monetária – tanto a movimentação financeira no *caixa coletivo* quanto as trocas de moedas sociais com *parceiros* e *colaboradores* –, as alternativas a gastos financeiros trazidos pela busca de *parcerias*, além das noções de valor que aparecem no discurso dos integrantes.

Desta maneira, pensado como um *simulacro* do Fora do Eixo, o *Banco* torna-se uma estratégia de condução das ações e informações referentes às movimentações monetárias dos coletivos⁶⁴. O intuito é trazer para os coletivos uma disposição para arranjar sua realidade econômica de forma não só a melhor controlá-la, como também dispô-la em direção à *narrativa* do Fora do Eixo.

Na análise, quando se estipula considerações sobre o *Banco* FdE, não é aquela imagem de um banco convencional que propiciará um entendimento do referido *simulacro*. Para melhor compreender o *Banco* FdE, conexões com bancos convencionais são possíveis de serem realizadas em análises de contextos de bancos comunitários. Os trabalhos de Bergamin (2011), ao abordar o Banco União Sampaio da cidade de São Paulo e de Paulino (2008) ao discorrer sobre o Banco Palmas de Fortaleza, mostram iniciativas inspiradas em linguagens bancárias, porém transpostas para contextos de vulnerabilidade social, notadamente bairros pobres e situações de conflitos diversos. Trata-se, então, de iniciativas locais, focadas em assistências em determinados bairros e destinadas a melhorias sociais. Paulino até mesmo descreve convênios do Banco Palmas com o Banco do Brasil, situação em que aparecem elementos como cartão bancário, empréstimos para investimentos, dinheiro e depósitos.

Essas experiências de banco comunitário, partidas de iniciativas clássicas da Economia Solidária, são frequentemente consideradas pelos coletivos para inspirarem seus modos de vislumbrarem e operarem uma economia. É frequente que os envolvidos com a frente do *Banco FdE* comparem sua experiência com a de bancos comunitários e até mesmo

⁶⁴ Lembrando que sempre que são mencionadas as movimentações monetárias, tratam-se de movimentação de real e *cards*. Na sessão seguinte será destrinchado como os *cards* são manuseados como moedas.

com práticas bancárias usuais, como empréstimos, depósitos, cobranças, juros e pagamentos. Deste modo, são estabelecidos paralelos que têm como intuito não criar referentes ideais, mas sobretudo estabelecer possíveis dessemelhanças e aproximações entre diferentes práticas, de modo a reforçar os princípios da *coletividade* que as pautam. Trata-se do princípio que rege os simulacros na já mencionada discussão de Deleuze: “somente as diferenças se parecem”.

Por exemplo, em um bate-papo ocorrido no coletivo Fuligem, estava presente Aline Maria, representante do Banco União Sampaio, que foi convidada para apresentar o banco comunitário e relatar as experiências. Representantes de vários coletivos do Fora do Eixo da região estavam presentes, bem como professores e estudantes do Núcleo de Economia Solidária da USP.

Tanto no discurso de Aline quanto no dos agentes presentes, havia um posicionamento ideológico claro frente aos bancos “oficiais”. Havia uma comparação das práticas solidárias com o mencionado “sistema bancário capitalista”. Aline enfatizou que, propositalmente, o União Sampaio aplica uma taxa de 0,1% de juros, “o menor juro do universo”, para quem recebe algum empréstimo. Um dos presentes ressaltou que “isso no sistema capitalista não ocorre. É interessante pros grandes bancos que a pessoa tenha dívida, já que o banco vai ganhar em cima dos juros e das taxas de impostos pra ter lucro”. Nisso, Aline ressaltou que a inadimplência no União Sampaio era baixa. Ela apontou que como o banco funciona na comunidade do Capão Redondo, as relações dentro da comunidade são estreitas, o que faz com que haja “confiança e a situação de todo mundo conhecer todo mundo. Se tem proximidade entre as pessoas, isso faz com que as pessoas se comprometam a não prolongar as dívidas com o banco”. Nesse último ponto, Nathália fez uma fala interessante comparando o União Sampaio com o Fuligem:

Nos dois casos, quando tem essa relação de confiança com quem a gente se relaciona, é fundamental pra fazer as coisas darem certo nesse processo. A relação de confiança e camaradagem é fundamental na articulação com *parceiros*, e isso dá a dimensão que o coletivo vai ter ao longo do processo. Nos dois casos a troca pode ser *orgânica* na relação de pedir pra alguém quebrar meu galho amanhã que amanhã eu quebro o seu, e isso ser contabilizado em planilha, com moeda social quantificada.

Deste modo, pensando na ótica estimulada pelo *Banco FdE*, convergências são traçadas entre os princípios e práticas do coletivo e as abordagens adotadas pelos referidos

bancos comunitários⁶⁵. Dentro das esferas de atuação e intervenção consideradas como práticas de Economia Solidária, os bancos comunitários são tidos como empreendimentos solidários de economia. Como os coletivos do Fora do Eixo se assumem como estimulando práticas inspiradas na Economia Solidária e buscam diálogos e articulações com empreendimentos desse tipo, há uma proximidade entre as *narrativas* dos coletivos com a dos bancos comunitários. Portanto, o método de análise proposto aqui não é de simplesmente comparar aquilo que é operado no *simulacro* do *Banco* com o que é praticado em bancos comunitários. Apesar de estes serem, de fato, bancos institucionalmente reconhecidos, não é o caso de dizer que são apresentados como cópias que reproduzem códigos dos bancos oficiais e o Fora do Eixo um simulacro. O viés de análise a ser considerado aqui é que, em relação aos bancos oficiais como pano de fundo, os coletivos do Fora do Eixo buscam desenvolver uma linguagem de aproximações com bancos comunitários. Dessa forma, mesmo que haja diferenças entre ambos, em relação a um pano de fundo da diferença haveria concordâncias entre coletivos e bancos comunitários com a *economia colaborativa*, como se ela iluminasse ambos os empreendimentos em relação a uma instância dessemelhante. A aproximação com bancos comunitários, notadamente o fato de assumirem *narrativas* similares e acionarem relações de forma análoga, acaba por apontar uma busca por linguagens econômicas adaptáveis às esferas de ação dos coletivos. Tais pontos de intersecção dos códigos percebidos nos coletivos, em empreendimentos de Economia Solidária e também nos bancos em si, indicam o modo com o qual o *simulacro* é operado.

Assim sendo, ao pensarmos as considerações nativas a respeito do *simulacro Banco* que é operado pelos coletivos, novamente nos remetemos a Deleuze (2000) no sentido de um simulacro se apresentar como uma existência estética saltante, o que muitas vezes se sobressai à existência moral. Nesse sentido, ao ser moldurado a partir de um posicionamento político daquilo que os integrantes do Fora do Eixo assumem sobre economia, o *Banco FdE* é manchado pelo que Deleuze chama de “efeito de semelhança” do simulacro. Mesmo que haja discordâncias e esforços em estimular práticas divergentes daquelas emanadas dos bancos

⁶⁵ No caso, além do União Sampaio presente na situação relatada, o referido Banco Palmas também foi mencionado algumas vezes ao longo do trabalho de campo. Novamente tal menção revela proximidades das *narrativas*, no caso, referente à questão da moeda social. Na sessão seguinte, esse debate será melhor desenvolvido.

oficiais, o *Banco FdE* opera essas dessemelhanças de forma a estimular efeitos particulares, adequados à *narrativa* dos coletivos do Fora do Eixo⁶⁶.

Lembrando Wagner (2010), especialmente o conceito de “contra-invenção”, que implica um tipo de objetificação em que o agente “transforma o próprio contexto de controle” (*ibid* .:128), trata-se de uma extensão e recriação das chamadas “sequências de elementos simbólicos” que são partidas de contextos não convencionais para os agentes em questão. Em suma, o que os agentes fazem é tornar convencionais aquilo que é inovação e recriar de forma particular um contexto à primeira vista díspar⁶⁷.

Paralelamente ao conceito de ‘contra-invenção’, Wagner também apresenta a ideia de ‘renovação da cultura’ (2010a, p.173), que é caricaturar o convencional através de uma imagem exagerada. Segundo o autor, essa precipitação “contrainventa a apatia e um mundo monótono assim como o radicalismo contrainventa o establishment, os frequentadores de culto contrainventam pessoas quadradas e o revivalismo contrainventa o Pecado” (Wagner, 2010, p.173). Assim, a apresentação de um comportamento apresentado como novo seria nada menos que uma performatização de um “velho” encarado pelos agentes como enfadonho. Novamente tomando como inspiração a ideia de simulacro trazida por Deleuze, ao invés da simulação ser uma aparência, ele mesmo assume uma dessemelhança. Só que ela não é uma cópia meramente distorcida. Ela acaba por produzir uma potência que “nega tanto o original como a cópia, tanto o modelo como a reprodução” (Deleuze, 2000, p.10).

Dito isso, é importante frisar que os preceitos que marcam a *economia colaborativa* descritos no decorrer desta dissertação são definidores do *simulacro Banco FdE*. Os incentivos para aproximação dos agentes com os preceitos da Economia Solidária, o fato da *inteligência coletiva* conseguir fazer o “1 virar 10”, como se ela multiplicasse as ordens de

⁶⁶ Fazendo uma conexão com Callon (1998), trata-se de estímulos dos coletivos a organizar e direcionar imagens de realidades à primeira vista antagônicas, mas que servem de norteamo para os esforços dos coletivos em estabelecer práticas econômicas e formas propícias de organização e cálculo de informações. Segundo o autor, agentes enquadram ordens de realidades e espaços sociais marcados por lógicas incomensuráveis, de modo a possibilitar cálculos e direcionar sua ação. Todavia, todo enquadramento há um necessário transbordamento, aquilo que fica de fora e que não é passível de cálculo ou controle, o que abrirá margens para novos enquadramentos e, conseqüentemente, novos transbordamentos.

⁶⁷ Complementando, tais elementos simbólicos, caso sejam vistos de forma isolada, perdem as dimensões simbólicas de forma a se mostrarem com o aspecto de “coisas”. Deste modo, esses elementos só apresentariam significados relevantes de análise caso estejam sequenciados, aparentados mediante associações ocorridas em contextos específicos. Wagner aponta que alguns contextos são mais convencionais do que outros, sendo que qualquer elemento simbólico pode estar envolvido em vários contextos. Porém, só haverá uma comunicação satisfatória caso ocorra uma compreensão do contexto pelo elemento.

valores operadas na economia capitalista, bem como o discurso da “economia do tempo” disponibilizar aos agentes o tempo que é retirado de suas vidas pelo capitalismo, são todos componentes da imagem do *Banco* operada pelos coletivos. Sendo assim, tais preceitos são transmitidos aos coletivos com vistas a embasar e inspirar sua atuação, bem como a disposição de suas motivações econômicas em um *simulacro*. Segundo Wagner, “todo uso de um elemento simbólico é uma extensão inovadora das associações que ele adquire por meio de uma integração convencional em outros contextos” (*ibid* .: 115). Assim, olhando para o manuseio das *ferramentas*, a operação dos códigos e a adaptação dos *simulacros*, os coletivos irão convencionalizar e moldar esses elementos simbólicos do Fora do Eixo de acordo com as *narrativas* em que atuam.

Portanto, é válido trazermos novamente Tarde (2011) para o contexto dos coletivos adaptando códigos do Fora do Eixo e, de tempos em tempos, afinando-os em reuniões⁶⁸. O autor estipula as “irradiações imitativas” para caracterizar as práticas de agentes assimilarem, imitarem e adaptarem invenções de outrora.

Pois é repetindo-se por imitação que a invenção – a adaptação social elementar – se difunde e se fortifica, tendendo, pelo encontro de uma de suas irradiações imitativas com uma irradiação imitativa emanada de alguma outra invenção, antiga ou nova, a suscitar ora novas lutas, ora (diretamente ou por meio dessas lutas) novas e mais complexas invenções, que em breve também irão irradiar imitativamente, e assim por diante, ao infinito. (*ibid* .: 78)

De modo a provocar certa irradiação desse *simulacro* entre os coletivos, uma cartilha foi elaborada por uma equipe da Casa FdE São Paulo contendo informações, definições e direcionamentos para a operação interna do *Banco*. Essa cartilha é passada para os coletivos e serve de base para eles assimilarem os preceitos do Fora do Eixo de gestão econômica, facilitando um arranjo de suas esferas de ação dentro dos códigos trazidos pela *rede*. Dessa forma, os *simulacros* propiciarão aos coletivos estímulos em direcionarem suas motivações,

⁶⁸ Nesse ponto, podem ser traçados paralelos entre o que Wagner e Tarde defendem. O primeiro coloca que os agentes apresentam em si estilos de criatividade que compreendem e atuam no mundo por meio de analogias. Essas analogias seriam uma extensão daqueles contextos que consideram familiares e que fornecem um controle, partindo de uma visão de mundo mais abstrata para uma mais restrita e localizada. Com isso, seria acarretada uma extensão e recriação particular de um contexto convencionalizado atrelada a uma difusão e recriação de um contexto não convencional de forma coletiva. Tarde (2011) estipula que “o gênio coletivo, impessoal é, portanto função e não fator dos gênios individuais, infinitamente numerosos; ele é sua fotografia compósita, e não deve ser sua máscara” (*ibid*.:40). Assim, o autor defende que tudo seria de origem individual, sendo a lei da imitação aquela que estimula transpassar esse individual para uma esfera social. Um viés tardiano, então, olharia a operação das *ferramentas*, *simulacros* e demais códigos pelos coletivos como raios imitativos que seriam propagados de inventores individuais para serem adaptados pelos coletivos de acordo com suas respectivas esferas de ação.

desejos e relações para uma dimensão econômica sincronizada com a *narrativa* do Fora do Eixo. Portanto, os *simulacros* auxiliarão os integrantes a organizarem suas práticas dentro do coletivo e, conseqüentemente, atuarão sincronizados com outros coletivos da *rede*. Um exemplo dessa ideia ocorreu em uma *imersão* sediada no coletivo Usiarte, em que integrantes do Fuligem e da Casa FdE São Paulo estavam explicando como funcionam os *simulacros*⁶⁹. Em um momento, estava sendo decidido quais integrantes do Usiarte iriam assumir as frentes de *Banco*, *Partido*, *Universidade* e *Mídia*. Cada um assumiu uma frente e André olhou especificamente para um dos integrantes e disse: “isso é pra gente concretizar os fins. Pé no chão e objetividade, e não ficar filosofando sobre coisas sem pé no chão”.

A pessoa responsável pela frente do *Banco* lida com números. Para tanto, ela é a responsável por cuidar das planilhas de contas, por fiscalizar o livro-caixa visando o controle da movimentação financeira do coletivo. Ela é a responsável por averiguar as TECs, que são planilhas nas quais estão indicadas as informações a respeito de determinados projetos, contendo movimentações financeiras, serviços prestados por *colaboradores*, previsões, necessidades e balanços⁷⁰. As TECs são compartilhadas com todos os integrantes de um coletivo via Google Drive, e conforme vão sendo inseridos dados ou alterações nas planilhas, todos que possuem a TEC compartilhada têm acesso a ela e às modificações feitas em tempo real. São nas TECs que estão inseridas os valores de cada serviço prestado e o nome de cada pessoa que dispôs serviço. Desta maneira, a pessoa responsável pelo *Banco* lida com valores numéricos tanto em reais quanto em *cards*, sendo incumbida de responder pelas movimentações financeiras do coletivo ou de algum evento e de fazer o intermédio do coletivo com os *colaboradores* que investiram no evento, especialmente se tive previsto pagamento, seja em real ou em *card*.

Banco é o que faz a gente surtar. Banco é foda, cara, porque Banco também é Partido. Ele abrange o coletivo todo e a pessoa responsável tem que estar por dentro de tudo e tomar a frente, mas todos tem que saber das necessidades financeiras e das contas a serem pagas, mas quem toma conta mesmo é quem assume a frente de Banco. Se der algum pepino, quem é

⁶⁹ Contextualizando o cenário, o Fuligem é um *ponto Fora do Eixo* regional, ou seja, é responsável por levar os códigos da *rede* para demais agentes na região em que atua e é responsável por inserir novos coletivos dentro do âmbito do Fora do Eixo. Como a cidade de Sertãozinho, na qual o Usiarte está inserido, faz parte da região de Ribeirão Preto, o Fuligem é o coletivo acionado para levar as *narrativas* e códigos do Fora do Eixo para demais esferas.

⁷⁰ São nas TECs que são inseridas as horas de trabalho prestadas por colaboradores que servirão de base para o manuseio da moeda social *card*. Na sessão seguinte serão feitas descrições pormenorizadas sobre o preenchimento de *cards* nas TECs.

responsável é a frente. A pessoa tem que saber que ela é a frente e é ela quem vai assumir. (Nathália, coletivo Fuligem, depoimento pessoal)

Quem é responsável pelo *Banco*, então, dá o veredito da realidade econômica do coletivo. A circulação de dinheiro, os gastos com itens de consumo para a *casa coletiva*, os esforços em fazer um festival lucrar, tudo isso gera informações numéricas que são transpostas para planilhas e cabe ao *Banco* manuseá-las. Em todos os eventos que observei ao longo do trabalho de campo, seja em festas menores ou festivais de maior porte, as TECs são uma constante no acompanhamento produtivo. Na pré-produção dos eventos ela é preenchida com informações prévias, com direcionamentos e previsões. São colocadas na planilha as necessidades previstas, estipulações de gastos, direcionamentos de incumbências para os integrantes dos coletivos e *colaboradores* do evento e prévias de pagamentos. Ao longo da produção, vão sendo inseridos os gastos, os imprevistos, novas demandas e possibilidades de *parcerias* que vão surgindo. Já no período de pós-produção são feitos os balanços finais do evento, é calculado e constatado se houve lucro, prejuízo ou se apenas o evento “se pagou”, além de ser o período em que são postos em prática os pagamentos para os *colaboradores*.

Nas duas experiências em que acompanhei enfaticamente o preenchimento de TECs, minha presença era considerada como a de um “*vivente de Banco*”, ou seja, como uma pessoa que convivia na *casa coletiva* com o viés de aprender como funciona o processo de gestão econômica de uma *casa coletiva* e de eventos feitos com base na *colaboração*. Dessa forma, o andamento das *vivências de Banco* era dado da seguinte forma: eu preenchia as planilhas acompanhado da pessoa responsável pelo *Banco*, e ao passo que ia inserindo os valores, ela ia me explicando e passando informações a respeito de como funcionava a gestão econômica do coletivo e alguns direcionamentos sobre como lidar com as movimentações.

No caso do Fuligem, como há CNPJ, é necessário lançar todas as notas fiscais na planilha. Inclusive, no momento em que estive residindo na casa para a pesquisa de campo, eles estavam recebendo um edital do PROAC, e como havia a necessidade de prestar contas, a inserção de notas fiscais na planilha era “mais que necessária”⁷¹.

⁷¹ O fato de terem sido contemplados com um edital do PROAC, foi necessário uma mobilização para mudar algumas práticas de consumo que são comuns para o Fuligem. Como o PROAC exige que os gastos sejam somente em cheque, o saque de dinheiro para compras seria inviável. Segundo Renata, “o nosso modelo sustentável não funciona com o PROAC. A colaboração, trocas, a gente vai ter que se virar de outro jeito. A vendinha do tio aqui do lado, vamos ter que fazer compra por mês, a gasolina também, vamos ter que ir no posto combinar de pagar por mês”.

Visto isso, Renata, responsável pelo *Banco* do Fuligem, ressaltou que o registro em planilhas é importante no balanço dos gastos porque reflete os fluxos da *casa*. Segundo ela, os gastos são pensados de acordo com a movimentação e o número de pessoas na casa. “Em mês de evento a circulação de pessoas na casa é maior, mas tem mês que tem menos gente na casa. Diferentes fluxos geram diferentes gastos, e a gente precisa ter o máximo de controle sobre isso”.

Portanto, a pessoa que está na frente de *Banco* assume a responsabilidade de analisar o balanço financeiro e, com base nas movimentações de pessoas na casa, fluxos de relações e fatores que influenciam nesse balanço, ela pode fazer previsões, alertas e organizar as informações visando um controle maior da otimização financeira da *casa coletiva*. Ela é responsável por fiscalizar o livro-caixa e as notas fiscais lançadas e analisar as chamadas “diferenças de caixa”, ou seja, as diferenças de valores entre o que foi registrado no livro-caixa pelos moradores e pelos números reais de movimentação financeira na conta bancária. Durante minha *vivência*, eu fiquei responsável por inserir nas planilhas as entradas e saídas de dinheiro do *caixa coletivo* e Renata inseria os valores gastos via cartão de crédito. Na hora que fizemos o balanço do mês, percebemos que havia uma “diferença de caixa” de 20 reais, ou seja, havia 20 reais a menos em caixa considerando todas as entradas e saídas. Fomos conferindo cada valor inserido na planilha com base nas notas fiscais lançadas, somando as entradas e saídas novamente. Refizemos o procedimento duas vezes para novamente chegarmos na diferença final de quase 20 reais. Nisso ela ressaltou de forma enfática que essa diferença “é tudo falta da galera registrar”. Renata disse que se “essas vaciladas na hora de registrar a saída” continuassem acontecendo, ela iria fechar o caixa e só liberaria dinheiro se alguém pedisse. Disse ainda que na Casa FdE São Paulo, o alto fluxo de gente exige que uma única pessoa controle o caixa, mas como a transação de pessoas no Fuligem é menor, eles creem que não seria necessário esse rigor para o *caixa coletivo*.

Eu vou dar um prazo de uma semana, se mesmo assim tiver uma diferença de caixa alta, eu vou tirar essa liberdade. Esses 20 reais que sumiram foi por falta de registro. Imagina isso por semana. Dá quase 100 reais. Isso dá pra pagar conta de telefone, ou conta de luz, ou alimentação.

Igualmente minucioso é o uso das TECs para auxiliar na produção dos festivais que os coletivos implementam. Pensando na operação do *Banco*, a atenção e preocupação com as TECs são veementes, já que as realidades numéricas, previsões e direcionamentos inseridos nas planilhas são as informações que propiciam um controle maior para os gastos financeiros com os eventos. É a planilha que faz a ponte entre o quanto que é disponível em caixa e o

valor das despesas e pagamentos que o coletivo deverá desembolsar. Conseqüentemente, será a planilha que mostrará as alternativas a gastos via *parcerias* ou *colaborações*.

Outro fator esclarecido pela TEC são os comprometimentos dos integrantes de um coletivo com o *rolê*. No preenchimento das planilhas referentes a um festival realizado pelo Usiarte, Jaque me explicou que é necessário inserir na planilha as horas de trabalho investidas por cada integrante do coletivo como forma de transparência “pra *rede* ver que o Usiarte está produzindo um evento e investindo muito tempo nele”. Como exemplo, ela mencionou o fato de um dos integrantes estar se desligando do coletivo. Segundo Jaque, “ele ainda mora na casa, mas não mostra o comprometimento necessário e isso acaba sobrecarregando a gente”. Conseqüentemente, a planilha mostraria em número de horas de trabalho as discrepâncias no comprometimento de cada integrante do coletivo.

Compacto SEDA 2014						
CRONOGRAMA DE PRODUÇÃO						
Item	Legendas Descrição de atividade	Verde = concluído	Roxo = cancelado	Branco = em andamento	Vermelho = Urgente	
		Organização / Fornecedor	Quant. Horas	Responsável pela execução	Data de execução	
Banco						
	Contrato oficinas Casa da Juventude	Coletivo Usiarte	1	André	15/08/2014	
5	Acompanhamento de programação	Coletivo Usiarte	20	Andre/Jaque	julho/agosto	pré e p
6	Decupagem de necessidades de produção	Coletivo Usiarte	4	André/Léo	25/07/2014	pré e p
7	Reuniões de Produção	Coletivo Usiarte	2	Coletivo	25/07 e 02/08	pré e p
	Sistematização Card's Oficineiros (feed back)	Coletivo Usiarte	2	André	01/08/2014	
	Alimentar Maling	Coletivo Usiarte		Cazuza	julho e agosto	
	Bar Bebidas dia 6 e 9	Coletivo Usiarte	9	Lucas/Fernando/Pam	31/07/2014	
	Bar Bebidas dia 16	Coletivo Usiarte	1	Léo/André	31/07/2014	
	Fichas Fuligem	Coletivo Usiarte	1	Coletivo	15/08/2014	
	Livro Caixa (SEDA) - Portal da Transparência -	Coletivo Usiarte	1	André/Pamela	julho e agosto	
	Alimentar Livro CAixa SEDA	Coletivo Usiarte	2	André/Vivente (Fer)	Agosto	
Uni						
	Comunicação com Oficineiros	Coletivo Usiarte	1	Jaque	Todo evento	
	Necessidades Curso de Áudio	Coletivo Usiarte	2	André	08/08/2014	
	Necessidades técnicas da atividade	Coletivo Usiarte	3	André/Jaque	Todo Evento	
	Oficinas					
Distro						
36	Relação das bandas que vão trazer produtos para banquinha	Coletivo Usiarte	2	Léo	31/07/2014	
37	Relação de produtos do coletivo para feira do troca troca	Coletivo Usiarte		Pamela	31/07/2014	
Mídia						
	Lançar atrações 1 por dia	coletivo Usiarte	12	Jaque	após 29/07	
	Criar evento Face dia 16	coletivo Usiarte	2	Jaque	27/07/2014	
	PLanejamento da Mídia Instantânea	Coletivo Usiarte	16	Léo/Jaque	31/07/2014	
	descarregar cartao da Jaque			Jaque		
	Divulgação Virtual	Coletivo Usiarte		Léo	após 23/7	
	Impressos	Coletivo Usiarte/Juventude		Casa da Juventude	agosto	

Figura 14 – Aba de TEC referente ao festival SEDA produzido pelo coletivo Usiarte (Fonte: coletada em campo pelo pesquisador).

EXTRATO BANCO SEDA 2014						
Data	Descrição	Entrada	Saída	Frente	Responsável	Saldo
31/07/2014	Reunião Oficineiros		R\$40,00	Uni	Coletivo	Coletivo
	Oficina Audio Visula	R\$440,00		Uni	Casa da Juventude	
	Oficina Fanzine	R\$900,00		Uni	Casa da Juventude	
16/08/2014	Estrutura som	R\$800,00		Tecnoarte	Casa da Juventude	
	Bar dia 06 saída		R\$190,16	Banco	André/vivente	
	Bar dia 06 entrada	R\$160,00				
	Bar dia 16 saída		R\$166,80			
06/08/2014	Pós-evento		R\$30,00			
	Bar dia 16 entrada	R\$95,00				
07/08/2014	Mercado		R\$15,53	Residência	Pâmela	
09/08/2014	Mercado		R\$24,33	Residência	André	
	Cerv Espaço 2		R\$31,00	Banco	André/vivente	
	Bar Espaço 2	R\$5,00		Banco	Fernando	
	Bar Espaço 2	R\$6,00		Banco	Jaque	
	mercado	R\$5,83		Residência	André	
	Gasolina SEDA		R\$90,00			
	Mercado		R\$6,77			
9 a 15/08	Mercado		R\$61,24			
6 e 14/08	Transporte Fuligem		R\$60			
16/08/2014	Pós-evento		R\$50,00			
6 a 16/08	Cerva da semana		R\$60,00			
sistemização card						
	Evento	Horas	x 30 reais	Total		
	Pré-produção	179		5370		
	Produção	557		16710		
	Total card	22816		22080	Total evento	#REF!

Figura 15 – Aba de TEC referente ao festival SEDA produzido pelo coletivo Usiarte (Fonte: coletada em campo pelo pesquisador)

Atividade	Entrada	Saída			Contas a Pagar		
Departamento Cultura	R\$6.000,00				Descrição	Valor	Detalhe
Seletiva	R\$164,00				Programação	R\$1.500,00	Restante dos cachês das atrações
Bar Carnaval	R\$1.015,75				Emprestimo	R\$1.080	Empréstimo Palco
Patrocínio	R\$330,00				Emprestimo	R\$400,00	Fernandinho
Emprestimo palco	R\$1.080,00				Emprestimo Coletivo	R\$244,00	Membros do Coletivo
Transporte Equipe		R\$539,85	539,85		Vagner	R\$100,00	Débito som
Imersão Leo		R\$120,00			Associação Prf.	R\$160,00	Pagamento do uso do Salão, Marcio Ráo
Crédito Celular		R\$50,00			Ezinho	R\$50,00	
Palavra Livre Ocupa		R\$53,80					
Grito Rock		R\$2.920,00		Em caixa			
Material de Registro		R\$35,00			Total	R\$3.534,00	
alimentação		R\$244,25					
Pagamento emprestimo		R\$1.080,00					
Consumo bar		R\$160,00					
TOTAL	R\$ 8.589,75	R\$5.202,90	R\$ 3.386,85		Á Receber		
					Descrição	Valor	Detalhe
					Em caixa	R\$0,00	
					Prefeitura	R\$6.000,00	
					Patrocínio	R\$25,00	Fast Plant
					Empréstimos	R\$258,70	
					TOTAL	R\$6.283,70	
					BALANÇO FINAL		
					Entrada	Saída	Caixa
					R\$6.283,70	R\$3.534,00	R\$2.749,70

Figura 16 – Aba de previsão orçamentária em TEC referente ao festival Grito Rock produzido pelo coletivo Usiarte (Fonte: coletada em campo pelo pesquisador)

ALIMENTAÇÃO				
Grupo de pessoas	Café da manhã	Almoço	Lanche	JANTA
André/Jaque/Leo				2 normal 1 vegetariano
Vitor Pasck.				1
Bob			1 veg	1 vegetariano
CECAC				1 normal e 1 não come carne de vaca
CECAC	2	2		
André/Jaque/Leo	3	3		
Bob	1	1		
equipe?				
Rock d'la rua				3 normal
André/Leo/Jaque/Pará				
Banda Rock d'la rua	3 normal	3 normal	3 normal	3 normal
One killa rockers e Ratin			1 normal e 1 veg	
DJ Spin			1 normal	
Mod			1 normal	
Banda Extratos		5		
Samba				
Kita e Gord			2 normal	
Kyo, Chapolim, Bemolik, Giroto,			10 normal e 1 veg	
Galera, Jefão, Draw			5 normal	
MC Paulo Percepção			1 normal	
Banda Veja Luz		4 normal e 1 veg	4 normal e 1 veg	4 normal e 1 veg
Circus				
Rock d'la rua				
Veja Luz				

Figura 17 – Aba de TEC referente ao Grito Rock produzido pelo Usiarte com direcionamentos referentes à alimentação de agentes envolvidos no festival (**Fonte:** coletada em campo pelo pesquisador)

Dessa forma, podemos constatar que a TEC, além dos objetivos funcionais de prestar contas e facilitar o controle dos balanços financeiros e previsões de um evento, faz uma mediação entre o domínio de ação do coletivo e uma série de informações sobre de valores quantitativos e relações que devem ser trazidas para a esfera do coletivo. O *Banco*, então, juntamente com as TECs, é uma fronteira que atua tanto com informações próprias do coletivo quanto com relações reais ou potenciais de fora. Trata-se de um preceito consonante ao que Callon (1998) estipula como performance nos cálculos no sentido dos agentes enquadrarem uma realidade econômica para operarem-na, sendo estabelecidas as fronteiras entre as relações a serem consideradas e aquelas irrelevantes para o cálculo. Assim, segundo Callon, com os agentes e as relações enquadrados, a performatização da prática econômica é feita com base no esforço em trazer para uma rede de ação as relações visíveis e calculáveis.

Tal como Callon, que fornece uma visão de olhar para maneiras particulares de racionalização de uma ideia de economia de forma usual e cotidiana, Zaloom (2006) apresenta uma visão análoga. Ao etnografar os antigos “pregões” da Bolsa de Valores de Chicago, a autora observa uma racionalização cotidiana dos mercados financeiros com base nos esforços dos agentes de alinharem ideais e realidades materiais. Para facilitar um cálculo baseado em informações econômicas puras, tais agentes buscam conjurar imagens de um

mercado imaginado. Dessa forma, a qualidade da organização desses componentes poderá determinar o sucesso das firmas nos pregões.

Tomando essas análises como inspiração, podemos afirmar que as TECs fornecem informações de realidades econômicas de dentro e de fora do coletivo, sendo estas advindas das situações em que *parceiros* e *colaboradores* são acionados. Os números inseridos nas planilhas, seja valores financeiros ou horas de trabalho investidas pelos agentes, mostram uma realidade bruta traduzida como informações econômicas puras que devem ser manuseadas como tal. Então, a partir de um amálgama de conexões sociais operadas nas *narrativas* da *economia colaborativa*, é desenredada uma realidade econômica que é tornada palpável, transparente e visível por meio da TEC. A partir da contabilização em planilhas, são produzidas informações que permitem uma confluência entre o que é operado pelo coletivo e os agentes de fora que se desenvolvem relações pontuais em eventos.

Portanto, quando nos atentamos às práticas do *Banco*, devemos deixar constatado que, mais do que os códigos e imagens que são perceptíveis majoritariamente em encontros e reuniões nas quais são forçados entendimentos acerca do *Banco* como *simulacro*, quando olhamos para as práticas usuais da frente do *Banco*, são as planilhas que propiciam uma melhor compreensão sobre como as movimentações e relações econômicas de um coletivo são dadas. São as TECs que permitem enxergarmos como os interlocutores buscam arranjar, calcular e vislumbrar as relações com outros agentes, bem como estipular maneiras de lidar com essas prestações de forma que sejam imbricadas na *inteligência coletiva*. Dessa forma, como se trata de relações calculáveis, podemos transpor essa discussão para a sessão seguinte e entrarmos na moeda social da *rede*: o “Fora do Eixo *card*”.

3.2. O *card* como impulso à *economia colaborativa*

No dia 5 de agosto de 2013, embalados pelos ânimos ainda contagiados pelas “Jornadas de Junho”, Pablo Capilé e o jornalista Bruno Torturra foram entrevistados pelo tradicional programa “Roda Viva” da TV Cultura⁷². Como ambos eram idealizadores da Mídia NINJA, frente responsável por cobrir manifestações e transmiti-las online em tempo real via celulares, a ocasião era propícia para debates abordando mídia televisiva e o

⁷² A entrevista pode ser conferida na íntegra no link: <https://www.youtube.com/watch?v=kmgvDn-lpNQ>

surgimento de novos meios de comunicação trazidos pelo jornalismo independente⁷³. Ao longo da entrevista, percebe-se claramente um diálogo antagônico entre, de um lado, Capilé e Torturra representando a chamada “mídia independente”, e do outro, jornalistas e convidados da TV Cultura representando os grandes meios de comunicação. Ao longo de todo o programa, Capilé e Torturra expunham opiniões pouco comuns, até mesmo raras de serem presenciadas na chamada “mídia tradicional”. Opiniões não só sobre a atuação dos grandes meios de comunicação e mídia independente, como também sobre política, drogas, movimentos sociais e economia.

Em um momento da entrevista, o jornalista Eugênio Bucci indagou a Capilé sobre o quanto de dinheiro o Fora do Eixo costuma receber. “Quanto produz de dinheiro? Quanto gira de dinheiro?” Ele fez questão de mostrar que sua pergunta estava preocupada com o uso de dinheiro público, oriundo de fomento cultural, que deveria ser transparente por meio de prestação de contas. A pergunta foi feita com base em uma afirmação prévia de Capilé de que cerca de 3% dos valores circulados no Fora do Eixo seriam oriundos de editais públicos, o que daria aproximadamente 800mil reais. “Se 3% forem 800mil, vocês são umas das organizações mais ricas do Brasil”, dizia Bucci. “Eu senti que existe uma certa confusão ou uma certa indefinição. Você fala em desmonetarizar, uma moeda própria, mas nesses pontos, nessas casas do Circuito Fora do Eixo (...) quanto circula de dinheiro? Qual o total? Quanto de dinheiro foi recebido?”

Capilé estimou um valor de “60 milhões em *cards*” circulando anualmente pelos coletivos, tecendo uma explicação que ilustra as duas instâncias do Fora do Eixo, a dos *pontos* e a da *rede*. Ressaltou que “não é uma conta fácil de se fazer porque é um sistema distribuído em rede”. Que cada coletivo em específico gerencia seus projetos e os valores econômicos oriundos deles. Segundo ele, “é um recurso macro, mas que você não tem um caixa único de gerenciamento desses recursos. Você tem recurso distribuído na ponta”.

Nesse ponto, Eugênio Bucci devolveu com uma pergunta mais direcionada às suas dúvidas pessoais: “e é uma organização de 60 milhões de reais por ano?”, o que fez Capilé ressaltar que esse valor não é em reais, mas sim em *cards*, gerando várias interrogações entre

⁷³ O surgimento da Mídia NINJA ocorreu dentro de casas Fora do Eixo, sendo suas experiências iniciais parte da atuação de coletivos da *rede*. Com a expansão da ação da Mídia NINJA, notoriamente dada à grande exposição que ela teve durante as “Jornadas de Junho”, a agregação dos chamados “midialivristas” para atuarem nela cresceu, o que fez com que ela se desligasse do Fora do Eixo e passasse a operar de forma mais independente. Muitos integrantes de casas Fora do Eixo fazem parte da Mídia NINJA, inclusive sendo elas locais de reunião para tal. Porém, grande parte de seus membros não têm ligação alguma com a *rede*.

os entrevistadores. Conforme Capilé ia explicando sobre a moeda *card* e expondo as noções de valor oriundas de seu uso, eram evidentes os desentendimentos manifestados pelos entrevistadores que até mesmo assumiram não estarem compreendendo o que estava sendo dito.

Acho válido recuperar esse momento da entrevista, pois ele amplia o leque de entendimentos não só sobre o *card*, como também sobre os códigos e teorizações a respeito de seu uso que são passados a todos os coletivos. No caso, seriam códigos e teorizações que fornecem inspirações para os coletivos nortearem suas práticas, até mesmo estímulos para orientar suas condutas. Inclusive, tais trechos abrem margem para indagarmos o fato do *card* ser enxergado como uma moeda pelos integrantes dos coletivos do Fora do Eixo.

Quando os entrevistadores solicitaram que Capilé fosse mais objetivo e “traduzisse” os *cards*, ele buscou posicionar as duas moedas, de colocar o real como uma “moeda complementar” ao *card*.

Por exemplo, o que eu falei da Casa Fora do Eixo, repetindo, ela custa 25mil reais por mês, hipoteticamente. A de São Paulo custa isso. Moram 30 pessoas lá, saca, cada uma custa 900 reais. O cara quando presta consultoria pro Grito Rock que acontece em 300 cidades do Brasil em fevereiro, aquele que custou 900 reais presta consultoria pra 300 cidades. Se essa consultoria custasse 500 reais, aquele que custava 900 gerou 150mil. Então esse 150mil é o *card*, o 900 é o real. Então ele presta 150mil de serviço que entram na conta final, mas em real o que entra é 900. Então a gente brinca que a nossa moeda complementar é o real. Porque o que faz a *rede* acontecer mesmo é a colaboração e a força de trabalho.

Dessa forma, quando o *card* é mencionado em transações envolvendo coletivos, o que deve ser compreendido é que paralelamente aos valores brutos captados em real, há uma gama de relações que fazem com que os projetos e finalidades buscadas pelos coletivos sejam obtidas. Prestações de serviço, *colaborações*, *parcerias*, esforços dos integrantes dos coletivos em acionar as *parcerias*. Dentro da lógica *coletiva* pregada pelo Fora do Eixo, a essas relações são implantados valores a serem transpostos a uma linguagem monetária, percebida como tal quando relacionada à imagem da moeda vigente.

O exemplo dado por Capilé é sintetizado pela expressão já mencionada anteriormente “1 vira 10”, de que para cada real investido em determinado evento, várias movimentações estariam acontecendo em paralelo e que multiplicariam os valores envolvidos. Segundo o que me falou um dos integrantes dos coletivos:

O esquema do *card* é pra mostrar que de 30 vira 90, de que 1 na verdade vale 10. No caso é pra mostrar que o real na verdade é virtual, que o *card* é um número de potência e não um número em dinheiro. O potencial de um festival independente não é trabalhado em preço de mercado de capital. O cara que toca, sai daqui com 50 conto no bolso pra tomar uma quando chegar em casa. Ele vem mais pela ideia do que por outra coisa. Um festival independente sempre sai mais caro do que aquilo que aparece nos números, porque tem muita mão-de-obra que acaba aparecendo e a gente não tem o controle sobre elas. (André, integrante do Usiarte, depoimento pessoal)

Dessa forma, podemos sugerir que o *card* nada mais é do que uma transposição da *economia colaborativa* em uma linguagem monetária. Transpõe para uma escala numérica de forma que prestações de serviço possam ser transformadas em algo quantificável e passíveis de serem retribuídas. No caso, ao olhar para um festival tendo em mente que nele ocorrem muitas prestações de serviço que não seriam quantificadas caso esse festival fosse gerido em uma economia de mercado, a linguagem monetária do *card* aparece para posicionar os eventos *colaborativos* perante uma economia ou política vigentes.

O *card* é uma sistematização do potencial humano. Ele mostra como seriam as coisas na lógica do capitalismo, pensando em uma lógica material, em custo, mas que a *economia colaborativa* pode fazer por menos e pode também, inclusive, mostrar que o poder público rasga dinheiro. Que a gente consegue fazer com 30 o que eles fazem com 500. Pensa da seguinte forma, imagina que o poder público dá 10mil reais pra gente fazer um evento. Pra nós, esses 10mil vira 30mil, e pra eles, esses 10mil vira 2mil. O Fora do Eixo consegue potencializar essa grana e consegue também mostrar pro poder público que eles rasgam dinheiro, que eles gastam e investem mal. Imagina o tanto de esquema que tem em um festival que espera lucro. A prefeitura investe um tanto, só que é óbvio que eles têm esquema com determinadas empresas e acaba desperdiçando o que poderia de verdade é render. Essa grana que é investida acaba sendo pensada como forma de parte dela ficar no bolso de alguém. O que a gente faz com o uso do *card* é política, mas não é política eleitoral de balcão. É de mostrar pro poder público que um coletivo pode fazer mais por menos. (André, coletivo Usiarte, depoimento pessoal)

O SEDA, festival produzido pelo Usiarte, foi um festival no qual o *card* foi usado notoriamente como moeda de troca. Trata-se de uma semana na qual foram ministradas diversas oficinas tais como audiovisual, fotografia, design, elaboração de projetos, narrativas, construção de fanzines, *pós-TV* e *Plataforma TNB*⁷⁴. Para cada oficina, uma ou mais pessoas eram encarregadas de ministrar, e para cadaicineiro, o coletivo prestaria serviços como

⁷⁴ *Pós-TV* é uma prática de mídia na qual os coletivos divulgam seu material de vídeo de forma independente, geralmente por canal do Youtube ou transmissão de eventos ao-vivo pela Internet. O Fuligem também transmite seus conteúdos via um canal de TV local por meio de contrato com uma emissora. Já TNB é uma sigla para Toque no Brasil, que se trata de uma plataforma online onde bandas independentes do Brasil inteiro podem se inscrever nos festivais oferecidos por produtores independentes, sendo que estes últimos também podem cadastrar seus festivais.

forma de pagamento. A maioria das oficinas demandou 6 horas de trabalho, e para os *colaboradores* de fora, foi sugerido que integrantes do coletivo fornecessem 6 horas de aulas de música – visto que na época da pesquisa o Usiarte funcionava também como escola de música – ou prestasse serviços de mídia para futuros trabalhos de quem colaborou com o SEDA. Léo, do Usiarte, era responsável pelas oficinas de *pós-TV* e *Plataforma TNB*, Raíza e Victor, do Fuligem, eram responsáveis pelas oficinas de audiovisual, João, do CECAC, ofereceu uma oficina de fanzines, e *colaboradores* próximos do Usiarte foram convidados para ministrar as demais.

Para a abertura e encerramento do festival, houve um palco no qual se apresentaram bandas, dançarinos de break, rappers, tendas para pintores e fotógrafos exporem seus trabalhos. Como forma de ajudar a promover o SEDA e o próprio Usiarte, o Fuligem fez serviços de fotos e filmagens durante o palco de encerramento e criou um pequeno documentário sobre o festival e, em troca, o Usiarte iria ajudar o Fuligem nos próximos eventos realizados por este⁷⁵. Esse é um fator que expressa a retroalimentação entre as partes envolvidas na troca, já que o Fuligem adquire conteúdo de mídia para exibir em seu programa televisivo chamado *Fuligem no Ar*⁷⁶ e o Usiarte ganha uma oportunidade de divulgação e visibilidade. Nesse ponto, o funcionamento do *card* ocorrerá no sentido de que em futuros eventos do Fuligem, o Usiarte prestará serviços não necessariamente como retribuição pelas gravações feitas no SEDA em específico, mas para manter ativas as *colaborações* entre os dois coletivos para, com isso, “o rolê continuar acontecendo”.

Dentro da *rede*, a *colaboratividade* não é mais calculada. Ela visa mais o potencial da ação mesmo. Lá no Fuligem, por exemplo, não é porque alguém

⁷⁵ É válido mencionar que, no caso das relações de troca de serviço entre coletivos, o que vale é o fato da própria troca conseguir fazer a retroalimentação entre os coletivos. Para tanto, o Fora do Eixo costuma falar de uma igualdade de valor em termos de trabalho para facilitar na hora de mensurar as futuras prestações de serviço. Nesse caso, um trabalho de fotografia é igual ao trabalho de um músico, que é igual ao trabalho de um produtor musical que é igual ao trabalho de quem fica no caixa durante os festivais. Esse tempo de trabalho investido por cada integrante dos coletivos é o que servirá de medida de valor para as próximas trocas que ocorrerão nos próximos eventos.

⁷⁶ O *Fuligem no Ar* é um programa de TV concedido ao Fuligem em um canal de transmissão da região de Ribeirão Preto. O coletivo destina à exibição e vídeos e matérias com artistas locais e da região, além de entrevistas e matérias sobre ações culturais e eventos promovidos pelo coletivo. Assim, o *Fuligem no Ar* acaba se mostrando uma plataforma de trocas entre o coletivo e demais agentes, já que pela necessidade de conteúdos para o programa, o Fuligem mantém contato e busca articular com diversos agentes do setor cultural local. No período em que estive hospedado na casa, passaram por lá duas bandas que usaram o quintal e a sala da casa como *set* de gravação, onde foi gravado um vídeo das bandas tocando para exibição no programa de TV. Segundo uma das integrantes do coletivo, “fica implícita a compensação, porque a gente precisa desses artistas que vem aqui pra ter conteúdo pra mostrar no programa, e eles ganham a divulgação e visibilidade que a gente dá”.

de lá nos empresta algum equipamento ou faz algum trampo que a gente tem que esquentar a cabeça em calcular *card*, calcular tempo de serviço, etc. A gente já transbordou isso. O que acontece é da gente saber que ele fez um serviço e a gente vai colaborar com eles algum dia. Tanto nós como eles sabemos que isso vai acontecer porque a gente tá sempre colaborando com eles e eles com a gente. Agora, se é relação com *colaborador* a gente se preocupa porque aí já tem que ter transparência, né? O *colaborador* precisa se sentir representado no *rolê*. O *card* acaba servindo para minimizar uma possível angústia do *colaborador* de ele não se sentir representado e achar que a gente tá abusando do trampo dele. (André, coletivo Usiarte, depoimento pessoal)

Quanto aos artistas que se apresentaram no festival, houve uma contagem de *cards*, porém não a prestação de serviços por parte do coletivo. A ideia, quando uma banda ou artista se apresenta, é que o próprio festival seja uma plataforma de divulgação. Portanto, o ganho do artista em investir no evento é justamente oportunidade de apresentar sua arte para um público diferente, divulgar seu trabalho e adquirir conhecimento.

Para uma conta final, estipula-se que para as horas de trabalho investidas por cada agente em um evento valem 50 *cards*, sendo que para um valor total em *cards* de um determinado evento, todas as horas devem ser somadas e a soma multiplicada por 50. De maneira resumida, essa multiplicação por 50 não passa de uma estimativa de um suposto valor de 50 reais por hora de trabalho. O *card* quantifica algo que os integrantes do Fora do Eixo consideram imensurável: a *colaboratividade*. Quanto mais *orgânico* o *rolê*, quanto maior a *colaboração* de pessoas do *Núcleo Duro*, mais difícil de se quantificar as horas de trabalho, pois para eles trabalho e vida se confundem. Trata-se de uma estratégia de dialogar “na mesma língua” com o poder público e negociar com ele um suposto futuro investimento para o festival. O SEDA, em particular, foi conduzido de maneira *colaborativa*, ou seja, não houve um investimento maciço por parte do poder público⁷⁷. Dessa forma, a estimativa de horas de trabalho investidas na produção do evento por parte dos integrantes dos coletivos, artistas envolvidos e demais *colaboradores* foi de 557. Diferentemente da maioria dos coletivos do Fora do Eixo que multiplicam os *cards* por 50, o Usiarte optou por multiplicar por 30, já que esse valor seria mais “próximo da realidade de investimento em cultura da cidade”. Portanto, pensando nas 557 horas de trabalho, o total de *cards* no festival SEDA foi de 16710⁷⁸.

⁷⁷ Houve uma verba de 1340 reais disponibilizadas pela Casa da Juventude municipal para as oficinas de audiovisual e de fanzines, mas mão-de-obra, infraestrutura de palco e som para o evento, serviços de bar e mídia foram feitos de forma totalmente *colaborativa*, seja dos próprios integrantes do coletivo ou de *colaboradores*.

⁷⁸ Contata-se, então, que 1 *card* equivale a 1 hora de trabalho. Não foi encontrado tais arranjos em campo, porém há uma paridade do *card* com o Real de 1 pra 1, ou seja, 1 real = 1 *card*. Caso haja um investimento em reais por algum agente que exija um pagamento em *card* equivalente, o coletivo terá que devolver em *cards* um valor

Segundo o que me disseram os integrantes, a ideia era mostrar para o poder público que, com base em uma *economia colaborativa*, eles podem potencializar os valores em real que entram para financiar os eventos. No caso do SEDA, se a proposta fosse fazer um pagamento de 30 reais por cada hora de trabalho, o festival custaria 16710 reais. “Se a prefeitura aceitasse investir esses 16710 reais, a gente conseguiria transformar eles em 50 mil”, diziam eles a mim – que era *vivente* de *Banco* na ocasião⁷⁹ – durante a pós-produção do evento.

equivalente. Essa multiplicação por 50 pode ser feita para as horas de trabalho necessárias para o pagamento em *card* com o intuito de aproximá-las do investimento em real. Há uma paridade também de 1 pra 1 entre *card* e moedas estrangeiras, e tal proporção é mantida independente da cotação. Segundo Nathália, “eu acho que mantém 1 por 1 mesmo com a cotação porque a gente não tem como base o sistema financeiro externo, sabe? Acompanhar bolsa de valores pra fazer uma divisão monetária equivalente, acho que foge um pouco da nossa proposta, não? Perderia o sentido que buscamos pra descomplicar.”

⁷⁹ Como o Usiarte abriu um edital de vivência de *Banco*, o vivente selecionado iria conviver na casa durante o período de produção do evento com o intuito de aprender como um festival independente e *colaborativo* é gerido, eu solicitei ao coletivo de acompanhar a *vivência* devido a meus interesses de pesquisa. Porém, o próprio coletivo sugeriu que eu fosse o *vivente*. “Você vai ser *vivente*, vai acompanhar de perto e vai ajudar na sua pesquisa. E nos ajuda também, porque é uma pesquisa que vai mostrar como a gente se organiza”. Assim, minha função como *vivente* era preencher a TEC com os *cards*, registrar movimentação financeira no *caixa coletivo* durante o evento, ficar no caixa na venda de fichas durante os shows e auxiliar nos eventos internos no coletivo durante os dias do festival tais como bate-papos e festas. A ideia era justamente a retroalimentação, ou seja, eu aprendia como funciona um festival *colaborativo* e coletava dados para a pesquisa e o coletivo ganhava minhas horas de trabalho para ajudar na produção do SEDA.

Orçamento	Coletivo Usiarte	3	André/Vivente
Evento dia 6			
Responsável	Frente	Horas	
André	Geral	11	
Jaque	Alimentação/mídia	11	
Pamela	Bar/intervenção de Break	11	
Fernado	Bar	11	
Lucas	Bar	11	
Plets	Palco	11	
Pára	Palco	9	
Juliana	Exposição/Petição	9	
Luiz dj	Discotecagem	6	
Gord	Discotecagem/Graffiti	5	
Patrulha 7 (5 integrantes)	Palco	5	
Howdaw (4 integrantes)	Palco	4	
Jardin in Hell (5 integrantes)	Palco	5	
Império K (6 integrantes)	Palco	6	
Hip Hop (5 integrantes)	Palco	5	
Kita	Graffiti	4	
Intervenção de dança contemporania	Palco	1	
Fuligem	Mídia	9	
Michelle	Exposição	5	
Rodrigo	Exposição	5	
Felipe	Estrutura	11	
Evento dia 9			
André	Geral	3	
Fernando	Geral	3	
Jaque	Geral	3	
Pâmela	Geral	3	
Lucas/Celina	Música ao vivo	2	
Evento dia 16			
André	Geral	6	
michelle	Exposição	5	
Rogrigo	Exposição	5	
Wilson	Exposição	5	
Star Today	Palco	5	
Mkz/Luiz	Discotecagem	9	
kita	Workshop de Graffiti	4	
Cause 1 integrante	Palco	1	
Sara Donato (1 integrante)	Palco	1	
Museu do Esquecimento (6 integrantes)	Palco	6	
Anonimono (4 integrantes)	Palco	4	
Extratos (4 integrantes)	Palco	4	
Plunk (5 integrantes)	Palco	5	
Pamela	Bar	9	
Fernando	Bar	9	
Lucas	Bar	6	
André/Pamela	Alimentação	10	
Game of Skate (Jackson)	Palco	5	
Roger Francine	Lançamento	3	
Jaque	Camarim	11	
Léo	Estrutura	15	
Felipe	Estrutura	5	
Oficinas			
Michelle Siena	Oficina de Fotografia	6	
Paula Venturim	Oficina de Narrativa	2	
Lucas	Oficina de Edição de Áudio	6	
Wallace	Oficina de Dança Contemporânea	2	
João Francisco	Oficina de Fanzines	6	
João André, Toninho e Beto Bellini	Oficina de Elaboração de Projeto	6	
Adilson	Ofica de Design	6	
Felipe	Forum Uso de Drogas/Geral	27	
Léo	Oficina de Toque no Braisil (tnb)	2	
Léo	Oficina de Pós TV	2	
Raíza, Victor	Oficina de Audiovisual	12	
André, Raíza e Victor	Papo Mídia Livre	6	
André/Jaque/Fernando	Geral	24	
		557	16710

Figura 18 – Abas da TEC com o total de *cards* do festival SEDA (Fonte: coletadas e campo pelo pesquisador)

Dado tudo o que foi relatado ao longo desta dissertação sobre o fato dos agentes enunciarem das trocas não serem palpáveis, da *coletividade* ser *orgânica* sem a necessidade de ser calculada, além do incentivo à “solidariedade” e ao “capital da confiança” de “não esperar nada em troca”, uma questão a ser indagada é: como pensar o *card* diante de uma literatura que reflete sobre moedas sociais? Visto que o princípio básico do uso de uma moeda é estabelecer valores quantitativos que possam ser disponibilizados e aos quais se espera uma retribuição, como esse fator entra em sintonia com as práticas dos coletivos? Resumindo, como a linguagem monetária é posicionada perante o cenário da *economia colaborativa*?

Antes de entrar nos argumentos centrais pelos quais meus interlocutores afirmam fazer uso do *card*, cabe explorar o tratamento dado pela literatura à noção de moeda social. Obviamente, se a proposta de análise é apresentar uma abordagem antropológica, a literatura a ser mencionada está longe de propor uma leitura economicista que aborde a moeda exclusivamente como reserva de valor, unidade de medida ou como equivalente para troca. Tal literatura se mostra preocupada primeiramente em classificar as moedas locais, inseri-las dentro de determinados contextos sociais e refletir sobre seus efeitos na vida dos grupos. Blanc (1998, 2012) aponta para diversas situações de crise econômica que possibilitam o surgimento de “moedas paralelas”, ou seja, coexistem juntamente com a moeda oficial⁸⁰. Assim, ele valoriza iniciativas de conceituar esses instrumentos monetários para melhor compreendê-los e inseri-los nas políticas monetárias oficiais. Ainda partindo de contextos de crise econômica, North (2007) classifica essas iniciativas monetárias como “formas de resistência micropolítica” que partem do próprio cerne dos grupos, ressaltando seu potencial de participação na economia oficial juntamente com a inclusão social.

O que é unanimidade nessa literatura são as vantagens desses instrumentos monetários nas iniciativas locais que os promovem, seja para ativistas que as implementam sem auxílio de autoridades oficiais (Dittmer, 2013) ou nas moedas complementares usadas por famílias e empresários juntamente com autoridades oficiais (Hornborg, 2015). Búrigo (2000) e Mance (2002) assumem para as moedas sociais regras próprias e limites para sua circulação e acumulação.

⁸⁰ O autor classifica quatro tipos de moedas paralelas, seja as moedas nacionais que operam junto ao dólar (no caso, a moeda oficial), seja iniciativas locais que estimulam práticas de escambo, instrumentos monetários cuja origem não é especificamente monetária, mas que assumem tal papel.

Outro exemplo do uso de moedas alternativas tratados pela literatura são os clubes de troca. Radomsky (2008) analisa um clube de trocas em Porto Alegre e afirma que a moeda social usada tem um valor simbólico e certas finalidades sociais dentro do clube, assumindo valores análogos aos do dinheiro oficial. Dessa forma, o autor aponta comunicações e nódulos entre a economia do clube e a economia externa, sendo que as ocasiões levam a capacidade de aproximar os sujeitos dos dois sistemas, além de proporcionar pontos de vista alternativos aos vigentes na economia social.

Essa relação de uma movimentação local que estipula uma moeda social com uma economia oficial também é um ponto abordado pela literatura a respeito do tema. Além dos autores mencionados acima, Zelizer (2005) fala que o diferencial da atuação das moedas sociais é justamente sua existência em meio ao dinheiro oficial dentro de um território específico e delimitado. Exemplificando essa coexistência, Cellarius (2000) analisa situações de barganha envolvendo trocas com batatas na Bulgária pós-socialista, assumindo a elas um papel relevante nas relações econômicas, ao invés de vê-las como indicador da ausência de um mercado ou uma oposição a ele. A autora aponta que a batata servia tanto como moeda de troca quanto como fonte de valor, sendo que o uso das batatas podia ocorrer em paralelo ao uso do dinheiro, havendo várias medidas de valor em batata em referência a determinado produto. Dessa forma, o uso do dinheiro era uma alternativa, sendo que muitas pessoas preferiam trocar batatas diretamente por outros bens, e outros preferiam vender a batata a usá-la para comprar outras coisas⁸¹.

Também é válido retomar os trabalhos já citados anteriormente que abordam bancos comunitários cuja prática frequente é a utilização de moedas sociais. Bergamin (2011) aborda o Banco União Sampaio, da cidade de São Paulo, que usa a moeda Solano ao lidar com horas de trabalho trocadas como modos de pagamento, sendo estes mistos em moeda social e em Real. Paulino (2008), ao discorrer sobre o Banco Palmas, aponta que nas transações, o valor novamente aparece como sendo correspondente ao do real. Tal moeda circula em um bairro

⁸¹ Nesse ponto, vale referência a Hugh Jones e Humphey (1992), que colocam as práticas de escambo como coexistindo com o sistema econômico moderno. O ponto então não é estipular onde começa ou termina uma situação de escambo, mas sim podendo transitar entre dívida e mercadoria. Em outro artigo, Lanna (2008) diferencia a moeda capitalista das moedas “hierárquicas”, sendo estas de menor alienabilidade, já que o autor aponta que a moeda capitalista reduziria a hierarquia entre esferas de troca, tornando somente válida a distinção entre o que é mercadoria e o que não é.

específico da cidade em diversos estabelecimentos, sendo que alguns deles oferecem descontos no ato do pagamento com a moeda Palmas⁸².

A partir desses exemplos, vemos que uma preocupação demonstrada por essa literatura é o posicionamento das moedas alternativas perante uma economia oficial, dessas moedas locais existindo e atuando em relação a um modelo econômico vigente. Como muitos contextos estudados pelos autores são de recessão e crise econômica, os cenários indicam uma falta de dinheiro oficial em determinados grupos ou limitações deles acessarem recursos financeiros. Assim, muitas dessas abordagens apontam para o advento de moedas locais para suprir uma carência econômica, amenizar uma situação adversa de pobreza e, dado o nome “moeda complementar”, complementar uma falta de dinheiro oficial. As análises usuais sobre o tema da moeda social, portanto, iluminam o local, notadamente as benfeitorias e modos de funcionamento dessas moedas sendo operados em âmbito local, porém geralmente em relação a um modelo oficial.

Não estou negando que a existência de moedas alternativas esteja diretamente vinculada à economia vigente, no caso, à falta dela em determinadas localidades. Porém, ao analisar o *card*, minha abordagem não é desvendar o cenário sócio econômico pelo qual essas iniciativas monetárias advêm, e nem simplesmente descrever os modos de operação dos agentes visando suprir ou superar uma falta de dinheiro nos coletivos. O que procuro iluminar aqui são os dados etnográficos mostrando uma ideia de moeda que, tal como os *simulacros* mencionados na sessão anterior, é performatizada e operada pelos coletivos. Assim, a descrição etnográfica consegue deslocar a discussão da literatura e abrir margens para visualizarmos novos significados sobre a moeda social operada pelos coletivos.

Com isso, a discussão sobre simulacro feita na sessão anterior fornece o campo de debate que auxilia a compreendermos uma ideia do uso de uma moeda que foi codificada na instância da *rede* – vide o discurso de Capilé no início desta sessão – e que serve de inspiração para os coletivos. Trata-se de uma imagem de moeda que fornece coordenadas aos integrantes dos coletivos e pelo qual os ânimos dos coletivos que se ligam à *rede* são contagiados. Novamente, são códigos que são repassados em ocasiões nas quais os coletivos

⁸² Inclusive, o uso do *card* como moeda social foi inspirado nas experiências de bancos comunitários, sendo o Banco Palmas um dos mais mencionados quando os integrantes irão explicar o modo de funcionamento do *card*. Nas cartilhas oficiais do Fora do Eixo a respeito do tema, são usados também como exemplo essas experiências de bancos comunitários.

se pensam como uma *rede* e, conseqüentemente, é buscada uma sintonia entre as práticas e entendimentos sobre as *ferramentas* e *simulacros*.

Assim, novamente faz sentido pensarmos a partir de uma estética com um “efeito de semelhança”, como afirma por Deleuze ao discorrer sobre práticas potenciais de simulacro. Ao tomarem como inspiração o fato do Real ser complementar ao *card*, os coletivos não estão negando e tão pouco se colocando em oposição ao Real ou à economia capitalista. O que é passível de observação no manuseio do *card*, notadamente considerando a implantação de expectativas de retribuição na forma de um valor numérico em horas de trabalho, é uma elaboração nativa do “dessemelhante”. No caso, esse “dessemelhante” é uma dívida que seria proposta, elaborada, imaginada e até mesmo forçada pelos coletivos para se relacionarem com os *colaboradores*. Uma dívida, como característica usual da prática monetária vigente na economia de mercado, seria transposta para a *economia colaborativa* no sentido de estabelecer uma relação com agentes que não convivem com ela. Tais dessemelhanças seriam operadas como uma maneira de incitar efeitos particulares e adequados à *narrativa* dos coletivos do Fora do Eixo. Dessa forma, uma linguagem monetária é forjada visando propiciar esferas de diálogo e de compreensão para todos os agentes “se sentirem representados no *rolê*”⁸³.

Desta maneira, há um esforço de usar um discurso monetário para angariar o máximo de relações envolvidas em um evento e, segundo argumentam, tornarem-nas transparentes em uma planilha de gastos. Usando a expressão de um de meus interlocutores, o valor em *card* corresponde a um “número de potência” que pode ser usado como uma forma de dialogar com agentes de fora da esfera de ação dos coletivos, com base em uma linguagem assimilável a todos os envolvidos. Voltando ao festival SEDA, tanto para *colaboradores* e *parceiros* de fora quanto para quem faz parte de coletivos do Fora do Eixo, houve a contabilização de *cards* na TEC do evento, porém, a necessidade de transparecer a troca e de devolver o tempo

⁸³ Essa linguagem monetária, portanto, seria uma implantação de uma imagem de moeda que aproximaria as expectativas de coletivos e *colaboradores*. Foucault (2012) argumenta que a moeda, longe de ser um símbolo representativo de poder, deve ser entendida como uma série de substituições sobrepostas, sendo a substituição econômica uma dessas dimensões. Para Foucault, o simulacro seria quando as substituições (econômica, política, religiosa) se sobrepõem umas às outras, redundando em séries indefinidas que criam fixações, se afastando de uma ideia da moeda como representação. Sendo assim, o simulacro substitui uma substituição por outra, fazendo com que a realidade da moeda seja tanto um instrumento econômico como um recurso emanado e envolto do poder. Tomando esse argumento como inspiração, o *card* não seria uma representação, mas um simulacro da troca, do poder, da equivalência entre as partes envolvidas nos trâmites ou no esforço para uma reciprocidade. Assim, os coletivos usariam uma moeda própria para implantar uma transparência nas relações, uma distribuição, um pagamento, uma circulação e uma disputa de poder, já que um diálogo com a gestão do poder oficial é procedido.

de serviço prestado nas oficinas só era iminente para quem não faz parte dos coletivos. Para os membros do Fuligem e do CECAC houve uma contagem de *cards* em uma planilha, porém não houve uma preocupação em prestar serviços como forma de quitar o valor. Como o Usiarte sempre presta auxílios nos eventos promovidos por esses coletivos, já há uma expectativa de que futuras trocas ocorrerão, o que faz com que não haja uma preocupação em trocas de serviços prestados especificamente no SEDA.

Portanto, tocando na questão do tempo referente ao intervalo entre as prestações, há uma diferença no tom e no modo de lidar com os serviços prestados de acordo com a proximidade desenvolvidas dos agentes em relação ao *rolê*. Para agentes que *colaboram* eventualmente nos projetos dos coletivos, esforça-se por esclarecer que as horas de trabalho disponibilizadas serão devolvidas em determinado intervalo de tempo. Estabelecendo um diálogo com Bourdieu (2001), há uma necessidade de calcular quantidades de horas e de estipular prazos já que se espera que haja um imediatismo na retribuição, que haja um esforço para o *colaborador* visualizar e sentir uma exatidão, uma mensuração e uma paridade nas prestações. Assim, a necessidade de implantar números, prazos e cálculos caminha junto ao curto intervalo entre a prestação inicial e o pagamento pelas horas investidas. Em contrapartida, para os agentes que estão inseridos no *rolê* – não necessariamente àqueles ligados ao Fora do Eixo, e sim à *cena* na qual é reconhecida a *coletividade* – não há a iminência de uma retribuição clara, exata, calculada, palpável e assimilável como tal. O próprio *rolê*, o próprio fato desses agentes se sentirem parte de uma *rede*, acaba garantindo a retribuição, mesmo que ela não venha necessariamente do *ponto* que fez a suposta prestação inicial. Ainda que não haja uma exatidão aos serviços solicitados, a frequência com que as prestações de serviço estão sendo circuladas acaba por diluir a exigência de um pagamento, de uma negociação e de uma quitação. Com isso, para os agentes assimilados ao *rolê*, os intervalos entre as prestações e os cálculos que as direcionariam seriam borrados⁸⁴.

⁸⁴ Para iluminar esse ponto, vale mencionar os conceitos de Graeber (2001) de reciprocidade aberta e reciprocidade fechada. Segundo o autor, a primeira seria referente a relações que não são calculadas, havendo a possibilidade dos atores desenvolverem a relação de prestação e contraprestação sem um contrato e sem uma expectativa fixa de quitação, ao passo que a reciprocidade fechada envolve um balanço fechado e uma constante possibilidade de encerrar a relação. Graeber constrói esse argumento como uma alternativa à aplicação do conceito de “reciprocidade”. Segundo o autor, seria mais viável o uso do caráter aberto ou fechado do referido conceito do que se prender a ideias como as de “reciprocidade generalizada” de Levi-Strauss e “reciprocidade balanceada” de Sahlins (1972). Ele o faz justamente por estabelecer que o uso da ideia de “reciprocidade” como definição última para as relações de dar e receber é um uso arbitrário, que “cega” as motivações, autoridades e estratégias que os atores assumem na relação.

Assim, é difícil dizer quais desses panoramas de troca é o mais comum envolvendo os coletivos Fora do Eixo, e nem é o caso disso ser constatado aqui. O que importa é que essa circulação de prestações entre os coletivos que estimularão uma retroalimentação de ganhos é tida pelos atores como uma forma particular de economia. Dessa forma, o *card* é uma moeda social no sentido estrito do termo para estabelecer medidas de troca e deduzir valores de equivalência, porém, mais do que isso, ele também é uma enunciação de moeda que visa remeter sentidos para as transações envolvendo coletivos do Fora do Eixo e diálogos com demais agentes que não são necessariamente assimilados com o *rolê*.

3.3. – *Economia colaborativa manifestada nas moedas*

Até agora foi visto que o *card* pode ser operado de diversas formas. Como uma moeda social que sugere parâmetros para trocas e que remete à *coletividade* em si ao mesmo tempo em que opera como referente econômico e como posicionamento político. Reforça assim, uma economia alternativa arranjada perante uma economia tida como oficial ou vigente. Visto isso, alguns questionamentos surgem: como o *card* é encarado pelos coletivos? Como a linguagem monetária desses coletivos é disposta perante o Real? Como o *card* vislumbrado como uma moeda os posiciona em relação à moeda oficial?

Um depoimento que ilumina de maneira pertinente essas interrogações é o de Nathália a respeito da produção de uma Virada Cultural independente ocorrida em Ribeirão Preto chamada de “Se Vira, Ribeirão!”⁸⁵.

O Se Vira, a primeira edição dele, foi fruto de diversos movimentos da cidade, ativistas, e esses caras resolveram fazer uma Virada Cultural Independente. Mas, iai? E a grana? Quando a gente foi colocar tudo que o Se Vira ia ter, que é o plano de comunicação, galera fazendo cobertura, tirando foto, galera fazendo a parte administrativa, os músicos indo lá tocar, a estrutura de palco, banheiro químico, tal, tal, o Se Vira deu 120mil reais. Se a gente tivesse partido desse princípio, a gente não tinha feito, isso é óbvio. Com 120mil, cara, a gente ia ter que ter um projeto no mínimo aprovado com essa grana, e tudo isso demora. Então o que a gente fez pro evento acontecer? Metemos o louco e fizemos. Aí é óbvio que fomos atrás do poder público, o Se Vira movimentou 120mil em dinheiro mesmo. Foi investido em palco, né? Banheiro químico. Claro que com a gente negociando, só que

⁸⁵ O caráter independente da referida “virada cultural” é devido ao fato dela ser organizada sem o apoio do poder público municipal, sendo produzida diretamente por artistas e produtores locais. Sua primeira edição ocorreu pela iniciativa da comunidade artística de Ribeirão Preto, cujo motivo foi o cancelamento da “virada cultural” municipal pela prefeitura. O Fuligem participa ativamente da produção desse evento, sediando reuniões, disponibilizando mão-de-obra e acionando bandas e artistas independentes para se apresentarem no “Se Vira”.

ele teve o custo de 120mil. Então como que a *rede* se organiza dentro disso? A gente fala que é o *card*. Na *economia colaborativa* é a moeda social. Pô, meus 15 dias foi a maior correria. A galera que tocou, tocou lá e não ganhou um puto. Fez aquilo *colaborativo* só que tudo aquilo foi contabilizado. Se a gente fosse fazer a porra do cachê, ninguém tinha feito. O que eu quero dizer é assim: o dinheiro, a sociedade que a gente vive, o sistema que a gente vive, ele sempre vai dizer que não vai ser possível. Primeiro vai atrás da grana e depois você faz a execução. Mas a prática da *vida coletiva* e o Fora do Eixo e outras organizações também foram organizando isso através do *caixa coletivo*, através da Sede Moradia, ele possibilitou que outras coisas fossem avançadas. Mesmo que se for metendo o louco, o avanço, ele tem esse período de risco.

São latentes as diferentes expectativas e alcances do Real e do *card*, moedas às quais se atribuem lógicas distintas. Ao passo que se pressupõe que o Real, ou melhor, a falta dele, traga restrições para os empreendimentos ocorridos no *rolê*, o *card* entraria como um suprimento, um catalisador. Para tanto, o Real é enunciado como “complementar ao *card*” no sentido da circulação deste ser majoritária em relação ao primeiro. Porém, ainda assim, as moedas estão imbricadas em um mesmo cenário, que é o da *inteligência coletiva*. Não é o caso de sugerir que, em um cenário *colaborativo* o Real está para uma expectativa mercadológica perceptível na economia oficial e o *card* para uma economia alternativa. Não é como se ambas as moedas fizessem parte de esferas de valor fechadas em si, como se o Real referenciasse exclusivamente a economia vigente e o *card* a *economia colaborativa*. Os sentidos que os agentes assumem às moedas não são absolutos e podem estar imbricados um no outro. Ao mesmo tempo em que o Real é manuseado dentro da *coletividade*, tais fins *coletivos* podem ser alcançados com base em contextos mercadológicos⁸⁶. Vemos, então, que o âmbito *colaborativo* pode ser colocado como um fundo que direciona os usos dados às duas moedas e é a referência para um entrelaçamento dos sentidos dados a elas. Os próprios coletivos assumem a ideia do “Real ser complementar ao *card*” no que tange às *colaborações*, *parcerias* e trocas entrarem onde o Real não alcançaria. Elas seriam, portanto, o sustentáculo dos projetos ao passo que o Real auxiliaria com os retoques pontuais.

Um exemplo deparado em campo foi um festival de bandas produzido pelo Usiarte em um salão de eventos. Na ocasião, o coletivo estipulou ao proprietário do salão, que é uma pessoa próxima e que presta frequentes serviços como *colaborador*, que o lucro advindo da

⁸⁶ Uma conexão a ser feita é com Cellarius (2000) que fala sobre níveis de escambo utilizando a batata circulando juntamente com o dinheiro oficial na Bulgária pós-União Soviética. Segundo a autora, os agentes podem utilizar ambos sob diferentes arranjos e combinações de acordo com a quantidade de dinheiro ou de batata nas famílias. Um pode ser substituído por outro ou usado como contrapeso para atingir determinados valores quantitativos para adquirir os bens e serviços.

venda de bebidas e da bilheteria fosse dividido por igual entre as duas partes, coletivo e proprietário. Contudo, com o término do evento, o lucro foi menor do que o esperado, o que fez com que o coletivo sugerisse ficar com ele todo pra si e, futuramente, utilizarem o espaço para atividades culturais, além de se oferecerem para limpá-lo. Esse exemplo mostra como o estímulo à *economia colaborativa* norteia os usos e dinâmicas referentes às duas moedas, como a *inteligência coletiva* influencia o uso do Real e do *card* no sentido de buscar *parcerias* que possam garantir lucro e usar o discurso do *card* para fomentar trocas.

Outro exemplo é o de uma pintora que é *colaboradora* do Usiarte que expôs seus quadros na sede do coletivo e, durante um diálogo com um integrante, o alertou sobre o fato de algumas pessoas que outrora *colaboraram* em eventos terem sugerido que “o coletivo suga o trabalho deles”. A resposta foi imediata. “Se eles acham que a gente está sugando é porque não estão enxergando *economia colaborativa*. Se é pra sugar, que suguem da gente.” Nisso, ele imediatamente apontou para os quadros expostos. “Tá vendo esses quadros? Por que você não coloca uma etiqueta neles com o seu preço, seu nome e seu contato?”.

Em outro momento, essa situação foi relatada em uma reunião do coletivo com *colaboradores* para exemplificar o processo do coletivo ser usado como plataforma. Foi colocado que a referida pintora, ao expor seus quadros nas paredes da casa, contribuiu para o ambiente da *casa coletiva*.

Sem os quadros dela aqui, a casa perderia a identidade que tem hoje. Em troca disso, o coletivo pode fazer uma exposição dela e além de poder vender esses quadros, ela começa a fazer o nome dela. O coletivo vira uma plataforma, entende? O *colaborador* dá o start da coisa e o coletivo serve de plataforma pra ele. Se ele ver o potencial, ele pode sugar muito mais do coletivo do que o coletivo dele. O *colaborador* coloca a digital dele no processo. Se ela colocar um etiquetinha no quadro com preço e o contato dela, tá ao mesmo tempo dentro da lógica do capitalismo e da *colaboração*. As duas partes saem ganhando. Não é questão de eu te dar um pão hoje e você me dá outro amanhã, não é isso. Tem todo um *rolê* de ganho mútuo que tá implícito nesse processo.

Para jogar outras luzes a esse argumento, é válido trazer as reflexões de Guyer (2004) ao discorrer sobre as colocações feitas por Bohannan (1955). A autora busca alternativas ao postulado de Bohannan de que há três esferas íntegras de troca com caminho pré-estabelecidos entre os povos Tiv da África Ocidental. Tais esferas correspondem a intercâmbio de comida, de itens que trazem prestígio e de direitos sobre as mulheres. O autor assume que existem bases hierárquicas referentes a essas três esferas, havendo caminhos delimitados por atitudes morais. Em contrapartida, Guyer procura não olhar para as transações

da região como esferas fechadas e coesas, mas como se dos limiares dessas transações econômicas saíssem várias dimensões de valor. A autora apresenta uma estratégia de ampliar o escopo geográfico daquela região da África e nota que as trocas não estão dentro de uma estrutura Tiv que torna suas finalidades previsíveis, mas sim deparadas com “multiplicidades de limiares hierárquicos e espaciais” particulares a cada agente envolvido. Dessa forma, são oferecidas possibilidades marginais de ganhos indexados à economia colonial da região, porém sem estarem completamente destinadas a ela. Ao ampliar esse escopo geográfico, a autora mostra que surgem múltiplas possibilidades de ganho, conversões e escalas que oferecem alternativas ao conceito de conversão de Bohannan, que se limitava à escala da hierarquia.

Outra consonância com esse caráter liminar nas esferas de troca e de valor é o conceito de “sombra”, apresentado por Corsín Jimenez e Willerslev (2007). Ao discorrerem sobre as atividades econômicas do povo Yukaghir, de uma região do leste da Sibéria, os autores argumentam estarem diante de uma economia dual de caça. Os Yukaghir praticam a caça do alce, que apresenta à primeira vista um caráter mais comunal, de partilha de carne em um ambiente de igualdade, e também a caça da zibelina, cuja pele é comercializada, sendo encontrada nesta modalidade noções como de propriedade e acúmulo individual. Segundo os autores, há o lado visível dessas economias que tornam tais características primárias uma aparência unitária, porém há também o lado invisível, implicado no que os autores chamam de “reversibilidade” – a ideia de que uma prática nunca é idêntica em si mesma, mas carrega sempre um duplo invisível, uma sombra⁸⁷. Então, pensando nas economias do alce e da zibelina, uma pode se tornar a sombra e a força criativa por trás da outra, havendo várias formas de reciprocidade implicadas em um momento potencialmente reversível. Dessa forma, há uma reversibilidade dessas práticas econômicas, que faz com que tais “tipos” econômicos possam ser apenas virtualidades.

Dessa forma, podem ser traçadas conexões das duas abordagens apresentadas acima com a proposta aqui sugerida das moedas operadas pelos coletivos estarem arranjadas e imbricadas em um cenário *colaborativo*. O conceito de “sombra” pode ser uma imagem interessante para ilustrar os esforços dos coletivos do Fora do Eixo que flertam com ao menos duas dimensões econômicas, sendo elas a economia vigente e a *economia colaborativa*.

⁸⁷ Os autores chegaram à ideia de ‘sombra’ ao partirem da noção ontológica de sombra dos Yukaghirs chamada *ayibii*, uma força que habita os limites do mundo e que existem em uma tensão entre a unidade e a desintegração, fazendo com que as coisas do mundo nunca sejam somente si próprias, mas sempre algo além do que são.

Quando passamos a olhar para as movimentações desses coletivos, tanto em Real quando em *card*, pode-se notar uma “reversibilidade” nas linguagens monetárias. O que é visível na linguagem do Real, pensando em uma economia de mercado – no caso, o acúmulo, a transferência de propriedade, busca por lucro, pagamento –, é trazido e operado na *coletividade*. Da mesma maneira, os ganhos advindos em *card*, oriundos de prestações de serviço, *parcerias*, empréstimos ou doações de equipamentos e bens, podem ser ajustados e operados na esfera do Real. Tal como é percebido na economia dual apresentada por Corsín e Willerslev, uma esfera pode se tornar a sombra e a força criativa por trás da outra.

Essas moedas, ao serem mobilizadas, fazem surgir esferas de valor que estariam imbricadas na *economia colaborativa*. O corolário inevitável, então, seriam múltiplas dimensões de valor e possibilidades de ganho – tanto na esfera do Real quanto na do *card* – que seriam manchadas pela *inteligência coletiva*. Tais possibilidades, mesmo que marginais, não deixariam a *economia colaborativa* desvinculada em relação à economia vigente. Mesmo que ela se manifeste como uma alternativa, seja para suprir uma carência de moeda oficial, para garantir uma subsistência ou para preencher uma lacuna, a *coletividade* não deixa de estar vinculada em relação à economia ou à política vigentes. São evidentes esforços em qualquer coletivo da *rede* Fora do Eixo em se aproximarem das esferas públicas, seja para concorrerem a editais ou para estreitarem relações com agentes de forma a arranjam um cenário de ação propício para atuarem. Portanto, conclui-se que independente dos fluxos monetários, das relações de *parceria* ou *colaboração* contabilizadas em *card* ou dos rendimentos em Real, os esforços são em reafirmar a *economia colaborativa*, em fazer com que ela se sustente e até mesmo se consolide nas esferas de ação dos coletivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: DESEJO DE ECONOMIA

“O que se torna essencial é conectar uma multiplicidade de desejos moleculares, conexão esta que pode desembocar em efeitos de “bola de neve”, em provas de força em grande escala. (...) É a univocidade dos desejos e dos afetos das massas, e não seu agrupamento em torno de objetivos padronizados, que funda a unidade da sua luta. A unificação aqui não é antagônica à multiplicidade e à heterogeneidade dos desejos, como era o caso quando estes eram “tratados” por uma máquina totalitária-totalizante de um partido representativo.” (Guattari, 1987, 177)

Ao longo desta dissertação, a ideia de *coletividade* foi sendo descrita a partir de diversas instâncias, sendo ela mencionada sob diversas denominações por parte de meus interlocutores. Logo na introdução, sugeri que a chamada *economia colaborativa* é tanto um fim ao qual os coletivos da *rede* Fora do Eixo buscam direcionar seus esforços quanto um meio para atingi-lo. Deste modo, trata-se tanto de algo que norteia, inspira e seduz a ação dos agentes como algo que é arranjado e adaptado de acordo com o coletivo a operá-la. Portanto, a partir da observação dos coletivos Fuligem, Usiarte e CECAC, deles operando isoladamente, se relacionando entre si e participando de reuniões, congressos e encontros imersivos, pude perceber diferentes alcances, aptidões e potencialidades para a *coletividade* ser acionada. De acordo com as situações que o campo me levava, ela era percebida em diferentes intensidades.

Assim, para visualizar as diferentes maneiras pelas quais a ideia de *economia colaborativa* é operada, foi fundamental atentarmos para o fato desses coletivos se enxergarem parte de uma *rede* que os coloca em uma mesma sintonia dentro de uma *narrativa*. O Fora do Eixo, então, opera como uma imagem que transmite uma série de códigos que situarão os coletivos em uma ideia de *coletividade*. O fato de eles estarem inseridos em uma mesma *rede* fará justamente com que compreendam, situem, afinem e sintonizem suas práticas.

Deste modo, foi igualmente imprescindível para a análise considerar as chamadas *ferramentas* e *simulacros*, já que são preceitos elaborados nas primeiras experiências do Fora do Eixo e disseminados entre os coletivos para serem adaptados. Para melhor contemplar os interesses de pesquisa sobre as dimensões econômicas trazidas pela *narrativa* do Fora do

Eixo, bem como as práticas que melhor situam um fazer econômico por parte dos membros desses coletivos, a descrição etnográfica privilegiou o *caixa coletivo*, a *casa coletiva* e o *card* – notadamente sendo operados sob a luz do *simulacro Banco* – como *ferramentas* que melhor permitem a operação da *economia colaborativa*.

Nesse ponto, a abordagem de Deleuze (2000) sobre a noção de simulacro foi de grande importância para as considerações teóricas desta pesquisa. O autor aponta que o simulacro, sendo diferente da cópia que é fundada sob semelhanças com modelos vigentes, é apresentado como um efeito estético de semelhança com tais modelos e construído sob um esforço de diferenciação. Essa abordagem permitiu traçar analogias com os *simulacros FdE* no sentido deles não serem meras simulações das instituições oficiais, mas sim iniciativas de estimular diálogos entre agentes e disputar um espaço de ação no setor cultural. No caso, mesmo que discordantes dos preceitos trazidos pela imagem dos bancos oficiais, o *simulacro Banco* opera as dessemelhanças para estimular efeitos particulares e adaptados à *narrativa* do Fora do Eixo.

Neste trabalho, ao descrevermos o direcionamento das ações através do *Banco FdE* e das referidas *ferramentas*, consideramos que, mais do que arquétipos aos quais os coletivos seriam modelados, as *ferramentas* e *simulacros* são códigos abertos e adaptáveis às motivações e disposições desses coletivos, bem como às esferas de ação em que atuam. Cada *ponto Fora do Eixo* assumiria a incumbência de adaptar esses códigos de *tecnologia da rede* como forma de operar uma *narrativa*. Com isso, situações como o “morar junto”, partilha de recursos tangíveis e intangíveis, estímulo à igualdade nas relações, *parcerias* e trocas seriam conduzidas pelas *ferramentas* e adequadas proporcionalmente aos contextos nos quais os coletivos estão inseridos.

Com base nos coletivos abordados, podemos perceber diferentes intensidades e “*organicidades*” com que tais *tecnologias* são operadas, bem como *narrativas* específicas às quais são adaptadas. O Fuligem, como *ponto Fora do Eixo* já consolidado na região de Ribeirão Preto e estabelecido como *Núcleo Duro*, é uma *casa coletiva* no sentido pleno do termo, gerida com base no *coletivo* e com relações *colaborativas* ocorrendo de forma *orgânica*. Além disso, trata-se de um *ponto Fora do Eixo* que dissemina os códigos da *rede*, sediando *vivências* para inúmeros integrantes de coletivos recentemente integrados e participando ativamente de *colunas* e *imersões*. O CECAC e o Usiarte apresentam *narrativas* diferentes do Fuligem e, conseqüentemente, oferecem novos vislumbres de como as

ferramentas e *simulacros* são operados e a *coletividade* estipulada. Em muitas ocasiões, a ideia de *casa coletiva* é implantada e o *caixa coletivo* é estabelecido eventualmente, literalmente como uma ferramenta de gestão econômica.

Dito isso, inevitavelmente a estratégia de pesquisa foi considerar tanto códigos elaborados pela instância da *rede* nas primeiras experiências do Fora do Eixo quanto, principalmente, observá-los sendo percebidos e *hackeados* pelos coletivos abordados. Com isso, a partir de transações monetárias, manuseio de dinheiro, relações de troca, além de encontros, reuniões, congressos e até mesmo trabalhos acadêmicos, a pesquisa buscou iluminar como os agentes operam os códigos referentes à *economia colaborativa* e como eles são reafirmados e teorizados na *rede*. Assim, a observação de reuniões foi fundamental para percebermos modelos de informações nativas disponibilizadas para serem repetidas e adaptadas pelos atores, sendo nelas que os agentes estabelecem entendimentos comuns sobre as *ferramentas*, *simulacros* e a própria noção de *economia colaborativa*, de forma que possam tais entendimentos possam ser irradiados pela *rede*.

Dessa forma, as discussões apresentadas por Tarde (2011) sobre as leis sociais, notadamente a repetição e adaptação, dialogam com essas questões averiguadas em campo. Tarde aponta que ‘raios imitativos’ chegariam até os agentes a partir de “um inventor, de um iniciador, de um inovador qualquer cujo exemplo se propagou” (: 63). Em consonância com minhas questões de pesquisa, seria através dessa ‘irradiação imitativa’ que os agentes assimilariam e repetiriam os códigos trazidos pelos *simulacros* e *ferramentas* e os adaptam de acordo com a *narrativa* que buscam desenvolver. Cada coletivo teria uma disposição, uma afinidade e um alcance particular para adaptar os preceitos irradiados nas reuniões.

No limite, como se tratam de práticas inspiradas em preceitos do Fora do Eixo, as *ferramentas* e *simulacros*, ao serem trazidas e operadas pelos coletivos, seriam performatizadas (Callon,1998). Seguindo essa ideia de performance, os agentes enquadram uma realidade econômica em que algumas informações são consideradas e outras desconsideradas, havendo um esforço em trazer relações visíveis e calculáveis para os contextos de ação. Assim, cada coletivo estabeleceria essas *ferramentas* com uma intensidade proporcional às informações e relações dispostas em seu cenário de ação.

É com base nessas informações e relações tornadas visíveis que os coletivos usam o cálculo como estratégia de transformar as prestações de serviço de *colaboradores* e *parceiros* em uma linguagem palpável e assimilável, em outras palavras, quantificável. Para que seja

implantada uma exatidão nas prestações por serviços prestados, a estratégia que os coletivos da *rede* desenvolveram é usar estimativas de tempo de trabalho como forma de pagamento. O mesmo tempo investido por um *colaborador* ou *parceiro* é devolvido a ele pelo coletivo em forma de novos serviços ou empréstimos. Dessa forma, quando as relações precisam ser evidenciadas e expostas em uma TEC, a *economia colaborativa* é transposta em uma linguagem monetária de forma a se estabelecer um diálogo, uma assimilação e uma garantia aos agentes externos ao *rolê*. Para tanto, é usado o *card*, a moeda social do Fora do Eixo que serve de *ferramenta* para mensurar trocas e garantir uma circulação de serviços prestados nos eventos dos coletivos.

Dito isso, diversos são os usos e expectativas quanto ao *card*. Ele é tanto uma moeda social de fato usada como medida para as trocas e pagamentos, como também é uma estratégia de posicionar a *economia colaborativa* perante o cenário político e econômico vigente. O *card* como recurso às *parcerias* e o fato de ter o Real como uma “moeda complementar” mostra-se tanto uma estratégia de buscar uma sustentabilidade financeira em projetos dos coletivos quanto uma possibilidade de situar a *economia colaborativa* em um cenário político. Tanto uma estratégia de apresentar alternativas a gastos em Real como para potencializar os eventos *colaborativos* no cenário cultural. Ao usar o discurso de que a *economia colaborativa* pode “fazer o 1 virar 10”, de que “a gente consegue fazer com 30 o que eles fazem com 500”, os coletivos buscam enaltece-la como recurso capaz potencializar projetos e de se posicionar politicamente perante o poder público oficial.

Dessa forma, ao considerar que os coletivos manuseiam duas moedas em seu dia-a-dia – Real e *card* – não devemos toma-las como esferas de valor fechadas e coesas, como se as o uso do real denotasse transações mercadológicas e o *card* estivesse destinado às *parcerias* que fomentam a *coletividade*. Ambas as esferas de valor estão imbricadas uma na outra, sendo os rendimentos em real acoplados ao fomento de *parcerias* e estas possibilitando facetas de uma economia de mercado.

Assim, com base no *card*, esta pesquisa buscou fornecer nova luz à ideia de moeda social. Diferentemente de boa parte da literatura sobre o tema, que analisa a moeda social sob um aspecto funcional de suprir uma falta de dinheiro oficial em determinados agrupamentos, minha análise sobre o *card* abre margens para novos significados sobre o tema. Ele é, de fato, uma moeda que possibilita novas relações e possibilidades de comunicação com *parceiros* e *colaboradores*. Como moeda, aspectos usuais da economia vigente são transpostos para uma

narrativa da colaboração que pauta práticas de pagamento, expectativa de cobrança, juros e dívidas. Mesmo sendo aspectos dessemelhantes da *economia colaborativa*, tais práticas são nela implantadas como forma de estimular relações e propiciar esferas de diálogo com agentes externos de forma que possam “se sentir representados no *rolê*”. Assim, novamente a discussão de Deleuze sobre o simulacro se faz presente nessa questão da moeda, já que são trazidas para a esfera de ação da *coletividade* aspectos dessemelhantes a ela, sendo eles redesenhados para serem operados nela.

Por fim, esta pesquisa abordou práticas e preceitos sendo operados de forma a compor a chamada *coletividade*, além de esforços dos agentes de atuarem em uma *narrativa* estipulada pelo Fora do Eixo. Como se tratam de códigos que estão a todo o momento sendo afirmados, apurados e disseminados pelos coletivos, são diversos os conceitos nativos que são acionados para comporem esse cenário. Foi necessário, então, que o olhar etnográfico se atentasse para as informações mobilizadas pelos atores, para suas diferentes expectativas, bem como para seus diferentes alcances, disposições e necessidades ao se aproximarem do *rolê*. Para tanto, me desdobrei em situações propícias para observar os agentes calculando, numerando, escalonando e dispondo informações sobre maneiras de se relacionar entre si e com colaboradores, diferentes expectativas de troca, bem como noções de ganho.

Consequentemente, a preocupação aqui foi com o fazer econômico em si, com as categorias nativas acionadas e mobilizadas pelos atores. Para visualizarmos as dimensões econômicas e como o conhecimento nativo é composto, voltamos o olhar para os cálculos e formulações elaboradas por meus interlocutores que lhes permitem compor um cenário para uma economia alternativa. Isso nos leva a três discussões finais: a *economia colaborativa* como economia do desejo; o exercício constante de aproximação e distanciamento das *narrativas da economia colaborativa* e Economia Criativa e Solidária; e, finalmente, a relação entre a Antropologia Econômica e a chamada Antropologia da Economia para a compreensão da *economia colaborativa*.

4.1. Narrativas de economia do desejo

Com base no que foi sendo visto ao longo dos capítulos, os momentos nos quais os coletivos buscam desenvolver entendimentos e explicações sobre a gestão *colaborativa* de uma *casa coletiva* e no próprio cenário em que atuam, percebemos que várias são as denominações e inspirações nas quais os atores se baseiam. Seja a Economia Solidária

na gestão econômica de uma *casa coletiva* ou *caixa coletivo*, seja a Economia Criativa no estímulo à busca de alternativas para obtenção de determinadas finalidades, seja inspiração em bancos comunitários para justificar e pautar o uso de uma moeda social, todas essas instâncias auxiliam os agentes a nortearem, a classificarem e a se entenderem como parte de determinada esfera de saber.

Um exemplo foi presenciado em uma oficina de bioconstrução ocorrida em um dos coletivos etnografados. O discurso dos agentes que ministravam a oficina era de valorização da sustentabilidade, de aproveitar os materiais e reaproveitá-los ao máximo visando minimizar as perdas. “Aproveitar o lixo, incentivar um mundo do ‘faça você mesmo’ e entender o processo”. Porém, tal finalidade caminhava junto com práticas clássicas da linha de produção industrial, como podemos perceber na fala de um dos integrantes que ministrou a oficina:

Qual é o método ideal? O método de qualquer esquema de trabalho pra ser bem sucedido é uma mistura de linha de produção com autogestão. As pessoas se dividem por tarefas e vão revezando pra todos trabalharem e otimizarem tempo e energia. Então qual é a ideia? A ideia é esforço mínimo. A própria natureza faz esse esforço mínimo, a água sempre desce, a planta sempre vai na direção da luz, então por que com a gente tem que ser diferente? A linha de produção, cara, fordismo, toyotismo, esses caras sabem o que fazem. Só que a gente se apropria desse esquema pensado pra ser em escala industrial, de montar o máximo possível de mercadoria pra ir o mais rápido possível pro mercado, a gente se apropria disso pra fazer um empreendimento solidário e cooperativista pra gerar um processo mais rápido e mais sadio.

O intuito aqui, então, é estimular um olhar analítico a partir do qual possam ser percebidas visões nativas de mundo acerca da economia vigente, do capitalismo, de práticas “solidárias” de economia e do próprio fazer econômico em si. Mais do que procurar traços e sombras de uma “economia capitalista” nas práticas desses coletivos, procura-se averiguar como os integrantes dos coletivos do Fora do Eixo entendem que o “sistema hegemônico” é algo disponível a ser apropriado, a ser *hackeado*.

Para tanto, é ideal que pensemos nos já mencionados *simulacros* do Fora do Eixo, ou seja, nas frente de ação que visam entrever o que as instituições oficiais e vigentes representam e aglutiná-las como uma imagem a ser adaptada. Aquilo que em geral é associado a ideias como de poder público e capitalismo é trazido para a *coletividade* de forma que possa ser assimilado e operado pelos coletivos. Um depoimento que denota esse

posicionamento da *coletividade* com a chamada “sociedade hegemônica” é o de Brasileiro, integrante do CECAC.

São diferentes disputas dentro de uma convergência pra uma disputa maior, que é o espaço pra cultura na cidade. Daí você migra pra uma disputa política, disputar a cidade é migrar pra uma leitura política mais avançada. E aí você sai do estágio de ficar reclamando na caixinha de ‘o capitalismo é uma desgraça’. Mas iai? O que você tá disputando desse capitalismo? O que você tá hackeando dele? Depois que você tem um amadurecimento das ideias, fica muito bobo ficar a dois, três passos atrás e ficar reclamando ‘ah, não tá certo’, só tacando pedra e falando ‘não tá certo’, não disputar a sociedade, ficar na agenda negativa do processo. O século XXI é um grande momento das conexões possíveis, da Internet, de fazer as coisas acontecerem. De possibilidades de rebelião e de propostas. De possibilidade de dar um F5 em ‘o capitalismo é uma desgraça’, daí a gente vai ter diversas possibilidades de conexão pra disputar essa bexiga aí, saca? De buscar brechas, não só atacando, mas buscar ocupar cargos, se candidatar, votar em gente confiável, ocupar cadeiras na Câmara ou no Conselho.

Dessa forma, ao explorar os elementos que compõem os códigos e que ajudam a arranjar aquilo que os agentes tomam como *economia colaborativa*, podemos sugerir um cenário inspirado no que Guattari (1987) coloca como “micropolítica do desejo”. Segundo o autor, esse caráter micropolítico é notório por situar e relativizar as ações com base em um alcance comum entre uma multiplicidade de objetivos. Ao invés de atentarem para um objetivo comum e transcendental, os diferentes atores de movimentos revolucionários assumiriam e manifestariam várias lutas parciais que seriam desembocadas em uma luta coletiva. Assim, a chamada “revolução molecular” teria a eficácia de articulação entre diversas lutas de interesse, sendo essa articulação fundamental para transformações em uma escala mais ampla. Em outras palavras, seria mais uma sintonia de multiplicidades do que uma aglutinação de diversos atores dentro de uma totalidade.

Quando nos fixamos em um coletivo, percebemos como seus membros dialogam, atuam e articulam práticas, entendimentos e saberes com outros agentes próximos à sua *narrativa*, independente de fazerem ou não parte do Fora do Eixo. São notórios os esforços em aglutinar diferentes agentes e, com isso, “fortalecer a *cena*”, solidificar potencialidades para “disputar” o espaço, para “ocupar espaços” hegemônicos.

Dos coletivos abordados, dois que exalam assiduamente esses esforços como parte de sua *narrativa* são o Usiarte e o CECAC. Como relatado anteriormente, o Usiarte passou de uma *casa coletiva* para um escritório situado na Casa da Cultura em Sertãozinho e o CECAC é sediado em um espaço público ocupado. Assim, ambos os coletivos assumem a ideia de “ocupação de espaço público” como sua *narrativa*. Uma ocasião adequada para vermos esse

discurso sendo pulsado foi em um evento em que integrantes dos dois coletivos estavam estimulando um debate sobre ocupação de espaços públicos no qual estavam presentes artistas, ativistas e representantes do poder público local. Era notório que o termo “ocupação” era um norte de interesse comum a todos os presentes, visto que a prática de ocupar espaços públicos era tida como apta a aproximar, a estimular uma sintonia entre os artistas, produtores, ativistas e poder público. A ideia de “ocupação” discutida ali visava trazer entendimentos comuns aos agentes sobre caráter “público” de um espaço. Assim, os esforços dos atores eram para mobilizar os personagens que atuam na *cena* e coloca-los em um direcionamento comum, de forma que pudesse ser pensado um cenário para ativistas e poder público atuarem conjuntamente. Assim, o Usiarte como um coletivo instalado em um estabelecimento público que se esforça em desenvolver atividades culturais, gratuitas aberta à população e o CECAC como um coletivo já de longa data sediado em uma ocupação se responsabilizaram por apresentar significados sobre a ideia de “ocupação”. Enunciações como “ocupar não é só quebrar o cadeado e ficar lá”, “a sociedade civil só apedreja o poder público, então por que não ocupar esses cargos? Votar? Se candidatar?” ou “ocupar espaço público é pensar no próximo”, foram discutidas e estendidas ao longo da noite.

São 11 anos de ocupação do CECAC e até hoje ninguém veio tomar o espaço. Isso mostra as relações pessoais de que falta governabilidade de fato. E a gente faz o que? Acaba pegando carona nessa ilegalidade. Lá é a molecada que faz a cena, que cria um empoderamento que o poder público não intervém, e isso tem a ver com o fato da gente estar produzindo, estar atuando e movimentando a cena, estar fazendo um uso consciente e produtivo daquele espaço. A gente se aproximar do Fora do Eixo potencializou a colaboração, o que certamente dificultou do poder público a intervir e acabar com o espaço. Não atrasar o lado da colaboratividade, não atrapalhar a coletividade. Impor, impedir as pessoas que avacalham o movimento, que podem atrapalhar.

Dessa forma, vemos que a *coletividade* também está imbricada na ideia de “ocupação”. Alguns dos pontos discorridos ao longo da escrita como a inexistência de uma igualdade plena, o *lastro*, esforços em incluir todos os agentes e em disseminar a *inteligência coletiva* pelas esferas de ação também estão embrenhados na ideia de “ocupação” e aparecem sob uma nova roupagem. Tais pontos guiam e fazem os agentes se posicionarem frente às instâncias hegemônicas, com as quais estipulam semelhanças e sintonias.

É interessante pensar neste caso a ideia de “máquina desejante” ou “produção desejante”. Deleuze e Guattari (2010) colocam o desejo como o fator que conecta e desconecta as máquinas. De acordo com os autores, a produção social estaria inserida na

produção desejante, sendo esta a instância que criará uma maneira específica de codificar os fluxos. É a produção desejante que pode acoplar, desligar e até modificar o funcionamento de uma máquina, podendo formar suas ligações e até mesmo inventá-las, experimentá-las e improvisá-las. Deste modo, tal como os fluxos de desejo que fazem com que máquinas se acoplem ou desacoplem, quando desenvolvemos considerações sobre os coletivos do Fora do Eixo, devemos olhar para os vários *pontos* conectados em um cenário *coletivo*, posicionados em uma *rede* que dispõe os agentes e os arranja sob códigos de comum entendimento. O corolário, então, é o desejo de cada coletivo assumir um protagonismo em sua esfera de ação e, fazendo parte de uma *rede*, buscar confluir, afinar e fazer com que esses desejos sejam codificados e comunicados entre si.

Quanto à dimensão que os agentes assumem como econômica, é possível pensá-la como “economia do desejo”. Além de ser uma das diversas definições de meus interlocutores quando colocam o tema em pauta, aloco-a também como uma ideia que abrange os diversos sentidos dados a um fazer econômico. Ela forneceria uma confluência de códigos partidos de diversas instâncias que buscam seduzir os coletivos e fornecer sentidos às suas práticas, sendo advindos de preceitos da Economia Solidária, da Economia Criativa, da prática de *hackear* o Capitalismo e até mesmo de enunciações como “economia do tempo” ou “economia do afeto”.

Portanto, quando falamos em “economia do desejo”, seria um termo a compor as práticas ou visões de mundo nativas sobre gestão econômica, estimuladas de forma a convergir com motivações e desejos, de realização pessoal, de “fazer o que gosta”, de “incluir todo mundo”, de ter a “sensação de estar fazendo algo de bom no mundo”, sensação de “fazer o que o capitalismo não faz”. Assim, ao mesmo tempo em que há uma transmissão de códigos que foram pensados por determinados agentes para os coletivos *hackearem*, também há um caminho livre para os coletivos incrementarem, lançarem novas ferramentas, novas codificações e novas práticas de remexer a *economia colaborativa*. Cada agente pode arranjar e repaginar os códigos da *rede* de forma a serem adaptáveis à sua esfera de ação. Visto isso, cada coletivo acoplaria esses códigos às suas necessidades, gostos e preferências individuais, operaria os preceitos da *rede* de acordo com seu desejo. Cada coletivo construiria uma gestão *colaborativa* e responderia por ela em seu cenário de ação, sendo responsável por dominar aquela esfera *coletiva* que ele mesmo criou, levando essa *narrativa* pontual para “somar” a uma *narrativa* do Fora do Eixo.

4.2. *Narrativas de Economia Criativa e Solidária*

A chamada “economia do desejo” é grandemente inspirada pelos preceitos de Economia Solidária e Economia Criativa. Portanto, reservo esta sessão para a exposição de esferas de saber pelas quais os coletivos incrementam, lançam novos códigos e os acoplam a às *ferramentas*. Portanto, a intenção aqui não é lançar indagações antropológicas sobre visões de mundo nativas acerca da Economia Solidária, pois outros trabalhos já fizeram isso sobre contextos referentes à Economia Solidária (Braga 2013; Motta, 2010; Paulino, 2008) e à Economia Criativa (Leitão, 2013)⁸⁸. O intuito desta sessão é dar seguimento à ideia dos coletivos adaptarem e propagarem códigos e saberes em suas esferas de ação e sugerir uma assimilação de preceitos da Economia Solidária e Criativa, de forma que se reconheçam como operando uma *narrativa* homóloga a tais preceitos.

Uma dessas ocasiões foi um workshop de *economia colaborativa* ministrado por Evandro, integrante de um dos coletivos abordados, e também estudante de Economia Solidária na UFSCar. Nesse evento, o intuito era apresentar alguns conceitos e pensar em formas de aplica-los nas práticas do dia-a-dia e assim, segundo Evandro, pensar num “novo mundo possível”. O foco da apresentação foi um conceito da Economia Criativa chamado Matriz 4D, desenvolvido pela profa. Lala Deheizelin, que se trata de uma perspectiva que considera recursos, resultados e processos simultaneamente nas chamadas 4 dimensões da sustentabilidade: ambiental, econômica, simbólico-cultural e sócio-político.

⁸⁸ A Economia Criativa é um conceito recente na esfera pública do Brasil, introduzido na primeira gestão do governo Lula, desenvolvido institucionalmente pelo MinC na gestão de Juca Ferreira e usado sob a denominação “Economia Criativa” apenas na gestão Ana de Holanda. Deheizelin (2008), ao estipular alguns preceitos classificatórios para a Economia Criativa, coloca que ela não é somente uma atividade econômica, mas integra aspectos como sustentabilidade e desenvolvimento, além de abranger tanto os produtos quanto os processos e abordar simultaneamente os aspectos tangíveis e intangíveis na produção. A autora coloca que, “ao atuar simultaneamente nas quatro dimensões ligadas à sustentabilidade (econômico, social, ambiental e simbólico), a Economia Criativa oferece possibilidade de recriar as sociedades e seus modelos, desenhando futuros mais desejáveis e harmônicos”.



Figura 19 – representação gráfica da “Matriz 4D”, passada no referido workshop

Depois de apresentar a premissa geral desse conceito, Evandro disse que ele “vai contra os ditos de Kant de que é preciso primeiro elaborar uma teoria e depois testá-la na prática”. Segundo Evandro a Matriz 4D é mais próxima de Marx no sentido de propor uma análise das experiências práticas que precedem a criação e desenvolvimento de uma teoria. Assim, pensando em economia, Evandro argumentou para os ouvintes que a economia tradicional é pensada de forma linear, e o que a Matriz 4D propõe é uma visão sistêmica da economia, onde uma coisa dependeria da outra. Assim, necessário compreender, monitorar, avaliar e criar fluxos de troca entre as 4 dimensões, sendo o potencial de ativação dessas dimensões revelado a partir da inter-relação entre elas.

Então, Evandro contrapôs dois tipos de economia: a da escassez (que seria a economia capitalista) e a da abundância, esta que, segundo a Matriz 4D, é a que sempre esteve no mundo, cujos recursos disponíveis devem ser utilizados e aplicados dentro de um processo criativo. A noção de escassez, vista desta forma, ao dar voz a um valor competitivo de mercado e colocar os bens em uma finitude que não seja renovável pela sustentabilidade, acabaria por restringir a realidade a somente uma das 4 perspectivas, que é a financeira. Pensando no dinheiro, ele seria visto na economia de mercado unicamente como uma unidade de valor, um meio de troca e uma reserva de valor. Pensar nas 4 dimensões seria instaurar um número maior de perspectivas para lidar com o dinheiro. Nisso, Evandro usou o exemplo do *card* como moeda social, na qual há um investimento esperando um retorno no sentido de

“acreditar num projeto como um fim a ser alcançado, e não no processo como meio pra lucrar ou ganhar dinheiro com as ações”.

Nesse ponto, o workshop chegou na pauta principal que Evandro quis ressaltar que é o capital intangível. Nas palavras dele:

O capital tangível é o hardware, aqueles materiais e recursos que a gente tem em mãos pra trabalhar, é o palpável. Já o intangível é o software, é a estrutura necessária pra ter alguma utilidade. Nesse ponto é que vai entrar a Economia Criativa com os recursos socioculturais, que é o intangível mesmo, junto com o recurso técnico-natural que são as pessoas. Daí a gente começa a procurar a estipular nossos bancos de estímulos, que é o recurso emocional necessário para as coisas acontecerem, e também nosso banco de competências, que é o cardápio de serviços, o que cabe a cada um fazer.

Evandro expôs ainda o capital intangível como sendo parte essencial da “economia da abundância”, já que ele seria infinito. Nesse ponto entrou a questão do tempo como um dos principais recursos renováveis existentes, e ele se encaixaria na chamada “economia da abundância em oposição à economia da escassez”, pois esta limitaria o tempo livre do trabalhador assalariado.

Que desenvolvimento a gente quer? A gente vê um desenvolvimento quantitativo no mundo, mas e o qualitativo? Quando a gente fala em FIB, que é a Felicidade Interna Bruta, a gente vê que na economia tradicional se mede o bem estar pelo PIB, que é uma ótica míope da economia da escassez. Mas se você for investigar, esse bem estar social não é tão bem estar assim.

A todo momento, Evandro relacionava os tópicos que abordava com preceitos da Economia Criativa e da Economia Solidária. “Novas formas de produção, venda, troca e distribuição. Ela vai aproveitar a fragilidade do sistema capitalista pra pensar novas formas de organizar a produção e o consumo, baseando-se na cooperação, associação e consumo solidário”.

Vemos então como preceitos, sugestões, direcionamentos e imagens trazidas pela Economia Solidária e Economia Criativa são percebidos por agentes dos coletivos Fora do Eixo. Até mesmo parte significativa do vocabulário enunciado pelos integrantes desses coletivos que igualmente é percorrido na *rede* tais como “banco de estímulos”, “cardápio de serviços”, “novo mundo possível”, “estado de utopia permanente”, é inspirada por essas economias e assimilada, adaptada e operada por cada coletivo em seus respectivos cenários de ação. Dessa forma, podemos constatar que as economias Criativa e Solidária acabam sendo ferramentas que serão utilizadas por esses coletivos para crescer neles um entendimento sobre suas atuações, além de servir como códigos que os auxiliará a se reconhecer uns nos

outros, a se reconhecer como parte de uma mesma *rede*, não deixando também de auxiliá-los na adaptação a esse atuar *em rede*.

Visto isso, reforço que o ponto de vista aqui adotado não é buscar elementos das economias Criativa e Solidária nas esferas de ação dos coletivos e nem averiguar como seus integrantes os vislumbram. Mais do que perceptíveis como tal nas práticas cotidianas dos coletivos, tais elementos possibilitam que os atores reconheçam suas ações como parte de determinada esfera. Dessa forma, é válido retomar a ideia de que “somente as diferenças se parecem” propiciada pela discussão que Deleuze faz sobre o simulacro. Tal debate nos permite inserir as ações de *economia colaborativa* partidas dos coletivos abordados em uma *narrativa* concordante com outros empreendimentos de Economia Solidária e Criativa. Podemos perceber em tais práticas – estas dispostas, teorizadas e performatizadas de forma posicionada perante um fundo de diferença – múltiplas potências e forças criativas. Recuperando o que foi dito na introdução, Deleuze coloca o simulacro como um efeito estético sem semelhanças propositais com os modelos e que, mesmo sendo discordantes, acaba internalizando algumas dessas características dos modelos e as operando sob outras roupagens. Dito isso, os coletivos e agentes inseridos nessa *narrativa* e posicionados perante modelos oficiais assumiriam diversas potências e forças criativas e mesmo assim, aparentariam semelhanças perante um fundo de diferença.

Deste modo, mais do que expor uma visão nativa sobre as economias Criativa e Solidária, considerar sobre a aproximação dos coletivos a essas áreas do conhecimento consegue iluminar melhor os esforços nativos em reconhecer nelas seu modo de intervenção. Trata-se, então, de um esforço nativo de trazer novos significados, novas tonalidades a uma *narrativa*, implicando esta em práticas econômicas que trazem para si facetas de solidariedade, inventividade, criatividade e cooperação, compondo assim um cenário para que a *economia colaborativa* seja operada.

Ao aproveitarem ocasiões como as exemplificadas nos tópicos acima, nas quais as motivações, direcionamentos e visões de mundo dos agentes serão exibidas em reuniões, apresentações e exposições orais ou textuais, os coletivos acabam por performatizarem os códigos, imagens, linguagens e elementos teóricos das economias Criativa e Solidária. Até mesmo os esforços em controlar e tornar visíveis os fluxos do coletivo em planilhas, livros-caixa, gráficos e organogramas, além de utilizar o *card* como forma de direcionar ações e implantar formas de retribuição e assimilação em *parceiros* e *colaboradores*, não deixam de

ser práticas concordantes com empreendimentos de Economia Solidária e Economia Criativa e reconhecíveis como tal.

Portanto, a proximidade de coletivos do Fora do Eixo com empreendimentos e agentes das economias Criativa e Solidária é latente, havendo relações diretas e estreitas percebidas em diversas ocasiões. Trata-se, no caso, de *narrativas* que são construídas com base em assimilações, além da repetição e adaptação dos códigos emanados da Economia Solidária e Criativa. A operação desses códigos possibilita formas de intervenção adequadas às visões de mundo dos agentes, sendo arranjadas *narrativas* que demonstram os contextos, visões de mundo e potencialidades para a ação dos coletivos. Dessa forma, da aproximação dos coletivos com essas referidas economias, visto que se tratam de cenários de ação concordantes, de motivações homólogas e de direcionamentos similares, surgem mais fatores a comporem aquilo que chamei de “economia do desejo”.

Estabelecidas as considerações acima, pode-se fazer uma ligação com a próxima e última sessão desta dissertação no sentido das dimensões econômicas dos agentes serem consideradas em uma análise antropológica. Tendo em vista que se trata de uma proposta de analisar antropológicamente discursos e práticas tidas como econômicas por meus interlocutores, surgem algumas questões. Como levantar um aparato bibliográfico sobre uma Antropologia que aborde temas sobre economia e posicioná-los perante uma análise que valoriza a produção desejante? Como conceitos caros à Antropologia Econômica devem ser considerados em um contexto etnográfico particular de prestações e trocas? Tendo em mente que preceitos teóricos da Economia Solidária e Economia Criativa abundam nas *narrativas* dos coletivos, e sendo eles componentes daquilo que chamei de “economia do desejo”, como isso auxilia em uma leitura antropológica? Ou ainda, como abordar esses preceitos teóricos usando como base a literatura antropológica sobre economia?

4.3. Antropologia Econômica clássica e a Antropologia da Economia

Como a intenção da pesquisa de campo era observar as prestações de serviço envolvendo coletivos e agentes *colaboradores* ou *parceiros* em uma economia que privilegia trocas e circulações, não se poderia evitar o debate antropológico acerca da dádiva. Ora, estamos falando de trocas entre pessoas que, na maioria das ocasiões, se conhecem e foram desenvolvendo relações de confiança no trabalho do outro, foram estabelecendo garantias de

que terão algum tipo de retorno ao investirem seu trabalho em projetos dos coletivos. Então, pensando na clássica condição de uma troca de dádivas estipulada por Mauss, poderíamos supor que as relações estabelecidas entre os envolvidos nas prestações estão dentro da clássica tríade “dar, receber e retribuir”? Poderíamos considerar se, no momento da troca, algum aspecto da pessoa que oferece seus serviços está presente na ação, tal como o famoso *hau*? E essa troca, será que ela seria, ao mesmo tempo, “interessada e desinteressada”, tal como coloca Mauss a respeito de relações de dádiva?

Ao abordar coletivos culturais que estimulam trocas, o pesquisador tentado a considerar debates clássicos de uma Antropologia Econômica indagaria os graus de interesse ou desinteresse dos agentes nas transações, estipulando aspectos da pessoa nos extremos da transação e buscando sugerir graus de inalienabilidade nas constantes circulações de serviços, produtos e saberes nos coletivos. Tal abordagem privilegiaria aspectos mais amplos da troca, em especial suas características sistêmicas.

De fato, ao considerar conceitos antropológicos tais como reciprocidade, troca, propriedade, dádiva e mercadoria, há certa tendência em olhar as sociedades que analisam de forma sistêmica. Praticamente todas as consagradas análises clássicas perpassam esse viés, desde Malinowski (1921), para quem a troca operava rigidamente dentro de uma ordem e dela derivava os elementos essenciais para a organização dos nativos, Polany (1944), que via a economia pré-capitalista embebida nas relações sociais e apresentando motivações não-econômicas dentro de um sistema econômico, até Sahlins (1972), que classifica a reciprocidade em tipos, sendo a situação de altruísmo puro e a hierarquia nas relações de troca como extremos de um mesmo contínuo.

Em artigo sobre a repercussão da obra de Mauss, Sigaud (1999) argumenta que após a revisão de Levi-Strauss, a dádiva passou a ser vista como elemento central em uma teoria geral da troca, notadamente alavancada pela ideia de reciprocidade. Segundo Graeber (2001), ao fixar a ideia de reciprocidade como controle analítico para a análise de trocas, Levi-Strauss teria deixado em aberto uma ampla gama de possibilidades das formas que o termo assume. O autor então indaga se, de fato, haveria essa necessidade de retribuição na dádiva. Se, de fato, há uma mescla de interesse e desinteresse como regra. Sobre como, quando, sob quais circunstâncias e o que realmente pode servir como pagamento em uma relação de dádiva.⁸⁹

⁸⁹ Partindo de outro lugar, Villela (2000) argumenta que os autores que fizeram releituras da obra de Mauss demonstram uma preocupação nítida com uma homeostase social, em detrimento de um desequilíbrio de forças e

Além do caráter sistêmico da teoria da troca presente nas análises antropológicas, há também a recorrência da dualidade dádiva x mercadoria, questão que se mostra uma preocupação em grande parte dessa literatura. Gregory (1982) apresenta uma análise que insere definições tipológicas de sociedades relacionadas à dádiva e aquelas voltadas à mercadoria. Segundo o autor, a ideia de mercadoria pressuporia independência e alienabilidade nos objetos trocados, ao passo que a relação de dádiva seria marcada pela dependência e inalienabilidade entre as partes que trocam⁹⁰. Outra distinção que Gregory faz, importante a ser considerada nas transações de dádiva e de mercadoria, é a da propriedade. Segundo o autor, em uma troca de mercadorias, a propriedade simplesmente é passada do produtor ao consumidor no momento da compra, ao passo que em uma troca de dádivas, a propriedade permanece na transação, já que traços da pessoa quem fez a transação inicial continua no objeto.

Sobre essa questão, Marilyn Strathern, em contribuição à coletânea de Hugh-Jones e Humphey (1992), estipula o chamado “barter model of value” como indicador de um modelo nosso, um modelo usado pela figura do antropólogo ocidental cuja prática é procurar homólogos culturais de forma a propor equivalências para noções nativas⁹¹. Dessa forma, a autora aponta para um movimento analítico comum em etnografias, qual seja, a busca por sistemas que sejam diferentes entre si e entre os quais se possa traçar homologias. A autora sugere uma torsão de perspectiva em que, no lugar de um modelo geral de escambo, as próprias práticas nativas possam fornecer as coordenadas para a análise antropológica. É o que Strathern chama de “substitutabilidade”, o improvisado de extensões analógicas que são adaptadas de outros lugares.

Em outro texto, Strathern (2010) utiliza as dualidades clássicas de Gregory tangentes à dádiva e mercadoria, alienabilidade e inalienabilidade, pessoas e coisas, justamente para

relações em diversas situações que poderiam inspirar essas teorias clássicas. Deste modo, Villela sugere a leitura de Nietzsche, mais precisamente de ‘Genealogia da Moral’, e de Deleuze com ‘O Anti-Édipo’ como obras que servem de alternativa à leitura sistêmica e hegeliana dos autores de uma Antropologia Clássica. Ambas as referidas obras valorizam a multiplicidade do sujeito, sendo o problema central da análise a tipologia das forças e dos corpos.

⁹⁰ No caso, Gregory faz uma separação tipológica entre sociedades. Para as transações marcadas pela troca de dádivas, de relação inalienável entre coisa e produtor, elas ocorreriam em sociedades clânicas, ao passo que uma troca mercadológica, marcada por uma diferença entre pessoas e coisas, elas ocorreriam em sociedades de classes.

⁹¹ O próprio Hugh-Jones já assinala na introdução da coletânea que a literatura antropológica que aborda questões econômicas é dominada por pautas referentes à dádiva e mercadoria. Assim, o autor mostra uma tentativa de fazer um conceito teórico de barganha como um modo de troca em si e que cria relações sociais a seu próprio modo, porém sem deixar de transitar entre dádiva e mercadoria.

mostrar que não se pode suprimir um olhar ocidental carregado por esses pares. No caso, a autora atenta para a troca envolvendo mulheres, porcos e conchas em Hagen e esclarece que o ponto não é nos basearmos em uma noção envolvendo uma mera transferência de propriedade de coisas que seja objetiva e dada de forma alienável, tal como ocorre em uma economia de mercado. Strathern coloca que em Hagen as coisas não devem ser confundidas com objetos alienáveis, mas sim como parte da pessoa. Não seria, então, uma dicotomia sujeito-objeto do tipo ocidental. Quando os itens são parte da pessoa, há uma perda se removê-los. Assim, a autora exalta a qualidade adicional de “destacabilidade” que representaria os aspectos de um item de riqueza Hagen que circula durante a troca.

Em ambos os textos, Strathern usa a dádiva como recurso analítico. A autora não liga o conceito diretamente aos dados, mas se inspira em traços dele para compor a análise. Desse modo, mesmo que se trate de uma troca de dádivas, o caráter de destacabilidade é mais potente para pensar o valor, visto que a propriedade passa de pessoa para pessoa sem se desvincular. No texto referente ao escambo, Strathern conjura a dádiva na Melanésia para proporcionar uma perspectiva da qual o modelo de escambo pareça ser “mágico”, já que tal modelo dificultaria o antropólogo a fazer uma análise coerente com os modelos nativos, o que acabaria por ofuscar o modo com que eles consideram suas próprias transações.

Sendo assim, o desafio lançado em uma etnografia que aborde coletivos da *rede* Fora do Eixo, principalmente no que tange as trocas desses coletivos entre si e com demais agentes, é fazer com que a análise não se prenda aos referidos conceitos clássicos para explicar os dados. Perfeitamente, pode ser possível buscar inspirações em aspectos de troca de dádiva, de mercadoria, além de indagar questões sobre a reciprocidade nas trocas ou sobre onde ficaria a propriedade. Mas sobretudo, o pesquisador deve atentar a como as pessoas que compõem os coletivos assimilam códigos disseminados na *rede* Fora do Eixo, e com eles, buscam construir um conhecimento econômico. Assim, privilegia-se o modo com que esse conhecimento nativo é construído, as categorias que os interlocutores acionam, o que mobilizam quando se trata de indagar o valor de determinada prestação e o próprio valor de *estar no rolê*. Para tanto, o olhar deve se atentar às formas tangíveis e intangíveis de ganhos que são mobilizados e também como tais ganhos e transações são calculadas, enumeradas, escalonadas e equiparadas pelos integrantes desses coletivos.

Optou-se neste trabalho por dar maior voz às práticas, conceitos e teorizações as quais os agentes desenvolvem sobre a *economia colaborativa* e, nesse sentido, acompanhou-

se a proposta da área denominada Antropologia da Economia, atenta para como um fazer econômico é operado e como a Economia é abordada pelos sujeitos de pesquisa. Trata-se de uma bibliografia que valoriza mais as maneiras nativas de produzir um fazer econômico, como acionam a lançam mão de certas categorias econômicas. Nela, os autores olham para situações específicas como bancos japoneses (Miyazaki, 2013), pregões da bolsa de valores de Chicago (Riles, 2011), missões de auditoria (Harper, 2000), análise de mercado a partir de interpretações nativas sobre a teoria econômica (Callon, 1998; Mackenzie, 2006).

No caso desta pesquisa, enfatizou-se o modo com que as relações entre as pessoas envolvidas em projetos e eventos produzidos pelos coletivos são mensuradas e dispostas em uma linguagem econômica palpável para todos os envolvidos. Como se explorou na sessão anterior, os agentes se mostram críticos à economia vigente e, ao proporem práticas alternativas a ela, tendem a se inspirar em preceitos da Economia Criativa e Economia Solidária. Com isso, o mote assumido para este contexto etnográfico é pensar em uma performatização de preceitos teóricos e imagens que as economias Criativa e Solidária trazem consigo, e com eles, buscar visualizar modelos empíricos pelos quais os atores baseiam suas práticas. Não se trata, assim, de acoplar teoria e prática, mas de posicionar a prática tendo como referência elementos da teoria. As possibilidades apareceram espontaneamente ao longo do trabalho de campo. Tal como vimos em sessões anteriores, o contato dos agentes com essas instâncias de economia é frequente, sendo manifestadas em menções, direcionamentos, reuniões com agentes de Economia Solidária, eventos, além de textos e monografias redigidos por integrantes dos coletivos.

Portanto, para entender a chamada *economia colaborativa*, devemos pensar em uma série de códigos que são arranjados pela *rede* Fora do Eixo e disponibilizados para serem *hackeados* pelos coletivos em forma de *ferramentas* e *simulacros*. Devemos pensa-la como um compilado de traços, imagens e códigos de diversas esferas de saber e instâncias de atuação. Áreas de conhecimento como a Economia Solidária e a Economia Criativa, cuja atuação é próxima à *narrativa* do Fora do Eixo, se mostraram como propulsoras de códigos que inspiram ajudam os coletivos a nortear suas práticas. Retomando a discussão propiciada pela ideia de simulacro, até mesmo as instâncias dessemelhantes aos coletivos tais como instituições bancárias, economia capitalista e poder público se mostraram pertinentes para a ideia de *coletividade* ser arranjada, bem como um espaço de disputa ser composto. Seriam, então, buscadas áreas de alcance comum perante uma multiplicidade de desejos e objetivos, trazendo uma sintonia para elas. Por fim, essa “economia do desejo” seria uma

imagem disponibilizada pela *rede* para ser *hackeada* e acoplada às esferas de ação dos coletivos. Porém tal imagem não é plena, mas sim moldável, e ao mesmo tempo em que vai de encontro ao desejo dos atores, o próprio desejo deles pode vir a determinar novos rearranjos a ela e, conseqüentemente, ser propagada sob novas luzes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Yara de Cássia. *Como etnografar um mundo em que tudo gira, gera e mexe?: apontamentos sobre os movimentos dos “habitantes” de Pinheiro*. In: Anais do III Seminário de Antropologia da UFSCar. São Carlos, 2014.
- BARCELLOS, Rebeca Moraes Ribeiro De. *Por outro eixo, outro organizar: a organização da resistência do Circuito Fora do Eixo no contexto cultural brasileiro*. Tese de Doutorado (Administração), UFSC. Florianópolis, 2012.
- BARNES, John A. Redes sociais e o processo político. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- BERGAMIN, Marta de Aguiar. *Lutas na cidade de São Paulo: Mutirão Recanto da Felicidade e Banco Comunitário União Sampaio*. Tese (doutorado), Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, 2011.
- BESNIER, N. & NAROTSKY, S. Crisis, value and hope: rethinking the economy: na introduction to supplement 9. In: *Current Anthropology*, vol.55, supplement 9, pp.4-17, 2014.
- BIONDI, Karina. *Junto e Misturado: uma etnografia do PCC*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2010.
- _____. *Etnografia no movimento: território, hierarquia e lei no PCC*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal de São Carlos, 2014.
- BLANC, Jérôme. Monedas paralelas. Evaluación y teorías del fenómeno. Trabalho publicado pela revista argentina *Lote*, 1988.
- _____. Thirty Years of Community and Complementary Currencies: a review of impacts, potential and challenges. In: *International Journal of Community Currency Research* 16, 2012.
- BLOCH, Maurice & PARRY, Jonathan. Introdução: *Money and the morality of Exchange*. Cambridge University Press, 1989.
- BOHANNAN, Paul. Some principles of Exchange and investment among the Tiv. *American Anthropologist* 57 (Feb.1955) ,1:60-70.
- BOTT, Elizabeth. *Família e rede social*. (Ciências Sociais). Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A. 1976 [1971].
- BOURDIEU, P. *Meditações Pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BRAGA, Emanuel Oliveira. *A reinvenção da dádiva: desenvolvimento regional, economia solidária e responsabilidade socioambiental no Banco do Nordeste do Brasil*. Dissertação de Mestrado (Antropologia Social), Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2013.
- BÚRIGO, F.L. Moeda social e a circulação de riquezas na economia solidária. Texto apresentado como um dos requisitos para a conclusão da disciplina Análise Sócio-Política do Sistema Financeiro no Capitalismo Contemporâneo. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. UFSC. Florianópolis, 2001.

CALLON, Michel. Introduction: the embeddedness of economic markets in economics. In: Callon, M. *The Laws of the Market*. Oxford: Blackwell Publishers, 1998.

CELLARIUS, Barbara. "You can buy almost anything with potatoes": an examination of barter during economic crisis in Bulgaria. In: *Ethnology*, vol.39, No.1 (Winter, 2000), pp.73-92.

CORSIN, JIMÉNEZ, A.; WILLERSLEV, R. "An anthropological concept of the concept": reversibility among the Siberian Yokaghirs. In: *The Journal of the Royal Anthropological Institute*, No.3 (Sep.2007), pp.527-544.

DEHEINZELIN, Lala. Economia Criativa, Sustentabilidade e Desenvolvimento Local". In: DEHEINZELIN, Lala; REIS, Ana Carla Fonseca (orgs.). *Cadernos de Economia Criativa: Economia Criativa e Desenvolvimento Local*. Vitória: SEBRAE & SECULT, 2008.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *O Anti-Édipo: Capitalismo e Esquizofrenia*. São Paulo: Ed.34, 2010 [1972].

DELEUZE, G. Platão e o simulacro. In: *Lógica do Sentido*. 4ed. São Paulo: Perspectiva, p.259-271, 2000.

DITTER, K. Local Currencies for Purpose Degrowth? A quality of some proposals for changing money-as-usual. *Journal of Cleaner Production* 54:3-13, 2013.

FILADELFO, Carlos. *A coletivização como processo de construção de um movimento de moradia: uma etnografia do Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC)*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2008.

FOUCAUT, Michel. Lecciones sobre la Voluntad de Saber. Curso en College de France (1970-1971). Seguido de *El Saber de Edipo*. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2011.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; SILVA JR, Jeová Torres. Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD). In: CATTANI, Antônio David et al. *Dicionário Internacional da Outra Economia*: Edições Almedina, 2009, p.31-37.

GIL, Gilberto. Discurso de Posse como Ministro da Cultura do Governo Lula. Disponível em: <http://www2.cultura.gov.br/site/2003/01/02/discurso-do-ministro-gilberto-gil-na-solenidade-de-trasmisso-do-cargo/>

GOLDMAN, Márcio. Introdução: Políticas e Subjetividades nos Novos Movimentos Culturais. *Ilha. Revista de Antropologia* (Florianópolis), v.9, p.23-42, 2009.

GRAEBRER, David. *Toward na Anthropological Theory of Value: the false coin of our own dreams*. Palgrave Macmillan, 2001.

GREGORY, Christopher. *Gifts and Commodities*. Cambridge University Press, 1982.

_____. On money, debt and morality: some reflections on the contribution of economic anthropology. *Social Anthropology*. pp.380-396, 2012.

GUATTARI, Felix. *Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

- GUYER, Jane. *Marginal Gains: monetary transactions in Atlantic Africa*. Chicago: University of Chicago Press.
- HARDT, K. Money is always personal and impersonal. In: *Anthropology Today*, vol.23, n.5, p.12-16, oct.2007.
- HARPER, Richard. The social organizations of the IMF's mission work: an examination of international auditing. In: STRATHERN, M (ed). *Audit Cultures: anthropological studies in accountability, ethics and the academy*. pp. 21-54.
- HORNBORG, Alf. Redesigning Money to Curb Globalization: can we domesticate the root of all evil? In: FESSUD Working Paper Series. No.91. p.1-51, 2015.
- HUGH-JONES, Stephen & HUMPHREY, Caroline (eds). *Barter, Exchange and Value: an anthropological approach*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- LANNA, Marcos. Notas sobre M.Mauss e o Ensaio sobre a dádiva. *Revista de Sociologia e Política*, no.14, p.173-194, 2000.
- LATOUR, Bruno. *Reagregando o Social: uma introdução à teoria do ator-rede*. Bauru, São Paulo: EDUSC/Salvador,BA: EDUFBA, 2012.
- LAZZARATO,M. *Governo das Desigualdades: crítica da insegurança neoliberal*. São Carlos: EdUFSCar, 2011.
- LEACH, Edmund. *Sistemas Políticos de Alta Birmânia: um estudo da estrutura social kachin*. São Paulo: Edusp, 1995.
- LEITÃO, Andreza Barreto. “*Farinha pouca, meu pirão primeiro*”: cultura, desenvolvimento e o setor do artesanato na região norte fluminense. Dissertação de Mestrado (Políticas Sociais). Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, 2013.
- LEVI-STRAUSS, Claude. Introdução à obra de Marcel Mauss. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- MaCKENZIE, Donald. 2006. *An Engine, not a Camera: how financial models shape markets*. Cambridge: MIT Press.
- MALINOWSKI, Bronislaw. 1921. “The Primitive Economics of the Trobriand Islanders.” *The Economic Journal* 31: 1-16.
- MANCE, E. A. Redes de trocas e cadeias produtivas: limites e alternativas. *Análise e Dados*. Salvador, BA, v.12, n.1, p.121-126, junho, 2002.
- MARCUS, George E. Ethnography in/of the world system: the emergence of Multi-Sited Ethnography. *Annual Review of Anthropology*, 1995.
- MARTINEZ, Mariana Medina. *Redes do Cuidado: etnografia de aparatos de gestão intersectorial para usuários de drogas*. Tese de Doutorado (Antropologia Social), Universidade Federal de São Carlos, 2015.
- MARX, Karl. *O Capital*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1975.

- MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades ameríndias. In: MAUSS, M. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, [1950] 2003. P.185-314.
- McCLOSKEY, Deirdre. *The rhetoric of economics*. Madison: University of Wisconsin Press, 1985
- MITCHELL, J.Clyde (org.). *Social Network in Urban Situations: analyses of personal relationships in central African towns*. Manchester: Manchester University Press, 1969.
- MIYAZAKI, Hirokazu. *Arbitraging Japan: dreams of capitalism at the end of finance*. Berkeley: University of California Press, 2013.
- MOURTHÉ, Pedro Henrique. *Entre os Documentos e as Retomadas: movimentos da luta pelo território em Brejo dos Crioulos (MG)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2015.
- MORAWSKA VIANNA, Catarina. *Os Enleios da Tarrafa: etnografia de uma relação transnacional entre ONGs*. São Carlos: EdUFSCar, 2014.
- MOTTA, Eugênia de Souza Mello Guimarães. *Trajetórias e transformações no mundo da Economia Solidária*. Tese de doutorado, Museu Nacional. Rio de Janeiro, 2010.
- NEIBURG, Federico. As moedas doentes, os números públicos e a Antropologia do dinheiro. In: *Mana* 13(1): 119-151, 2007.
- _____. Inflation, monedas enfermas y números públicos. *Revista Crítica en Desarrollo*, 2, p. 93-130, 2008.
- NOGUEIRA, Ana Carolina Ribeiro. *Redes de Produção Musical Colaborativas: notas etnográficas em Florianópolis e na Casa Fora do Eixo São Paulo*. Dissertação de Mestrado, UFSC. Florianópolis, 2014.
- NORTH, P. *Money and Liberation: the micropolitics of alternative currency movements*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- NUNES, F.A. Pontos de cultura e os novos paradigmas das Políticas Públicas Culturais: reflexões macro e micro políticas. Goiás, 2011.
- _____. *Por um "do-in antropológico": Pontos de Cultura e os novos paradigmas nas políticas públicas culturais*. Dissertação de Mestrado, UFG. Goiânia, 2012.
- OVERING, Joanna. A estética da produção: o senso de comunidade entre os Cubeo e os Piaroa. *Revista de Antropologia*, v.34, p.7-33, 1991.
- PAULINO, Antonio George Lopes. *Economia Solidária como projeto cultural e político: a experiência do Banco Palmas*. Tese de Doutorado (Sociologia), Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2008.
- POLANYI, Karl. *A Grande Transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda, 2000.
- RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo. O valor simbólico do dinheiro e o princípio da equivalência: em estudo sobre as moedas sociais em um clube de trocas em Porto Alegre. *Ponto Urbe: Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP*, vol.2, n.3, p.1-19, 2008.

- RILES, Annelise. *Documents: artifact of modern knowledge*. USA: The University of Michigan Press, 2006.
- RILES, Annelise. 2011. *Collateral Knowledge: legal reasoning in the Global Financial Markets*. Chicago: The University of Chicago Press.
- SAHLINS, Marshall. *Stone Age Economics*. Chicago: Aldine, 1972.
- SAVAZONI, Rodrigo. *Os Novos Bárbaros: a aventura política do Fora do Eixo*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2014.
- SILVA, Nathália F. *Caixa coletivo: uma análise de consumo do Coletivo Fuligem de Comunicação e Arte*. Trabalho como um dos requisitos para a conclusão da disciplina Comercialização. Núcleo de Gestão em Economia Solidária. UFSCar. São Carlos, 2014.
- _____. *A economia solidária como estratégia de gestão coletiva: quando a teoria acadêmica contribui para a prática social*. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão em Economia Solidária). Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2015.
- SIMMEL, Georg. *The Philosophy of Money*. New York e Londres: Routledge, 1978.
- SIGAUD, Lygia. As vicissitudes do ‘Ensaio sobre o dom’. *Mana. Estudos de Antropologia Social* 5. pp 89-123, 1999.
- STRATHERN, Marilyn. Novas formas econômicas: um relato das terras altas da Papua Nova Guiné. *Mana* 4(1): 109-139.
- _____. *O Efeito Etnográfico e outros ensaios*. São Paulo: Editora Cosac & Naify, 2014.
- _____. *Partial Connections*. Walnut Creek: Rowman & Littlefield, 1991.
- TARDE, Gabriel. *Psychologie Économique*. Paris: Félix Alcan, Éditeur, 1902.
- _____. *As Leis Sociais: um esboço de sociologia*. Niterói: Editora da UFF, 2011 [1843-1904]
- VILLELA, Jorge Luiz Mattar. 2001. A dívida e a diferença: reflexões a respeito da reciprocidade. In: *Revista de Antropologia*, vol.44, no.1. São Paulo.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O conceito de sociedade em Antropologia. In: *A Inconstância da Alma Selvagem*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.
- WAGNER, Roy. *A Invenção das Culturas*. São Paulo: Cosac & Naify, 2010a.
- _____. Existem grupos sociais nas terras altas da Nova Guiné? In: *Cadernos de Campo*, São Paulo, n.19, p.237-257, 2010b.
- ZELIZER, Viviana. *The Social Meaning of Money*. New York: Basic Books, 1994.
- _____. The proliferation of social currencies. In: CALLON, M (org). *The Laws of Market*. Oxford: Blackwell Publishers, 1998.

ZALOOM, Caitlin. *Out of the Pits: traders and technology from Chicago to London*. Chicago: The University of Chicago Press, 2006.